



# BRAZILIAN JOURNAL OF LATIN AMERICAN STUDIES

18

---

**CADERNOS PROLAM/USP**

---



USP

**ITR** 75

## Carta de Apresentação aos Leitores

O número 18 do periódico Revista Brazilian Journal of Latin American Studies/Cadernos Prolam-USP apresenta, em seus quatro primeiros artigos, um dossiê acerca do Pensamento Político e Econômico Latino Americano. O tema foi selecionado por sua constituição interdisciplinar, que imbrica história, política, economia e cultura, apresentando-se como imprescindível para a compreensão da formação social e construção da identidade regional. O conjunto de quatro artigos, longe de ser exaustivo, permite identificar algumas correntes que impactaram o processo de construção das nações latinoamericanas e que, mesmo após séculos, ainda influenciam os países desse complexo continente.

A primeira apresentação é sobre José Martí e sua visão acerca do progresso e do materialismo histórico, na qual o autor, Fabio Luís Barbosa dos Santos realiza uma apreciação crítica da visão de Martí, relacionando suas premissas ideológicas com a leitura que faz sobre Marx, o socialismo e a proposta de haver um projeto nacional para Cuba.

O segundo artigo, de autoria de Márcio Bobik Braga, traz uma síntese do pensamento político e econômico do intelectual argentino Juan Batista Alberdi, um pensador que buscou compreender seu país em um momento histórico de construção institucional. Com base na análise de duas das principais obras de Alberdi, o autor destaca algumas questões fundamentais no processo de formação política e econômica da própria América Latina.

O terceiro artigo trata de uma discussão teórico-política sobre três variantes de poder, identificando pontos de aproximação e distinção entre bolivarianismo, caudilhismo e populismo. De autoria de Francisco Mata Machado Tavares apresenta uma relação entre o personalismo político e a afirmação de autonomia subcontinental.

Por fim, o quarto artigo trata de uma comparação entre ideias de dois dos principais atores-pensadores sobre a América Latina: Simón Bolívar e José Martí. De autoria de Rita de Cássia Marques Lima de Castro, o texto realiza a compilação e a comparação de cartas e obras de Bolívar e Martí, buscando analisar a independência da América Latina em suas estruturas primárias — as ideias desses libertadores que reverberam até hoje no continente.

Embora componham este dossiê, os artigos passaram, conforme procedimento usual da revista, por dupla arbitragem anônima.

A segunda parte do número 18 apresenta diversas temáticas, todas relacionadas à América Latina, seguindo o propósito e a linha editorial da revista que pauta pela interdisciplinaridade e pluralidade de abordagens, reforçando o papel de contribuir para a construção da identidade latinoamericana.

Boa leitura!

Os Editores

# José Martí: sua Visão de Progresso e o Materialismo Histórico

Fábio Luís Barbosa dos Santos<sup>(\*)</sup>

**Resumo:** Neste trabalho, procederemos a uma apreciação crítica da visão de progresso de José Martí (1853- 1895) do ponto de vista do materialismo histórico. Com esta finalidade, o texto realizará o seguinte movimento: após a exposição das linhas mestras da visão de progresso martiana, buscaremos investigar primeiramente o alcance e, a seguir, o limite crítico da sua chave interpretativa. Depois, relacionaremos suas premissas ideológicas com a leitura que faz sobre: a) Marx; b) o socialismo; c) um projeto nacional para Cuba. Encerramos o texto com algumas observações sobre o seu pensamento que dialogam com os dilemas históricos do continente.

**Palavras-chave:** José Martí; pensamento latino-americano; revolução democrática-nacional; materialismo histórico.

**Abstract:** This article undertakes a critical appreciation of José Martí's (1853- 1895) view of progress from the standpoint of the historical materialism. Aiming at this purpose, the argument is presented according to the following steps: after a general exposition of the main lines of Martí's view of progress, we attempt to analyze both the extent and the limits of his social criticism. After that, we relate those ideological premises with his approach of a) Marx; b) socialism; c) and a national project for Cuba. The article ends with a few notes relating his thought to the historical dilemmas of Latin America.

**Keywords:** José Martí; Latin American thought; national democratic revolution; historical materialism.

---

(\*) Doutorando em História Econômica pela FFLCH – USP. E-mail: <faboroso@gmail.com>.

Recebido em 22.3.2010 e aceito em 25.4.2011.

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho, procederemos a uma apreciação crítica da visão de progresso martiana do ponto de vista do materialismo histórico. Com esta finalidade, o texto realizará o seguinte movimento: depois da exposição das linhas mestras da visão de progresso segundo Martí, buscaremos investigar primeiramente o alcance e, a seguir, o limite crítico, da sua chave interpretativa para, em seguida, realizarmos algumas observações relacionando o seu pensamento aos dilemas históricos do continente.

### 1. VISÃO DE PROGRESSO

A visão de progresso martiana cristaliza-se no ideário de *Nuestra América* como um projeto civilizatório próprio, alternativo à modernidade ocidental, produto da conjunção entre a sua visão de homem consubstanciada na noção do *hombre natural*, e a sua visão da história angulada em torno da noção do caráter como chave da interpretação de um povo. A noção do *hombre natural* tem como premissa uma dimensão transcendente da existência, que deve orientar a organização social em contraste com o materialismo típico das sociedades industriais. A partir deste ângulo, Martí questiona o parâmetro civilizatório ocidental e sugere formas alternativas de construção, organização e divulgação do conhecimento, que obedeçam a outra racionalidade inclusiva do sentimento, presidida por uma lógica aditiva e não demonstrativa e cujo sentido precípua é dado pela realização do humano fundada no amor.

Martí identifica na característica específica da formação latino-americana a potencialidade de afirmação histórica do *hombre natural* como ideal civilizatório<sup>(1)</sup>, visão assentada na noção do caráter como expressão ética da característica histórica de um povo. Por isso, para Martí, a valorização do autóctono é ao mesmo tempo o método político da emancipação e a via espiritual da realização humana.

Assim, na chave martiana progresso, significa criar condições históricas para a afirmação do *hombre natural*, o que se traduz na promoção de uma noção alternativa de modernidade orientada por princípios éticos pautados pelo amor, passível de realização por meio do projeto de *Nuestra América*, que tem como pressuposto a afirmação da autoctonia a partir da esfera cultural, premissa para a emancipação política e econômica. Projetada no fluxo da história universal, a causa da independência das Antilhas adquire consequências civilizatórias decisivas, porque pode brear o expansionismo estadunidense e favorecer o equilíbrio geopolítico do mundo, viabilizando o experimento da república moral como inovação humanística.

Em outras palavras, Martí propõe um particular (a autoctonia) como via de afirmação de um universal (o homem). Nesta visão, existem nexos tangíveis entre o processo político de independência cubana e a marcha civilizatória, bem como entre a emancipação da América Latina e a libertação do homem na sua integralidade. Em suma, em Martí, a afirmação da autoctonia é a realização do humano: *patria es humanidad*.

(1) Caráter no sentido de característica. Ao contrário do que a palavra indica, esta noção não está alicerçada em uma suposta essência, mas, antes, remete a um processo dinâmico de revelação ou não de potencialidades históricas. Assim, em *Nuestra América*, é na “diferencia de orígenes, metodos y intereses entre los dos factores continentales”, que radica o contraste entre as duas Américas (MARTÍ, 2000, tomo II, p. 480).

Nesta perspectiva, o êxito da guerra nas Antilhas é duplamente estratégico: do ponto de vista da geopolítica global, é a possibilidade de minar o expansionismo estadunidense e facultar a unidade americana, ao mesmo tempo em que é a pedra fundamental de um projeto civilizatório alternativo. Ambos os vetores têm alcance mundial. Isto que significa que Martí concede papel protagonista ao continente do ponto de vista político, e estatura universal ao potencial cultural de *Nuestra América*, do ponto de vista humano.

Martí identifica, pois, o progresso da civilização com a afirmação do potencial histórico de *Nuestra América*. Esta visão está assentada na noção do caráter como chave para a interpretação histórica de um povo. Ao contrário do que a palavra indica, o caráter não está referido a uma suposta essência, mas sim a um processo de revelação ou não de potencialidades históricas. A decorrência implícita desta posituação da cultura latino-americana é um ceticismo em relação ao horizonte dos povos ocidentais. Embora a autoctonia seja a chave da afirmação histórica de povos de caráter distinto, como os Estados Unidos ou a Europa, ela não universaliza a possibilidade de realização do *hombre natural*: esta seria a especificidade da contribuição civilizatória americana.

Porque o outro lado da relação entre autoctonia e caráter é a compreensão que Martí tem do ódio de classes como característica dos povos ocidentais, que remete a um passado feudal. Ou seja: é uma especificidade europeia, que se reproduz nos Estados Unidos, país em que ocorre uma espécie de feudalização aguçada pela orientação materialista daquela sociedade. Nessas condições, bloqueia-se a possibilidade de realização do *hombre natural*, que é facultada a um povo que avance um projeto alternativo em condições de evitar os males associados à modernidade ocidental. Neste ponto, é possível explicitar o alcance e as limitações da chave interpretativa martiana.

## 2. ALCANCE

A sensível percepção de afinidades do ponto de vista cultural, remetidas a um passado identificado no colonialismo e que se atualizam na semelhança dos dilemas históricos presentes, permite a Martí visualizar a América Latina como uma totalidade.

Dito de outra maneira, a projeção de *Nuestra América* como desígnio civilizatório está enraizada, em primeira instância, em um conjunto de percepções referenciadas precisamente a uma racionalidade alternativa à ocidental: *Nuestra América* é antes uma intuição do que uma constatação “*lo que es en mí vastísimo sentimiento continental*” (MARTÍ, 2000, tomo II, p. 11). Sua premissa é antes subjetiva do que objetiva: é o terreno fértil no qual se verificam as condições históricas e a possibilidade ética — ou seja, o caráter — propício para semear o *hombre natural*.

Podemos aventar a conjectura avessa: se o ângulo precípua da abordagem martiana fosse econômico ou político, teria visualizado com semelhante intensidade a unidade latino-americana? Não sugerimos que a projeção de *Nuestra América* esteja desprovida de lastro objetivo, mas que a chave por meio da qual Martí identifica essa potencialidade é uma matriz cultural comum.

Do ponto de vista histórico, este ideário está assentado em uma dupla percepção: de um lado, a possibilidade recente de afirmação da identidade americana, uma vez superadas as tendências centrífugas que dificultaram o processo de construção dos estados nacionais durante o século XIX. De outro, o expansionismo estadunidense confronta o continente com o imperativo da unificação que se apresenta como um dilema: ou uma proposta de modernidade alternativa referida à autoctonia, ou a unidade configurada em torno da modalidade de dominação neocolonial que se anuncia.

Assim, o desígnio de *Nuestra América* está assentado não apenas em afinidades históricas passadas, mas na encruzilhada histórica que se coloca e unifica o destino daqueles que não se reconhecem unidos.

Nessa perspectiva, a posituação da sua especificidade cultural aparece como premissa de uma emancipação das mentalidades, condição para a projeção de uma unidade continental capaz de se contrapor soberanamente no cenário geopolítico mundial.

A disjuntiva é promover a unidade da região em bases soberanas em contraposição ao expansionismo dos Estados Unidos, ou ver seu destino aproximado pela subordinação comum a estes interesses. Dito de outra maneira: afirmar uma posição soberana no concerto geopolítico mundial, alicerçada em um projeto de modernidade alternativa dotada de um conteúdo civilizatório universal, ou servir aos desígnios da disputa geopolítica global como região satélite do poder estadunidense.

### 3. LIMITES

Se a chave interpretativa martiana possibilitou a clara percepção da encruzilhada histórica que se avizinhava, foi insuficiente para identificar os seus nexos com a dinâmica do capitalismo. Sintoma evidente é que Martí associa o ódio de classes que observa na Europa e nos Estados Unidos, fenômeno típico e característico do padrão de estratificação social capitalista, ao legado feudal que, no segundo caso, supõe uma espécie de regressão histórica, que cria um novo feudalismo. A citação completa:

[...] cuando se palpó que los inventos más útiles, puestos en ejercicio con abundancia ilimitada en el país más libre de la tierra, reproducen en pocos años la misma penuria, la misma desigualdad, las mismas acumulaciones de riqueza y de odio, los mismos sobresaltos y riesgos que en los pueblos de gobierno despótico o libertad inquieta se han acumulado con el concurso de los siglos; cuando se observó definitivamente que la maravilla de la mecánica, la exuberancia del suelo, la masa de población, la enseñanza pública, la tolerancia religiosa y la libertad política, combinadas en el sistema más amplio y viril imaginado por los hombres, crean un nuevo feudalismo en la tierra y en la industria, con todos los elementos de una guerra social, entonces se vio que la libertad política no basta a hacer a los hombres felices y hay un vicio de esencia en el sistema que con los elementos más favorables de libertad, población, tierra y trabajo, trae a los que viven en él a un estado de odio y desconfianza constante y creciente, y a la vez que permite la acumulación ilimitada en unas cuantas manos de la riqueza de

carácter público, priva a la mayoría trabajadora de las condiciones de salud, fortuna y sosiego indispensables para sobrellevar la vida. (MARTÍ, 2000, tomo II, p. 76.)

No entanto, Martí não opina que “las costumbres de la República engendran los mismos vicios de las monarquías privilegiadas y ociosas” (MARTÍ, 2000, tomo II, p. 80). Entende Martí que a prática eleitoral faculta aos Estados Unidos possibilidades únicas de reforma pacífica. Este otimismo diminui à medida que Martí agudiza sua crítica à sociedade deste país, assim como reduz o papel da imigração europeia no aticamento do ódio de classes. Em outras palavras, não estima que a semelhança no padrão de sociabilidade entre os dois é dada, antes de mais nada, pelas relações de produção capitalistas — “América es pues, lo mismo que Europa!” (MARTÍ, 2000, tomo II, p. 190).

O núcleo da sua crítica da sociabilidade é o ódio de classes como padrão do conflito social. Atribui este ódio ao carácter dos povos, que é expressão ética de uma construção histórica: no caso europeu, remete ao despotismo e à monarquia “[...] naciones donde la servidumbre rural y las castas de cincuenta siglos han puesto a los hombres en diferencias innecesarias y artificiales en Europa, o diversas y menos graves en América” (MARTÍ, 2000, tomo II, p. 104); nos Estados Unidos trata-se de uma corrupção, em que “el afán exclusivo por la riqueza perverte el carácter” (MARTÍ, 2000, tomo II, p. 78).

Sob esta ótica, a própria noção de “ódio” de classes, se contrastada com “luta” de classes, revela um conteúdo ético, cuja premissa é a crença de que é possível para um povo de carácter distinto afirmar uma sociabilidade alternativa assentada no amor. Dito de outra maneira, a chave para a resolução do conflito social é para Martí antes ética do que econômica, embora as esferas não se apresentem completamente diferenciadas. Isto é viável uma vez que o ponto de partida da crítica martiana é o homem produzido pela sociabilidade capitalista, não as relações de produção que engendram este homem.

A premissa subjacente é que é possível estabelecer um padrão alternativo de sociabilidade que promova formas de reivindicação social que prescindam da violência sem alterar as relações de produção<sup>(2)</sup>. Se não são as relações de produção que determinam a sociabilidade, é facultado a um povo onde convergem condições históricas e possibilidades éticas favoráveis viver de forma alternativa no modo de produção capitalista. Ou seja, há espaço para outra forma de sociabilidade no capitalismo.

Em suma, Martí não estabelece os nexos entre as relações de produção capitalistas e a sua sociabilidade em geral. As relações entre a propriedade privada dos meios de produção, a mercantilização do trabalho e as formas de sociabilidade resultantes escapam à problemática martiana — o problema do fetiche lhe é alheio. Sua percepção do padrão de conflito social é superficial e de matiz ético: concentra-se nas suas formas de expressão, assim como, de maneira correspondente, suas observações econômicas se circunscrevem à esfera da circulação. Em ambos os casos, não adentra o terreno das relações de produção.

Além do fetichismo nas relações sociais, o outro ângulo a partir do qual é possível criticar a propriedade privada do ponto de vista do materialismo histórico é como óbice ao

(2) Observa-se que, inicialmente, Martí preza muito a dinâmica eleitoral dos Estados Unidos. Por exemplo, atribui a radicalidade dos imigrantes alemães à falta de espaço para o embate político legal na Alemanha contemporânea. À medida que se acentua sua crítica à sociedade estadunidense, porém, o cubano também se desilude sobre as virtudes da democracia daquele país e se dá conta do seu alto grau de mercantilização.

desenvolvimento das forças produtivas. Como a visão de progresso martiana não é alinhavada por este eixo, o resultado é, de um lado, que não se produz uma teleologia, isto é, não há um padrão de desenvolvimento histórico a ser seguido — e de outro, não se encontra em sua obra uma crítica à propriedade privada.

A superação da disjuntiva ideológica civilização ou barbárie é a premissa para uma visão da história centrada na autoctonia e, portanto, avessa a qualquer teleologia: “ni de Rousseau ni de Washington debe surgir nuestra América sino de sí misma.” (MARTÍ, 2000, tomo III, p. 280.)

#### 4. MARTÍ *VERSUS* MARX

Uma leitura atenta da nota de Martí a respeito de Karl Marx redigida por ocasião do seu falecimento em 1883 evidencia o contraste entre o pensamento martiano e o materialismo histórico. No conjunto da nota, Martí empatiza com as ideias de Marx, mas não com seus métodos. Esta empatia está calcada na defesa em comum dos trabalhadores: “Como se puso del lado de los débiles, merece honor.” (MARTÍ, 2000, tomo I, p. 403.) Conforme ressalta Almada:

La reflexión de Martí sobre los asuntos económicos de mueve en general en el ámbito de la circulación y en lo que se ha dado en llamar la macroeconomía. La esfera de la producción y el análisis microeconómico están prácticamente ausentes en él. (ALMADA, 1990, p. 437.)

Nesta sentença que abre o comentário, explicita-se a diferença de enfoque em relação aos trabalhadores, que vai determinar o grau de identidade entre ambos pensadores. Se para Marx a classe trabalhadora é protagonista em potencial da revolução mundial que se anuncia, Martí a vê como o lado fraco (*débiles*) a ser amparado no conflito social. Nesta diferença, radica uma empatia, mas também uma distância: Marx merece ser honrado, o que não significa tomá-lo como referência política ou teórica.

A diferença na abordagem entre os pensadores é explícita em outra passagem: “El trabajo embellece. [...] De manejar las fuerzas de la naturaleza, les viene ser hermosos como ellas.” (MARTÍ, 2000, tomo I, p. 403.)

A referência do pensador cubano ao focar a relação do homem com seu trabalho é a realização do *hombre natural*, que encontra na relação orgânica com a natureza uma via de contato com o transcendente, onde, para Marx, coloca-se o problema da formação da consciência de classe. “Y el hombre no se halla completo, ni se revela a sí mismo, ni ve lo invisible, sino en su íntima relación con la naturaleza.” (MARTÍ, *apud* BALLÓN, 1995, p. 83.)

Nesta chave, embora concorde com a indignação causada por uma engrenagem de exploração que provoca a desumanização do trabalhador, o cubano critica Marx por promover métodos que, a seu ver, podem levar ao aprofundamento da bestialização que se combate. “Mas se ha de hallar salida a la indignación, de modo que la bestia cese, sin que se desborde, y espante.” (MARTÍ, 2000, tomo II, p. 403.)



Está implícita uma crítica à violência que substancia o ideário revolucionário marxista, assentado na premissa de que as contradições engendradas pelo capitalismo somente podem ser superadas mediante a ação organizada dos trabalhadores, que tem como horizonte histórico outro modo de produção.

Se constataremos que Martí não é um pacifista por princípio, pois defende a violência revolucionária em que não se apresenta alternativa, como no caso cubano “[...] una vez agotado el recurso pacífico, el ánimo generoso, donde labra el dolor ajeno como el gusano en la llaga viva, acude al remedio violento (MARTÍ, 2000, tomo II, p. 190)”, deduzimos que considera viáveis outros meios de reforma social no capitalismo, que prescindam da violência intrínseca à revolução comunista.

Assim, Martí avalia as derivações políticas do pensamento marxista como apressadas, sombrias, inviáveis e prematuras: “Pero anduvo de prisa, y un tanto en la sombra, sin ver que no nacen viables, ni de seno de pueblo en la historia, ni de seno de mujer en el hogar, los hijos que no han tenido gestación natural y laboriosa.” (MARTÍ, 2000, tomo I, p. 402.)

A premissa subjacente é precisamente oposta ao materialismo histórico, que identifica na conjuntura europeia a maturidade das condições da revolução dos trabalhadores. Onde Martí vê uma cesárea prematura, Marx alerta que estourou a bolsa: o capitalismo está prenhe do comunismo, e a violência é a parteira da história.

## 5. MARTÍ *VERSUS* SOCIALISMO

O pensador cubano teve oportunidade de aprofundar seu contato com o socialismo depois da nota sobre Marx. Em seu trabalho *Lecturas Norteamericanas de José Martí: Emerson y el socialismo contemporáneo (1880-1887)*, José Ballón analisou o exemplar lido e anotado pelo cubano entre 1884 e 1887 do livro *El socialismo contemporáneo* de John Rae. Como diz o título, a obra faz um apanhado das teorias e da atividade socialista na Europa e nos Estados Unidos do século XIX, inclusive 70 páginas que, segundo Ballón, “expone de manera completa y sistemática la doctrina de Karl Marx” (BALLÓN, 1995, p. 38). No entanto, esta não é uma das partes anotadas por Martí, que se concentra no capítulo introdutório, no apartado sobre Lassale e no oitavo capítulo intitulado “*El socialismo y la cuestión social*”. Uma análise a partir do material levantado por Ballón permite aprofundar a apreciação que o cubano faz do socialismo contemporâneo, e suas consequências para o projeto nacional do PRC (Partido Revolucionário Cubano).

Houvesse interesse, Martí poderia ter aprofundado seus conhecimentos sobre a obra de Marx:

Ya desde la década del setenta algunos de los trabajos de Marx, incluido El Capital, podían obtenerse en Estados Unidos, y aunque el primer volumen de su obra monumental no apareció en inglés hasta 1887, entre 1876 y 1878 se publicaron resúmenes en ese idioma en The Socialist y el Labor Standard. (ALMADA, 1990, p. 242.)

Martí sublinha diversas passagens que se referem à relação entre socialismo e Estado, o que permite inferir que o pensador cubano estava familiarizado com o problema do Estado,

embora esteja ausente do seu pensamento político e da sua estratégia revolucionária. Escreve à margem do livro:

Democracia no es el gobierno de una parte del pueblo o una clase del pueblo sobre otra, porque eso es tiranía. Sino el gobierno de tanto el pueblo en equitativa representación y el equilibrio de las clases, de modo que siempre quede (ilegible) parte que la han de representar. (MARTÍ, *apud* BALLÓN, 1995, p. 2000, p. 41.)

Esta anotação reitera que Martí subordina a dinâmica da luta de classes à noção de equilíbrio do mundo. Do ponto de vista do Estado, escapa-lhe o seu conteúdo de classe. Por exemplo, aponta: “El socialismo no es una teoría sobre la acción del estado sino una teoría de la acción del Estado basada en los derechos del trabajador.” (MARTÍ *apud* BALLÓN, 1995, p. 41.) Mais além, identifica na ação estatal e na propriedade coletiva dos meios de produção um denominador comum ao emaranhado das tendências socialistas contemporâneas, segundo anota em inglês: “the land of the country and all other instruments of production shall be made the joint property of the community, and the conduct of all industrial operations be placed under the direct administration of the State.” (MARTÍ *apud* BALLÓN, 1995, p. 49.)

Este é o ponto central: Martí rechaça o socialismo, que identifica com a propriedade coletiva e a presença estatal, por entender que são princípios que contradizem o desígnio de afirmação da individualidade contido na noção do *hombre natural*:

En esos planes falta el espacio preciso para el crecimiento irrepresible de la naturaleza humana, que es la base de todo sistema social posible, porque un conjunto de hombres, sólo por transición y descanso puede ser distinto de como el hombre es: lo innatural, aun cuando sea lo perfecto, no vive largo tiempo. (MARTÍ, *apud* ALMADA, 1990, p. 255.)

Ainda: “El principio martiano del valor de la libre actividad creadora del individuo era incompatible con el estatismo y la regulamentación comunitarios [...]” (ALMADA, 1990, p. 226.) Sob esta perspectiva, o socialismo é uma doutrina bem intencionada, mas desnecessariamente violenta e, portanto, excessiva: “De todo eso, por supuesto, sólo se puede considerar el buen deseo, y la verdad de los dolores punzantes que por serlo tanto llevan los planes de reforma a tal exceso [...]” (ALMADA, 1990, p. 226.)

A premissa desta avaliação é que a luta de classes (na linguagem martiana, o ódio de classes) não é constitutiva do capitalismo, mas é uma característica de povos de determinado caráter, diferente daquele que identifica em *Nuestra América*. Daí sua recusa do socialismo, encarado como um conjunto de doutrinas citadas em última instância, a um problema estrangeiro. Referindo-se ao socialismo cubano, escreve em carta um ano antes de morrer:

Dos peligros tiene la idea socialista, como tantas otras: el de las lecturas extranjerizas, confusas e incompletas, y el de la soberbia y rabia disimulada de los ambiciosos, que para ir levantándose en el mundo empiezan por fingirse, para tener hombros en que alzarse, frenéticos defensores de los desamparados. (MARTÍ, 2000, Tomo III, p. 371.)

Martí finaliza com esta passagem: “[...] el caso es no comprometer la excelsa justicia por los modos equivocados o excesivos de pedirla.” (MARTÍ, 2000, Tomo III, p. 371.)

Desta forma, Martí recusa as premissas socialistas até o fim, embora simpatize com a sua orientação de classe.

## 6. PROJETO NACIONAL

Como resultado, do ângulo do modo de produção, o projeto nacional de Martí não questiona o capitalismo, mas visa criar as condições para uma sociedade mais equilibrada do ponto de vista econômico, com o fim precípua de promover a realização histórica do *hombre natural*, alicerçada na autoctonia.

Nesta perspectiva, destacam-se, nas passagens que Martí sublinha no compêndio sobre o socialismo, aquelas que apontam para a construção destas condições o equilíbrio, que se assenta na pequena propriedade, na democracia e no salário justo.

O cubano sublinha, no compêndio de John Rae, passagem em que se mencionam os nexos entre a classe camponesa e a contenção da revolução: “La estabilidad de Europa se puede decir que reside en el número de campesinos acomodados; la contención de la revolución es la pequeña hacienda.” (RAE, 1887, p. 31, sublinhado por Martí.)

De modo análogo, marca a relação entre democracia e o esvaziamento da pressão socialista: “La condición de Suiza muestra de manera suficientemente clara que la democracia bajo un régimen de libertad no presta oído al socialismo, sino que enfila el rostro a direcciones completamente distintas.” (RAE, 1887, p. 47, sublinhado por Martí.)

Sua visão de democracia aparece anotada à margem do livro, quando reitera a subordinação da luta de classe à noção de equilíbrio do mundo, o que traz como consequência uma visão do Estado desprovida de conteúdo classista:

Democracia no es el gobierno de una parte del pueblo o una clase del pueblo sobre otra, porque eso es tiranía. Sino el gobierno de tanto el pueblo en equitativa representación y el equilibrio de las clases, de modo que siempre quede (ilegible) parte que la han de representar. (MARTÍ *apud* BALLÓN, 1995, p. 41.)

Do ponto de vista econômico, anotamos que Martí restringiu suas observações ao campo da circulação, sem incursionar, por exemplo, no problema da mais-valia. O resultado no plano teórico foi a filiação à teoria dos fatores de produção, o que encaminhou a reivindicação dos trabalhadores para o campo salarial. Assim, o cubano sublinha, no compêndio de Rae (1887):

El precio del trabajo está ahora determinado por la lucha entre el trabajador y el empresario, y el resultado de esa lucha se mueve entre dos límites muy reales, aunque no definitivamente marcados: el inferior, que consiste en la cantidad mínima que un obrero puede aceptar, y el superior, que consiste en la cantidad mayor que el empresario pueda otorgar. (RAE, 1887, p. 47, sublinhado por Martí.)

Pequena propriedade rural, democracia e salários justos resumem o programa social de Martí, assentado na premissa política do equilíbrio entre as classes sociais. Este projeto nacional, reformista do ponto de vista do modo de produção (embora, sob nossa ótica,

inovador no seu horizonte de modernidade) está alicerçado em uma visão da história na qual a dinâmica da luta de classes está subordinada à noção de equilíbrio do mundo; as relações de produção capitalistas estão subordinadas ao caráter de um povo; o desenvolvimento das forças produtivas está subordinado à autoctonia; a economia está subordinada à ética; e a visão de progresso subordinada ao desígnio do *hombre natural*.

## CONCLUSÃO

Em suma, o instrumental que fundamenta a visão de progresso martiana revela-se capaz de captar a especificidade de *Nuestra América* no contraste com o Ocidente e projetar-lhe um devir alternativo, fundado em uma fina percepção do dilema histórico que se anunciava; mas é insuficiente para diagnosticar suas semelhanças, radicada na generalização de relações de produção em bases capitalistas. Para tanto, seria necessário um repertório de economia política que não coadunava com o ângulo da abordagem histórica martiana, e possivelmente não encontrava lastro na realidade cubana, em que a difusão relativamente incipiente do assalariamento limitava a diferenciação da esfera econômica.

Embora não adote o instrumental do materialismo histórico, Martí interpreta com precisão os desafios enfrentados pela revolução cubana contemporânea. A frustração deste projeto está inscrita nos constrangimentos para a revolução democrática nacional na América Latina sob o imperialismo, entretanto, a amplitude da sua reflexão antecipa um dilema civilizatório que atravessaria o século: seria viável um projeto de modernidade alternativa no capitalismo?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, Rafael. *En torno al pensamiento económico de José Martí*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1990.

BALLÓN, José. *Lecturas Norteamericanas de José Martí: Emerson y el socialismo contemporáneo (1880-1887)*. Ciudad de México: UNAM, 1995.

EMERSON, José Martí. In: José Ballón. *Lecturas Norteamericanas de José Martí: Emerson y el socialismo contemporáneo (1880-1887)*. Ciudad de México: UNAM, 1995.

MARTÍ, José. *Obras escogidas en tres tomos*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2000.

MARTÍ, José. Crônica de José Martí publicada no Anuário do Centro de Estudios Martianos, n. 3, 1980, p. 36-43. In: ALMADA, Rafael. *En torno al pensamiento económico de José Martí*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1990.

RAE, John. *Contemporary Socialism*. New York: Charles Scribner's Sons, 1887.

# Juan Bautista Alberdi: o Pensamento Político e Econômico de um Liberal Latino-Americano no Século XIX

Márcio Bobik Braga<sup>(\*)</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo entender o pensamento político e econômico de um intelectual argentino do século XIX: Juan Bautista Alberdi. Tal interpretação baseia-se em duas das principais obras do autor: *Bases y Puntos de Partida para la Organización Política de la República Argentina*, escrito originalmente em 1852, e a obra póstuma *Estudios Económicos*, publicada originalmente em 1886. Juan Bautista Alberdi foi um pensador preocupado com a construção institucional da Argentina em uma das fases mais importantes da história do capitalismo mundial. Procurou entender o seu país a partir de uma perspectiva liberal, porém sem simplesmente importar e aceitar as teorias desenvolvidas na Europa ou nos Estados Unidos. Tentaremos responder à seguinte questão: o que pensava um liberal latino-americano no século XIX em um país cujas instituições e as relações políticas ainda estão para serem construídas? A partir da leitura das obras de Alberdi, poderemos perceber várias questões fundamentais para a compreensão do processo de formação econômica e política da América Latina.

**Palavras-chave:** História do Pensamento Econômico Latino-americano, América Latina, História da América Latina, Argentina, liberalismo.

**Abstract:** This article aims to contribute to the interpretation of the political and economic thought of the Argentine intellectual of the nineteenth century: Juan Bautista Alberdi. Such interpretation is based on two of the author's main works: *Bases y Puntos de Partida para la Organización Política de la República Argentina*, written originally in 1852, and *Estudios Económicos*, originally published in 1886. Juan Bautista Alberdi was a philosopher concerned about Argentinean institutional construction, in one of the most important moments of expansion of world capitalism. He managed to understand his country from a liberal perspective, not simply by importing and accepting theories developed in Europe or in the United States. This paper aims to answer the following question: what did a liberal Latin American one in the nineteenth century think, in a country where institutions and political relations still have to be constructed? From the reading of the texts produced by Alberdi, we can find several important issues for the understanding of the economic and political formation process of Latin America.

**Keywords:** Latin American economic thought, Latin American, Latin America History, Argentina, liberalism.

---

(\*) Professor do Departamento de Economia da USP, *campus* de Ribeirão Preto e do PROLAM/USP. E-mail: <marbobik@usp.br>. Recebido em 1<sup>o</sup>.7.2010 e aceito em 8.6.2011.

## INTRODUÇÃO

Como teria sido o pensamento político e econômico predominante na América Latina no século XIX? E qual seria o liberalismo defendido? Não existe uma única resposta para essas perguntas. Mas podemos considerar as posições de um autor que produziu inúmeras obras de interpretação da realidade latino-americana: Juan Bautista Alberdi, um destacado intelectual argentino que viveu entre 1810 e 1884. Buscaremos compreender o seu pensamento a partir da leitura de dois dos seus principais textos: *Bases y Puntos de Partida para la Organización Política de la República Argentina*, publicado originalmente em 1852 e a obra póstuma *Estudios Económicos*, escrito provavelmente no final da década de 1870 e publicado pela primeira vez em 1886.

A escolha baseou-se no conteúdo político e econômico e na importância do momento histórico em que foram concebidas. A escolha da Região do Prata, particularmente a Argentina, coloca-se como relevante por uma característica: tratava-se de um território com a ausência de instituições e onde o poder político e a estrutura econômica estavam para serem criados. Ou seja, na região ainda não havia uma Nação. Tudo estava para ser construído e diferentes opções podiam ser consideradas. Neste sentido, as percepções do autor podem contribuir para a construção de imagens sobre trajetórias alternativas em relação aos caminhos percorridos pela Região do Prata e, sob uma perspectiva mais ampla, pela América Latina.

São várias as justificativas para considerar Alberdi na história do pensamento latino-americano. Foi um autor que contribuiu para a formação de um grupo de intelectuais que procurou “inventar” a Argentina<sup>(1)</sup>. Desde sua morte, seus escritos têm sido considerados nos estudos sobre a formação histórica, econômica e política das ex-colônias espanholas<sup>(2)</sup>. Também é considerado por muitos como sendo o primeiro filósofo latino-americano<sup>(3)</sup>.

Alberdi viveu em uma época em que as ex-colônias espanholas buscavam estabelecer algum projeto político e econômico que significasse o progresso material ou pelo menos alguma estabilidade política em meio ao vazio deixado pelo fim da dominação e exploração colonial. No novo contexto, além das disputas territoriais, surgiram vários conflitos em torno de questões como a divisão do poder político e econômico, particularmente em relação à distribuição das receitas tributárias. Alberdi percebeu, nesses conflitos, ações que estariam comprometendo o processo de formação das instituições necessárias para a criação de uma nação estável e viável. Em seus primeiros escritos, havia grande otimismo em relação ao progresso econômico e político na região. Esse otimismo pode ser percebido no texto *Bases*. Porém, os rumos tomados pela Argentina durante a segunda metade do século XIX deixaram Alberdi perplexo e pessimista.

- 
- (1) Essa geração ficou conhecida como Geração de 37 e foi constituída por alguns grandes escritores e intelectuais, que fizeram oposição política ao modelo socioeconômico produzido pelo ao Governo de Rosas. Fizeram parte dessa Geração personalidades como Domingo Faustino Sarmiento e Esteban Echeverría. Uma interessante interpretação sobre a formação da Geração de 37 pode ser encontrada em SHUMWAY (2008).
  - (2) Sobre essa importância, ver DONGHI (2007). Outro importante texto sobre a relevância das ideias de Alberdi pode ser encontrado em TERAN (2004). A partir desse autor, pode-se também ler uma densa análise sobre a evolução do pensamento de Alberdi em vários de seus aspectos.
  - (3) Essa posição decorre do texto *Ideas para presidir a la confección del curso de filosofía contemporánea*, publicada originalmente em 1842. Sobre o Alberdi filósofo, ver GHIRARDI (2000) ou GULDBERG (2003).

O autor foi um dos primeiros a perceber que o capitalismo e o “processo civilizatório” que começava a se estabelecer naquelas terras excluía os gauchos, os caudilhos e uma possível estrutura econômica alternativa àquela que estava sendo implantada, ou seja, o processo estaria absorvendo a sociedade do interior sem necessariamente considerar seus interesses. Discutiu as implicações econômicas e sociais da recusa de Buenos Aires em compartilhar suas receitas aduaneiras com as demais províncias da Região. Denunciou a *barbárie* das guerras, inclusive a Guerra do Paraguai, como sendo fonte de desperdícios de recursos humanos, materiais e financeiros, causas da instabilidade institucional e adequadas a determinados interesses políticos internos.

No final da sua vida, Alberdi tentou escrever um texto de economia sintetizando seu pensamento e frustração em um tom de denúncia: a América Latina estava em um estado permanente de crise econômica, política e social. Essa percepção pode parecer equivocada quando se considera o processo de crescimento econômico que a Argentina iria experimentar a partir do final do século XIX. Mas, talvez, Alberdi estivesse denunciando problemas estruturais que se manifestariam nas inúmeras crises econômicas e políticas que a Região iria experimentar ao longo da sua história.

O artigo está dividido em três seções. A primeira trata das características e evolução do pensamento de Alberdi ao longo da década 1950 do século XIX. A segunda destina-se ao texto *Bases*. Na terceira, será analisado o livro *Estudios*. Nas conclusões, tentaremos sintetizar a importância do pensamento de Alberdi para a compreensão da formação de uma sociedade capitalista na América do Sul.

## 1. ALBERDI E A CONSTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO

Juan Bautista Alberdi nasceu na Província de Tucumã, na Argentina em 1810 e faleceu em Paris, em 1884. Foi um dos principais intelectuais argentinos e sul-americanos do século XIX. Também teve grande atuação política ao denunciar as ações antidemocráticas do ditador Juan Manuel de Rosas e apoiar o Caudilho Justo José Urquiza como novo presidente da Confederação Argentina, logo após a queda do ditador, em 1852<sup>(4)</sup>. Urquiza teve-o como assessor e logo o nomeou para cargo diplomático, incumbindo-lhe a missão de obter na Europa o reconhecimento da Confederação Argentina e evitar que esse reconhecimento fosse destinado à rebelde cidade de Buenos Aires, que não reconhecia o caudilho de Entre Rios como presidente. Buenos Aires separa-se então das treze províncias e isso leva a Região a experimentar a situação insólita: o que era para ser uma Nação se dividiu em duas sendo uma delas uma cidade portuária. Esses acontecimentos eram, para Alberdi, uma divisão política equivocada e injusta.

Durante sua vida, Alberdi publicou inúmeros livros e textos sobre Direito, Política, Filosofia e Economia. Dentre as suas obras mais importantes e conhecidas, encontra-se *Bases y Puntos de Partida para la Organización Política de la República Argentina*, de 1852.

(4) Juan Manuel de Rosas ocupou o poder entre os anos de 1829 e 1832 e 1835 a 1852. Membro do Partido Federal, em oposição ao Partido Unitário, foi um caudilho representante das classes produtoras de gado com origem no comércio de Buenos Aires. Em 1852, Rosas é derrubado pelas forças do General Justo José Urquiza, um próspero caudilho produtor de gado na Província litorânea de Entre Rios e simpático ao federalismo.

Nessa obra, Alberdi expressa o seu pensamento econômico e jurídico e as suas ideias para a “construção” da Argentina. Um interessante aspecto da obra foi destacado pelo historiador Leon Pomer e encontra-se no prefácio da edição de *Bases* em português, publicada pela Editora da Unicamp. Para Pomer, *Bases* foi “o compêndio mais perfeito de um ideário liberal escrito na América, ex-colônia espanhola, durante o século XIX” (POMER, 1994, p. 13). O fato é que *Bases* foi a principal referência para a elaboração do texto da Constituição da Argentina de 1853 e teve significativa influência na elaboração do Código Civil do país<sup>(5)</sup>.

Alberdi produziu outras obras como o *Fragmento preliminar al estudio del derecho*, publicando originalmente em 1837, as *Cartas sobre la prensa y la política militante de la República Argentina*, também conhecida como *Cartas Quillotanas* e o *Sistema Económico y Rentístico de la Confederación Argentina*, ambas publicadas originalmente em 1853, além de *Grandes y Pequeños Hombres del Plata*, obra publicada em 1865. Nos três últimos textos, expressou suas divergências políticas com aqueles que defendiam a soberania de Buenos Aires. Revelava também sua simpatia pelo Partido Federal. No texto *Fragmento Preliminar*, havia considerado a possibilidade de Rosas ser um autêntico representante do povo argentino.

Entretanto, Alberdi pensava também em outros aspectos dessa possível democracia. Naquele momento, havia, por parte do pensador, esperanças na estabilidade institucional que poderia ser possível no “Governo Restaurador” de Rosas. Essas esperanças, porém, desapareceram. Determinadas atitudes do caudilho passavam a desagradar Alberdi, que adotou um tom crítico em relação ao ditador. Essa postura levou-o ao exílio. E os acontecimentos que se seguiram após a queda de Rosas tornariam esse exílio voluntário até 1878, quando voltaria ao país unificado para assumir um cargo de deputado em sua cidade natal. Porém, não encontrando as instituições que tanto defendeu, retornou à Europa em 1881 para morrer em Paris três anos mais tarde.

No exílio, Alberdi não diminuiu as esperanças e manteve uma intensa produção de textos políticos e econômicos. Utópico ou não, pensava em uma nação integrada e para isso defendeu uma melhor distribuição do poder entre Buenos Aires e as províncias. Uma vez estabelecida essa distribuição, preocupou-se com a estabilidade institucional, que somente seria possível com a paz na região. Considerava que o fim dos conflitos entre as províncias seria alcançado se houvesse uma perspectiva de crescimento, de integração e, de certa forma, de inclusão. Porém, essas perspectivas não se concretizaram. Alberdi percebeu os equívocos cometidos pelos políticos de Buenos Aires após a queda de Rosas. O otimismo presente em sua obra *Bases* passaria então a ser substituído então por uma análise pessimista sobre o processo de formação política e econômica que estaria acontecendo na Argentina. Esse pessimismo é encontrado em seu livro *Estudios Económicos*, publicado dois anos após sua morte.

*Estudios Económicos*, que inicia o primeiro dos 16 volumes das suas obras póstumas, apresenta uma análise densa de uma situação histórica complexa, anárquica e contraditória. Nesse livro, Alberdi tentou sintetizar sua interpretação sobre a evolução histórica da Região e ao mesmo tempo buscou uma interpretação para uma crise que ele imaginava existir na América do Sul no século XIX. Apesar de ser um livro inacabado e incompleto em algumas

(5) Com algumas mudanças, a Constituição de 1853 vigorou até 1949, quando foi substituída por Perón (SHUMWAY, 2008, p. 177).



partes, foi considerado, por autores de sua época, como José Ingenieros, um dos principais textos sobre a formação econômica e política da Argentina. A seguir, analisaremos as duas obras, tentando situá-las em seu contexto histórico.

## 2. AS BASES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO LIBERAL

Em 1852, Rosas foi derrubado pelas forças do General Justo José Urquiza, um próspero caudilho produtor de gado da Província litorânea de Entre Rios. Surgia então uma nova perspectiva à nação Argentina, à medida que Urquiza intencionava estabelecer outra Constituição, o que poderia significar um novo equilíbrio entre as forças políticas do país. Nesse mesmo ano, Alberdi publicava *Bases y Puntos de Partida para la Organización Política de la República Argentina*.

*Bases* foi um texto “militante”, pois foi escrito em um momento de intensa atuação política do autor como oposição ao Governo de Rosas. O texto apareceu pela primeira vez em maio de 1852 na cidade de Valparaíso, no Chile e logo teve grande e positiva repercussão na imprensa chilena e argentina (MAYER, 1963, p. 412). Sua construção teve clara influência da literatura liberal da época, particularmente pelo contato que o autor teve com as obras de Adam Smith e Jean-Baptiste Say (MAYER, 1963, p. 95)<sup>(6)</sup>. *Bases* é texto jurídico, pois contém as diretrizes para um novo modelo institucional a ser implantado pelo governo a suceder Rosas. É um texto sobre política, pois discute questões referentes às disputas entre federais e unitários. É também um texto sobre economia, pois trata dos caminhos que o país deve trilhar para conseguir o progresso material. É, acima de tudo, um texto de ideologia liberal, visto que traça algumas diretrizes para que o país possa prosperar no capitalismo. Mas não pode ser considerado como um texto que simplesmente importava essa ideologia liberal dos economistas clássicos de sua época. Pelo contrário, Alberdi olhava para os interesses e para as características particulares da Região.

Alberdi inicia o texto *Bases* analisando as constituições experimentadas pela Argentina (1819 e 1826) e por algumas das recém-independentes nações latino-americanas<sup>(7)</sup>:

Ninguna de las constituciones de Sud-América merece ser tomada por modelo de imitación, por los motivos que paso a ocuparme. [...] Todas las constituciones dadas en Sud-América durante la guerra de la independencia, fueron expresión completa de la necesidad dominante de ese tiempo. Esa necesidad consistía en acabar con el poder político que la Europa había ejercido en este continente, empezando por la conquista y siguiendo por el coloniaje; y como medio de garantizar su completa extinción, se iba hasta arrebatarle cualquier clase de ascendiente en estos países. La independencia y la libertad exterior eran los vitales intereses que preocupaban a los legisladores de ese tiempo. Tenían razón; comprendían su época y sabían servirla. [...] En ese período,

(6) Esses autores, entretanto, não foram os únicos que influenciaram Alberdi, a sua formação intelectual teve impacto de autores iluministas como Condillac, Locke, Helvecio, Cabanis, Bentham, Lermínier, Villemain, Victor Hugo, Lamartine e Byron, dentre outros. Sobre essas influências, ver TERAN (2004, p. 12).

(7) A edição utilizada neste artigo é a de 1856. É considerada como edição oficial e definitiva. A primeira apareceu em 1852 em Valparaíso. A segunda surgiu meses depois na mesma cidade. Nesta e em outras citações, manteremos a versão original, que incluem estilos e grafias da época.

en que la democracia y la independencia eran todo el propósito constitucional; la riqueza, el progreso material, el comercio, la población, la industria, en fin, todos los intereses económicos, eran cosas accesorias, beneficios secundarios, intereses de segundo orden, mal conocidos y mal estudiados, y peor atendidos por supuesto. (ALBERDI, 1943, p. 9-11.)

Para Alberdi, o novo sentido da emancipação seria o desenvolvimento econômico. Para tanto, considerava que a América Latina deveria elaborar leis de forma a estimular o comércio, a imigração, os investimentos e a implantação de regras ou instituições estáveis de forma que “algo dinâmico acontecesse” e que a sociedade pudesse desfrutar do progresso material decorrente. Pensou então em algumas pré-condições para esse progresso:

¿Por qué dudar, por fin, de la posibilidad de una constitución argentina, en que se consignen los principios de la revolución americana de 1810? ¿Son en qué consisten, qué son esos principios representados por la revolución de mayo? Son el sentido común, la razón ordinaria aplicados a la política. ¿La igualdad de los hombres, el derecho de propiedad, la libertad de disponer de su persona y de sus actos, la participación del pueblo en la formación y dirección del gobierno del país, qué otra cosa son sino reglas simplísimas de sentido común, única base racional de todo gobierno de hombres? (ALBERDI, 1943, p. 222.)

Nessa passagem, notamos uma importante questão e que ainda é considerada nas discussões sobre desenvolvimento nos dias atuais: o conceito de direito de propriedade. Alberdi era um jurista e procurava relacionar, com base na sua realidade, o conceito de direito de propriedade com o progresso material. Alberdi parece ter buscado esse conceito em Jean-Baptiste Say, como sugere a citação a seguir:

O filósofo especulativo pode ocupar-se em procurar os verdadeiros fundamentos do direito de propriedade; o jurisconsulto pode estabelecer as regras que presidem à transmissão das coisas possuídas; a ciência política pode mostrar quais são as garantias mais seguras desse direito; quanto à Economia Política, ela considera a propriedade apenas como o mais poderoso encorajamento à multiplicação das riquezas. Ela pouco ocupar-se-á com o que a fundamenta e garante, desde que ela seja assegurada. [...]. Só se pode dizer que a propriedade existe quando ela existe não somente de direito, mas de fato. É só então que a indústria obtém sua recompensa natural e que tira o maior partido possível de seus instrumentos: os capitais e as terras. (SAY, 1983, p. 133.)

De uma perspectiva mais geral, Alberdi parecia acreditar na estabilidade institucional como uma condição necessária para o desenvolvimento do seu país. Podemos afirmar que Alberdi lia, nos economistas clássicos, as doutrinas para a construção de uma economia de mercado. Esse é um ponto fundamental para a compreensão do pensamento do autor. A questão externa era apenas uma das muitas a serem consideradas. Inicialmente, era necessário um Governo e uma Constituição:

Las garantías individuales proclamadas con tanta gloria, conquistadas con tanta sangre, se convertirán en palabras vanas, en mentiras relumbrosas, si no se hacen efectivas por medio de las garantías públicas. — La primera de éstas es el gobierno, el poder ejecutivo revestido de la fuerza capaz de hacer efectivos el orden constitucional y la paz, sin los cuales son imposible la libertad, las instituciones, la riqueza, el progreso.

La paz es la necesidad que domina todas las necesidades públicas de la America del Sud. — Ella no necesitaría sino de la paz para hacer grandes progresos.

Pero no lo olvidéis: la paz sólo vienes por el camino de la ley. La constitución es el medio más poderoso de pacificación y de orden. (ALBERDI, 1943, p. 184-185.)

Interessante notar a interpretação que Alberdi (1943) faz de sua época ao constatar o fato de que as constituições latino-americanas teriam sido concebidas como imitações das constituições da França e dos Estados Unidos:

En su redacción nuestras constituciones imitaban las constituciones de la República francesa y de la República de Norte-America. [...] Sabido es que la revolución francesa, que sirvió a todas las libertades, desconoció y persiguió la libertad de comercio. [...] Los Estados Unidos no eran de mejor ejemplo para nosotros en política exterior y en materias económicas, aunque este parezca extraño. [...] Desmembración de un Estado marítimo y fabril, los Estados Unidos tenían la aptitud y los medios de ser una y otra cosa, y les convenía la adopción de una política destinada a proteger su industria y su marina contra la concurrencia exterior, por medio de exclusiones y tarifas. Pero nosotros no tenemos fábricas, ni marina, en cuyo obsequio debamos restringir con prohibiciones y reglamentos la industria y la marina extranjera, que nos buscan por el vehículo del comercio. (ALBERDI, 1943, p. 12.)

Três considerações merecem destaque na análise dessa citação: (I) Alberdi estava atento aos problemas decorrentes da simples imitação de modelos externos, isto é, procurava em *Bases* uma perspectiva latino-americana, ainda que sob uma leitura liberal de influência clássica europeia<sup>(8)</sup>; (II) Alberdi já denunciava, em 1852, o protecionismo comercial para estimular a indústria nos Estados Unidos e na Europa, ou seja, percebia que muitos países adotavam políticas contrárias ao princípio liberal presente no conceito das vantagens comparativas; (III) para Alberdi, ainda não estava claro qual seria o papel da Argentina no sistema de divisão internacional do trabalho a ser implantado a partir da segunda metade do século XIX.

O autor preocupava-se em como organizar uma nação com condições institucionais mínimas para que o progresso econômico pudesse ocorrer. Naquele momento, entretanto, Alberdi percebeu que a pecuária, tal como desenvolvida pelo Governo de Rosas, não poderia ser a atividade dinâmica que conduziria a Argentina ao desenvolvimento econômico e à integração, como já havia percebido Sarmiento, seu aliado intelectual por muitos anos, ao afirmar que:

[...] o gado é a indústria que ocupa a terra e exclui a população. [...] As vacas dirigem a política argentina! Que são Rosas, Quiroga e Urquiza? Apascentadores de Vacas, nada mais. Todos esses títulos de governador, general, restaurador, diretor são consequência da maneira estúpida, pobre, prejudicial de criar vacas, inutilizando o terreno, impedindo o povoamento e a indústria. (SARMIENTO, 1983, p. 38.)

Também nessa “fase inicial”, era necessário povoar. Conforme as próprias estimativas de Alberdi, a Federação Argentina, em meados do século XIX, deveria ter cerca de 800

(8) Neste aspecto, nossa análise diverge da realizada por SHUMWAY (2008), que considera *Bases* um texto que afasta Alberdi de uma visão latino-americana.

mil habitantes. Essa deveria ser uma das estratégias do Estado: “governar é povoar” seria a frase contida no título do capítulo 31 de *Bases*. Seria, então, papel do Estado dar garantias aos imigrantes, criar uma Constituição que pudesse garantir o direito de propriedade àqueles que desejassem se estabelecer em solo argentino. Permitir a diversidade religiosa já seria um grande passo. Mas Alberdi vislumbrava algo mais do que o simples povoamento. Se o povoamento do “deserto” interior era importante, também era necessário superar o seu isolamento e, para tanto, seriam necessários investimentos em infraestrutura de transporte e de comunicação.

Mas de onde viriam os recursos para tantos investimentos? Alberdi apresenta uma possibilidade que o revela muito mais preocupado com uma concepção mais geral de construção de uma nação capitalista do que o simples povoar de um vazio territorial. Reconhecia, entretanto, a ausência de capitais financeiros domésticos e percebeu as oportunidades de captação de poupança externa:

¿Son insuficientes nuestros capitales para esas empresas? — Entregadlas entonces a capitales extranjeros. Dejad que los tesoros de fuera como los hombres se domicilien en nuestro suelo. Rodead de inmunidad y de privilegios el tesoro extranjero, para que se naturalice entre nosotros. Esta América necesita de capitales tanto como de población. El inmigrante sin dinero es un soldado sin armas. Haced que inmigren los pesos en estos países de riqueza futura y pobreza actual. Pero el peso es un inmigrado que exige muchas concesiones y privilegios. Dádselos, porque el capital es el brazo izquierdo del progreso de estos países. Es el secreto de que se valieron los Estados Unidos y la Holanda para dar impulso mágico a su industria y comercio. (ALBERDI, 1943, p. 89.)

Alberdi foi criticado por alguns nacionalistas por essa postura<sup>(9)</sup>. É interessante notar que o discurso de Alberdi se volta para a união das províncias argentinas, situação que até então não havia se verificado na região. Essa união política, entretanto, implicava uma maior divisão de poder entre federais e unitários. No capítulo 17 de sua obra, Alberdi apresenta inúmeros argumentos que defendem as posições dos dois partidos. Vislumbrava um modelo conciliatório, tendo como referência os Estados Unidos. Imaginava um Estado Federativo composto pelas províncias independentes, porém subordinadas a um Governo Central. No capítulo 23, sugere algumas das atribuições para esse Governo: a política externa, a defesa, os investimentos em infraestrutura, a legislação sobre comércio, a navegação e dois importantes conjuntos de questões econômicas: o poder de emitir créditos internos e externos e o poder de arrecadar e distribuir as receitas tributárias. A primeira das faculdades faz sentido com base em um poder central. Logo, não é difícil justificar a sua defesa. O problema estaria no segundo conjunto de atribuições. A quase totalidade das receitas da Argentina era gerada no porto de Buenos Aires. Esse seria o grande problema que não foi resolvido após a vitória em *Monte Caseros* e que se tornaria uma das grandes desilusões de Alberdi em relação aos rumos tomados pela Argentina<sup>(10)</sup>.

(9) Um exemplo mais notável dessa crítica pode ser encontrado em IRAZUSTA (1963).

(10) *Monte Caseros* é o local onde o ditador Juan Manuel de Rosas foi derrubado pelas forças do General Urquiza.

Após a construção institucional, qual seria a estrutura produtiva que deveria ser estabelecida no país? Conforme sugerido anteriormente, Alberdi não estaria pensando no modelo de divisão internacional do trabalho que poderia ser prejudicial à América Latina na interpretação de muitos economistas latino-americanos contemporâneos<sup>(11)</sup>. Poderia ser a indústria manufatureira, conforme ele sugere no capítulo 13:

La industria es el único medio de encaminar la juventud al orden. Cuando la Inglaterra ha visto arder la Europa en la guerra civil, no ha entregado su juventud al misticismo para salvarse; ha levantado un templo a la industria y le ha rendido un culto, que ha obligado a los demagogos a avergonzarse de su locura. La industria es el calmante por excelencia. Ella conduce por el bienestar y por la riqueza al orden por el orden a la libertad: ejemplos de ello la Inglaterra y los Estados Unidos. La instrucción en América debe encaminar sus propósitos a la industria. (ALBERDI, 1943, p. 62.)<sup>(12)</sup>

Alberdi pensava na industrialização como uma possibilidade. Pensava antes na qualificação da mão de obra. Não o simples “educar o povo”, mas orientar a educação para as *ciências exatas e artes aplicadas à indústria*. Alberdi reclamava do excesso do ensino do que denominou de ciências morais em detrimento das ciências exatas. Considerando que a indústria demandaria a instrução da engenharia e de atividades afins, fazia sentido pensar na qualificação da mão de obra como alternativa para a implantação de indústrias no futuro. Alberdi pensava, entretanto, em uma atividade econômica especial a ser estimulada de imediato: o comércio e a navegação no rio da Prata. Prestava atenção na posição estratégica das terras para as pastagens ou agricultura em relação à penetração do rio no interior da América do Sul. Essa seria uma vantagem evidente e, mais uma vez, a questão fiscal se colocava como fundamental:

De todas las industrias conocidas, el comercio marítimo y terrestre es la que forma la vocación especial de la República Argentina. Ella deriva esa vocación de la forma, producciones y extensión de su suelo, de sus portentosos ríos, que hacen de aquel país el órgano de los cambios de toda la América del Sur y de su situación respecto de la Europa. — Según esto, la libertad y el desarrollo del comercio interior y exterior, marítimo y terrestre, deben figurar entre los fines de primer rango de la constitución argentina [...]. La libertad del comercio interior sólo será un nombre, mientras haya catorce aduanas interiores, que son catorce desmentidos dados a la libertad. La aduana debe ser una y nacional, en cuanto al producto de su renta; e en cuanto a su régimen reglamentario, la aduana colonial o fiscal, la aduana inquisitorial, iliberal y mezquina de otro tiempo, la aduana intolerante, del monopolio y de las exclusiones, no debe ser la aduana de un régimen de libertad y de engrandecimiento nacional. (ALBERDI, 1943, p. 122-123.)

(11) Aqui, podemos destacar o pensamento cepalino, que considerou a especialização produtiva decorrente da adoção do livre comércio como uma situação prejudicial para a América Latina. Prebisch, por exemplo, denominou tal modelo de *Centro-Periferia*.

(12) Aqui, podemos ter uma interpretação acerca da palavra “indústria” que pode comprometer a análise do texto. Indústria, em textos de autores do século XIX, particularmente na primeira metade do século, poderia significar qualquer atividade produtiva, como comércio, agricultura etc. A indústria de transformação era designada por “manufatura” ou algum termo semelhante. No contexto da citação, Alberdi parecia se referir à atividade manufatureira. Essa interpretação torna-se clara quando se toma a leitura do capítulo XIII como um todo. Mas, muitas vezes, Alberdi se refere à indústria como uma atividade geral, como na próxima citação.

Alberdi estaria ainda por perceber que a questão fiscal seria um dos grandes entraves à unificação do país. Sob a influência de *Bases*, em 1853 é implantada a Constituição da Federação Argentina. Por prever a federalização das receitas do porto, aquela que seria a Capital da Nação, declara-se como país independente. A divisão política que era observada na ditadura de Rosas é ampliada. Alberdi, em uma nova edição de *Bases*, de 1856, buscou, na história e nas instituições, as causas dessa situação:

El error de Rivadavia no consistía en haber dado a su provincia instituciones inadecuadas, como se dice vulgarmente, sino en que empezó por atribuir a la provincia de Buenos Aires los poderes y las rentas que eran de toda la Nación. Cuando más tarde quiso retirar esos poderes y rentas para entregarlos a su dueño, que es el pueblo argentino, ya no pudo; y la obra de sus errores fue más poderosa que la buena voluntad del autor. En nombre de sus propias instituciones de desquicio, Rivadavia fue rechazado por Buenos Aires, desde que pensó en dar instituciones de orden nacional. (ALBERDI 1943. p. 278.)

Bernardino Rivadavia foi uma das personalidades políticas mais relevantes da história da Argentina. Esteve no poder entre 1821 e 1827, primeiro como Ministro das Relações Exteriores do Governo Federal do General Martín Rodríguez e depois como Presidente<sup>(13)</sup>. Rivadavia liderou, durante os anos de 1820, um governo relativamente próspero em Buenos Aires. Essa prosperidade já era decorrente do grande dinamismo adquirido pelo porto, resultado do comércio de couro e carnes salgadas com a Europa, Caribe e Brasil. Esse dinamismo, apesar de não ter contribuído para qualquer mudança no quadro estrutural social no interior, que era de estagnação e de não integração, foi acompanhado pelo surgimento de uma classe alta emergente com o fascínio pelos costumes da aristocracia europeia (SHUMWAY, 2008, p. 121). Rivadavia soube aproveitar esse momento e conduzir a cidade de Buenos Aires para uma *feliz experiência*, pelo menos sob o ponto de vista das elites portenhas que, cada vez mais, consolidavam o seu poder econômico e diversificavam suas atividades, migrando para a pecuária na região pampeana graças às generosas transferências de terras proporcionadas pelo então poder público (ROCK, 1994).

Em estudo publicado originalmente no ano seguinte ao de *Bases*, denominado *Derecho Público Provincial Argentino*, Alberdi haveria de considerar de forma mais energética a hipótese de que durante o governo de Rivadavia, as leis teriam dado poderes suficientes ao Governo de Rosas para legislar em benefício da arbitrariedade e do despotismo (ALBERDI, 1998). Não tanto por culpa de Rivadavia, que, segundo Alberdi, tentou modernizar a nação; queria chamar a atenção para a importância e para os cuidados com a construção da estrutura institucional de um país.

Alberdi já enxergava, na década de 1850, que as disputas políticas tinham uma motivação econômica e uma origem histórica. Em seu *Fragmento Preliminar*, Alberdi não percebeu de imediato tal questão e talvez aí resida a sua ingenuidade em seu apoio precipitado ao governo “restaurador” de Rosas. Porém, Rosas havia apenas consolidado o poder de uma

(13) O uso do termo “presidente” aqui não é adequado, pois não podemos considerar a existência de uma República consolidada na região. Entretanto, na história argentina, Rivadavia é considerado como tendo sido presidente de uma nação em construção durante a década de 20 do século XIX.

elite de comerciantes na cidade de Buenos Aires e que estaria migrando para a produção de gado na região do litoral. Após sua queda, essa elite procurou defender os seus interesses e entre esses estava a supremacia e autonomia da cidade portuária. Essa defesa acabou contribuindo para mais duas décadas de disputas sangrentas entre federais e unitários. Nesse período, Alberdi manteve o seu ofício de escrever sobre a Argentina, agora não mais tentando pensar em como construir uma nação, mas buscando entender as causas do fracasso no processo dessa construção em um tom de perplexidade e frustração. O seu liberalismo não era o liberalismo defendido por muitos intelectuais e políticos de Buenos Aires. Para entender tais sentimentos, devemos avançar no tempo e buscar a leitura de um Alberdi mais maduro, tentando escrever um livro sobre os problemas econômicos da América Latina após um período de conflitos, com a Guerra do Paraguai<sup>(14)</sup>.

### 3. O ECONOMISTA EM *ESTUDIOS ECONÓMICOS*

Após escrever *Bases* e durante o Governo de Urquiza, Alberdi passa a representar diplomaticamente a Confederação Argentina, constituída então pelas treze províncias menos a de Buenos Aires. Conforme destacado anteriormente, essa representação acabou se transformando em um exílio permanente até o final de sua vida, o que não o impediu de manifestar opiniões sobre determinados aspectos da formação Argentina. Em seus textos posteriores à publicação de *Bases*, passou a explicitar suas divergências políticas com aqueles que defendiam a soberania de Buenos Aires. Revelava também sua simpatia pelo Partido Federal. Mas esse apoio não se destinava ao federalismo de Rosas, pois o ditador era fruto de circunstâncias infelizes, representante dele mesmo e de interesses de uma oligarquia que passaria a dominar as forças econômicas e políticas do país. Todas essas percepções passam a ser encontradas no texto *Estudios Económicos*.

Em inúmeras obras publicadas ao longo de sua vida, é marcante a influência recebida por Alberdi dos economistas clássicos<sup>(15)</sup>. Em *Estudios Económicos*, o autor toma como uma das referências principais a obra clássica de Adam Smith: *A Riqueza das Nações*.

El comercio y las manufacturas no pueden florecer mucho tiempo en un estado que no goza de una administración de justicia bien reglada; en el cual no se siente la posesión de sus propiedades perfectamente garantidas; en el cual la fe de los contratos no es apoyada por la ley; y en el que o se ve a la autoridad pública prestar su fuerza de una manera constante y regular para compeler al pago de las deudas a todos aquellos que están en situación de pagarlas. En una palabra, el comercio y las manufacturas rara vez se verá florecer en un estado en que la justicia del gobierno no inspira un cierto grado de confianza. (SMITH *apud* ALBERDI, 1996, p. 222.)

Alberdi reafirmava sua preocupação com a estabilidade de regras, com o respeito aos contratos, com a estabilidade institucional e com o respeito ao direito de propriedade,

(14) Conforme destacado em nota anterior, essa evolução também é considerada por TERÁN (2004), porém, considerando todos os textos póstumos de Alberdi.

(15) Vale notar que, conforme indicado na nota 6, os economistas clássicos não foram os únicos considerados por Alberdi. Mas a predominância deles é marcante em *Estudios*.

condições mínimas para que o capitalismo pudesse prosperar na Região do Prata. Considerava que a região deveria elaborar leis de forma a estimular o comércio, a imigração e os investimentos em ferrovias de forma que o capitalismo pudesse prosperar e que a sociedade pudesse desfrutar do progresso material decorrente.

Se em *Bases* a preocupação com a estabilidade institucional já se colocava, pois havia, para ele, outros intelectuais de sua época, a percepção de que a Argentina mantinha os traços feudais herdados da colonização espanhola, em *Estudios*, essa preocupação é retomada em um novo contexto: Alberdi já tinha vivenciado a separação de Buenos Aires das demais províncias em 1853. Sua interpretação era a de que a Argentina teria cometido uma série de equívocos econômicos e políticos e perdido a oportunidade de ser uma verdadeira e próspera nação capitalista. Ou seja, após a queda do ditador, Alberdi teria visto suas expectativas frustradas. Sua concepção de uma nação liberal não apenas não teria sido concretizada como também a região teria se lançado em uma sangrenta guerra civil liderada por Buenos Aires, representada inicialmente pela figura de Bartolomé Mitre e depois por Domingo Faustino Sarmiento<sup>(16)</sup>. Todo esse caos institucional, na visão de Alberdi, teria comprometido o progresso econômico e social na região. É essa a hipótese que Alberdi tenta defender em sua obra *Estudios*.

Além das questões institucionais, Alberdi buscou outro conceito em Adam Smith (1976): o do trabalho improdutivo, que o autor da Escola Clássica desenvolve no livro segundo, capítulo terceiro da *A Riqueza das Nações*. Considerou não apenas esse conceito, mas relacionou-o com uma atividade que foi objeto de análise em boa parte de sua obra: o mau uso do crédito: “Las crisis consisten en ese empobrecimiento o destrucción de capitales y fortunas traídas por los empréstitos enormes, invertidos en asalarar trabajos improductivos.” (ALBERDI, 1996, p. 83.)

Alberdi considerou a crise econômica como um fenômeno novo e deixa implícito que ela seria decorrente da formação do capitalismo nesta parte da América:

Las crisis económicas, en que esa pobreza consiste, son siempre nacidas del abuso de un noble esfuerzo, el de enriquecer y prosperar súbitamente. Ellas forman una pobre peculiar de los ricos, como existen enfermedades peculiares de los hombres robustos. Eran desconocidas antes de la época de los bancos y del crédito, como las explosiones y sus estragos lo eran antes del vapor aplicado a la locomoción. (ALBERDI, 1996, p. 37.)

Nota-se, nessa última passagem, que Alberdi sugere que as crises econômicas não teriam origem apenas no “lado real” do capitalismo, mas também no seu “lado financeiro”. Alberdi considerava a crise econômica como uma manifestação particular do capitalismo que naquele momento parecia florescer na América do Sul: um capitalismo financeiro baseado no mau uso do crédito. Entretanto, mais do que a complexidade das operações de crédito, Alberdi se preocupou particularmente com o crédito nas mãos do Governo.

(16) Bartolomé Mitre ocupou o cargo de Presidente da Argentina entre 1862 e 1868. Representante do Partido Unitário e dos interesses de Buenos Aires foi personalidade política importante a partir da década de 1860, e escritor e historiador. Teve a infelicidade ou o oportunismo de dar início à Guerra do Paraguai em 1865. Sarmiento ocupou a presidência entre 1868 e 1874 e encerrou o mesmo conflito, que foi impopular não apenas no meio da sociedade argentina, mas entre intelectuais da época. Sobre essa impopularidade, ver SHYNWAY (2008, p. 83).



Finalmente, nessas considerações teóricas, Alberdi passa a considerar outra causa para a crise, talvez a mais grave de todas: as guerras, tão comuns na região durante o XIX:

El primero de los hechos en que las crisis tienen causas y origen es la guerra.

Toda guerra, por justa y gloriosa que sea en sus motivos, es causa de empobrecimiento, por los grandes gastos improductivos que ocasiona, por la destrucción de fortunas y de hombres, que son su efecto y condición natural.

La guerra puede ser fértil en gloria, fecunda en honores, pero esa gloria y esos honores cuestan siempre al país la disminución de su fortuna pública y privada, la disminución del traje, la caída de los salarios, la emigración de los trabajadores y de los capitales, la paralización de todas las empresas de progreso material, la disminución de las entradas del tesoro, la desaparición de los metales preciosos, la contracción o disminución del crédito, la depresión de todos los valores, la pobreza general del país en una palabra, o ese estado de cosas más o menos permanente que se llama crisis, el menos gloriosos, como que es el descrédito, más humillante que la esclavitud. (ALBERDI, 1996, p. 55.)

Todas essas causas de uma crise, ou seja, a instabilidade institucional, a ausência do direito de propriedade, os desrespeitos aos contratos, a herança colonial, o mau uso do crédito, o trabalho improdutivo e as guerras se misturam na Região do Prata, tornando-a um mundo caótico totalmente desfavorável ao desenvolvimento de um capitalismo que Alberdi idealizou. O autor viu esse caos não como uma situação do acaso, mas como necessária aos interesses daqueles que desejavam fortalecer o poder da cidade e do porto de Buenos Aires sobre as demais regiões, cidades ou povoados do interior. Viu também que o caos demandava um combustível, que eram os financiamentos externos para os conflitos. Nesse ponto, passou a responsabilizar a Europa, particularmente, a Inglaterra, pelos empréstimos destinados aos conflitos na região, inclusive aqueles destinados à Guerra do Paraguai.

Alberdi, apesar de ter como referência teórica os economistas clássicos liberais, não foi um mero importador de teorias. Sua percepção de que algo estava errado nessa parte da “América” e que interesses políticos se colocavam nas crises que ele imaginava existir. Após essas referências, Alberdi busca na história as oportunidades e os erros cometidos na Região do Prata. No que seria o terceiro capítulo do seu livro, intitulado *Causas históricas de origen colonial*, Alberdi busca na história colonial as causas para um estado de pobreza que ele julgava estar presente em toda América Espanhola. Seu rancor pela colonização espanhola é revelado em passagens como esta, da qual extraímos um trecho:

La América antes española es pobre desde su origen y por causa de su origen, que debió a una nación pobre ella misma cuando la descubrió y conquistó, a causa de una guerra santa de ocho siglos en que olvidó o prendió a ignorar el trabajo, que e la sola fuente de la riqueza como su ausencia es la sola causa de la pobreza. [...] Mal poblada, porque lo fue por una nación despoblada ella misma por una guerra de ocho siglos, recibió en herencia orgánica la ignorancia y el desden al trabajo; el odio a la fe disidente; el amor a la adquisición del oro sin trabajo; el error de que tener menas era ser rico, con tal de tener esclavos para hacerlos trabajar; el error de que extender los dominios, es decir, el suelo de la corono, era extender su poder y grandeza; el odio a

todo extranjero disidente en religión; su comercio y trato, mirado como crimen peligroso para la seguridad de la tierra; el aislamiento como principio de existencia social y garantía de seguridad contra la condición del extranjero [...]. (ALBERDI, 1996, p. 87-88.)

Alberdi via a independência como uma oportunidade de ruptura desse modelo. Entretanto, sua leitura do processo de formação da economia argentina, por ocasião da concepção do texto *Estudios*, é pessimista. Naquele momento, o autor já tinha experimentado suas frustrações políticas ao interpretar o processo de formação dos Estados Nacionais da América do Sul, particularmente da Argentina.

Desde a separação de Buenos Aires das demais províncias em 1853, Alberdi passou a assumir um tom crítico em seus textos. A crítica, que cresce e que muitas vezes assume um tom de denúncia, tem um destino: as ações que o Partido Unitário e os governos de Bartolomé Mitre e de Domingo Faustino Sarmiento, passam a assumir após a queda de Rosas. Na verdade, as causas do que Alberdi chamava de *crise* eram específicas: estavam relacionados aos interesses de Buenos Aires, particularmente em relação ao destino das receitas da aduana do porto e à possibilidade dessa cidade em usar o crédito para se impor perante as demais províncias. Alberdi já havia denunciado os abusos de Mitre e Sarmiento em obras anteriores, mas em *Estudios* procurou avaliar esses dois governos a partir de um quadro já consolidado, tentando relacioná-los ao caos institucional<sup>(17)</sup>.

Alberdi procura dividir o processo de formação da história econômica da América do Sul, particularmente da Argentina, em dois grandes períodos e que depois o autor iria caracterizar como “ciclos”, ou seja, momentos de progresso seguidos por períodos de decadência econômica e política (ver, por exemplo, Alberdi, 1996). O 1º período inicia-se com o fim da dominação colonial e se estende até o fim do governo de Juan Manuel de Rosas, cujo poder teria prevalecido entre 1829 e 1851. O 2º período iniciou-se com a queda do ditador e seria, segundo Alberdi, o momento da grande oportunidade para a prosperidade do capitalismo na região. Mas, por uma série de decisões equivocadas tomadas pelos homens do poder da cidade de Buenos Aires, tal oportunidade teria sido desperdiçada. Mais do que uma simples divisão de períodos, esses momentos, para Alberdi, eram como “ciclos”.

O autor via o progresso econômico na região como um processo que, em um momento inicial, haveria uma perspectiva de prosperidade que logo seria frustrada pela falta de uma organização institucional mínima necessária ao progresso. O “combustível” para o início de cada ciclo era o crédito, concedido de duas formas: ou por endividamento interno ou principalmente pela utilização de recursos provenientes do exterior; ou seja, pelos empréstimos recebidos da Inglaterra. Esse primeiro ciclo de prosperidade não se sustenta e termina com uma situação anárquica sob o ponto de vista político, em grande parte fruto da herança colonial. Essa desorganização teria dificultado a construção de instituições favoráveis ao desenvolvimento econômico. As disputas pelo poder, as dificuldades em construir regras estáveis, as lutas territoriais, enfim, a conhecida “anarquia argentina” teria então resultado na ditadura do caudilho Juan Manuel de Rosas (também conhecido como o “Restaurador”), dentre outras ditaduras em outras regiões da América Latina.

(17) Um dos textos críticos mais conhecidos de Alberdi foi escrito em 1853 e é conhecido como *Cartas Quillotanas*. Nessas *Cartas*, faz duras críticas à Sarmiento e ao Partido Unitário (ALBERDI, 2004).

Alberdi, no mesmo capítulo, não isenta a Europa pela crise. Além da própria colonização, ela teria alimentado o caos institucional com seus capitais financeiros ou empréstimos. Mais do que isso, teria beneficiado determinados grupos em detrimento de um poder mais democrático em uma região com tantas disputas políticas. A Europa, particularmente a Inglaterra, fornecia o combustível para a situação, que era a ausência de instituições. Para Alberdi, a concessão dos empréstimos externos seria um ato irresponsável em um momento em que a organização dos Estados Nacionais ainda não estava constituída.

A preocupação de Alberdi, entretanto, não estaria no primeiro ciclo, mas em um segundo ciclo, que começaria após a queda de Rosa em 1952<sup>(18)</sup>. Essa é uma observação relevante, apesar de um dos seus primeiros admiradores, o intelectual e pensador argentino do início do século XX, José Ingenieros, insistir na tese de que Alberdi, em *Estudios*, é o primeiro a perceber as consequências econômicas do governo de Rosas. Ingenieros vai além. Coloca *Estudios* junto com as obras de Sarmiento:

[...] Desenvolviendo ideas precedentes, y aplicando al estudio de los problemas americanos ciertas doctrinas económicas e históricas que dominaba, Alberdi llegó a dar una interpretación económica de la historia política argentina. Por este aspecto su obra completa a la de Sarmiento, que estudió otros factores, el medio y la raza. Los dos, juntos, contienen todos los elementos para una interpretación integral de nuestra evolución sociológica. (INGENIEROS, 1918, p. 355.)

Com esse argumento, José Ingenieros teria prestado atenção apenas em parte da análise histórica que Alberdi teria realizado. Teria observado apenas o primeiro período, ou seja, as consequências da herança colonial. Na verdade, Ingenieros e tantos outros intelectuais argentinos procuraram ignorar as duras críticas que Alberdi fez às duas grandes personalidades da política e da literatura argentina de sua época: Mitre e Sarmiento. Mais do que isso, Alberdi, ao explicar o segundo ciclo de prosperidade, relacionaria o egoísmo de Buenos Aires em não querer dividir as receitas aduaneiras com o interior com os conflitos da Região do Prata, particularmente com a Guerra do Paraguai. Sua leitura é de uma construção capitalista pela violência.

Alberdi percebe uma segunda oportunidade (ou um segundo ciclo) para a América Latina a partir da queda de Rosas e da mudança do sistema colonial mantido pelo ditador e outras que o autor cita em seu estudo. As causas de reversão desse segundo ciclo decorreriam mais uma vez dos conflitos políticos; porém, nesse novo ciclo, seriam explicadas pela recusa de Buenos Aires em compartilhar as suas receitas e seu poder político com as demais províncias. Pelo menos na leitura de Alberdi, esse teria sido um infeliz modo do capitalismo se estabelecer na Argentina.

Alberdi considerava não apenas as guerras civis, mas o principal conflito de sua época: a Guerra do Paraguai. Para ele, essa Guerra teria sido mais um dos maiores equívocos conduzido por Buenos Aires. O autor mais uma vez considera a irresponsabilidade do

(18) Aqui, há uma aparente confusão no texto. Muitas vezes, Alberdi mistura a análise sobre a economia argentina com uma análise sobre a América do Sul, como se quisesse generalizar sua abordagem. Essa seria, de fato, sua intenção. Porém, como se trata de uma obra póstuma, imaginamos que o autor não teve tempo de concluir o trabalho. Nesse sentido, na maior parte das análises, a Argentina é o seu foco principal.

endividamento externo, que poderia ser utilizado para a construção de um capitalismo que ele havia idealizado em sua obra *Base*:

Así como hay obras públicas para empréstitos, hay también empresas guerreras, grandes obras de especulación política para grandes empréstitos: verbigracia, la triple alianza y la guerra del Paraguay, concebidas como para motivar los diez o veinte millones tomados a préstamos por el presidente Mitre y los treinta millones del presidente Sarmiento [...]. Arruinado el crédito de la confederación por sus empréstitos extravagantes y exorbitantes, cuyo producto ha sido empleado estérilmente en guerras que han despoblado parte de su suelo y riqueza, Sarmiento ha acabado de poner a la nación en manos de Buenos Aires, que es hoy el poseedor exclusivo de la rama principal del tesoro argentino, que es el crédito publico. (ALBERDI, 1996, p. 209.)

Em outra passagem, Alberdi parece insinuar uma contradição no uso dos empréstimos: a destruição de atividades produtivas, exatamente aquilo que a Argentina deveria buscar construir, como se estivesse reconhecendo os progressos realizados pelo Paraguai e pelas outras regiões atingidas pelos conflitos:

El empréstito inglés, de 1868, fue contraído para gastarse en destruir el Paraguay, cuya riqueza formaba parte de la riqueza del Plata, en buena economía, sin que la gloria de esas ruinas impida a la República Argentina se deudora de esos diez millones que está obligada a pagar con sus intereses. El empréstito de treinta millones levantado por la nación, para construcciones y obras de progreso, fue empleado, en gran parte, en las destrucciones gloriosas y liberales del Paraguay y de Entre Rios, por las guerras hechas contra López y Urquiza, los iniciadores del vapor, del telégrafo, de la colonización, de la libre navegación fluvial, mientras los indios eran dejados en posesión del Sud. (ALBERDI, 1994, p. 187.)<sup>(19)</sup>

As consequências desses atos, para Alberdi, seriam um estado de pobreza e as suas várias manifestações nos âmbitos político, social e econômico:

La mayor y más genuina causa de la pobreza, en que nuestra crisis actual consiste, reside en su mal gobierno. [...] Hicieron tres guerras largas y sangrientas, que desalaron al Paraguay e Entre Rios, como para cegar en la fuente ulteriores campanas del género de la que, en 1852, libertó a la nación de su dictadura de veinte anos. Despoblaron a esos países, pos las tres guerras, de más de medio millón de sus habitantes y destruyeron millones de su riqueza pública y privada, que reemplazaron por otros tantos millones de dinero ajeno, en que endeudaron al país, hasta el grado de tener que invertir por anos y anos, en el pago de intereses de esas dudas, la mitad de su renta pública ordinaria. (ALBERDI, 1996, p. 437-439.)<sup>(20)</sup>

Ainda que o texto *Estudios Económicos* não seja suficiente para concluirmos sobre todas as reais causas dos conflitos da Guerra do Paraguai e dos demais conflitos ocorridos

(19) O conflito de Entre Rios foi um dos vários conflitos que ocorreram na Argentina na segunda metade do século XIX. Rebelião liderada pelo General Ricardo López Jordán, na Província de Entre Rios, foi realizada em 1870 contra Urquiza e fortemente reprimido por Sarmiento, então Presidente da Argentina. O conflito contra Urquiza refere-se à separação de Buenos Aires das treze províncias, em 1853.

(20) Os três conflitos referem-se à Guerra do Paraguai, à rebelião liderada por López Jordán e à separação de Buenos Aires das treze províncias, que não foi pacífica.

na região, ele sugere alguns pontos compartilhados por alguns historiadores, que reconhecem que esses conflitos devem ser entendidos como um processo inserido no contexto da consolidação do poder das elites portenhas sobre as demais províncias do interior da Argentina<sup>(21)</sup>. A Guerra do Paraguai, além de destruir qualquer pretensão de união entre o forte poderio militar paraguaio com forças federais na Argentina, união essa que poderia ameaçar o poder dos de Buenos Aires, trouxe ganhos para produtores de gados e comerciantes da cidade portuária, mantendo assim os ganhos dos capitalistas portenhas (ROCK, 1994, p. 178).

A tragédia foi que a Guerra do Paraguai mudou a história econômica, política e social dos países que dela participaram. Também ajudou a consolidar no poder determinados grupos. Não era essa a história que Alberdi queria contar quando publicou sua obra *Bases* em 1852. Alberdi estaria, no final de sua vida, sentindo-se frustrado pela trajetória que a Argentina seguiu. Utopico ou não, imaginava que, após a queda de Rosas, a Argentina pudesse resolver suas questões políticas de forma mais democrática ou “civilizada”, dando maior atenção às instituições e à inclusão do interior, dos caudilhos e gaúchos, nas decisões políticas e no destino das aduanas no porto. Interpretou os conflitos como o pior resultado da história da Argentina. O liberal não concordou com os rumos do capitalismo em seu país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura de Alberdi permite algumas considerações relevantes. Muitos conceitos e percepções que hoje são considerados no debate sobre o desenvolvimento econômico e político eram utilizados no século XIX. Alberdi utilizou o conceito de direito de propriedade e o argumento da estabilidade institucional para defender suas posições no debate sobre a política econômica na Argentina e, de certa forma, na América. O autor buscou na História um método de interpretação da realidade econômica e política. Alberdi também oferece um conjunto de questões que ainda podem ser exploradas e que podem ajudar na difícil tarefa de entender uma pergunta ainda não totalmente respondida ou compreendida: por que somos pobres?

Alberdi não viveu para ver seu país prosperar em um projeto liberal. Se olharmos o desempenho da economia argentina, perceberemos contradições no pensamento de Alberdi, particularmente em *Estudios*. Talvez a crise defendida por Alberdi não existisse na região. Essa possibilidade se reforça por alguns fatos históricos. A Argentina intensifica seu processo de integração à economia mundial a partir da década de 1880. Inicia-se, então, a próspera produção de carnes, trigo e milho. Mais tarde, as técnicas de congelamento permitiriam a ampliação da pecuária bovina. Intensifica-se também a imigração europeia, que alcançaria seu auge na primeira década do século XX. A partir de então, a Argentina entraria em uma fase de crescimento que, até a grande depressão, teria poucos paralelos no mundo. Entretanto, após esse período de prosperidade, seria um país em permanente estado de crise econômica e política. Talvez aí esteja a relevância das ideias do autor.

(21) Essa tese é amplamente defendida por ROCK (1994), POMER (1980) e SHUMWAY (2008).

Analisando as obras de Alberdi, podemos perceber várias críticas ao liberalismo que estava sendo construído na Argentina: um liberalismo baseado na concentração de renda e poder, concentração essa muitas vezes defendida pela repressão do Estado. Não houve um projeto nacional de desenvolvimento, pelo menos durante o período em que ocorreu o processo de concentração da renda, favorável aos proprietários da terra e àqueles vinculados às atividades de exportação. A cidade de Buenos Aires preferiu manter, naquele momento, sua hegemonia nas decisões acerca dos destinos das aduanas e essa decisão acabou por contribuir para o surgimento das guerras. Para Alberdi, a Guerra do Paraguai e os conflitos internos na Argentina representaram desperdícios de recursos materiais e financeiros, além de terem provocado grande instabilidade institucional e adiado e prejudicado o processo de imigração e integração do país. Sem dúvida, não podemos deixar de considerar que a Guerra do Paraguai mudou a história dos países que dela participaram. Alberdi percebeu a perversidade da situação em uma época em que muitos intelectuais defenderam o conflito, como Sarmiento e Mitre. Mais do que isso, percebeu uma possível relação de cumplicidade da Inglaterra com a situação, cumplicidade esta ainda hoje é debatida pelos historiadores<sup>(22)</sup>.

Infelizmente, Alberdi não pôde debater as contradições de seus argumentos. Não pôde observar os investimentos em ferrovias, que não foram utilizados para a integração do país, mas para a integração das fontes de bens primários ao porto. Também não conseguiu avaliar o processo de imigração: a Argentina atrairia grande contingente de pobres europeus que iriam se estabelecer na periferia das cidades. Não pôde acompanhar o desenvolvimento político de seu país, onde a liberdade econômica foi muitas vezes estabelecida com total ausência de democracia. Não viu a continuidade de uma situação: a violência seria uma sombra pronta para tornar-se real quando o “direito de propriedade” ameaçasse tornar-se mais justo. O gaucho e o caudilho seriam apenas personagens exóticos no processo de formação da estrutura econômica, política e social da Argentina.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERDI, Juan Bautista. *Grandes y pequeños hombres del Plata*. Buenos Aires: Editorial Punto de Encuentro, 2007.

\_\_\_\_\_. *Cartas sobre la prensa y la política militante de la República Argentina (Cartas Quillotanas)*. Buenos Aires: Editorial Losada, 2004.

\_\_\_\_\_. *Derecho Público Provincial Argentino*. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1998.

\_\_\_\_\_. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*. Buenos Aires: Biblioteca Clásicos Argentinos, 1943.

\_\_\_\_\_. *Fragmento preliminar al estudio del Derecho*. Buenos Aires: Librería Hachette, 1937.

\_\_\_\_\_. *Estudios económicos (Escritos póstumos de J. B. Alberdi — tomo I)*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Sistema económico y rentístico de la confederación argentina, según su Constitución de 1853*. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1921.

(22) Ver, por exemplo, a discussão realizada por DORATIOTO (2007) e BETHELL (1995).

- BETHELL, Leslie (Org.). *A Guerra do Paraguai: história e historiografia (introdução)*. In: *Guerra do Paraguai — 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dunar, 1995.
- DONGHI, Tulio Halperín. *Proyecto y construcción de una Nación (1846-1880)*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: uma história da Guerra do Paraguai*. 2. ed. Cia. das Letras, 2007.
- GHIRARDI, Olsen A. *La filosofía en Alberdi*. Córdoba: Ediciones da Academia Nacional de Derecho y Ciencias Sociales de Córdoba. 2000. v. IX.
- GULDBERG, Horacio Cerutti. Historia de las ideas filosóficas latinoamericanas. In: GULDBERG, Horacio Cerutti; MAGALLÓNANAYA, Mario. *Historia das las ideas latinoamericanas. ¿Disciplina fenecida?* México: Casa Juan Pablos, Universidad de la Ciudad de México, 2003.
- INGENIEROS, José. *Sociología Argentina*. Buenos Aires: Talleres Gráficos Argentinos L. J. Rosso y Cía., 1918.
- IRAZUSTA, Julio. *Influencia económica Británica en el Rio de la Plata*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1963.
- MAYER, Jorge M. *Alberdi y su tiempo*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1963.
- POMER, Leon. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. São Paulo: Global, 1980.
- . *Apresentação à edição brasileira de bases: fundamentos da organização política da Argentina de Juan Bautista Alberdi*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas — Unicamp, 1994.
- ROCK, David. *Argentina: 1516-1987*. Desde la colonización española hasta Raúl Afonsín. 4. ed. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1994.
- SARMIENTO, Domingos Faustino. *Facundo*. Buenos Aires: Grupo Editorial Planeta, 1983.
- . Textos selecionados. In: FERNANDES, Florestan (Coord.). *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1983.
- SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril Cultural: Coleção Os Economistas, 1983.
- SHUMWAY, Nicolas. *A invenção da Argentina: a história de uma ideia*. São Paulo: Edusp/Editora UNB, 2008.
- SMITH, Adam. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. v. II. Oxford: Clarendon Press, 1976.
- TERÁN, Oscar. *Las palabras ausentes: para leer los escritos póstumos de Alberdi*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

# Três Variantes do Personalismo na Política da América Hispânica: o Caudilhismo, o Bolivarianismo e o Populismo como Expressões de Afirmação Regional

Francisco Mata Machado Tavares<sup>(\*)</sup>

**Resumo:** Este artigo discute, sob prisma teórico-político, três variantes da legitimação carismática do poder identificadas na América Hispânica em diferentes momentos históricos. O objetivo é identificar os atributos comuns e as distinções entre o caudilhismo, o bolivarianismo e o populismo. O argumento que se pretende justificar é o de que o personalismo político se relaciona significativamente com a afirmação da autonomia subcontinental e, portanto, com a negação da legitimação legal-racional consubstanciada no constitucionalismo de origem europeia. Haveria, assim, uma paradoxal relação entre a autonomia dos cidadãos pressuposta no ideário constitucionalista e a afirmação da autonomia local intrínseca às expressões de personalismo.

**Abstract:** This article discusses, from a political-theoretical approach, three variants of the charismatic legitimation of power that are identified, along different historical epochs, in Hispanic America. The goal is to identify the common features and the differences between caudilism, bolivarianism and populism. The argument I intend to justify is that the political personalism in this subcontinent is closely related to the affirmation of its regional autonomy, and, thus, to the denial of the legalist-rationalist legitimation consubstantiated in the European constitutionalism. There would be, thus, a paradoxical relation between the citizenry autonomy pressupposed in the constitutional ideal, and the local autonomy, which is intrinsic to the expressions of personalism in Hispanic America.

---

(\*) Doutorando em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG. Professor Assistente da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás – UFG. *E-mail:* <francktavares@hotmail.com>. Recebido em 5.1.2011 e aceito em 27.6.2011.



## INTRODUÇÃO

As idiossincrasias da geografia, da história, da cultura e, de um modo particular, da política na América Hispânica, se constituem como recorrente desafio teórico e metodológico às formulações que ambicionam enquadrar tão peculiar subcontinente em conceitos e categorias de gênese estrangeira, frequentemente forjados em contextos, como o europeu ou o estadunidense, significativamente distintos em relação ao canto do globo um dia definido por José Martí como “Nossa América”. Em especial, no que tange aos estudos sociais, decorre do caráter peculiar da América Latina, em geral e, especialmente, da América Hispânica, uma comum limitação ou mesmo precariedade do instrumental analítico hegemônico para fins de caracterização dos processos, instituições, comportamentos, valores e costumes observáveis na região.

Assim, não raramente identificam-se aparentes *ambiguidades* ou *contradições* na realidade hispano-americana, como meio de se explicar sua não subsunção a clivagens cunhadas para a compreensão de cenários europeus ou norte-americanos, tais como democracia x ditadura, liberalismo x conservadorismo, modernização x atraso, ou civilização x barbárie. Em suma, o excessivo apontamento de tensões ou quadros ambíguos não se desdobra, necessariamente, de uma instabilidade ou desarmonia social na América Latina, mas, de modo oposto, pode apenas indicar os limites metodológicos de uma ciência social que pretende compreender o mundo a partir de ferramentas lógicas e conceituais etnocêntricas.

Estabelecidas as ressalvas acima, ainda é possível, em grau de coerência com o ânimo universalizante da ciência moderna, constatar-se que o estabelecimento de diálogos entre a linguagem da ciência social europeia ou estadunidense e a realidade da América Hispânica não implica, necessariamente, uma mecânica caracterização do subcontinente segundo parâmetros que lhe são estranhos. Tal se dá por duas razões: a) primeiramente, porque é inegável que a América Latina, em sua constituição social ao longo de séculos, em muito fora influenciada pela cultura e por valores europeus, de modo que o assim chamado Ocidente é uma de suas determinantes raízes e; b) ademais, é possível reconhecer-se que, no contexto da epistemologia ocidental, há uma clara abertura — desde que se irrompa para além do marco positivista — para a ressignificação de categorias e instituições a partir da interação com outras culturas, conforme esclarece Jürgen Habermas:

A permanente suspeita desconstrutivista das limitações eurocêntricas provoca a questão inversa: por que o modelo hermenêutico de entendimento, adquirido nas conversas cotidianas e desenvolvido metodologicamente desde Humboldt a partir da prática de interpretação de textos deveria, além das fronteiras da própria cultura, da própria forma de vida, subitamente fracassar? [...] Na dinâmica dessa tomada de perspectiva recíproca reside a cooperação que leva à produção de um horizonte interpretativo comum, no qual ambos os lados podem chegar a uma interpretação, que não resulta de uma apropriação etnocêntrica ou de uma conversão, mas que é partilhada intersubjetivamente. (HABERMAS, 2006, p. 23-24.)

As considerações metodológicas acima tecidas se propõem a contextualizar o propósito deste breve trabalho, concernente em compreender um fenômeno político recorrente na história da América Latina, a ser definido segundo uma tipificação de origem weberiana,

aqui apropriada e adaptada a partir das especificidades da América Hispânica. Trata-se do personalismo como fator de coesão e de identidade político-estatal, assim entendido como espécie do tipo ideal legitimação do poder segundo o carisma do governante<sup>(1)</sup>.

Esse caso específico de liderança carismática, o personalismo, é o objeto deste sucinto estudo. Em grau de paralelismo — e, sob certa medida, de rivalização — com o constitucionalismo (em outros termos, com a legitimação do domínio estatal segundo o respeito à legalidade<sup>(2)</sup>), cuida-se de um dos mais importantes traços da história política da América Latina. Por personalismo, se entende a prevalência, em termos de respeito e de identidade popular, dos atributos do líder político, em detrimento dos limites e atribuições formal-juridicamente prescritos para o respectivo cargo. Nas palavras de John Lynch (1993), para quem o personalismo é o principal legado do poder outrora exercido pelos *caudillos*, tal ideia assim se define:

[E]l personalismo se traduce en la tendencia popular a guardar mayor lealtad y obediencia al ser que gobierna que al cargo que ostenta. La creencia de que el gobierno y la burocracia deberian aplicar políticas generales de forma imparcial utilizando para ello las instituciones es totalmente ajena a la ideología personalista. (LYNCH, 1993, p. 530.)

Com efeito, desde o caudilhismo, passando-se pelo populismo ascendente a partir dos anos 30 do século XX, até o recente empossamento de governantes como Hugo Chávez, na Venezuela, Rafael Correa, no Equador ou Evo Morales, na Bolívia, nota-se uma inquietante relação entre o carisma e a liderança individual dos governantes hispano-americanos com a conformação de um discurso de legitimação dos respectivos governos, ou mesmo do Estado em cuja gestão se encontram.

Na esteira das definições acima expostas, a pergunta que se pretende responder neste texto assim se equaciona: como se caracterizam as principais manifestações do personalismo na legitimação do poder político na América hispânica e quais são suas características comuns?

O objetivo a se perseguir é a identificação de traços que aproximem as distintas variações históricas e regionais do personalismo. Para se alcançar tal propósito, serão discutidas as seguintes variações dessa espécie de legitimação carismática da domínio político: i) o fenômeno do caudilhismo e seu legado; ii) as formulações constitucionais e a *práxis* política de Simon Bolívar; e iii) o populismo como forma urbana e moderna de personalismo<sup>(3)</sup>.

Uma vez perquiridas tais modalidades de personalismo e o modo como se influenciam reciprocamente, identificar-se-á, já na seção reservada às conclusões, por meio de esforço

(1) Nos termos de Weber: “Há a autoridade do dom da graça (carisma) extraordinário e pessoal, a dedicação absolutamente pessoal e a confiança pessoal na revelação, heroísmo ou outras qualidades da liderança individual. É o domínio “carismático” exercido pelo profeta ou — no campo da política — pelo senhor de guerra eleito, pelo governante plebiscitário, o grande demagogo ou o líder do partido político.” (WEBER, 1982, p. 99.)

(2) Tal tipo ideal é assim explicado por Weber: “Finalmente, há o domínio em virtude da ‘legalidade’, em virtude da fé na validade do estatuto legal e da ‘competência’ funcional, baseada em regras racionalmente criadas.” (WEBER, 1982, p. 99.)

(3) Tendo em vista as limitações de espaço e de escopo deste trabalho, não serão abordadas outras variantes do personalismo no subcontinente, tais como os governos militares e os chefes egressos de oligarquias restritas que em seu nome governaram.

dedutivo de aplicação, para um caso específico, dos tipos identificados, eventuais signos personalistas ocorrentes na liderança política da Venezuela contemporânea, tal como exercida pelo Tenente-coronel Hugo Chávez.

## 1. OS CAUDILHOS EM HISPANO-AMÉRICA: GÊNESE DA LEGITIMAÇÃO PERSONALISTA DO DOMÍNIO ESTATAL NO SUBCONTINENTE

O fenômeno do caudilhismo em Hispano-América não encerra um modo único e rigidamente identificável de exercício do poder, mas dá conta de uma variante de personalismo político que, com certas características regulares e origens similares, triunfou entre o início e meados do século XIX, notadamente no contexto imediatamente posterior às lutas independentistas. De Rosas, na Argentina, a Paéz, na Venezuela, é possível identificar-se, em que pese as nuances decorrentes das especificidades históricas de cada localidade, atributos que permitem a caracterização dos *caudillos* e do respectivo modo de atuar politicamente, conforme se expõe adiante.

Segundo a caracterização proposta por Lynch (1993), os *caudillos*, em sua origem, se definiram por uma tríade a partir do qual angariaram temor, respeito e poder, pautada por uma base econômica, uma implantação social e um projeto político.

No que tange à base econômica, os *caudillos*, cujo poder fora, primeiramente, de alcance estritamente local ou regional, eram, quase sempre, proprietários de terras, com intenso controle sobre a distribuição de bens e sobre a alocação do trabalho e das condições de subsistência em suas propriedades.

O poder dos caudilhos, todavia, não se expressava apenas sob o âmbito econômico. O uso da força e o exercício da liderança *manu militari* como expedientes de sua implantação social eram um signo comum àqueles chefes regionais. O ânimo guerreiro, conquistador, a reunião de homens para promoção de conquistas territoriais e para a acumulação de bens eram uma característica marcante do caudilhismo. Quanto à necessária relação entre o uso da força e a constituição do poder e da legitimidade dos caudilhos, é pertinente a transcrição do seguinte excerto da obra de Lynch (1993):

Un caudillo bien podía partir al galope desde su propia hacienda a la cabeza de un grupo de hombres armados y sus seguidores le estarían obligados por una serie de lazos personales determinados por relaciones de sumisión. Entre todos estos individuos cabe establecer un denominador común: se trata del deseo de obtener poder y riqueza mediante el uso de las armas. (LYNCH, 1993, p. 18-19.)

O fato de possuírem terras e de atuarem por meio da força não é suficiente, ainda, para a completa definição de um *caudillo*. Outro aspecto decisivo em seu mecanismo de poder eram os vínculos de patronagem que estabeleciam com os seus subordinados. Em tais relações, havia um desigual intercâmbio de vantagens, nos termos do qual o *caudillo* ofertava alguma proteção, meios de subsistência e, em contrapartida, aumentava seu contingente de guerreiros, sua influência política e sua força econômica.

Tais vínculos de patronagem tendiam a repor liames horizontais entre os indivíduos, de tal arte que as identidades de classe sucumbiam à lógica vertical estabelecida entre o patrão personalista e aqueles que estavam sob sua égide. Essa estruturação social encerrava certa complexidade, de modo que um indivíduo poderia se comportar, em termos de exercício de influência e celebração de trocas desiguais, como patrão em relação à determinada coletividade e, a um só tempo, como cliente diante de outro líder que lhe fosse superior. Em que pese não contarem com qualquer grau de formalização ou positividade, as relações patrão-cliente eram rígidas e indissolúveis, além de, não raramente, imbricarem-se em vínculos familiares de compadrio, por meio das quais se afirmavam ainda mais intensamente. O projeto político do *caudillo*, portanto, concernia na crescente reunião de clientes sob seu pálio, de modo a ampliar seu poder territorial e materialmente.

Um poder central forte e consolidado não permitia o florescimento das relações informais e do exercício da violência típico dos *caudillos*. Assim, para Lynch (1993), a queda dos Bourbons em 1808 cedeu terreno a um vazio político-institucional no contexto do qual as lideranças informais, a princípio de alcance apenas regional, encontraram terreno para florescer. Sustenta o autor que a era do absolutismo fora politicamente substituída pelos tempos de caudilhismo. Nesse sentido, importa constatar a intensa correlação entre o fenômeno político em comento e as lutas por independência das colônias espanholas na América.

No contexto das Guerras de Independência, o *caudilhismo* encontrou condições favoráveis para que o poder dos líderes, então estritamente regional, almejasse um alcance nacional. O fato é que, ao mesmo tempo em que eram concebidos como guerreiros e desordeiros, avessos à unidade política e aos auspícios liberais que influenciavam as lutas independentistas, os *caudillos* eram fundamentais na manutenção da ordem social em suas áreas de domínio e, ademais, cumpriam importante papel na organização de extratos sociais indispensáveis para a independência, mas aos quais o poder central não conseguia chegar, como se dava com os *gaúchos* na Argentina e os pardos na Venezuela.

O papel dos *caudillos* nas lutas pela emancipação política das nações hispano-americanas ensejou o deslocamento do respectivo poder de um âmbito local para um alcance nacional, a partir do qual assumiria as características que lhe permitiram se definir como primeira manifestação da legitimação personalista do domínio político, já em grau de rivalização ou tensão em face dos projetos liberais e constitucionalistas. É pertinente, assim, constatar-se que o caudilhismo e o constitucionalismo são dois produtos dos processos de independência ocorrentes na América Latina do século XIX.

Na dialética — mas não contraditória — constituição de líderes que arregimentavam um séquito segundo vínculos de patronagem e ameaçavam a ordem e coesão social por meio de práticas associadas à desordem e agitação, mas que, igualmente, garantiam a ordem e estabilidade ao unificarem politicamente segmentos sociais onde os independentistas liberais não conseguiam penetrar, forjou-se o poder nacional dos *caudillos*. Tratava-se de uma composição de forças mantida pela constante ameaça à integridade estatal, conjugada por sua manutenção, não raramente em grau de composição e harmonização com as oligarquias, sob o crivo de um indivíduo como fator, a um só tempo, de estabilização e de potencial desestruturação das ainda incipientes ordens político-sociais pós-coloniais.

Estrategicamente situados entre as camadas populares que controlam com rigor e sob lógica de violenta coerção, por um lado e, de outro lado, as oligarquias que dependem de ordem e estabilidade no contexto pós-independência, foi inevitável que os *caudillos* aspirassem a exercer o poder nacional conforme ditaduras orientadas segundo lógica personalista. Surge, assim, a última característica do personalismo caudilhista, concernente à reticência em abandonar o controle do Estado, de modo a se manter perpétua e plenamente no poder.

Em ácida crítica ao que entende como personalismo, caráter não civilizado, uso desmedido da força, cooptação pelo medo, controle da opinião pública e desprezo pelas instituições verificados no governo do *caudillo* Rosas, na Argentina, Sarmiento assim sumariza o alcance do poder exigido e, afinal, obtido por aquela liderança personalista, após a morte de Facundo, em texto que, inobstante referido a um *caudillo* em particular, se comunica ao anseio por poder total e à aversão às instituições que tais figuras usualmente ostentaram:

Porque Rosas no se há contentado, esta vez, con exigir la dictadura, las facultades extraordinarias, etc. No; lo que pide es lo que la frase expresa: tradiciones, costumbres, formas, garantías, leyes, culto, ideas, conciencia, vidas, haciendas, preocupaciones; sumad todo lo que tiene poder sobre la sociedad, y lo que resulte, será la suma del Poder público pedida. (SARMIENTO, [s. d.], p. 204.)

A partir das caracterizações aqui expostas, conclui-se que a primeira manifestação de liderança personalista na América Hispânica encerrou, em que pese suas variantes regionais, as seguintes características: a) gênese histórica do poder no controle de regiões, frequentemente associado à propriedade (formalizada ou não) fundiária; b) estabelecimento de relações de patronagem entre líderes e liderados, as quais, posteriormente, se projetaram nos governos nacionais exercidos pelos caudilhos; c) concomitante ameaça à ordem e garantia de sua manutenção, como mecanismo orientado a indicar o caráter indispensável da liderança personalista para a estabilidade social; d) expansionismo quanto ao território e aos grupos sobre os quais o poder era exercido, obtido, comumente, por conquistas e investidas de ordem militar; e) pouco ou nenhum apego às instituições formais, ou seja, à legitimação constitucional do Estado ou do poder; e) capacidade de liderança e de coordenação sobre setores sociais nos quais as demais estruturas de poder não conseguiam chegar, como os *gauchos*, na Argentina, ou os pardos, na Venezuela; f) resistência à alternância de poder ou à renúncia do líder quanto às respectivas prerrogativas, ensejando tendências ao surgimento de regimes ditatoriais ou mesmo autocráticos; e g) identificação do Estado e de suas instituições com a pessoa do caudilho governante.

É possível concluir, a partir do que se apresentou, que o personalismo caudilhista seria o anverso da ideia liberal-constitucionalista de Estado que também influenciou fortemente as nações hispano-americanas egressas dos processos de independência. Todavia, mais do que uma simples luta entre esses dois tipos puros, a história da região presenciou manifestações de governo híbridas, em que conviviam personalismo e constitucionalismo sob um mesmo contexto. Uma primeira expressão desse imbricamento se identifica nas ditaduras exercidas pelo libertador Simon Bolívar, conforme se pormenoriza na seção adiante.

## 2. ENTRE AS LIBERDADES CONSTITUCIONAIS E O CAUDILHISMO: O PERSONALISMO MITIGADO DE SIMÓN BOLÍVAR

Simon Bolívar é, indubitavelmente, uma dentre as poucas figuras históricas cuja atuação individual cumpriu relevantíssimo papel nos destinos de nações e no significado de toda uma época. Entre suas formulações constitucionais, sua liderança nas lutas independentistas e sua atuação como governante de distintas nações, Bolívar deixou importante legado institucional e simbólico na história da América Hispânica, cuidando-se de um raro exemplo de pensador e líder político que encontrou reconhecimento e notoriedade tanto em vida como postumamente, estabelecendo controvérsias e representando clivagens ao longo de quase duzentos anos na história política do subcontinente.

Nascido em Caracas no ano em que a Inglaterra reconheceu a independência dos Estados Unidos, 1783, Bolívar era órfão aos nove anos de idade, contando, primeiramente, com os cuidados do avô materno como tutor e, em seguida, de um tio. Este reserva ao futuro libertador uma dedicada educação, contando com os melhores preceptores caraquenhos e, em seguida, com uma continuidade dos estudos na Espanha, para onde Bolívar se desloca passando pelo México e por Havana. Segundo testemunha em carta enviada a Francisco de Paula Santander, Bolívar teve a oportunidade de conhecer, nessa ocasião, a obra de pensadores como Locke, Condillac, Buffon, D'Alembert, Helvetius, Montesquieu, Voltaire e Rousseau. Este último, como adiante se verá, o influenciaria significativamente em suas concepções sociopolíticas.

Bolívar regressa à Venezuela em 1809 e, no ano seguinte, é acusado de tomar parte em uma conspiração em favor de uma junta, em nome de Fernando VII, que substituiria o Capitão General D. Vicente no Cabido de Caracas, à época em que Espanha se encontrava sob a intervenção napoleônica. Em nome da referida junta, aliás, Bolívar chega a integrar uma missão à Inglaterra, onde tem contato com as respectivas instituições, as quais muito o impressionam favoravelmente.

De volta à Venezuela, Bolívar ingressa em um grupo que viria a se tornar a favor da independência perante a Espanha, denominado Sociedade Patriótica. A partir daí, o libertador levaria uma intensa e turbulenta vida, em meio a inúmeras lutas por independência em localidades como, dentre outras, a atual Colômbia, Peru e Bolívia, a nação que deu seu nome ao líder e pensador político. Ao mesmo tempo em que se engajou em lutas, Bolívar exerceu, por ao menos vinte anos, funções de governante em países como Venezuela, atual Colômbia e Peru. Fora, ainda, um autêntico formulador constitucional, conforme atestam seus projetos apresentados em Angostura no ano de 1819 e na Bolívia em 1825. O grande projeto de Bolívar, concernente à instituição de uma grande confederação de países hispano-americanos, soçobrou e, já no fim de sua vida, o libertador assistiu a uma tendência às secessões entre as antigas colônias, conduzidas, dentre outros, por Paéz, um *caudillo* que outrora fora seu aliado de confiança na emancipação venezuelana.

Bolívar morre em 1830 e, em que pese ter conjugado uma intensa atividade política, teórica e militar, se encontra desacreditado ao final da vida, conforme confessa em missiva enviada para Juan José Flores, em cujos termos diz ter governado por vinte anos e encontrado

poucos resultados certos, chegando a afirmar que “fazer uma revolução é lavar no mar” (BOLÍVAR, 1977, p. 191).

Não chega a surpreender que as ideias de alguém que acumulava incumbências de formulação teórica concomitantemente à condução de batalhas, medidas governativas e toda sorte de turbulências possam encontrar tensões constitutivas ou eventuais ambiguidades. Soma-se a isso o fato de Bolívar, intensamente inspirado pelo pensamento democrático-constitucional europeu, obstinar-se por se reportar às peculiaridades de Hispano-América e, assim, tem-se um pensador irredutível à clivagem democrata x ditador, ou à pura tipificação entre constitucionalismo e personalismo.

Por um lado, identifica-se em Bolívar, de modo a diferenciá-lo dos *caudillos* abordados na seção anterior, um claro apreço pelo constitucionalismo, pela legitimidade institucional do domínio político e pela democracia. A simples constatação de que fora o prócer de dois textos constitucionais (Angostura-1819 e Bolívia-1825) já é um importante indicador dessa constatação.

Em discurso proferido em Angostura no ano de 1819, Bolívar é enfático em seu apreço à soberania popular e, diferentemente do que se dá no marco do personalismo, defende a alternância de poder (na ocasião, aliás, ele renuncia ao governo da Venezuela, em que pese tal decisão não perdurar) e expressa que “a manutenção da autoridade pelo mesmo indivíduo tem habitualmente conduzido ao termo vários governos democráticos” (BOLÍVAR, 1977, p. 113). Vê-se aqui um Bolívar tipicamente constitucionalista, quicá liberal, a sustentar mandatos limitados no tempo e a afirmar, em seu próprio desfavor, que os cidadãos devem “recrear com dobradas razões que um único magistrado, que os governou durante muito, queira governá-los perpetuamente” (BOLÍVAR, 1977, p. 113). Assim ditas, trata-se de palavras que jamais seriam expressadas por personalistas típicos, os *caudillos*, como Rosas e Paéz. No mesmo sentido, Bolívar é explícito em suas influências e expressa que a Constituição britânica “é a que parece destinada a operar o maior bem possível entre os povos que a adoptam” (BOLÍVAR, 1977, p. 119).

Mas o constitucionalismo de matriz europeia do pensador e líder político não vai além disso, de modo que inúmeras inflexões, ainda mais acentuadas em seu trabalho junto à Constituição da Bolívia de 1825, são efetivadas sobre a legitimação institucional do domínio político e em favor de traços manifestadamente personalistas. No próprio discurso de Angostura, logo após se revelar apologético em relação à Constituição britânica, Bolívar ressalva que está “muito longe de propor uma imitação servil” (BOLÍVAR, 1977, p. 119). É a partir dessa premissa, ou seja, nos termos do próprio autor, de quem formula e luta por instituições para “americanos por nascimento e europeus por direitos” (BOLÍVAR, 1977, p. 115), que se apresentam ações e normas de natureza claramente personalista, tal como a seguir se expõe.

A relação entre Bolívar e o personalismo é marcada por uma progressiva adesão à política ancorada no líder, para além das instituições, o que se depreende de suas distintas concepções esposadas em Angostura e, posteriormente, na Bolívia. Em qualquer caso, é notável a preocupação do autor, um republicano no forte sentido rousseaumiano do termo, com o que entende como a necessidade de que um bom governo se situe em posição equidistante

da tirania e da anarquia. Com vistas a evitar o triunfo desta última, Bolívar dá ensejo a práticas e propostas personalistas.

Ainda em Angostura, o autor recorre a exemplos históricos, como Atenas, para propor que a legitimidade calcada em leis não é suficiente para garantir a longevidade e estabilidade do Estado. De modo condizente com a ideia de legitimação do poder político segundo o carisma do governante, Bolívar afirma que “os códigos, os sistemas, os estatutos, por mais sábios que sejam, são obras mortas que pouca influência têm sobre as sociedades. Os homens virtuosos, os homens patriotas, os homens ilustrados são quem verdadeiramente constitui as Repúblicas” (BOLÍVAR, 1977, p. 127). Sob tais bases, o libertador oscila entre uma contenção dos poderes presidenciais, ao afirmar que o chefe do Poder Executivo, no exercício de suas atribuições, será sempre objeto de controle por seus ministros e suscetível de acusação perante o Senado, mas a sustentar, igualmente, que “nada é tão perigoso em relação ao Povo como a fraqueza do Executivo” (BOLÍVAR, 1977, p. 135).

O personalismo não se expressa, no texto apresentado em Angostura, apenas no que se refere ao Poder Executivo, mas, igualmente, na proposição de um bicameralismo em que um Senado vitalício e hereditário, composto por homens virtuosos, educados para o exercício da função pública, mas, igualmente, pelos carismáticos (e, não raramente, *caudillos*) lutadores da independência, a quem Bolívar qualifica como seres “prudentes e esforçados que, superando todos os obstáculos, fundaram a República” (BOLÍVAR, 1977, p. 133). Os senadores vitalícios, entendidos pelo autor como a base do governo, cumpririam o papel de refrearem os ardores e demandas populares que poderiam conduzir à anarquia. Em suma, heróis da independência, por seus atributos individuais, cumpririam o papel de contrapeso à soberania popular, algo que, no constitucionalismo majoritariamente assumido em nossos dias, reservar-se-ia aos direitos fundamentais, assim garantidos pela jurisdição constitucional.

Em suma, o Bolívar de Angostura, ao pretender encontrar um ponto médio entre a anarquia e a tirania, acaba por dar vazão a uma síntese entre legitimidade constitucional e personalista do poder político, atribuindo, assim, significativa relevância aos dons e atributos individuais dos governantes, para além dos controles formais ou dos mecanismos de exercício da soberania popular<sup>(4)</sup>.

No projeto constitucional que apresenta à Bolívia (nação que o homenageara em vida por meio da escolha do próprio nome), seis anos após o Discurso de Angostura, Simon Bolívar já se revela mais próximo do personalismo, exacerbando aspectos de sustentação do poder em lideranças individuais que se encontravam apenas latentes ou incipientes em 1819. Ainda assim, o libertador distante está de se enquadrar em uma lógica caudilhistas, ao tempo em que ainda reserva ímpar relevância às instituições e aos sistemas que hoje chamamos de *accountability* horizontal. Nesse sentido, apenas como exemplo, nota-se a formulação de um quarto poder para a República, denominado Eleitoral, a se compor

(4) Ressalva-se, entretanto, que tal personalismo é sempre mitigado e está em tensão interna com a complexa divisão de poderes formulada pelo Libertador (que instituiu uma autêntica figura denominada Poder Moral) e com constatações claramente avessas ao personalismo, como a ideia de que, no Poder Executivo que defende, o arranjo institucional assegura que “[P]ode acontecer que não seja o presidente um homem de grandes talentos, ou de grandes virtudes, e não obstante a ausência destas qualidades essenciais, desempenhar os seus deveres de forma satisfatória” (BOLÍVAR, 1977, p. 134).



segundo uma proporção de um representante para cada dez cidadãos e revestido da incumbência de proteger os cidadãos contra eventuais abusos advindos do Poder Executivo.

Estabelecidas as ressalvas acima, ainda resta um núcleo personalista com forte expressão no texto apresentado em 1825. Primeiramente, nota-se a opção por um mandato vitalício para o Presidente, a ser sucedido por um Vice-presidente que seria empossado por sua escolha. Ou seja, não haveria qualquer alternância quanto ao magistrado maior da República. Bolívar justifica tal opção ao sustentar que o Presidente teria atribuições limitadas, de tal arte que suas funções seriam, prevalecentemente, simbólicas. Não é que se conclui, contudo, das competências que lhe são atribuídas: “nomear os funcionários da Fazenda, a paz e guerra e mandar no Exército” (BOLÍVAR, 1977, p. 158).

Ora, inúmeros teóricos do Estado moderno tendem a oscilar na caracterização do domínio político como monopólio da violência legítima (WEBER, 1982), ou como um aparato fazendário destinado ao controle da produção em favor de determinado modo de geração e distribuição de riquezas (cf. SCHUMPETER, 1991; O’CONNOR, 1977). Assim, a entrega de competências militares e fazendárias a uma só autoridade, vitalícia, com poderes para indicar o próprio sucessor, atesta um claro signo personalista na Constituição apresentada em 1825, o qual, ainda, se evidencia na caracterização desse líder como “o Sol que, firme no seu centro, dá vida ao Universo” (BOLÍVAR, 1977, p. 155). É igualmente importante notar como Bolívar, que exerceu em diferentes circunstâncias poderes ditatoriais, pretende que a Constituição da Bolívia sirva de modelo para um arranjo federativo que congregue as nações de Hispano-América e, em ato falho que revela seu claro apego pelo papel de líder respaldado em carisma que exercia, chega a designar por diversas ocasiões o texto de 1825, em carta enviada a Sucre no ano de 1826, como “minha constituição” (cf. BOLÍVAR, 1977, p. 173-178).

O que se infere do pensamento e da atuação política de Bolívar é um claro distanciamento em relação à liderança autocrática e patronal dos *caudillos* (com quem, por razões aparentemente de ordem estritamente tática, teve de se aliar no contexto de lutas por emancipação política das colônias de Hispano-américa), de maneira a se evidenciar um pensamento constitucionalista, um intenso apreço à soberania popular e, por conseguinte, uma aversão às tiranias. Resta, contudo, na vida e obra do libertador, um tipo específico de personalismo, mitigado, que se encontra presente nos seguintes elementos: a) defesa de um Poder Executivo vitalício, sucedido por pessoa escolhida pelo Presidente; b) ênfase no brilho e virtude dos governantes como variáveis mais relevantes do que as leis e instituições para a consecução da harmonia e da estabilidade política; c) exercício, por mais de uma ocasião, de funções governativas revestidas de atribuições ditatoriais; e d) oferta de vagas em Senado vitalício e hereditário para lideranças individuais, com fulcro em seus serviços historicamente prestados no contexto das guerras de independência.

A conciliação entre o discurso da liderança pessoal e o da soberania popular, presente em Bolívar, encontra uma segunda manifestação na América Latina. Já no limiar da urbanização, industrialização e modernização, teve lugar um fenômeno político em que tais figuras se pretendem complementares. Trata-se do populismo, objeto de apreciação na seção subsequente.

### 3. O POPULISMO: POLISSÊMICA CATEGORIA ASSOCIADA AO PERSONALISMO MODERNO

A primeira cautela metodológica que um discurso sobre o populismo deve adotar se refere à constatação da intensa polissemia a incidir sobre a categoria, de modo a, invariavelmente, obstar um mínimo de rigor ou clareza em seu emprego. Assim, preliminarmente à estrita abordagem dessa variação da legitimação personalista do poder político na América Hispânica, cumpre uma breve revisão dos elementos de que tal ideia se compõe em distintas manifestações da literatura, o que far-se-á com amparo em artigo de Guy Hermet (2003).

Primeiramente, em diálogo com a definição proposta por autores como Edward Shils e Lloyd Fallers, Hermet (2003) dialoga com uma noção de populismo que remete à própria etimologia do termo, ou seja, à primazia do povo e da soberania popular, para além de clivagens como classe. O apreço do governante pelo povo — assim concebido segundo um sentido unitário, claramente republicano — e suas demandas seria o atributo mais importante do fenômeno político em comento. A se anuir com tal definição, a associação entre personalismo e populismo aqui proposta não seria tão direta como se presume. Ocorre que, como pondera Hermet (2003), a redução do populismo à exaltação da soberania popular não é analiticamente suficiente para se discriminar a noção. Como se sabe, a democracia (em especial a chamada democracia radical) e, a seu modo, até mesmo o fascismo, operam sobre as bases de que a centralidade do poder e de sua legitimidade reside no povo e em suas demandas. Tão ampla definição, portanto, se revela insuficiente para a especificação do termo, de modo que outros elementos devem ser cogitados (cf. HERMET, 2003).

Identificados os problemas de uma definição formal da categoria populismo, estribada em um apego à cambiante vontade popular, Hermet vai em busca de uma apreciação mais substantiva sobre o tema, de modo a aferir se o populismo seria uma ideologia, ou seja, uma pauta concreta de valores, ideias, moralidade política e diretivas quanto ao governo. Também quanto a este critério, percebe o autor, a ideia não pode ser precisada. O fato é que não há liame ideológico ou moral que permita a percepção de regularidades entre as mais distintas manifestações governativas albergadas sob o epíteto do populismo. Outras variáveis, assim, ainda precisam ser levadas em conta (cf. HERMET, 2003).

Já se aproximando do objeto deste trabalho, Hermet avalia se o apego a uma liderança carismática seria, por si só, uma particularidade do populismo. Se é verdade que o autor reconhece tal atributo em todos os governos identificados como populistas (o que parece ratificar a premissa do presente estudo), igualmente correta é a constatação de que a legitimidade segundo um apelo à liderança individual do governante não é um traço distintivo entre o populismo e outras manifestações de justificação do domínio político com fulcro no carisma, bastando, para se comprovar tal assertiva, uma referência aos tipos de personalismo abordados nas seções anteriores.

Diante dos limites encontrados nos critérios acima expostos, Hermet persegue outro elemento a particularizar o populismo e o encontra, ancorado na obra de H. Jaguaribe, na relação entre o governo e o tempo da política. Para o autor, os governos populistas se orientam pela oferta de solução rápidas e, recorrentemente, anômalas em relação ao ritmo esperado de uma administração pública, de modo a se aquietar demandas populares. Este

traço, somado ao personalismo e ao apego à soberania popular (que não seriam exclusivos do fenômeno) definiria o populismo. Confira-se, a propósito, os termos do próprio Hermet:

No cabe duda de que esta promesa de realización en un lapso muy breve contituye el elemento de definición esencial del populismo, teniendo claro que su immediatez procede también de su lógica de mediación directa, sin pantallas, sin complicaciones institucionales y sin plazos. La única definición discriminante del populismo reside en estas dos dimensiones, parientes de la promesa inmediatamente realizable y de la no-mediación, que garantiza la respuesta instantánea. (HERMET, 2003, p. 10.)

Independentemente de uma aceitação integral da análise proferida por Hermet, depreendem-se do seu estudo alguns atributos importantes para fins de classificação do populismo em geral e comunicáveis ao específico caso hispano-americano: a) ênfase na soberania popular e uma concepção republicana, unitária, de povo; b) exercício do poder por um governante carismático e dotado de intenso respaldo pessoal junto aos cidadãos; c) ausência ou pouca influência de canais de mediação entre governante e governados; e d) modo de atuação que se concentra sobre o imediatismo, ou seja, sobre a rápida resposta e demonstração de resultados em relação às demandas apresentadas ao governo. Por sofisticada que a caracterização acima seja, alguns elementos adicionais devem ser incorporados ao conceito de populismo, ao menos na variante aqui em questão, qual seja, a da América Latina. A seguir, portanto, apresentam-se algumas considerações tecidas por Ernesto Laclau (2006) sobre o tema.

Para Laclau (2006), o populismo se afigura como uma resposta ao contexto observado a partir da década de 30 do século XX, no qual as consolidadas estruturas oligárquicas de poder já não conseguiam dar respostas às demandas populares de uma classe média em formação e de uma população que se deslocava do campo para os centros urbanos. Em um cenário nos quais multiplicavam-se demandas sociais, de naturezas distintas, sempre opostas contra as oligarquias (e, por derivação simbólica, contra o liberalismo que representavam), têm lugar “cadeias equivalenciais” entre distintas reivindicações, por meio das quais sua multiplicidade pode fazer sentido e encontrar canais institucionais de expressão (cf. LACLAU, 2006).

Tais “cadeias equivalenciais”, no caso do populismo latino-americano, não são constituídas por demandas comuns que conformam reivindicações positivas ou conceituais, de modo que se irmanam em unidades negativas ou nominais. Nominais, aqui, entendidas no exato sentido de que desaguam em um nome próprio, ou seja, “un nombre (singular)..., lo que explica el rol del líder: en su nombre cristaliza la unidad del movimiento” (LACLAU, 2006).

Laclau (2006), a partir da constatação de que o populismo surge de demandas concretas da população e tem na liderança pessoal um ponto de chegada, antes de sua gênese, não compartilha da apreciação crítica que usualmente se atribui ao fenômeno:

Se vocifera contra esa centralidad en el caso del populismo, pero en otros casos ella no es el blanco de los mismos denuestos. ¿Podemos imaginar la transición a la Quinta República en Francia sin la centralidad política de la figura de De Gaulle? No que el líder sea origen del movimiento, sino que, si esse punto de aglutinación, el movimiento

no podría forjar su unidad, se dispersaría entre los elementos que lo componen. Este es tanto más el caso cuando la fragmentación social es mayor, el proceso de institucionalización más avanzado. (LACLAU, 2006.)

Em conclusão, somam-se às características já enunciadas os seguintes elementos a definirem o conceito de populismo na América Latina: a) consequência de limitações institucionais para processarem as demandas de uma classe média urbana, em meio a crises e processos de industrialização ainda incipientes; b) fator de coesão de demandas que, contudo, se define nominalmente, antes de conceitualmente, ao redor do líder; e c) como fator de coesão apenas nominal, não se revela como signo de auto-organização ou de tomada de consciência por parte das massas.

Uma vez identificadas as principais características das variantes caudilhista, bolivariana e populista de personalismo na América Hispânica, cumpre indagar se há algum liame histórico ou lógico entre tais fenômenos e se, eventualmente, se projetam na realidade contemporânea. É ao que se propõe a seção conclusiva, a seguir.

## CONCLUSÕES

Caetano Veloso, um popular músico brasileiro, se pergunta em uma música “se nunca faremos senão confirmar, a incompetência da América Católica, que sempre precisará de ridículos tiranos”. A história do subcontinente, contudo, talvez não seja tão cruel como os versos do cantor parecem sugerir.

O fato é que as três variações de personalismo político em Hispânico-América, tal como aqui perquiridas, não podem ser entendidas como uma continuidade de processos tirânicos e ilegítimos de dominação do povo. Primeiramente, o que se notou é que cada variante de personalismo se explica em razão das especificidades inatas ao contexto em que ocorrem. Nesse sentido, não é possível aludir-se ao caudilhismo sem se considerar a economia rural do seu tempo, as alianças que foram necessárias nas lutas por independência e as estruturas regionais de poder. Igualmente, não é dado replicar-se automaticamente o ambíguo personalismo de Simon Bolívar, haja vista se tratar de resposta circunscrita ao tão peculiar contexto de emancipação das colônias espanholas na América. Do mesmo modo, o populismo só pode ser explicado como fenômeno colateral à dificuldade das instituições, concebidas para realidades prevalentemente agrárias, processarem a multiplicidade de demandas oriundas do campo mas, fundamentalmente, de uma população que se tornava crescentemente urbana.

Com efeito, os elementos aqui levantados indicam que não há vínculos mecânicos a permitirem a associação entre os personalismos ocorrentes em Hispano-América, assim como não se pode atribuir a uma “cultura política” ou a qualquer sina irremediável a ocorrência de tal justificação carismática do domínio político.

Há, de qualquer modo, alguns aspectos a indicarem uma associação, nunca causal ou mecânica, mas apenas analítica, entre as distintas manifestações do personalismo na política da América Hispânica. O que ressaí de comum nas variantes *caudillista*, bolivariana e populista

do personalismo, a partir das características que foram aqui expostas, é uma afirmação da identidade subcontinental, em momentos de crise, que se forja na tematização da alteridade, ou seja, na negação do modelo político triunfante nos países centrais.

A tensão entre constitucionalismo e personalismo não se equaciona, assim, como um simples caso da clivagem democracia x ditadura, ou como um caminho em espiral que contaria com avanços na racionalização do Estado (legalidade) e supostos retrocessos concernentes ao estabelecimento de governos legitimados segundo o carisma. A liderança carismática é, recorrentemente, a alternativa encontrada para que a região se afirme e construa sua identidade política e institucional, ainda que sob a lógica da negação. Este é, possivelmente, um fator explicativo da recorrente associação entre anticolonialismo e anti-imperialismo com os governos personalistas.

Em que pese as constatações acima, nota-se que, em um mundo cada vez mais integrado cultural, econômica e politicamente, sob o crivo da desigualdade e iniquidade, é relevante proceder-se a uma avaliação crítica das consequências do personalismo na conformação política do subcontinente, sem que tal leitura implique necessariamente um etnocentrismo metodológico. Não seria metodologicamente produtivo entender-se o personalismo como uma manifestação peculiar, local, apartada do contexto mundial e que, como tal, deve ser aceita e compreendida. É necessário perscrutar-se as consequências desse fenômeno, com certo cunho normativo, para além de apenas descrevê-lo.

A longo prazo, uma importante consequência do personalismo é o sacrifício da autonomia pública, ou seja, dos canais sociais e políticos que permitem aos cidadãos vocalizarem demandas positivas, controlarem o exercício do poder e, sobretudo, constituírem identidades políticas que possam ir além da afirmação de uma alteridade. O mesmo líder carismático que, em determinado momento, vocaliza demandas, estabiliza crises e enfrenta a dominação externa, se constitui, ato contínuo, como fator de represamento da auto-organização e expressão política dos cidadãos, ou seja, da manifestação de sua autonomia pública.

Sociedades complexas, urbanas, estratificadas e organizadas segundo interesses redistributivos e recognitivos díspares e rivais não comportam, sob pena de negarem seguimento a demandas e à influência política de extensas parcelas das respectivas populações, reduzirem-se politicamente aos termos de um líder carismático. Não há outro caminho: por progressistas que sejam os objetivos da conformação personalista do poder, associada à negação da dominação exercida pelos países centrais, essa forma de legitimação e condução do Estado implica, necessariamente, haja vista sua incapacidade de processar as complexas demandas de sociedades industriais, o sufocamento da sociedade civil e a contenção dos grupos auto-organizados.

Um exemplo do argumento acima exposto se consubstancia no governo do Tenente-coronel Hugo Chávez, Presidente da Venezuela contemporânea. Sob auspícios de afirmação da autonomia subcontinental, em claro enfrentamento perante os governos centrais, respaldado por amplas massas populares e reverenciado como exemplo e alternativa para ativistas e intelectuais de esquerda em todo o mundo, o forte personalismo com que conduz o país implica, inevitavelmente, uma contenção das organizações autônomas da sociedade civil venezuelana, uma burocratização das demandas sociais e dos processos públicos, além

de uma restrição das liberdades civis e organizativas incompatível com a ideia de autonomia pública.

Chávez, no afã de estabilizar o governo em seu entorno, controla os sindicatos do país, negando-lhes autonomia e submetendo o respectivo processo eleitoral às regras e procedimentos da burocracia estatal. No que se refere à comunicação social, reserva a si uma superexposição midiática, por meio de canais de radiodifusão estatal, centralizando, portanto, a esfera pública e política em seu nome, de modo a até mesmo revogar a concessão do serviço de radiodifusão de um canal que lhe fazia oposição. No que se refere ao âmbito partidário, o governante se esforça para agrupar toda a esquerda e o centro político sob uma legenda única, o PSUV, de modo a dar vida à divisa tão criticada por Sarmiento em Rosas, a dizer “el que no está conmigo es mi enemigo” (SARMIENTO, [s. d.], p. 206).

Tem-se, portanto, uma manifestação contemporânea de personalismo, em muito assemelhada ao populismo, ainda que se reivindicando da herança de Simon Bolívar. O que, nesse sentido, cabe indagar, é se o subcontinente pretende continuar a se afirmar na alteridade, sacrificando a autonomia pública e a auto-organização da sociedade no altar de governos carismáticos que prometem, a partir do líder, uma emancipação social sempre postergada, não em decorrência de ânimos tirânicos ou vícios subjetivos do governante personalista, mas da limitação estrutural para que uma pessoa sintetize as demandas de um complexo povo, cumprindo um papel de estuário da dinâmica política e social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLÍVAR, Simon. *Escritos políticos*. Trad. Maria Clarinda Braz e Armando Silva Carvalho. Lisboa: Martins Fontes, 1977.
- HABERMAS, Jürgen. *O ocidente dividido*. Trad. Luciana Villas Bôas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.
- HERMET, Guy. El populismo como concepto. In: *Revista de Ciencia Política*, v. XXIII, n. 1, p. 5-18, 2003.
- LACLAU, Ernesto. Consideraciones sobre el populismo latinoamericano. In: *Cuadernos del Cendes*, v. 23, n. 62, Caracas, maio 2006.
- LYNCH, John. *Caudillos en Hispano-América: 1800-1850*. Trad. Martín Rasskin Gutman. Madrid: Mapfre, 1993.
- O'CONNOR, James. *USA: A crise do estado capitalista*. Trad. João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo*. Disponível em: <<http://www.bibliotecayacucho.gob.ve>> Acesso em: 25. abr. 2011.
- SCHUMPETER, Joseph A. The crisis of the tax state. In: SWEDBERG, Richard (Org.). *Joseph A. Schumpeter: the economics and sociology of capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- WEBER, Max. A política como vocação. In: *Ensaios sociológicos*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

# Vozes da Independência

Rita de Cássia Marques Lima de Castro<sup>(\*)</sup>

**Resumo:** Este artigo se propõe a abordar a independência da América Latina pela comparação de ideias de Simón Bolívar e José Martí, mentores e/ou executores de ideais que sustentaram o sonho da região livre e cujos escritos trazem, além dos argumentos em prol da liberdade, uma proposta política que, após mais de dois séculos, ainda reverbera nas vozes atuais. Realizar a compilação de algumas obras e apresentá-las sob uma ótica comparativa, por meio de pesquisa bibliográfica e análise de escritos, apresenta-se como uma oportunidade de analisar a independência da América Latina em suas estruturas primárias: ideias que levam à ação, atemporalmente.

**Palavras-chave:** Independência; América Latina; Pensamento Político; Bolívar; José Martí.

**Abstract:** This work aims at analyzing the Latin America independence through the ideals of Simón Bolívar and José Martí, mentors and/or executioners of ideas that supported the dream of a free region and whose writings, besides being in favor of liberty, represents a political proposal that after two centuries are echoed in today's voices. Compiling some works and presenting them with a comparison, by means of literature and analysis of writings, is regarded by us as an opportunity to analyze the Latin America independence process in its primary structure: the ideals that lead to action, timelessly.

**Key-words:** Independence; Latin America; Political Thought; Bolívar; José Martí.

---

(\*) Estudante de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo — PROLAM/USP. Professora auxiliar de ensino no Insper e professora na UMC — Universidade de Mogi das Cruzes – Campus Villa-Lobos. *E-mail:* <ritaimadecastro@usp.br>; <ritaimadecastro@gmail.com>. Recebido em 21.9.2010 e aceito em 28.4.2011.

## INTRODUÇÃO

Para se debater os ideais dos homens que pensaram e agiram na América Latina, cabe compreender sua formação e o contexto da época em que viveram, o final do século XVIII e início do século XIX, período das independências das colônias latino-americanas. Assim, este artigo está dividido em duas seções: na primeira parte, apresentamos uma contextualização da época em que estouraram as revoluções que levaram à independência das nações latino-americanas, visando trazer a visão geral do que ocorria naquele momento histórico e quais as causas comuns das ações de independência.

Na segunda seção, inicialmente, são apresentadas breves biografias de Simón Bolívar e José Martí, escolhidos como representantes dessa categoria de homens pensadores-atores. Esses homens de ideia-ação, justamente por serem atores, não podem ser dissociados dos fatos, para que possamos compreender suas ideias políticas. Portanto, vale ressaltar, também contextualizamos regionalmente o espaço em que o pensador revolucionário exerceu suas ideias de nacionalidade, de maneira que possa haver melhor compreensão dos escritos, como defende Sociano (1977).

Lynch (2001) observa que a América, vasto continente de ideias particulares segundo as peculiaridades de cada sociedade distinta, desenvolvia uma consciência dessa nacionalidade bebendo de literatura exclusivamente americana, literatura esta inicialmente produzida pelos jesuítas. Posteriormente, ainda que houvesse a influência da filosofia francesa e das ideias do iluminismo, maior influência coube ao novo americanismo, como veremos no decorrer deste artigo.

A seguir, comparamos escritos selecionados de Simón Bolívar e José Martí, sendo que foram utilizados, para esta comparação, as versões em Língua Portuguesa e os textos em Espanhol, obtidos eletronicamente em bibliotecas virtuais, por considerarmos estes últimos a fonte mais precisa para a compreensão da ideia original, reduzindo-se o viés natural da versão para outro idioma. Nas ilustrações mais longas, optamos por deixar o texto escolhido em notas de rodapé, visando não quebrar o raciocínio comparativo.

Cabe ressaltar que a proposição de analisar comparativamente os escritos nos permite apresentar as ideias expostas, categorizando-as em temas, como apresentado adiante. É importante observar que todo recorte pressupõe escolhas e limitações; assim, esta comparação não tem a pretensão de ser exaustiva; apenas de apontar as ideias que consideramos mais pertinentes para o escopo deste trabalho.

### 1. CONTEXTUALIZAÇÃO — A AMÉRICA LATINA PRÉ-INDEPENDÊNCIA

Bomfim, em 1903, ao discorrer sobre os males de origem que fizeram a América Latina estagnar-se, males estes derivados do parasitismo que Espanha e Portugal exerceram sobre suas colônias, aponta os vícios decorrentes de 300 anos desse parasitismo, vícios estes que, por serem também um reforço às revoluções, valem ser aqui destacados: a exploração da terra sem a visão da conservação, sem a visão da “coisa pública”; um Estado visto apenas como opressor e tirânico e espoliador, uma população dividida, a formação de sociedades



desabitoadas ao trabalho, afeiçoadas a combates e aventuras guerreiras. “Perversão do senso moral, horror ao trabalho livre e à vida pacífica, ódio ao governo, desconfiança das autoridades, desenvolvimento de instintos agressivos.” (BOMFIM, edição de 1993, p. 151.)

Esses vícios permaneceram após a independência e, ousamos afirmar que estão tão presentes hoje em dia como estavam quando Manoel Bomfim escreveu sua obra, no início do século XX. López Chirico (2008) aborda esses vícios denominando-os herança colonial e comenta que tal legado, além de ser um dos fatores da fragmentação das colônias em mais de vinte nações, também foram “a base das dificuldades para a conformação dos Estados nacionais até meados do século XIX” (LÓPEZ CHIRICO, 2008, p. 27). Como ponto positivo, no entanto, serviram como fator de união das nações emergentes em sua busca da independência, foram um fator comum entre elas.

Para Sodré (1997), a independência dos países latino-americanos, ainda que tenha sido particular em cada área colonial da Espanha e de Portugal, foi um processo único no que se refere ao conjunto de fatores que o impulsionaram. Esse processo tem início com a Revolução Industrial, passagem do mercantilismo para o capitalismo. O capitalismo traz a ascensão de uma nova classe — os burgueses e as exigências de abertura comercial e eliminação do trabalho escravos, exigências incompatíveis com o sistema colonial. Se quanto ao primeiro senão — a abertura comercial — houve associação de interesses entre a classe dominante nas colônias e a burguesia industrial europeia, quanto à abolição não houve consenso.

“A independência ocorre no momento em que as pressões externas pela liberdade de comércio, pela abertura do mercado colonial americano, conjugam-se com as pressões internas, no sentido de abolir a subordinação ao intermediário nas trocas.” (SODRÉ, 1997, p. 142.) Esta visão assemelha-se à de John Lynch, entre outros historiadores. Ele defende que a ideia de ruptura deriva das reformas chamadas borbônicas, cujo auge foi entre 1759-1788, época do reinado de Carlos III. Essas reformas foram muito centralizadoras e levaram os diferentes grupos sociais que compunham as colônias a reagirem com animosidade a esse controle, ampliando a difusão das ideias e sentimentos americanistas que explodem com a destituição do rei espanhol por Napoleão Bonaparte em 1808. Outros historiadores, como Tulio Donghi, associam diretamente as ações de independência das colônias a essa invasão francesa e à perda do poder espanhol (Soares, 2008).

Em 1808, quando a Espanha é invadida pela França e Napoleão destitui o rei, Fernando VII, José Bonaparte, irmão de Napoleão, passa a governar o país. As colônias espanholas na América se insurgem contra o governo local, não reconhecendo a autoridade, visto que não havia rei legítimo a quem respeitar, e formam juntas locais para governar, uma tradição medieval que trazia por trás a ideia de um governo legítimo, em que a vontade popular pudesse ser respeitada (López Chirico, 2008).

Segundo López Chirico (2008), o processo de independência da América Latina, embora tenha ocorrido de forma simultânea, não foi linear e tampouco houve profusão de contatos entre os movimentos revolucionários:

O Vice-Reinado da Nova Espanha (México) conseguiu sua independência isolado da América do Sul, ainda que com relações estreitas com a América Central influenciando

muito em seu processo. E na América do Sul, diferentes focos revolucionários autônomos — Caracas, Nova Granada (Colômbia), Chile, Rio da Prata — só chegaram a relacionar suas trajetórias porque a habilidade militar de Bolívar e San Martín percebeu que somente seria possível derrotar a Espanha fazendo com que todas as forças revolucionárias convergissem para o Peru, onde os espanhóis haviam se fortificado. Esta foi a razão das grandes campanhas de libertação continental que culminaram em Ayacucho, em 1824. (LÓPEZ CHIRICO, 2008, p. 34.)

Tal processo também sofreu uma alteração em seu objetivo: “(...) mudou de uma intenção meramente autonomista para a concepção de independência total.” (LÓPEZ CHIRICO, 2008, p. 33.) Mudança esta que não era uma unanimidade entre as populações de cada região e, portanto, muitas guerras civis se seguiram à independência. O sonho de uma América unificada territorialmente ruiu, com exceção do Brasil, que conservou sua extensão territorial e teve um processo de independência mais caracterizado por emancipação do que por revolução. “No Brasil, o processo de emancipação importou mais na medida em que destruiu invertera das peias, que lhe embargavam o passo, do que pela introdução de práticas vigorosamente revolucionárias” (BARRETO *et al.*, 1993, p. 39.)

No Brasil, ainda que a independência não tenha resultado em uma mudança de governo, visto que aqui se manteve a monarquia, não foi diferente a herança colonial e o processo de emancipação sofreu os mesmos entraves e resistências: “(...) as duas aspirações — a da independência e a da unidade — não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas.” (BARRETO *et al.*, 1993, p. 9.)

Essas resistências são causadas, no dizer de Bomfim (ed. de 1993), pelos remanescentes da metrópole, aventureiros, parasitas e subparasitas que viviam da exploração e benesses da metrópole sobre a colônia e que ficaram na América Latina como um “dente de ixode”, o dente que o parasita deixa, incomodando, quando larga a presa. Esses remanescentes, em um primeiro momento, resistiram à independência, mas quando constataram que esta era irreversível, acomodaram-se e ficaram incomodando a evolução política dessas nações latino-americanas, por meio da deturpação da razão primeira da revolução, intervindo e escamoteando, influenciando a ponto de, como apresentado na segunda seção, abalar algumas proposições como a da América unida, defendida por Bolívar, ou mesmo — e principalmente — reduzir as mudanças, manter o *status quo*.

Podemos afirmar que os processos de libertação das metrópoles aconteceram na América Latina, mas as mudanças estruturais, as que visavam mais justiça, igualdade e democracia, não vieram (López Chirico, 2008). Para Bomfim (ed. 1993), ao contrário dos Estados Unidos, nação que estava pronta quando afirmou sua independência, na América Latina tudo estava por fazer: “(...) não se tratava, apenas, de educar populações novas para a justiça e a liberdade; tratava-se também de combater, vencer e anular todos os vícios herdados do regime anterior, todas as poderosas influências retardatárias, abusos e maus hábitos.” (BOMFIM, ed. 1993, p. 286.) Para López Chirico (2008), em se tratando da independência das colônias:

A consequência mais visível foi a ascensão das elites criollas aos postos que as cúpulas peninsulares tinham ocupado na colônia. Também, o triunfo da grande fazenda e dos senhores de terra que tenderam a prevalecer sobre as elites urbanas. E o progresso

dos comerciantes nativos, agora em contato direto com a grande potência hegemônica mundial, a Inglaterra, com cujos emissários mais empreendedores deviam dividir o poder nos centros locais de comércio. (LÓPEZ CHIRICO, 2008, p. 48.)

## 2. OS PENSADORES-ATORES DA INDEPENDÊNCIA

### BOLÍVAR — UM HOMEM “À MEDIDA IDEOLÓGICA DO SEU TEMPO” (SOCIANO, 1977, P. 12)

A República só poderia ser realizada e produzir bons resultados, quando dirigida e guiada pelos que a querem como indispensável para a conquista de um ideal superior — pelos republicanos de fé. (Manoel Bomfim. *A América Latina – Males de Origem*, p. 279)

José Antonio de la Santísima Trinidad Simón Bolívar y Palacios (1783-1830) foi um dos principais representantes de uma geração que lutou para que a América Latina pudesse se expressar como ela mesma, à parte das metrópoles que dominavam a região. Considerado um líder fundamental na emancipação das colônias espanholas da América do Sul, Bolívar defendeu um projeto de independência que atendia aos desejos e ao mesmo tempo era alimentado por várias forças políticas e sociais que estavam presentes na Capitania Geral da Venezuela e em outras colônias da América Latina (Sociano, 1977; López Cirico, 2008, Soares, 2008).

Filho de uma rica família de mantuanos (criollos, descendentes de espanhóis nascidos nas colônias), Bolívar cedo perdeu seus pais e aos nove anos passou a ser educado por Miguel José Sanz, advogado famoso na época, Andrés Bello (futuro reitor da Universidade do Chile) e Simón Carreño Rodríguez, iluminista, seguidor de Rousseau e considerado o primeiro influenciador de Bolívar com relação aos ideais de liberdade que fervilhavam tanto na América Latina quanto na Europa. Como era comum entre a classe mais rica das colônias, Bolívar completou seus estudos na Europa, mais precisamente na Espanha e na França. Lá, participou do fervilhar intelectual na Corte Espanhola e presenciou, *in loco*, a coroação de Napoleão Bonaparte, fato que, segundo alguns biógrafos, influenciou negativamente a visão da monarquia e reforçou em Bolívar os ideais republicanos (Soares, 2008; Sociano, 1977).

No final do século XVIII, Caracas era uma região tranquila, com uma sociedade composta por 30 a 40 mil habitantes, não muito cindida por não haver grande disparidade entre ricos e pobres, de maioria crioula (18 mil), mais escravos (7 a 14 mil) e brancos (10 mil). Também como característica da época, a estratificação social seguia as Leis das Índias — os brancos advindos da Espanha eram os que exerciam os altos cargos, depois se seguiam os brancos nascidos nas colônias (criollos), a quem, em geral, era dada a guarda dos cabildos (conselhos municipais que regulavam a vida dos habitantes das colônias e fiscalizavam as propriedades públicas), fora do governo central (Sociano, 1977; López Chirico, 2008).

Em 1807, após passar quatro anos na Europa, Bolívar retorna à Venezuela e dedica-se por dois anos aos seus negócios. Em 1809, é nomeado juiz — Magistrado Maior de Yade. Em 1810, o cabildo de Caracas desacata as ordens do capitão-geral da localidade e forma uma Junta, que passa a governar em nome do rei espanhol que estava cativo. Bolívar e Andrés Bello são enviados a Londres, para solicitar apoio econômico.

Em Londres, Bolívar entra em contato com Francisco de Miranda, venezuelano revolucionário que já havia tentado a insurreição por duas vezes, desde 1806 e, em 1811, com o apoio de Bolívar, conduz a independência que duraria apenas um ano, por causa de dissensões políticas internas e uma estrutura de República que propunha o federalismo em uma região “quebrada” internamente, bem como o triunvirato como sistema de governo. Ambas as proposições eram “pouco adequadas para consolidar o nascimento e a existência política de um país cuja integração estava ainda muito longe de ser efetiva” (SOCIANO, 1977, p. 23).

Dessa lição, Bolívar escreve, em 1812, Manifesto de Cartagena (ou Memória dirigida aos cidadãos da Nova Granada por um Caraquenho). Quando de seu exílio em 1815, escreve duas missivas: Carta de Jamaica, documento que contém os fundamentos jurídicos do movimento de independência, retrata a visão de Bolívar sobre o futuro político da América após sua independência e aponta como o mundo deveria se interessar pela causa da liberdade da América-colônia. O segundo documento, endereçado ao editor da Gazeta Real da Jamaica, procura argumentar que a causa da América é uma só, independentemente das raças (Sociano, 1977; Soares, 2008). Na Carta de Jamaica, no dizer de Sociano (1977), Bolívar:

Apresenta um quadro geral da América do tempo, assim como a intuição — com base nos conhecimentos que Bolívar possuía da sociedade e da vida política do Novo Mundo — do destino futuro dos países que nela nasceriam, com um tal acerto que a carta em questão foi baptizada com o nome de «carta profética». (SOCIANO, 1977, p. 27.)

De 1816 a 1819, há mudanças na condução do processo, desde a composição do exército, unificação do movimento em torno de Bolívar, até a alteração nos objetivos estratégicos da revolução. Em 1819, Bolívar pronuncia um discurso em Angostura, momento em que apresenta seu primeiro projeto de Constituição (Discursos de Angostura), o qual irá se completar em 1826 (Discurso al Congreso Constituyente de Bolivia) (SOCIANO, 1977). Com relação ao discurso proferido em 1819, comenta Sociano (1977):

Surge aqui um Bolívar mais maduro, consciente da necessidade de lançar as bases da existência política do país sobre pressupostos ideológicos diferentes dos de 1811, nos quais é possível encontrar claramente os resultados de sua formação clássica e das leituras de Montesquieu, Rousseau e Bentham, não obstante sem aderir cegamente às ideias expostas por estes pensadores, mas antes assimilando-as na intenção de buscar a melhor via para o convívio político num país cuja heterogeneidade social, cultural e geográfica não desconhece. Nesse projecto pronuncia-se pela divisão dos poderes em número de quatro, juntando aos três clássicos um «poder moral», necessário a um povo que aspira a ser virtuoso, clara manifestação da sua preocupação pelos defeitos do meio (que tenta neutralizar através da instituição do dito poder), da sua formação clássica (percebe-se o eco dos éforos e dos censores) e da possível influência da exaltação da «virtude» característica dos revolucionários franceses. (SOCIANO, 1977, p. 29-30.)

Bolívar procurou envolver a todos na luta pela independência da América, visto que seu projeto era fundado no princípio da igualdade entre os cidadãos. Utilizando-se de sua experiência nas tentativas frustradas de independência, Bolívar atraiu as camadas populares, mas não afastou a elite, dando um atendimento diferenciado aos seus oficiais comandantes.

“Aos escravos, Bolívar acenou com a perspectiva da libertação; aos pardos, com a de distribuição de terras; aos índios, com o fim dos tributos especiais.” (SOARES, 2008, p. 26.) Aos generais, Bolívar procurava estruturar a lealdade e afirmar sua autoridade.

Ademais de sua atuação procurando envolver os vários atores que poderiam ser — como foram — causa de rachas internos que prejudicaram a unidade, Bolívar também buscava atuar na unificação política entre essas nações que estavam se constituindo. Para a segurança da América em si, Bolívar propunha uma política externa que levasse em conta as relações mútuas entre as nações ex-colônias da América Espanhola, relações que tomassem por base a independência da cada país e sua atuação conjunta em defesa contra o estrangeiro. Podemos encontrar, aqui, a “consciência de solidariedade continental” (SOCIANO, 1977, p. 42) que possuía Simón Bolívar.

De igual modo, outro ponto de destaque em Bolívar é sua compreensão da realidade imediata e dos impactos futuros que a falta de unidade poderia causar nas nações americanas. Bolívar via os Estados Unidos e a Inglaterra como nações potencialmente perigosas à soberania das recém-formadas repúblicas; bem como alertava para a questão de como as grandes potências europeias viam o hemisfério sul. Postulava, para tanto, que a América deveria ter um grande exército para defendê-la, que houvesse um congresso de todos os Estados americanos e que ocorresse o desenvolvimento de políticas externas para manter relações com Estados Unidos, Inglaterra e demais potências europeias que preservassem a autonomia e a unidade das nações americanas (texto desenvolvido com base em Sociano, 1977).

Bolívar, ademais de sua visão avançada, foi um homem de ação, um general que participou ativamente dos movimentos de independência, conquistando desde a independência da Venezuela, em 1819, até o Alto Peru, em 1825. No entanto, apesar da conquista da liberdade, o sonho da pátria única e grande não se concretizou e as dissensões internas fizeram com que essas nações fossem se separando do projeto inicial de unificação da Grã-Colômbia (que envolvia o que hoje são Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela). Aos poucos, venezuelanos e equatorianos romperam com a unificação e constituíram seus próprios governos. A última tentativa de Bolívar visando à unificação foi a Constituição da Bolívia, escrita em 1826, mas que resultou infrutífera quanto ao sonho de uma América única.

A Bolívar restou a renúncia à presidência, em 1830, ano em que falece, desiludido e doente. No entanto, sua visão de emancipação e de desenvolvimento de relações mais duradouras entre as nações da América latina perdura até os dias atuais. Recentemente, o presidente da Venezuela declarou que sua revolução social era bolivariana, assim como a nova Constituição desenvolvida (SOARES, 2008, p. 37).

Homem do seu tempo, quis transformar ao mesmo tempo as forças sociais e as instituições, sem se aperceber de que estas resultam vazias se não forem sustentadas e impulsionadas por aquelas. O destino de Bolívar estava, portanto, condicionado pela necessidade histórica de ter de fazer muito em muito pouco tempo. Destruíra uma ordem tri-secular, mas era impossível que pudesse instaurar uma nova em três anos. (...) Os projetos de Bolívar foram, não obstante, o maior esforço que se fez para tentar pôr a América espanhola à altura dos tempos (...) crendo efetiva e firmemente na possibilidade de encontrar uma via que assegurasse a estabilidade de instituições

que conduzissem realmente à solução dos problemas que afligiam o Novo Mundo. (SOCIANO, 1977, p. 49-50.)

### 3. JOSÉ MARTÍ — O HOMEM DA DESCOBERTA E CONQUISTA DO TEMPO REAL DO CONTINENTE

O homem precisa crer na excelência da obra a que se propõe e a que se dedica, precisa confiar na vantagem e na eficácia dos seus esforços. (Manoel Bomfim. *A América Latina — males de origem*, 1993, p. 279.)

José Julián Martí y Perez (1853-1895) é considerado herói nacional em Cuba, mentor da revolução cubana ocorrida no século XX, um pensador latino-americano que inspira, até hoje, ideais de liberdade. Assim como Bolívar, Martí foi um pensador atuante do processo de independência de seu país e um escritor que compreendeu a América Latina como um continente. “Martí foi o primeiro a compreender que não se tratava tanto de pôr em dia quanto de descobrir, e simultaneamente conquistar, o tempo real do continente: sua situação concreta.” (RETAMAR, 1983, p. 59.) Ao contrário de Bolívar, José Martí era de uma classe sem muitos recursos. Filho de imigrantes espanhóis humildes, logo cedo Martí teve de ajudar o pai em tarefas que procuravam suprir a família (oito filhos, sendo sete meninas) nos momentos de desemprego do progenitor (Villaça, 2008).

A Cuba de seu tempo era a penúltima colônia que ainda estava sob domínio espanhol (ver linha do tempo) e mostrava, desde o início do século XIX, grande modernização em sua produção de açúcar. Maior ilha do Caribe, Cuba tornou-se o principal exportador de açúcar do Caribe, após a revolução e independência do Haiti, e a modernidade em sua economia contrastava com o controle colonial, havendo muitos desejos de liberdade pairando no ar.

Nesse ambiente de inquietação, Martí viveu sua infância e adolescência. A primeira guerra da independência em Cuba ocorreu quando José Martí, 15 anos, estava na Escola Superior Municipal de Rapazes. Conhecida como a Revolução de Yara, essa guerra contra a Espanha durou dez anos e foi seguida da Guerra Chiquita (1879-1880) e, finalmente, da Guerra Chica (1895-1898), cujo final Martí não pôde ver, pois faleceu justamente no início dessa Guerra Chica, que resultou na independência de Cuba (Villaça, 2008; Retamar, 1983). Tendo participado ativamente da primeira e da terceira guerras, José Martí:

[...] teve um papel muito importante em todo esse processo histórico. A lucidez com que tratou a questão da dominação espanhola e denunciou a política expansionista norte-americana, bem como a beleza com que apresentou, por meio de ricas metáforas, seus sonhos de independência para toda a América, tornaram contagiantes seus escritos de época. (VILLAÇA, 2008, p. 11-12.)

Martí teve contato logo cedo com o criollo Rafael Maria de Mendive (1821-1886), diretor e professor de escola, patriota convicto que, ao conhecer Martí e identificar seu potencial, obteve autorização de seu pai e passou a custear os estudos do jovem José Martí. Até 1869, ano de seu desterro de Cuba, Mendive foi como um “segundo pai” para Martí e grande influenciador de seu pensamento (Retamar, 1983; Villaça, 2008).

Ao estourar a Guerra de Yara, Martí escreve sonetos apoiando a independência e ajuda a publicar um semanário democrata que não passa do primeiro número — *La Patria*

*Libre*, publicando nele o famoso poema Abdala, no qual apresenta a história de um jovem (Abdala) que morre pela independência de sua pátria (Núbia = Cuba), tal qual ocorreu com Martí. O colégio de Mendive é fechado, Mendive é deportado e Martí é preso por subversão, sendo condenado a seis anos de prisão (Retamar, 1983; Villaça, 2008).

Dois anos após sua prisão, em 1871, a família consegue um indulto e a pena de prisão com trabalhos forçados é substituída por deportação para a Espanha, onde Martí fica até 1874. Lá, encontra-se com outros deportados, como o amigo Valdés Domínguez e continua seus estudos em Madri e Zaragoza. Em um ambiente muito efervescente culturalmente e agitado politicamente, Martí conclui sua universidade e escreve dois textos impactantes: um sobre o presídio político em Cuba, no qual denuncia as torturas e as crueldades lá praticadas e, posteriormente, publica um ensaio polêmico, *La Revolución Española ante la Revolución Cubana*, em que acusa a Espanha de negar à Cuba e demais colônias os ideais de liberdade e valores republicanos que pregava.

Ao sair da Espanha, Martí conhece outros países como França, México, Guatemala, Venezuela e Estados Unidos. Nessas viagens, amadurece seu pensamento com relação à realidade da América Latina e passa a valorizar cada vez mais a educação como ponto importante para a formação das pessoas. Escreveu *La Edad de Oro*, obra com informações sobre história, geografia e economia da América Latina, voltada para a formação de crianças e jovens; funda, em 1890, a Liga da Instrução, escola em que procurava formar quadros políticos; defende a educação popular que permitisse a integração dos pobres na sociedade (*Versos Sencillos* é sua obra mais famosa a respeito). Continua atuando como professor, como assistente em um escritório de advocacia e como jornalista, defendendo suas convicções revolucionárias (Retamar, 1983; Villaça, 2008).

Em suas viagens às repúblicas latino-americanas, “abre-se à compreensão de uma unidade maior que ele chamará ‘Nossa América’, na qual Cuba aparece articulada” (RETAMAR, 1983, p. 18). Nos Estados Unidos, identifica as virtudes e os vícios do capitalismo desenvolvido, vivendo a fase em que a nação norte-americana transita do capitalismo pré-monopolista ao capitalismo monopolista e imperialista que levará os Estados Unidos a se lançarem sobre a América Latina, primeiramente, e depois sobre o mundo “[...] e verifica, assim, a diferença de estrutura e espírito entre as duas Américas” (RETAMAR, 1983, p. 18).

Em 1878, ano em que houve um acordo de paz com relação à guerra dos dez anos, Martí volta a Cuba e se une ao Comitê Revolucionário Cubano. É novamente deportado no ano seguinte, foge para os Estados Unidos e lá vive até 1895. Nesse tempo, produz vários escritos, dentre eles *Nuestra América* (1891), no qual Martí reflete sobre a identidade da América Latina e a contrapõe à América anglo-saxã, bem como retoma algumas ideias de seu discurso *Madre América* (1889), apresentando os princípios que os países latino-americanos deveriam adotar para terem unidade (Villaça, 2008).

A inovação seria o norte nesse processo, Cuba, o timoneiro, e todos deveriam desenvolver a consciência das particularidades e peculiaridades da América Latina, proposição última defendida por Bolívar e por Simon Rodríguez, educador venezuelano cujas ideias Martí teve contato em sua passagem por aquele país. Por fim, a educação mantinha-se como pedra fundamental para gerar os valores pátrios e bons governos.

Com o final da guerra chiquita, Martí é nomeado presidente interino do Comitê Revolucionário Cubano (1881) e dedica-se com afinco ao esforço de turbinar o movimento pela independência de Cuba, além de publicar artigos alertando quanto às limitações das grandes nações metropolitanas (*Escenas Norteamericanas*). Graças à sua habilidade oratória e carisma, consegue tornar-se líder da comunidade cubana de exilados, cada vez maior, minimizando divergências (como as que existiam entre os generais refugiados Máximo Gómez e Antonio Maceo e mesmo entre os diferentes grupos que formavam a comunidade cubana) e defendendo a unidade, a tolerância, a inclusão social e a convivência harmoniosa entre as raças (Villaça, 2008). Dois exemplos de discurso, ambos ocorridos em 1891, são *Con todos y para El bien de todos*, em que Martí reforça a unidade proposta e incita o povo cubano à luta e *Los Piños Nuevos*, uma homenagem aos oito estudantes de medicina fuzilados em 1871 pelo regime da metrópole.

Em 1892, Martí redige as bases do Partido Revolucionário Cubano, criado para conquistar a independência de Cuba e que foi, em realidade, além — anunciou, no dizer de Retamar (1983), “as vanguardas políticas que guiariam as guerras revolucionárias deste século” (RETAMAR, 1983, p. 25). No jornal *Patria*, criado por Martí, publica as ideias do partido e divulga a carta da independência. Troca várias correspondências com o general Gómez e, em 25 de março de 1892, lança com ele o Manifesto de Montecristi, em que expõem ao mundo seus objetivos de independência e como fariam para libertar Cuba da Espanha (Retamar, 1983; Villaça, 2008).

Em 1895, Martí regressa a Cuba, com o General Gómez e, no caminho, para encontrar com o General Maceo são surpreendidos por tropas espanholas em Dos Ríos, local em que Martí sai a combate e morre fuzilado. A luta pela independência continuou e a libertação ocorreu, de fato, após a intervenção norte-americana que lutou contra a Espanha a pretexto de ter sido atacado por tropas espanholas na misteriosa explosão do encouraçado *Maine*, navio norte-americano ancorado em Havana.

Até 1902, Cuba foi governada por generais norte-americanos e, mesmo após a independência, houve outras intervenções norte-americanas, interrompidas com a revolução liderada por Fidel Castro, em 1959. Antes, em 1953, Fidel havia tentado um assalto ao quartel Moncada, sem sucesso. Ao ser preso e indagado sobre quem fora o autor intelectual dessa ação, Fidel responde: “É José Martí” (RETAMAR, 1983, p. 13).

No dizer de Retamar (1983), Martí apresentou uma universalidade em sua obra, universalidade esta advinda de várias realidades: “enquanto no plano imediato organiza a guerra de Cuba contra a Espanha, no imediato, tenta precaver-se contra a expansão dos Estados Unidos.” (RETAMAR, 1983, p. 37.) Mais adiante, conclui: “Martí conheceu uma tensão histórica que nenhum outro hispano-americano viveu: conclui a obra do século XIX, prepara e inicia a do XX.” (RETAMAR, 1983, p. 37.)

#### 4. BOLÍVAR E MARTÍ — OBRAS COMPARADAS

Retamar (1983), comparando Bolívar e Martí, escreve:

Outro grande criador da América Latina, Simon Bolívar (1783-1830) havia notado que “nós somos um pequeno gênero humano”: que não somos prolongamento ou eco



da Europa Ocidental, mas outra coisa, outro mundo. Martí vai mais longe que Bolívar ao reparar não só nessa diferenciação, como também no parentesco estrutural que nos une a outras sociedades ao longo do planeta; neste sentido, provavelmente tenha sido o primeiro a assinalar a unidade de problemas do homem “que não é da Europa ou da América europeia”. (RETAMAR, 1983, p. 33.)

**QUADRO 1 — FALTA DE COMPREENSÃO DA REALIDADE  
LOCAL E ADOÇÃO DE PRINCÍPIOS E CÓDIGOS ESTRANGEIROS**

Bolívar	José Martí
<p>Como citado anteriormente, em Manifesto de Cartagena, escrito em 1812, Bolívar aponta as causas que levaram à queda da primeira república em menos de um ano. O primeiro erro foi tolerar as resistências contra a independência, sustentando-se os magistrados em uma interpretação equivocada do conceito de humanidade e em consultas a códigos formados por visionários: “tivemos filósofos a fazer de chefes, filantropia em vez de legislação, dialéctica por tática e sofistas por soldados.” (BOLÍVAR, <i>Manifesto de Cartagena</i>, 1812, ed. 1977, p. 58.) Baseando-se na história de outros países, os estadistas consideravam dispensável a formação de milícias pagas para manter a liberdade da pátria. Bolívar critica essa postura e a acusa de ser derivada de um raciocínio de quem não conhece a realidade dos povos, bem como as diferenças de tempos e costumes. A adoção do federalismo como forma de governo também foi a importação de um modelo que não servia para aquele momento de independência dos países latino-americanos. Ademais, não havia termo de comparação entre os Estados Unidos e os países latino-americanos, muito diferentes em sua concepção e construção: “É aqui que devemos encontrar o código que nos serve, e não em Washington!” (BOLÍVAR, <i>Discursos de Angostura</i>, 1819, ed. 1977, p. 121.)</p>	<p>Em <i>Nuestra América</i> (1891), Martí defende, de maneira contundente, a construção da América com base nos princípios e conhecimentos originais, observando que a incapacidade de conduzir esses povos das repúblicas nascentes não está no povo, mas nos que desejam reger tais nações “[...] com leis herdadas de quatro séculos de prática livre nos Estados Unidos e de dezenove séculos de monarquia na França” (MARTÍ, <i>Nossa América</i>, 1891, ed. 1983, p. 195). Martí lembra que o espírito do governo deve ser o do próprio país de origem e que apenas conhecendo seu país um governo pode livrá-lo de tiranias. “[...] o bom governante na América não é o que sabe como se governam o alemão e o francês, mas sim aquele que sabe de quais elementos está constituído seu país” (MARTÍ, <i>Nossa América</i>, 1891, ed. 1983, p. 195.) Dentre os grandes erros da América Latina, a <i>Nossa América</i> em comparação à outra (a América do Norte), Martí destaca a importação excessiva de ideias e fórmulas estrangeiras. “nem o livro europeu, nem o livro ianque davam a chave do enigma hispano-americano.” (MARTÍ, <i>Nossa América</i>, 1891, ed. de 1983, p. 199); ou, ainda, “A independência da América vinha sangrando há um século: — nem de Rousseau nem de Washington vem nossa América, senão de si mesma!” (MARTÍ, <i>Bolívar</i>, 1893, ed. de 1983, p. 241.)</p>

Fonte: a própria autora, com base nos escritos de Bolívar e José Martí.

**QUADRO 2 — FORMA E PAPEL DE GOVERNO**

Bolívar	José Martí
<p>Considerando a história dos povos latino-americanos e sua situação à época, Bolívar defende a existência de um governo paternal, nem uma monarquia universal, nem uma grande república. (<i>Carta de Jamaica</i>, 1815.) O Governo deve compreender as circunstâncias do momento e agir sobre elas de acordo com que requeiram, não somente as circunstâncias, mas também o tempo e os homens que o compõem (Manifesto de</p>	<p>Em <i>Nuestra América</i> (1891), Martí defende que a forma de governo deve estar de acordo com a constituição do próprio país, visto que o governo é o resultado de um equilíbrio entre os elementos naturais que constituem cada nação. Em <i>Con Todos y para El Bien de Todos</i> (1891), Martí apresenta em um discurso carregado de emoção as bandeiras de união dos cubanos: a luta pela independência deve</p>

Cartagena, 1812). Identificamos, em *Discursos de Angostura* (1819), novo reforço à ideia de que o Governo bom é o que conhece seu povo. (Bolívar, 1819, ed. de 1977, p. 129.) Ao final da vida, já desiludido e sem conseguir executar sua proposição de união dos vice-reinos da América do Sul, Bolívar escreve ao General O’Learly (1829), irlandês que foi seu ajudante de campo, e comenta que a extensão territorial exigiria uma de duas formas de governo, opostas e contrárias, em seu ponto de vista, ao bem do país: a autoridade real ou a liga geral, sendo que entendia ser a monarquia uma escolha impossível pela constituição democrática do país, pelas diferenças sociais significativas que trariam dissensões, pela fragilidade que a monarquia teria em face ao respeito que os generais têm pelos seus pares. Defendia um governo central, proporcional à extensão do território da Colômbia e à índole do povo. (*Discurso Perante o Congresso Constituinte da Bolívia*, 1825, ed. de 1977, p. 157.) Um governo vitalício, sempre de acordo com a opinião pública, que tivesse mais solidez e mais energia do que o que era necessário em outros países, um governo que tivesse autoridade e mão forte para assegurar a existência da nação. Para tanto, era preciso, após um tempo longo de lutas para a defesa da nação, que os dirigentes parassem para pensar de forma concreta em como governar considerando a debilidade dos laços sociais, a dimensão do território e as peculiaridades da nação. Em um de seus últimos escritos, a *Carta a Juan José Flores* (1830), Bolívar demonstra sua amargura e descrença pelo futuro das nações americanas — considera-as ingovernáveis, fadadas a serem governadas por “tirantes”, destinadas à demagogia e ao descalabro resultante da ferocidade e da ideologia exagerada (ver: Bolívar, 1830, ed. de 1977, p. 191-192). Todas as repúblicas que procuraram ser absolutamente democráticas foram frustradas. Assim, Bolívar defende uma república forte (a que possua um executivo forte), que tenha por base a soberania do povo, aqui entendida como um regime fundado na divisão dos poderes, na liberdade civil, na eliminação da escravidão (igualdade), “na abolição da monarquia e dos privilégios” (BOLÍVAR, 1819, *Discursos de Angostura*. In: *Escritos Políticos*, ed. de 1977, p. 126).

estar baseada na criação de uma república que tenha como princípio, como lei primeira, a dignidade plena do homem e o exercício dessa integridade e do respeito, o trabalho de cada um e o pensar original. No dizer de Martí: “O la república tiene por base el carácter entero de cada uno de sus hijos, el hábito de trabajar con sus manos y pensar por sí propio, el ejercicio íntegro de sí y el respeto, como de honor de familia, al ejercicio íntegro de los demás; la pasión, en fin, por el decoro del hombre, — o la república no vale una lágrima de nuestras mujeres ni una sola gota de sangre de nuestros bravos.” (MARTÍ, 1891, *Con todos y para el bien de todos*, s/p.) A república deve refletir a originalidade de Cuba, não ser apenas uma mudança de forma, tampouco a continuação da visão colonial com nova bandeira alienígena, mas sim ser um bastião da igualdade (Con todos y para el bien de todos, 1891). Como aponta Martí em *Mi Raza* (1893), a República cubana será forjada da luta e da união dos que lá vivem, sejam negros, espanhóis nascidos na ilha, que lá habitam. Em todos seus escritos, vemos a convocação para a ação de construção da República e para a unidade de raças, as quais, para Martí, não apresentam prerrogativas de superioridade ou inferioridade (ver *Mi Raza*, 1893). A unidade é pela pátria, e deve-se lutar para constituí-la livre; afinal, como o próprio Martí afirma, esperar na alma não funda povos. (*Con todos y para el bien de todos*, 1891). A República deve, então, ser uma construção de todos. Do homem mais douto ao mais simples, todos exercem um exercício contínuo de suas capacidades na República que Martí defende. (*El tercer año del Partido Revolucionario Cubano*, 1894.) Em tempos diferentes dos vividos por Bolívar, a República de Martí apresenta uma proposta menos centralizadora e mais consoante com os novos anseios e as estruturas que se compunham no final do século XIX. Como afirma o próprio Martí, é preciso ter visão e marchar com o mundo. (*El tercer año del Partido Revolucionario Cubano*, 1894.)

Fonte: a própria autora, com base nos escritos de Bolívar e José Martí.

### QUADRO 3 — FORMA DE ESTADO E A CRÍTICA AO FEDERALISMO

Bolívar	José Martí
<p>O principal erro que causou a volta do domínio espanhol na Venezuela foi, para Bolívar, a adoção do federalismo. Embora considerado o mais perfeito para proporcionar a felicidade humana em sociedade, como apontado anteriormente, o federalismo não se aplicava àquele momento de formação dos Estados latino-americanos; tampouco era um ponto forte dos Estados Unidos<sup>(1)</sup>. A rejeição ao federalismo como forma de governo acompanha a vida de Bolívar, embora possamos observar, em 1824, em carta escrita Aos Governos das Repúblicas da Colômbia, México, Rio de La Plata, Chile y Guatemala, que Bolívar compreende ser uma base fundamental de união e de perenidade dos governos independentes a existência de uma assembleia de plenipotenciários, tendo, para tanto, convidado os governos do México, Peru, Chile e Buenos Aires a formarem uma confederação com a Colômbia. (Bolívar, 1824, <i>Aos Governos das Repúblicas da Colômbia, México, Río de La Plata, Chile e Guatemala</i>. In: <i>Escritos Políticos</i>, ed. de 1977, p. 170.) Também encontramos, em 1826, uma proposição de federação geral entre Bolívia, Peru e Colômbia, mais unida do que a norte-americana, sob a direção de um presidente e de um vice-presidente, como forma de evitar a dissolução e divisão que acontecia nas nações que haviam conquistado sua independência. Percebe-se a incomodação de Bolívar com os problemas que ocorriam e que poderiam levar à perda do trabalho em prol da unidade sonhada e duramente conquistada, bem como se observa sua incomodação com a própria proposta, único remédio que encontrou, após muito pensar, para evitar o mal maior que era a dissolução da unidade<sup>(2)</sup>. Em carta enviada a Sucre, Marechal de Ayacucho, Bolívar deixa claro que o pacto federativo</p>	<p>Para Martí, a construção de um Estado, de uma nacionalidade, e fruto de ódio e de amor, sendo que suas formas públicas se expressam, respectivamente, pelo privilégio e pelo interesse. Um povo é fruto da composição de várias vontades e é preciso ter compreensão da dimensão e do tempo históricos para que esse povo possa ter a liberdade real, isto é, ser livre para exercer seu próprio modo de ser. Martí não critica o federalismo em si, mas sim a nova forma de escravidão ou colonialismo que ameaça a Nossa América com o surgimento do imperialismo. Adverte, pois, quanto às mazelas que os Estados Unidos também possuíam e que eram destacadas apenas como problemas dos países latino-americanos (como podemos ver em escritos como <i>La verdad sobre los Estados Unidos</i> (1894), <i>Congreso Internacional de Washington</i> (1889), dentre outros. Novamente, devemos ressaltar que o tempo histórico vivido por Martí foi diferente do vivido por Bolívar. Nos fins do século XIX, as nações praticamente já estavam estruturadas em sua forma de Estado; a discussão tomava um eixo em que a economia passava a preponderar e influenciar na autonomia política dos países. Com esse pano de fundo, observamos que Martí alerta veementemente quanto à cobiça que os Estados Unidos apresentavam sobre Cuba; defendendo uma revolução que não seja amparada no apoio ambivalente da América do Norte. (ver, por exemplo, <i>El tercer año del Partido Revolucionário Cubano</i>, de 1884). Para ele, Cuba e Porto Rico, as duas últimas nações a buscarem a independência, tinham uma responsabilidade vista como maior do que as das outras nações que já estavam independentes, dado o momento histórico. Aliás, libertar-se do domínio econômico dos Estados</p>

- (1) No dizer de Bolívar: "(...) este pueblo es único en la historia del género humano es un prodigio, repito, que un sistema tan débil y complicado como el federal haya podido regirlo en circunstancias tan difíciles y delicadas como las pasadas. Pero sea lo que fuere de este gobierno con respecto a la nación norteamericana, debo decir, que ni remotamente ha entrado en mi idea asimilar la situación y naturaleza de los Estados tan distintos como el inglés americano y el americano español." (BOLÍVAR, 1819, *Discursos de Angostura*, s/p. Disponível em: <<http://www.analitica.com/bitblo/bolivar/angostura.asp>>.)
- (2) Assim escrevia Bolívar: "A intenção deste pacto é as da mais perfeita unidade sob uma forma federal. O governo dos estados federados ou particulares caberá ao vice-presidente com as suas duas câmaras em tudo o que se refere a religião, justiça, administração civil, economia e, finalmente, tudo aquilo que não se relacione com guerra ou relações externas. (...) O Libertador, como chefe supremo, visitará todos os anos os departamentos de cada estado. A capital será um ponto central (...) medite por instantes nas vantagens que nos advirão dessa federação geral; medite nos males de que ela nos poderá livrar e não lhe será difícil descobrir quanto interesse deveremos todos ter por um tal plano que assegura a liberdade na América, unida na ordem e na estabilidade." (BOLÍVAR, 1826, Carta ao General D. António Gutiérrez de La Fuente. In: *Escritos Políticos*, ed. de 1977, p. 179-181.) Idênticas recomendações são encontradas, também, na Carta a Sua Exa. o Grande Marechal de Ayacucho, António José de Sucre, missiva enviada dois meses após à carta remetida a de La Fuente, em 1826.

<p>é a alternativa para evitar a dissolução da República. (Bolívar, 1826, Carta A Sua Exa. O Grande Marechal de Ayacucho, Antônio José de Sucre. In: <i>Escritos políticos</i>, ed. de 1977, p. 174-175.) No entanto, em um de seus últimos escritos, a carta ao general O’Learly, Bolívar mantém suas críticas ao Federalismo, considerada uma forma de governo anárquica. (Bolívar, 1829, Carta a Daniel Florêncio O’Learly. In: <i>Escritos políticos</i>, ed. de 1977, p. 183.)</p>	<p>Unidos era visto, para Martí, como a segunda independência da América espanhola.</p>
---	---

Fonte: a própria autora, com base nos escritos de Bolívar e José Martí

#### QUADRO 4 — OLHARES SOBRE A AMÉRICA LATINA: LIBERDADE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Bolívar	José Martí
<p>A liberdade é algo que se busca sempre, mas não se alcança o equilíbrio, que seria um ponto de moderação. Para Bolívar, a defesa de liberdade ilimitada é uma químera e um perigo, porque vê que a falta de restrição conduz ou à anarquia ou ao despotismo. (Bolívar, 1819, Discursos de Angostura. In: <i>Escritos políticos</i>, ed. de 1977, p. 138-139.) Suas ideias expressam, em vários momentos, as propostas de Rousseau — vejamos apenas um trecho para exemplificar, extraindo alguns comentários do pensador genebrino sobre a importância da divisão e do equilíbrio entre os poderes: “Si el soberano quiere gobernar, o el magistrado dar leyes, o si los súditos se niegan a obedecer, el desorden sucede a la regla, la fuerza y la voluntad ya no actúan de acuerdo y el Estado, al desintegrarse, cae en el despotismo o en la anarquía.” (ROUSSEAU, 1762. <i>Du Contrat Social</i>. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. <i>El contrato social</i>. Discursos. 1. ed. Buenos Aires: Losada, 2008.) Também como Rousseau, a educação tem um papel de destaque na visão do Libertador. Um povo sem educação, ignorante, é considerado como o “instrumento de sua própria destruição” (BOLÍVAR, <i>Discursos de Angostura</i>, 1819, ed. de 1977, p. 116). “A educação popular deve ser o cuidado primogênito do amor paternal do Congresso. Moral e luzes são</p>	<p>Martí fez um discurso em homenagem a Simon Bolívar em 1893. Nele, vemos o reconhecimento pelo trabalho de Bolívar em prol da liberdade e de como esse desejo de liberdade reverberou pelos povos da América Latina<sup>(3)</sup>. Martí via em Bolívar alguém em que a alma do continente penetrou em profundidade, alguém a quem a Nossa América deve reconhecer e dar valor no processo de emancipação das colônias. Em sua obra <i>Con todos y para el bien de todos</i>, Martí defende a liberdade de Cuba com galhardia — A independência de seu país é uma ode à pátria<sup>(4)</sup>. Com relação à Educação, Martí é um defensor desta para todos, de forma igualitária e baseada na realidade de cada nação e que possa auxiliar na práxis libertadora do homem em sua construção de cidadão (<i>Nuestra América</i>, 1891, ed. de 1983). Em <i>Maestros Ambulantes</i> (1884), Martí destaca a educação como um alimento essencial ao crescimento do ser humano, como algo singelo que estrutura a grandeza de uma pátria. Mais uma vez, a educação é associada à liberdade; ser culto é o único modo de ser livre, na visão de Martí. Os professores ambulantes, citados no referido artigo, são os que levam o conhecimento ao homem do campo, como quem professa uma religião; como os que abrem o apetite para o saber, um saber conectado com a realidade que se vive.</p>

(3) Martí, comentando sobre Bolívar: “(...) somos os filhos de sua espada. (...) Aquele foi um homem realmente extraordinário. Viveu como entre chamas, e ele o era. (...) Sua glória o circunda, inflama e arrebatava. (...) Não desata raças, não desencanta o continente, não evoca povos, não percorreu com as bandeiras da redenção mais mundos que qualquer conquistador com as da tirania, não fala, do Chimborazo, com a eternidade e não tem a seus pés no Potosí, sob o pavilhão da Colômbia, bicado de condores, uma das obras mais bárbaras e tenazes da história humana?” (MARTÍ, 1893, Bolívar. In: *Nuestra América*, ed. de 1983, p. 240-241.)

(4) “Cubanos: Para Cuba que sofre, la primera palabra. De altar se ha de tomar a Cuba, para ofrendarle nuestra vida, y no de pedestal, para levantarnos sobre ella. (...) Porque si en las cosas de mi patria me fuera dado preferir un bien a todos los demás, un bien fundamental que de todos los del país fuera base y principio, y sin el que los demás bienes serían falaces e inseguros, ese sería el bien que yo prefiriera: yo quiero que la ley primera de nuestra república sea el culto de los cubanos a la dignidad plena del hombre.” (MARTÍ, 1891, *Con todos y para el bien de todos*, s/p. Discurso proferido no Liceo Cubano, em Tampa, Flórida. Disponível em: <[http://www.josemarti.info/documentos/con\\_todos.html](http://www.josemarti.info/documentos/con_todos.html)>).

os polos de uma República; moral e luzes são as nossas primeiras necessidades.” (BOLÍVAR, <i>Discursos de Angostura</i> , 1819, ed. de 1977, p. 140-141.)	
---	--

Fonte: a própria autora, com base nos escritos de Bolívar e José Martí.

## 5. BOLÍVAR E MARTÍ — IDEIAS SINGULARES E ATUAIS DOS PENSADORES PARA A AMÉRICA LATINA

Dentre as proposições desses dois atores-pensadores da América Latina, destacamos alguns pontos por sua originalidade e visão antecipada que, até os dias atuais, ressoam na América Latina. De Bolívar, sua proposta de Constituição e composição de poderes é um destaque. Em seu Discurso perante o Congresso Constituinte da Bolívia (1825), Bolívar destaca ser a função do legislador um ministério divino. Embora consciente de que não há lei perfeita, Bolívar vê a Constituição como instrumento essencial para que se possa dirigir homens livres, como arma que os legisladores têm para combater a tirania e a anarquia. Mais adiante, em 1826, Bolívar reforça a Constituição como o grande motor da reforma social e como peça fundamental para a estruturação do governo (ver: BOLÍVAR, 1826 — Carta a Sua Exa. o Grande Marechal de Ayacucho, Antonio José de Sucre. In: *Escritos políticos*, ed. de 1977, p. 174); como a tábua de salvação para evitar a desintegração das recém-independentes nações (*ibidem*, p. 178).

Já em 1819, em seus *Discursos de Angostura*, encontramos a mesma defesa da Constituição como ponto de fixação da liberdade. Uma proposição que aparece nos dois discursos é a da divisão de quatro poderes políticos: executivo, legislativo, judiciário e moral. O poder moral é aquele “cujo domínio seja a infância e o coração dos homens, o espírito público, os bons costumes e a moral republicana” (BOLÍVAR, 1819, *Discursos de Angostura*. In: *Escritos políticos*, ed. de 1977, p. 141).

No discurso de 1826, cabe ressaltar a importância dada à participação do cidadão por meio de processos eleitorais e da representatividade — cada dez cidadãos nomeiam um eleitor e este não precisa ter posses, mas ser honrado e saber ler e escrever. Também em 1826, a estrutura dos poderes e suas atribuições apresentam-se melhor definidas do que em 1819. Vemos que, enquanto em 1819, Bolívar comenta que os libertadores da Venezuela deveriam ocupar altos postos por seus esforços e sacrifícios pela Independência, em 1826, claramente Bolívar defende uma estrutura de mando na qual o posto principal cabe ao libertador.

Em 1819, Bolívar destaca o modelo britânico de governo executivo e propõe um modelo em que o povo ou seus representantes o nomeiem; deve esse presidente governar com o auxílio da Constituição e submissão às leis. Porém, o Executivo precisará ter vigor e meios para que possa manter-se à altura de enfrentar os entraves e resistências que sempre derivarão da oposição entre os três poderes clássicos (Executivo, Legislativo, Judiciário) e o povo (ver: BOLÍVAR, 1819, *Discursos de Angostura*. In: *Escritos políticos*, ed. de 1977, p. 135-136).

Em 1826, seu discurso é mais focado e preciso: o poder central cabe ao Presidente da República que deve ser vitalício. Sua metáfora é comparar o Presidente ao Sol e ao ponto fixo de Arquimedes, com o qual se pode mover o mundo. Esse ponto central, no entanto,

não é visto como despótico ou como ameaça à democracia, porque Bolívar entende que as três Câmaras com funções específicas restringem as ações executivas do Presidente de uma forma favorável ao povo, visto que estas ações ficam limitadas, constitucionalmente, à nomeação de funcionários da fazenda, da paz e da guerra e ao comando do exército (ver: BOLÍVAR, 1825, Discurso perante o Congresso Constituinte da Bolívia. In: *Escritos políticos*, ed. de 1977, p. 155-157). O vice-presidente tem por papel obedecer ao Executivo — de quem recebe ordens — e ao Legislativo — de quem recebe as leis.

Como no modelo norte-americano, Bolívar adota que o primeiro-ministro deva ser o sucessor do presidente, por já estar aquele experiente nas questões do Estado. Deve ser esse vice-presidente, nomeado pelo presidente, também ímpoluto e obedecer cegamente às leis constitucionais. Para Bolívar, essa estrutura política com presidente vitalício e vice-presidente hereditário garante a conservação da ordem e a subordinação entre os cidadãos, trazendo, assim, as vantagens que se podiam encontrar na monarquia, excluindo-se as desvantagens que tal sistema de governo traz e que, como já apontamos anteriormente, era considerado inadequado para a América.

Ser o presidente vitalício é uma defesa que encontramos no discurso de Bolívar de 1826, refletindo uma mudança se compararmos esta argumentação de 1826 com a de 1819, realizada nos Discursos de Angostura. Em 1819, Bolívar era favorável a eleições frequentes, para evitar a usurpação, a tirania e o fim dos governos democráticos. (Ver: BOLÍVAR, 1819, *Discursos de Angostura*, ed. de 1977, p. 113-114).

Nos dois discursos (1819 e 1826), como já destacamos, vemos a defesa de um governante com pulso firme para poder controlar a diversidade de origens do povo latino-americano e para dar mais solidez à democracia, forma de governo considerada débil. A unidade deve ser a marca do governo. Unidade esta que é tão presente nos escritos de Bolívar que levam historiadores, como Fredrigo (2007) a comentar:

[...] posição ocupada na guerra consagrou Simón Bolívar como *herói americano*. Nessa perspectiva, o general ultrapassou as fronteiras da Venezuela, sendo o personagem mais lembrado e associado à defesa e à vitória da independência na América Hispânica. Ao lado dessa referência, não há discussão sobre a unidade americana que não mencione Simón Bolívar. Das inúmeras leituras sobre a América Latina, nenhum tema foi tão candente como o da unidade latino-americana. Acrescente-se ao anterior que, durante longas décadas, refletir sobre a unidade também esteve associado ao desejo de encontrar uma identidade americana. (FREDRIGO, 2007, p. 314.)

Um ponto de destaque no discurso de Bolívar de 1826 é como o libertador vê, à frente de sua época, a necessidade de haver *accountability* na área pública, instando aos legisladores o estabelecimento de leis que determinem um método de responsabilidade dos agentes públicos (ver: BOLÍVAR, 1825, Discurso perante o Congresso Constituinte da Bolívia. In: *Escritos políticos*, ed. de 1977, p. 162).

Quanto às garantias, em 1826, Bolívar destaca a liberdade civil (considerada a verdadeira liberdade), a segurança pessoal (fim da sociedade) e a igualdade (a lei das leis), sendo que esta implica a eliminação da escravidão (ver: BOLÍVAR, 1825, Discurso perante o Congresso Constituinte da Bolívia. In: *Escritos políticos*, ed. de 1977, p. 162-163). Sugere, ainda, que a

religião não seja âmbito constitucional, pois é uma questão de foro íntimo. O progresso moral do cidadão é que deve ser objeto de lei. O direito de um cidadão é, para Bolívar, a posse de exercer suas virtudes políticas.

Se no discurso de 1826 a liberdade recebeu mais detalhes, a igualdade teve sua primazia no discurso anterior, de 1819. Em Discursos de Angostura (1819), Bolívar defende que compete às leis corrigir as diferenças naturais entre os homens para que haja igualdade, de quem depende o princípio fundamental do sistema político proposto (ver: BOLÍVAR, 1819, Discursos de Angostura. In: *Escritos políticos*, ed. de 1977, p. 126).

Sua defesa da unidade e sua visão de uma grande América unida impactam até a atualidade os líderes latino-americanos, dentre os quais um exemplo de associação costumeira com a figura do Libertador com fins de reforçar o patriotismo e a ideia de uma Grande América se apresenta na Venezuela, com o governo de Hugo Chávez. A Constituição atual do país foi denominada “Bolivariana” e busca trazer os princípios defendidos por Bolívar.

Los ciclos en los que se desenvuelve la historia constitucional venezolana para algunos de nosotros son seis, pero de esos seis hay tres ciclos que son fundamentales. El ciclo de los actos fundacionales de la República, es decir, el Acta de la Independencia, la Declaración de los Derechos del Pueblo y la Constitución de diciembre de 1811. Ese ciclo paradigmático para nosotros, porque no sólo fue un acta de bautizo constitucional, sino la expresión de nuestro pueblo objetivada en su identidad nacional, y en el deseo de ser una entidad libre y autónoma, hace nacer otro ciclo que es el Bolivariano. Los tres discursos de Angostura: 1817, creación del Consejo de Estado; 1818, Convocatoria al Congreso Constituyente, y el Discurso Exposición de Motivos de la Constitución del año 19, vertebran un sentimiento y una interpretación que de alguna manera va dándole especificidad a nuestras instituciones sociales y políticas. Ese ciclo, por supuesto, sin pretender evaluarlo en este momento, es un ciclo rico en la construcción y en la arquitectura del país, pero también en los grandes prolegómenos políticos y constitucionales. (ESCARRÁ, Hermann. Asamblea Nacional Constituyente — Sesión Ordinaria del día martes 12 de octubre de 1999. Extraído de: <[www.asambleanacional.gov.ve](http://www.asambleanacional.gov.ve)>.)

José Martí tinha uma visão de continente que era muito singular e até profética, como defende Altmann (2003). Difícil é expressar a dimensão que suas ideias tomaram, sem se valer de uma série de adjetivos que seria quase infundável. Como afirma Lolo (2007):

A más de siglo y medio del nacimiento de José Martí, se reafirma la solidez del juicio de Gabriela Mistral al calificar la obra del patriota cubano como una “mina sin acabamiento”. Los estudios sobre el *corpus* martiano, luego de un tímido inicio estando Martí vivo todavía, se han multiplicado proporcionalmente al tiempo transcurrido desde entonces. A veces se trata del resultado de una nueva lectura de obras conocidas; otras, del descubrimiento de una pieza olvidada que explica o ilumina trabajos anteriores o pasajes de su propia vida. Críticos e historiadores encuentran siempre una veta inexplorada o poco conocida que reafirma o complementa lo que se sabía, pone de manifiesto algo desconocido, o confirma lo que era hasta entonces sólo intuición o conjetura. [...] En todos los casos, se trata de un cavar profundo que se ha extendido por varias generaciones. Dieron los primeros golpes de pico e historia sus amigos y discípulos directos. Han seguido el esfuerzo estudiosos y admiradores a más de un

siglo de distancia y de nacionalidades múltiples. El final es casi siempre luz. Lo cual no es nada raro tratándose de un hombre que dedicó su vida y su talento a combatir las sombras. (LOLO, 2007, p. 1.)

Em 1889, Martí discursa perante a Sociedad Literaria Hispanoamericana e apresenta sua visão de continente — a Mãe América, forjada das lutas e dos povos que aqui se fundiram. A Mãe América merece todo o respeito e o orgulho dos que daqui nasceram ou aqui vivem; uma América que é heroica e trabalhadora. Traz um chamamento aos latino-americanos para reconhecerem os feitos desse continente, sem se diminuïrem aos feitos de outros continentes, que possuem sua própria história e méritos. Em *Nuestra América*, artigo publicado em 1891, Martí defende novamente a unidade dos povos latino-americanos em prol do desenvolvimento de uma própria consciência da latinidade e orgulho dessa latinidade. Incita a América a acordar e lutar para eliminar os estrangeirismos e os “insetos daninhos, que roem o osso da pátria que os nutre” (MARTÍ, 1891, *Nuestra América*. In: *Nossa América*. Antologia, ed. de 1983, p. 195). Na língua original:

Cree el aldeano vanidoso que el mundo entero es su aldea, y con tal que él quede de alcalde, o le mortifique al rival que le quitó la novia, o le crezcan en la alcancía los ahorros, ya da por bueno el orden universal, sin saber de los gigantes que llevan siete leguas en las botas y le pueden poner la bota encima, ni de la pelea de los cometas en el Cielo, que van por el aire dormidos engullendo mundos. Lo que quede de aldea en América ha de despertar. Estos tiempos no son para acostarse con el pañuelo a la cabeza, sino con las armas de almohada, como los varones de Juan de Castellanos: las armas del juicio, que vencen a las otras. Trincheras de ideas valen más que trincheras de piedra. (MARTÍ, 1891, *Nuestra América*, s/p. Disponível em: <[http://www.josemarti.info/documentos/nuestra\\_america.html](http://www.josemarti.info/documentos/nuestra_america.html)>.)

Preocupa a Martí a falta de visão política e a ignorância quanto aos reais perigos que a Nossa América enfrentava ao ficar passiva e desunida; com precisão, desenha o quadro da problemática à época e propõe, como solução para essas questões, o desenvolvimento de uma estratégia própria, que busque soluções próprias, com unidade.

A relação com os Estados Unidos é outro ponto que merece destaque nos escritos de Martí. Ele aponta, ainda discorrendo sobre a América do Norte, como o maior perigo que a Nossa América haveria de enfrentar o desprezo e o desconhecimento dos Estados Unidos sobre os países vizinhos (ver: MARTÍ, 1891, *Nuestra América*, s/p. Disponível em: <[http://www.josemarti.info/documentos/nuestra\\_america.html](http://www.josemarti.info/documentos/nuestra_america.html)>). Martí era favorável à aproximação dos povos, à não incitação ao ódio; entretanto, alertava quanto à necessidade de se prever, ponderar e avaliar propostas e ter sabedoria e conhecimento para discernir o que se apresenta.

A política, afirma Martí, é uma arte da combinação entre fatores diversos ou opostos de uma nação e o saber desvencilhar-se de uma inimidade aberta ou de uma amizade cobiçosa de outras nações (MARTÍ, 1891, *La Conferencia Monetaria de las Repúblicas de la América*). Se há uma característica em política que deva ser considerada como essencial, esta é a prevenção. “Gobernar no es más que prever. Antes de unirse a un pueblo, se ha de ver qué daños, o qué beneficios, pueden venir naturalmente de los elementos que lo componen.” (MARTÍ, 1891, *La Conferencia Monetaria de las Repúblicas de la América*, s/p. Extraído de: <[http://www.josemarti.info/documentos/conferencia\\_monetaria.html](http://www.josemarti.info/documentos/conferencia_monetaria.html)>).



No mesmo texto, Martí demonstra sua visão avançada e defensora da Nossa América em seus escritos e em seus atos e é frequente a crítica aos que supervalorizam o que vem de fora e/ou desvalorizam o original, como podemos encontrar em seus comentários finais acerca da Conferência Monetária que os Estados Unidos suspenderam, a qual tratava da proposição de criar uma moeda comum. Nesses comentários, Martí expõe a preocupação com a influência econômica excessiva de um país sobre outro, que leva a uma influência política danosa e destaca, mais uma vez, seu pensamento contrário à dominação de uma nação sobre outra. Martí antevê, no final do século XIX, o domínio da economia e seu impacto na política das nações.

Ainda com relação aos Estados Unidos, Martí consegue observar e corajosamente publicar os problemas que a nação norte-americana enfrentava em sua passagem ao capitalismo, como destacamos no início deste trabalho. Embora elogiasse a construção de um Estado democrático e a defesa dos Estados Unidos à liberdade, não deixava de ver o lado ruim do sistema capitalista, que trazia em seu bojo muitas injustiças sociais e um apego ao materialismo. Seus diversos escritos sobre os Estados Unidos demonstram o ponto em que Martí mais evidencia sua visão profética do domínio que o imperialismo teria sobre as nações. Como comenta o historiador Altmann (2003):

A percepção clara do papel histórico do colonialismo (o tigre que morrerá, garras para o ar, soltando fogo pelos olhos) e a previsão precisa da emergência, ao final do século XIX, da nova inflexão colonialista protagonizada pelo imperialismo do século XX (*O gigante das botas de 7 léguas*) revelam um personagem que articula de forma coerente, ainda no século XIX, o pensamento nacionalista revolucionário que está na base dos grandes movimentos sociais da América Latina do século XX. (ALTMANN, 2003, p. 3.)

Martí deixa, portanto, as sementes para a independência de Cuba e para a adoção de suas ideias, tanto por quem está no poder como por quem se encontra dele alijado, como ocorre atualmente em Cuba, onde vemos tanto castristas como não castristas apoiarem-se nas ideias de Martí para defenderem suas posições. Esses variados matizes demonstram o âmbito que as ideias originais de Martí alcançaram e que o tornam presente como pensador latino-americano para a Nossa América.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste artigo foi apresentar um panorama das ideias de dois dos homens que fizeram a construção do pensamento político latino-americano e buscaram desenvolver uma consciência de nacionalidade: Simón Bolívar e José Martí. Acreditamos que os trechos das obras selecionadas puderam refletir essa concepção própria que ainda hoje reverbera na América, como podemos identificar em ações atuais dos mais diversos governantes.<sup>(5)</sup>

(5) Exemplos: Fidel Castro rende tributo a José Martí. Disponível em: <[www.prensa-latina.cu/index.php?option=com\\_content&task=view&id=208794&Itemid=1](http://www.prensa-latina.cu/index.php?option=com_content&task=view&id=208794&Itemid=1)>, Expansionismo de Bolívar é delírio de Chávez <[http://www.tribunadainpress.com.br/?p=10289&utm\\_source=twitterfeed&utm\\_medium=twitter](http://www.tribunadainpress.com.br/?p=10289&utm_source=twitterfeed&utm_medium=twitter)>, Hugo Chávez volta a enterrar os restos mortais de Simón Bolívar <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/07/chavez-volta-a-enterrar-restos-mortais-de-bolivar.html>>.

A influência do Iluminismo em Bolívar e Martí pode ser vista às vezes diretamente, às vezes na interpretação das ideias. Indiretamente, como apontamos no decorrer da análise comparativa das ideias de Bolívar e Martí, o Iluminismo faz-se presente em suas visões de liberdade e racionalidade. De Rousseau, especificamente, podemos associar o ideal republicano, as ideias de conhecimento experimental, empírico da realidade, a defesa de um modelo social que olhasse para os oprimidos, a importância da educação como fonte de libertação e construção do homem cidadão, a separação entre religião e Estado. Em Emílio, obra de Rousseau sobre a educação, claramente nos recordamos da proposição de desenvolver um candente sentimento de amor à coletividade quando lemos alguns trechos dos escritos de Bolívar e Martí, aqui apresentados. Em Bolívar, especificamente, podemos lembrar a ideia do pacto social defendida por Rousseau em seus discursos e cartas propondo a composição desse pacto para garantir a liberdade e a unidade das nações.

Já Altmann (2003), comenta que Martí viveu uma posição que ele denomina “iluminista rousсенiana”, na qual se destaca a crença na bondade intrínseca do homem e a importância da educação para a libertação. Porém, maior que a influência do Iluminismo em Bolívar e Martí, há suas próprias construções do Americanismo, de uma visão para a América Latina que não fosse importada de fora e aqui imposta. Como afirma Martí (1891):

El gobierno ha de nacer del país. El espíritu del gobierno ha de ser el del país. La forma del gobierno ha de avenirse a la constitución propia del país. El gobierno no es más que el equilibrio de los elementos naturales del país. Por eso el libro importado ha sido vencido en América por el hombre natural. Los hombres naturales han vencido a los letrados artificiales. [...] (MARTÍ, 1891, *Nuestra América*, s/p. Extraído de: <[http://www.josemarti.info/documentos/nuestra\\_america.html](http://www.josemarti.info/documentos/nuestra_america.html)>.)

Com relação às leis, Códigos e Constituições, tanto Bolívar quanto Martí também defendiam a criação de códigos que fossem estruturados na história de cada nação, em suas peculiaridades e aprendizados locais. Interessante verificar que, apesar dos cuidados de ter leis “*taylor made*”, na América Latina o que mais observamos, ao longo da história pós-independência, é que, no dizer de Manoel Bomfim, as Constituições são compilações quase abstratas e estranhas ao meio em que se aplicam — “as constituições aplicam-se às sociedades como tabuletas aos armazéns; trocar-se-iam, e ninguém daria pela coisa” (BOMFIM, 1903, ed. de 1993, p. 171). Vê-se, portanto, que quase um século depois dos escritos de Bolívar, a situação na América Latina pouco mudou no tocante à busca de soluções “importadas” para os males da região.

De igual forma, podemos observar, tanto em Martí quanto em Bolívar, a visão de que a América Latina precisava ter governo próprio, nascido das raízes dessas próprias nações, não algo estrangeiro, que poderia, sim, somar, mas nunca gerar. Bomfim (ed. de 1993), em 1903, já nos alertava que a América Latina era caracterizada por buscar a solução nos livros e pelo fato de que todos se contentam com soluções escritas. Quando os dirigentes saíam da rotina irracional, caíam nas aplicações eruditas. Ciência de verdade, baseada na observação, não existia.

Se observarmos atualmente, pouco ou nada desse quadro teve mudança; contudo, ainda que os velhos males continuem se manifestando no continente, o novo americanismo,

destacado por Lynch (2001), parece-nos muito bem representado por esses dois atores-pensadores, Bolívar e Martí, homens que viram além de seu tempo e que causam impacto no *modus operandi* da política moderna, como demonstram algumas notícias recentes aqui citadas. Homens que estão, *hoj por hoy*, tão em voga — ou talvez até mais — do que estavam em seu tempo histórico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Célia de Barros *et al.* *História geral da civilização brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico, v. 1 — O progresso de emancipação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BOLÍVAR, Simón. Manifesto de Cartagena (1812). In: *Escritos políticos — Simão Bolívar*. (Trad. Maria Clarinda Braz e Armando Silva Carvalho). Lisboa: Editorial Estampa, 1977. p. 57-70.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina — males de origem*. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. 358 p.

FAUSTO, Bóris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina — um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004. 574 p.

FREDRIGO, Fabiana de Souza. As guerras de independência, as práticas sociais e o código de elite na América do século XIX — leituras da correspondência bolivariana. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 23, n. 38, p. 293-314, jul./dez. 2007.

LOLO, Eduardo. José Martí desde el exilio. *Sección Estudios Culturales del Sitio Electrónico del Círculo de Cultura Panamericano*, publicado en el año 2007. Disponível em: <<http://www.circulodeculturapanamericano.org>> Acesso em: 27. jul. 2010.

LÓPEZ CHIRICO, Selva. *América Latina na hora da independência*. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, Fundação Memorial da América Latina, 2008. 112 p. il. (Coleção Fundadores da América Latina, v. 1).

LYNCH, John. As origens da independência da América Espanhola. In: BETHELL Leslie (Org.) *História da América Latina: da Independência a 1870*, v. III. Maria Clara Cescato (Trad.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF — Fundação Alexandre de Gusmão, 2001. 1013 p.

MARTÍ, José. Nossa América. In: *Nossa América*. Antologia. Textos de José Martí selecionados por Roberto Fernández Retamar. Maria Angélica de Almeida Trajber (Trad.). São Paulo: HUCITEC; Associação Cultural José Martí, 1983. p. 194-201.

RETAMAR, Roberto Fernández. Introdução a José Martí. In: *Nossa América*. Antologia. Textos de José Martí selecionados por Roberto Fernández Retamar. Maria Angélica de Almeida Trajber (Trad.). São Paulo: HUCITEC; Associação Cultural José Martí, 1983. 254 p.

RODRIGUES, Miguel Urbano. *Opções da revolução na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. 222 p.

ROUSSEAU, 1762. Du Contrat Social. In: *Jean-Jacques Rousseau. El Contrato Social*. Discursos. 1. ed. Buenos Aires: Losada, 2008.

SOARES, Gabriela Pellegrino. *Simón Bolívar*. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, Fundação Memorial da América Latina, 2008. 112 p. il. (Coleção Fundadores da América Latina, v. 2).

SOCIANO, Graciela. Seleção de textos e introdução In: *Escritos políticos — Simão Bolívar*. Trad. Maria C. Braz e Armando S. Carvalho. Lisboa: Editorial Estampa, 1977. 212 p.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 384 p.

VILLAÇA, Mariana Martins. *José Martí*. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, Fundação Memorial da América Latina, 2008. 88 p. il. (Coleção Fundadores da América Latina, v. 5).

### **SITES:**

ALTMANN, Werner. *O pensamento político e religioso de José Martí*. 2003. 23 p. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/uploads/publicacoes/edicoes/1162403435.74pdf.pdf>> Acesso em: 26. jul. 2010.

BOLÍVAR, 1812. Manifiesto de Cartagena, s/p. Disponível em: <<http://www.analitica.com/bitblo/bolivar/cartagena.asp>> Acesso em: 15. jul. 2010.

\_\_\_\_\_. 1815. Carta de Jamaica, s/p. Disponível em: <<http://www.simon-bolivar.org/Principal/bolivar/cartadejamaica.html>> Acesso em: 15. jul. 2010.

\_\_\_\_\_. 1819. Discursos de Angostura, s/p. Disponível em: <<http://www.analitica.com/bitblo/bolivar/angostura.asp>> Acesso em: 18. jul. 2010.

\_\_\_\_\_. 1825. Discurso perante el Congreso Constituyente de Bolívia, s/p. Disponível em: <<http://www.analitica.com/bitblo/bolivar/bolivia.asp>> Acesso em: 18. jul. 2010.

MARTÍ, 1884. El tercer año del Partido Revolucionário Cubano, s/p. Disponível em: <<http://www.josemarti.cu/files/El%20tercer%20ano%20del%20PRC.pdf>> Acesso em: 26. jul. 2010.

\_\_\_\_\_. 1891. Con todos y para el bien de todos, s/p. Disponível em: <[http://www.josemarti.info/documentos/con\\_todos.html](http://www.josemarti.info/documentos/con_todos.html)> Acesso em: 26. jul. 2010.

\_\_\_\_\_. 1891. La Conferencia Monetaria de las Repúblicas de la América, S/P. Disponível em: <[http://www.josemarti.info/documentos/conferencia\\_monetaria.html](http://www.josemarti.info/documentos/conferencia_monetaria.html)> Acesso em: 26. jul. 2010.

\_\_\_\_\_. 1891. Nuestra América, s/p. Disponível em: <[http://www.josemarti.info/documentos/nuestra\\_america.html](http://www.josemarti.info/documentos/nuestra_america.html)> Acesso em: 26. jul. 2010.

\_\_\_\_\_. 1893. Mi Raza, s/p. Disponível em: <[http://www.josemarti.info/documentos/mi\\_raza.html](http://www.josemarti.info/documentos/mi_raza.html)> Acesso em: 26. jul. 2010.

\_\_\_\_\_. Madre América, 1889, s/p. Disponível em: <[http://www.cubaminrex.cu/josemarti/jmarti\\_madreamerica.htm](http://www.cubaminrex.cu/josemarti/jmarti_madreamerica.htm)> Acesso em: 26. jul. 2010.

\_\_\_\_\_. Maestros Ambulantes, 1884, s/p. Disponível em: <[http://jose-marti.org/jose\\_marti/obras/articulos/maestrosambulantes/maestrosambulantes1.htm](http://jose-marti.org/jose_marti/obras/articulos/maestrosambulantes/maestrosambulantes1.htm)> Acesso em: 26. jul. 2010.

# El Retorno de la Desafiante Tradición Crítica Latinoamericana. Sustrato Teórico en la Construcción de Modelos Alternativos de Desarrollo

Monika Meireles<sup>(\*)</sup>  
Eduardo Martínez-Ávila<sup>(\*\*)</sup>

**Resumen:** El objetivo de este ensayo es rescatar y reinterpretar, de manera muy breve y en líneas generales, las principales aportaciones de la tradición crítica latinoamericana. De ese examen, sobresaltan las nociones de subdesarrollo y de dependencia, respectivamente, por caracterizar las relaciones desiguales de los países periféricos con los países hegemónicos, esto en el sentido de retomarlos como categorías de análisis básicas para la reflexión sobre las alternativas de desarrollo que se abrirían en la región con los llamados “gobiernos progresistas”.

**Palabras claves:** Tradición crítica latinoamericana, Desarrollo, Subdesarrollo, CEPAL, Teoría Marxista de la Dependencia.

**Abstract:** The objective of this essay is to recuperate and reinterpret, in a brief fashion and in broad strokes, the principal contributions on the Latin American critical tradition. Notions of underdevelopment and dependence, used to characterize the unequal relationships between peripheral and hegemonic countries, will be employed as categories of basic analysis in the examination of development alternatives that may present themselves in the region with the so called “progressive governments”.

**Keywords:** Latin American critical tradition, Development, Underdevelopment, ECLAC, Marxist Theory of Dependency.

---

(\*) Profesora de asignatura de la Facultad de Economía de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). *E-mail:* <meireles@usp.br>.

(\*\*) Estudiante de la Facultad de Economía de la UNAM. *E-mail:* <eduardomtzavila@hotmail.com>. Recibido em 17.2.2011 e aceito em 14.6.2011.

## INTRODUCCIÓN

La teoría del desarrollo, sobre todo desde la visión de América Latina, viene nuevamente cobrando fuerza. Tras tres décadas de continuas crisis financieras, resultantes de la fragilidad instaurada por parte de las prácticas neoliberales impulsadas en esas latitudes, obviamente no se pudo asistir una trayectoria de desarrollo sostenido de la región. En la actual configuración del capitalismo, en la cual hay clara preponderancia de la acumulación financiera, los países latinoamericanos experimentaron una profunda transformación en su estructura económica: el aparato productivo armado como elemento fundamental de la estrategia de desarrollo *hacia dentro*, por la vía de la industrialización, fue desarticulado y asistimos a la reinstauración de un modelo de crecimiento pautado en las exportaciones de bienes primarios.

La deconstrucción del modelo pautado en el fortalecimiento del mercado interno trascurrió en dos etapas. Primeramente, por la mano de gobiernos de corte autoritario, y, posteriormente, por gobiernos que conformaron la llamada “democracia tutelada” o periodo de restablecimiento de “democracias formales” en la región. Tal transición se dio a partir de una serie ajustes estructurales de orientación ortodoxa — en consonancia con la oleada del neoliberalismo en el mundo —. Tales imposiciones, estipuladas por el gobierno de Estados Unidos e instituciones como el Fondo Monetario Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) y Organización Mundial del Comercio (OMC) agudizaron la relación de dependencia en la región: el capital financiero se convirtió en la nueva cara de este lazo subordinado. Ante tal panorama, dentro de la formación académica, la tradición crítica latinoamericana fue dejada al olvido; los paradigmas dominantes cuestionaron la universalidad de la visión latinoamericana sobre la temática del desarrollo, se le tachó de ser una teoría ambigua, de manifestar una postura simple y mecanicista, de ser un análisis parcial y periférico, cuyo interés estaría restringido al “caso latinoamericano”, o aún más, limitado a la región en un momento histórico específico<sup>(1)</sup>.

Actualmente, pasado más de una década de que se experimentara en América Latina lo que se conoció como “guñada a la izquierda”<sup>(2)</sup>, se hace necesario formular los primeros balances del significado y alcance histórico de esas experiencias y de su capacidad de impulsar un modelo de desarrollo distinto del primario exportador. La preocupación por intentar salir adelante con políticas públicas diferentes de aquellas de orientación fondo-monetarista es un hecho evidente, sobre todo en estos países. Sin embargo, hasta el momento, la reiteración en la apuesta en un modelo que no tiene su centro dinámico en el mercado interno sigue siendo el talón de Aquiles en la trayectoria de muchas de estas economías<sup>(3)</sup>.

(1) Beigel (2006) nos habla de tres etapas de la tradición crítica en el pensamiento latinoamericano. La primera sería la “vida”, o el momento de auge de esa producción teórica. El segundo momento se caracterizaría por la “muerte”, o estancamiento en los debates de esa naturaleza, y sería coincidente con el periodo neoliberal en la región. Por fin, destaca lo que sería la “resurrección”, o el resurgimiento tanto del interés por la producción de los autores clásicos como por actualizar sus aportaciones y así conformarse una nueva caja de herramientas teóricas para analizar la complejidad del desarrollo latinoamericano actual.

(2) Ese giro, en el escenario político de diversos países latinoamericanos, se inicia como respuesta a la insatisfacción social con los resultados de la implementación del modelo neoliberal. Lo que históricamente marca la ascensión de los “gobiernos progresistas” en la región es la elección y el inicio del gobierno de Hugo Chávez Frías en 1998. En el cono del subcontinente, la tendencia inaugurada en Venezuela ganó fuerza, tanto el “lulismo”, en Brasil, como el “kirchnerismo”, en Argentina, son ejemplos de eso.

(3) En ese sentido, hacemos eco a la percepción de que la apuesta en el modelo extractivista, con especial destaque para la producción minera en los países andinos, es extremadamente cuestionable, “no por falta de cultura productiva o simple

En ese contexto, sigue el persistente desafío: ¿cómo lograr una teoría del desarrollo para la región de América Latina con claras y reales opciones de bienestar social? Esta pregunta era inherente a la preocupación teórica de los trabajos de la tradición crítica latinoamericana.

Ya a finales de los años cuarenta, tanto Prebisch y la corriente estructuralista de la *Comisión Económica para la América Latina y el Caribe* (CEPAL), así como la crítica hecha por parte de la llamada Teoría Marxista de la Dependencia (TMD) enriquecieron invaluablemente la tradición del pensamiento social latinoamericano sobre los problemas del desarrollo de la región. Entender que las aportaciones teórico-metodológicas que se llevaron a cabo en América Latina, con especial esplendor en las décadas de 1960-1970, representan claras contribuciones contrahegemónicas, capaces de cuestionar de manera crítica no solo el papel de la industrialización sino la viabilidad de las relaciones de producción capitalista como sistema capaz modificar nuestras estructuras subdesarrolladas, constituye una tarea fundamental, en el campo académico, para que se reaviva el debate público sobre alternativas de desarrollo<sup>(4)</sup>.

Así siendo, el objetivo de este ensayo es rescatar y reinterpretar, de manera muy breve y en líneas generales, las principales aportaciones de la tradición crítica latinoamericana elaboradas por la CEPAL y la TMD. De ese examen, sobresaltan las nociones de subdesarrollo y de dependencia, respectivamente, que caracterizan las relaciones desiguales de los países periféricos con los países hegemónicos, esto en el sentido de retomarlos como categorías de análisis básicas para la reflexión sobre los destinos del desarrollo de la región.

## 1. DEL DEBATE ACADÉMICO LATINOAMERICANO EN LA POSGUERRA A LA SUPERACIÓN DEL EUROCENTRISMO

La Guerra Fría, como contexto histórico, marcaba una pugna político-económico-cultural donde cualquier idea que sonara a socialismo era rechazada en los círculos no-comunistas. La Revolución Cubana, la elección de Allende y una serie de movimientos sociales masivos le dieron un carácter inédito a la región; estructuras cuyo desarrollo se encontraba condicionado y delimitado por el entorno externo e interno exigían un panorama diverso, en el cual el camino de *reformismo* dubitativo y reticente no era suficiente.

Ante tal panorama, se efectuaron análisis histórico-estructurales que desenmascararon las ventajas que el discurso capitalista alardeaba. La complejidad a nivel teórico ya era identificada, el desenvolvimiento histórico del sistema capitalista de producción generó estructuras desiguales, su expansión en el globo acarreó la existencia de zonas de pujante desarrollo y otras de negativamente destacado atraso. El desarrollo *desigual y combinado* que

---

demonización de la actividad, sino porque constituye una síntesis acabada del mal desarrollo. Pero además, dicha minería pone en jaque a la democracia, porque avanza sin consenso de las poblaciones, generando todo tipo de conflictos sociales, divisiones en la sociedad, y una espiral de criminalización de las resistencias que sin duda abre un nuevo y peligroso capítulo de violación de los derechos humanos" (SVAMPA, 2011).

(4) Complementando lo anterior, además de ser necesario construir perspectivas que recuperen críticamente las aportaciones que tanto la CEPAL como la TMD emitieron, es imprescindible que se las enriquezca, a partir de las complejidades que demarcan el inicio del siglo XXI, como son: el medio ambiente, la perspectiva de género, los movimientos locales, obreros, indígenas, anti-raciales, campesinos y de diversidad sexual.

define esa forma de expansión, tiene vigencia hasta la actualidad y no podrá ser revertido por la dialéctica propia de dicho modo de producción. En definitiva: el subdesarrollo no se supera recorriendo una serie de etapas. Así, el único camino viable y posible es la construcción teórica y práctica que tome la edificación del socialismo como referente.

Entendiendo el periodo actual como un tiempo de transición, en lo cual la crisis asume múltiples facetas, también se observa la crisis de los paradigmas dominantes eurocéntricos tanto en la esfera económica, política, social como académica. Abogar por la recuperación del legado teórico latinoamericano que abordó de manera crítica, la problemática regional a partir de una visión propia, significa buscar caminos para una superación mayúscula y definitiva del subdesarrollo.

Parte sustancial del discurso dominante de los últimos treinta años ha sido la imposibilidad del estudio crítico de la sociedad capitalista. Los golpes militares en la región latinoamericana han propiciado un replanteamiento de las luchas internas, la transformación estructural fue desplazada por luchas en pro de la democracia.

La caída de la Unión Soviética y el supuesto fracaso de la “alternativa comunista” con el desmoronamiento del “socialismo real” propiciaron la completa implantación y aceptación del capitalismo a nivel mundial. El sistema hegemónico ganó aún más fuerza mediante la *globalización*; cualquier crítica a la estructura simplemente expresaba una visión obsoleta, dogmática, o simplemente cargada de una ideología ya *demodé*. Bajo la visión dominante, el capitalismo logró erguir y mantener en pie los pilares conceptuales del liberalismo político de finales del siglo XVIII, cuya expresión más fidedigna se materializa en la tríade: libertad, igualdad y democracia. Estos retumban y reverberan por todo el mundo como los sólidos fundamentos sobre los cuales reposa una sociedad más desarrollada y defensora de valores entendidos como universales.

El Consenso de Washington y el modelo de la economía estadounidense arraigaron, desde una perspectiva multidisciplinar, la falsa percepción de imposibilidad de pensar en alternativas estructurales. La dificultad de imaginar la instauración de una organización económica-social distinta, impone el supuesto a nivel social de que el capitalismo no tiene fin (SANTOS, 2010). Son inúmeras las voces conservadoras que actualmente siguen reafirmando ese sinsentido. El antídoto a ese discurso fatalista encuentra en, el legado teórico y práctico de la vieja tradición crítica latinoamericana, el fundamento para la creación de una epistemología alterna, que represente la lucha emancipadora orientada a inventar “otro lugar”: una heteropía cuyos cimientos sean los principios de *redistribución* relacionado con el establecimiento de la equidad y el principio del *reconocimiento* vinculado con la aceptación de las diferencias, significados que implícitamente conllevan a la autorreflexión y la creación de nuevos manifiestos (SANTOS, 2009).

El marco teórico de referencia para la construcción de alternativas ante los desafíos que nos presenta el siglo XXI no puede ignorar o menospreciar las aportaciones que la CEPAL emitió para la región latinoamericana. Aunque la fehaciente creencia en la industrialización como mecanismo para el desarrollo de las economías periféricas (PREBISCH, 1996, [1949]) en la década de 1950, que de alguna forma intentó seguir el mismo camino que



recorrieron los países desarrollados<sup>(5)</sup>, fue cuestionada ante los resultados que el modelo de desarrollo nacional engendró<sup>(6)</sup>, el abordaje cepalino, sobretodo lo de su generación fundacional, trae consigo valiosísimos puntos a la agenda de construcción de una Latinoamérica distinta, como es el caso del método de análisis historio-estructural.

La concepción cepalina del subdesarrollo se fue modificando en las dos primeras décadas posteriores a la publicación “El desarrollo económico en la América Latina y algunos de sus principales problemas” en 1949, también conocido como el Manifiesto latinoamericano, tal cual apodado por Albert Hirschman. La idea de superar el subdesarrollo mediante el crecimiento económico, a través del proceso de industrialización, se contrarrestó conforme los indicadores productivos crecían sin modificar incisivamente la estructura económico-social de la región, los aportes teóricos tendían a descifrar que tanto el desarrollo como subdesarrollo eran dos partes de un mismo fenómeno, lo que implicaba la necesidad de un análisis más allá del económico.

Celso Furtado (1964, [1961]), a partir de un análisis histórico-estructural y claramente multidisciplinar, establece que el subdesarrollo es una etapa histórica autónoma, o sea, que no forma parte de un mismo camino que conllevaría necesariamente a un grado superior de desarrollo. El proceso en Europa Occidental desarrollado en las últimas décadas del siglo XVIII, modificó el carácter cualitativo de la economía mundial caracterizado por la desestructuración de la economía artesanal y la expansión territorial. Las periferias que lograsen industrializarse se depararían con una configuración del mercado mundial sustancialmente distinta de aquella encontrada por las naciones de “desarrollo clásico”, y sustancialmente distinto sería la forma y los resultados de su proceso de industrialización.

Cardoso y Faletto (1983, [1969]) formulan un análisis que encadena a la sociología y el análisis político con el campo económico. Así, examinan las formas de interacción de los diversos grupos, fuerzas y clases sociales de cada nación, y la relación de éstos con los grupos externos, como parte de la pugna inherente por alcanzar las estructuras dominantes donde consolidan sus intereses y objetivos en el proceso político, mecanismo que define la integración dentro de las economías nacionales y su relación con el mercado internacional. De tal forma que esas relaciones de dominación condicionan el carácter avanzado o atrasado de una nación; analizando el proceso histórico del capitalismo, revelado por la expansión comercial e industrial, la periferia se vincula en un mercado mundial cuyos sistemas productivos son diferenciables cuantitativa y cualitativamente. Se destaca, así, cómo el carácter subdesarrollado de ciertos países se configura a través de la posición o función que desempeñen en la estructura global, a partir de las relaciones sociales subordinadas con el exterior. Lo anterior es generado por la falta de desarrollo del aparato productivo nacional y, simultáneamente, por el constante conflicto entre las fuerzas sociales internas.

Ante tal panorama, la intelectualidad de filiación marxista de la región realizó aportaciones que van más allá y que cuestionan duramente la estrategia desarrollista. Parte de

(5) Camino que Chang y Grabel (2006) demostraron ser difícilmente reproducidos sin una acción estatal decisiva, como se puede notar cuando los autores resaltan el empleo de políticas de protección a las importaciones y de fomento a las exportaciones por parte de Gran Bretaña en el siglo XVIII y el papel de los Estados Unidos como la economía más proteccionista del mundo desde mediados del siglo XIX hasta la Segunda Guerra Mundial.

(6) Los niveles aceleradísimos del crecimiento económico de los “milagros” que se multiplicaron en los países latinoamericanos que lograron industrializarse también generaron una desigualdad en la distribución del ingreso importante.

sus postulados básicos era desenmascarar la noción dual, que entendía que en la región existían dos estructuras básicas distintas, que casi de manera autónoma se presentaban: las estructuras arcaicas y las modernas. Del estudio de la realidad latinoamericana, tal como lo cita Furtado, la condición teórica del subdesarrollo latinoamericano, es resultado de algo que extrapola la caracterización de una economía dualista. Entender que lo que caracteriza el subdesarrollo es “la formación de una estructura híbrida, en las que un núcleo capitalista pasaba a coexistir, pacíficamente, con una estructura arcaica” (1964, p. 235), lo convierte en un fenómeno social propio, cuya superación es algo más complejo que la simple adopción de los pasos del *take off* predicados por Rostow.

El argumento de que existirían, en América Latina, sociedades modernas, vinculadas con la urbanización, la industrialización, el desarrollo e identificadas con el “progreso de las relaciones capitalistas”, y que esa fuerza motriz modernizaría las estructuras agrarias, familiares, más asemejadas a las “relaciones feudales de producción” es fácilmente falsificado por Rodolfo Stavenhagen (1973). El autor, además, cuestiona la supuesta independencia o existencia de dinámicas propias para cada una de esas formas organizativas. Pese a las diferencias cualitativas entre las estructuras del binomio atrasado/moderno que contempla la categoría *sociedad dual*, se resalta que ambos, como factor clave, son fruto de un único proceso histórico que desarrolló las diversas estructuras, conformando una sola estructura socio-económica subdesarrollada. Esa estructura nace de la interacción entre el polo moderno y el arcaico, y se caracteriza por reproducir, al interior del país, la heterogeneidad estructural y de subordinación que se observan en la relación centro-periferia a nivel internacional. Profundizando la cuestión, las relaciones feudales de producción observadas en ciertas regiones de América Latina, en función del ciclo y la etapa económico-histórica mundial, propiciaron la instauración de economías estancadas, subdesarrolladas, a cambio del florecimiento económico y social de regiones nacionales y extranjeras, que bajo el predominio de un *colonialismo interno*, “subdesarrollaron” en mayor medida las zonas tradicionales proveedoras de materias primas y mano de obra barata.

En cuanto a la categoría dependencia, Cardoso y Faletto (1983, [1969]) elaboraron un esbozo atribuyendo a la carencia de autonomía en las decisiones de producción y consumo, debido al rol en la dinámica de los países centrales, el fundamento básico sobre el que detona las relaciones de subdesarrollo y la dependencia. Theotonio dos Santos reelabora la noción bajo otra perspectiva, la dependencia “significa tomar el desarrollo como resultado de la formación, expansión y consolidación del sistema capitalista. Tal perspectiva implica la necesidad de integrar en una sola historia, la perspectiva de la expansión capitalista en los países hoy desarrollados y sus resultados por él afectados. Pero no como [...] simples efectos del desarrollo capitalista sino como su parte integrante y dominante” (DOS SANTOS, 1978, p. 301).

La configuración histórica del sistema capitalista de producción genera una estructura en la que los países con desarrollo tecnológico autónomo, predominio comercial, de capitales, con fuerza político-social, son capaces de imponer condiciones de explotación y extracción de los excedentes a regiones cuyo desarrollo se encuentra subdesarrollado y condicionado. El entendimiento fundamental de la TMD es resaltar el aspecto *condicionante* que tiene la integración subordinada con las sociedades desarrolladas, o sea, que la influencia de la situación

periférica de la región enmarca los límites de su trayectoria de desarrollo, sin embargo, esa sí tiene márgenes de maniobra de acuerdo con la configuración de la correlación de fuerzas entre las clases sociales a nivel nacional (DOS SANTOS, 1978). En una palabra, la situación de dependencia es una variable clave, pero no es el único determinante en el porvenir de las economías periféricas. Así, la riqueza de esta visión radica en que esta teoría no representa una afirmación de tintes mecanicistas, que la condición de país dependiente no sella definitivamente las posibilidades de cambios estructurales radicales de ese. De hecho, en el fulcro de esa corriente se encuentra la clara perspectiva y creencia en la capacidad de transformación y redireccionamiento de los rumbos de América Latina por los actores sociales de la misma. Bajo la inspiración de esta teoría, dos propuestas surgen en el horizonte de la región: intentar modificar la superestructura de la sociedad por la vía del reformismo radical, remarcando siempre los limitantes que imposibilitan que el desarrollo del capitalismo dependiente de Latinoamérica conlleve a los patrones de vida experimentados en las economías centrales; o, dejar a un lado de manera definitiva la opción capitalista y construir una alternativa basada en la construcción del socialismo.

Ruy Mauro Marini (1981, [1973]) afirma que el desarrollo de América Latina se vincula estrechamente con la dinámica del capital internacional, condicionándose la dependencia a partir de la división internacional del trabajo. En esa, el rol de las economías desarrolladas se liga con la producción de manufacturas de consumo, mientras que la exportación de materias primas se da por parte de América Latina. Así, la región garantizaba, en la etapa histórica de consolidación del capitalismo a nivel mundial, la producción de bienes agropecuarios a los países desarrollados mientras éstos promovían el desarrollo de sus industrias, “la participación de América Latina en el mercado mundial contribuirá a que el eje de la acumulación en la economía industrial se desplace de la producción de *plusvalía absoluta* a *plusvalía relativa* [...]. Sin embargo el desarrollo de la producción latinoamericana [...] se dará fundamentalmente en base a una mayor explotación del trabajador (Marini, 1981, [1973], p. 23).

Considerándose que el desarrollo del sistema capitalista de producción en su acumulación del capital en escala ampliada genera mayor desarrollo de las fuerzas productivas materiales en detrimento de la fuerza de trabajo ocupada, lo que genera que el comportamiento de la *composición orgánica de capital* — la relación del *capital variable* y el *capital constante* — aumente considerablemente, la tasa de ganancia tiende a disminuir, la proporción de ganancia que ya se ha concretado en el mercado disminuye debido a que la plusvalía obtenida del obrero en el proceso de producción se divide entre el componente constante que aumenta proporcionalmente a un ritmo mayor y el componente variable que disminuye, relativamente, debido a que la fuerza de trabajo ha sido reemplazada por la adquisición de los factores objetivos de la producción. Sin embargo, existen elementos que contrarrestan la caída de la tasa de ganancia, medidas que permiten resarcir la vigencia de las relaciones de producción capitalista a partir de la manutención de su rentabilidad. En particular la *desvalorización de la fuerza de trabajo por debajo de su valor* y la *elevación del grado de explotación del trabajo*. Tales son exactamente los mecanismos que Marini (1981) señala como medidas que definen la *superexplotación del trabajo* en América Latina. La lógica que impera en los países subdesarrollados permite paliar las contradicciones propias del sistema capitalista

como mecanismo que reproduce la acumulación de capital pero que, a la par, engendra el empobrecimiento sistemático de la clase trabajadora.

## ALGUNAS CONCLUSIONES

El fracaso de los resultados en las políticas trazadas por instituciones multilaterales en la región latinoamericana a nivel económico y social, conjuntamente con la maduración de las demandas de numerosos movimientos sociales, ha promovido el ascenso de gobiernos de corte progresista, que encarnan una configuración radicalmente distinta a la pactada por la propuesta neoliberal.

Ante la inestabilidad de la estructura capitalista actual a nivel mundial, marcada por las graves distorsiones económico-financieras de Estados Unidos y la Unión Europea y su proyección de estancamiento las próximas décadas, pareciera se inaugura una etapa de transición. El entorno global y la región latinoamericana se encuentran plagados de movimientos alternos, propuestas y desafíos, donde resulta necesario buscar elementos de análisis que sean capaces de abarcar la complejidad de la realidad actual y que brinden servicio a la elaboración de propuestas alternativas de desarrollo. Así, debatir las aportaciones teóricas que tanto de la CEPAL como la TMD elaboraron, enriqueciéndolas a partir de los nuevos retos que caracterizan la configuración contemporánea del capitalismo, es uno de los caminos que se revitalizan.

Subrayar que la condición de subdesarrollo y dependencia que envuelve a la región latinoamericana es un aspecto fundamental en la elaboración de trayectorias alternativas de desarrollo es fundamental para encerrarse de una buena vez la falsa promesa de que la reinstauración de las exportaciones de los bienes primarios serviría de eje en un modelo comprometido con la mejoría de las condiciones sociales en los países del subcontinente. Ese capítulo de la historia económica regional ya fue experimentado, más de una vez, y los resultados fueron nefastos. Tampoco hay que hacerse la apología de un modelo en los moldes intocados del que se experimentó en la etapa de industrialización por sustitución de importaciones. Por otra parte, es necesario reconocer — y celebrar — la fuerza de los movimientos sociales, movimientos indígenas, campesinos, feministas, ambientalistas, en pro de la diversidad sexual, afrodescendientes, que se oponen a la imposición de una única forma de vida válida inherente al pensamiento dominante; tales movimientos representan alternativas que conciben la realidad bajo parámetros totalmente distintos a los desarrollados por la ideología capitalista, que son vitales para contraponer la exposición de un *fascismo societario* derramado por la lógica del mercado (SANTOS, 2009).

Se requiere la búsqueda incesante por crear nuevas formas de organización social que contrarresten a la globalización hegemónica. Urge la reestructuración del propio pensamiento alterno, que tome en cuenta el legado teórico del marxismo, la tradición crítica latinoamericana, la experiencia comunista, la nueva izquierda y el legado práctico del socialismo cubano, los gobiernos plurinacionales y multiculturales de Bolivia y Ecuador, y la insurgencia de los pueblos indígenas en Ecuador y México, pero que, a la par, contemple la redefinición del sistema de conocimiento dominante para la formulación de un pensamiento

crítico capaz de elaborar una construcción emancipadora donde “el respeto a la autonomía del otro es fundamental para el crecimiento de un nosotros de nivel superior” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2009, p. 375).

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEIGEL, F. Vida, muerte y resurrección de las teorías de la dependencia. En: *Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

CARDOSO, Fernando H. y FALETTTO, Enzo. Análisis integrado del desarrollo. En: *Dependencia y desarrollo en América Latina*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1983, [1969].

CHANG, Ha-Joon; GRABEL, Ilene. *Reivindicar el desarrollo*. Un manual de política económica alternativa. Barcelona: Intermón Oxfam, 2006.

FURTADO, Celso. Elementos de una teoría del subdesarrollo. En: *Desarrollo y subdesarrollo*. Buenos Aires: Editorial Universitaria, EUDEBA, 1964, [1961].

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *De la sociología del poder a la sociología de la explotación, pensar América Latina en el siglo XXI*. México: CLACSO, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: Editorial Era, 1981, [1973].

PREBISCH, R. El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas. *El trimestre económico*, n. 249, México: Fondo de Cultura Económica, 1996, [1949].

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Una epistemología del Sur*. México: Siglo XXI, CLACSO, 2009.

\_\_\_\_\_. *Refundación del estado en América Latina*. Perspectivas desde una epistemología del sur. México: Universidad de los Andes, Siglo XXI, Siglo del Hombre editores, 2010.

SANTOS, Theotonio dos. *Imperialismo y dependencia*. México: Editorial Era, 1978.

STAVENHAGEN, Rodolfo. *Tres ensayos sobre América Latina*. Barcelona: Anagrama, 1973.

SVAMPA, M. Minería, maldesarrollo y democracia. *Rebelión*, 9 ago. 2011. Disponible en: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=133705>> Consultado en: 9. ago. 2011.

# Considerações sobre Políticas de Saúde em Contextos de Redemocratização e Reformas Econômicas: os Casos Recentes de Argentina, Brasil e Chile

Wagner Iglecias<sup>(\*)</sup>  
Ursula Dias Peres<sup>(\*\*)</sup>  
Cristiane Kerches da Silva Leite<sup>(\*\*\*)</sup>

**Resumo:** Este artigo aborda os processos de implementação de políticas públicas de saúde nas duas últimas décadas a partir da comparação dos casos argentino, brasileiro e chileno. Embora influenciados pela agenda internacionalmente difundida pelo Banco Mundial, e imersos numa dinâmica concomitante de reformas econômicas e redemocratização política, os processos apresentam resultados diferentes em cada país. A partir da análise da literatura percebe-se que variáveis domésticas como as relações entre instituições políticas e intergovernamentais desempenham um papel muito relevante na construção das redes de proteção social nos três contextos analisados.

**Palavras-chave:** Políticas públicas de saúde, Reformas Econômicas, Redemocratização, Instituições Multilaterais, Instituições Políticas e Intergovernamentais.

**Abstract:** This article addresses the process of implementing public health policies in the last two decades by comparing the cases of Argentina, Brazil and Chile. Although influenced by the international World Bank agenda, and, concurrently immersed in a dynamic of economic reforms and of political redemocratization, these processes have had different results in each country. In the literature review it is clear that domestic variables, such as the relationship between political institutions and intergovernmental organizations, play a major role in building social safety nets in three contexts analyzed.

**Keywords:** Public health policies, Economic Reforms, Redemocratization, Multilateral Institutions, Political and Intergovernmental Institutions.

---

(\*) Professor doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo e Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo — Prolam/USP. *E-mail:* <wi6@usp.br>

(\*\*) Professor doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. *E-mail:* <uperes@usp.br>

(\*\*\*) Professor doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. *E-mail:* <ckerches@uol.com.br>. Recebido em 10.6.2010 e aceito em 9.5.2011

## INTRODUÇÃO

O presente texto discute os processos político-institucionais de implementação de políticas de saúde na América do Sul, a partir da perspectiva comparada entre os casos argentino, brasileiro e chileno. Os países latino-americanos passaram nas duas últimas décadas por processos de redemocratização conjugados com reformas econômicas liberalizantes. No mesmo período, defrontaram-se com o desafio de implementar uma agenda de políticas sociais difundida internacionalmente, na qual a descentralização administrativa e a busca pela eficiência adquiriram centralidade, como demonstram as reformas nos sistemas de proteção social desses países nos últimos anos. Contudo, não é possível entender o processo de implementação desses sistemas descentralizados somente a partir da influência de organismos internacionais, como o Banco Mundial. A literatura que analisa as reformas nesses países demonstra que há grandes diferenças, especialmente em virtude de fatores político-institucionais relacionados ao funcionamento de seus sistemas políticos (relações entre instituições políticas e intergovernamentais), além de fatores históricos, referentes à institucionalização dos setores sociais, como saúde e educação. Este texto representa a primeira etapa de uma agenda de pesquisa sobre as redes de proteção social na América Latina, abordando inicialmente hipóteses explicativas para as políticas de saúde na Argentina, Brasil e Chile.

### 1. O CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DAS REFORMAS DAS POLÍTICAS SOCIAIS DOS PAÍSES

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela ocorrência de regimes ditatoriais e pela crise da dívida externa, caracterizando um quadro de elevado endividamento, recessão e acirrado processo inflacionário. A partir da década de 1980, a articulação dos processos políticos e econômicos entre os países é muito distinta. Se considerarmos o caso brasileiro de um lado — redemocratização na década de 1980 e aprofundamento de reformas neoliberais na década de 1990 —, e o caso chileno do outro — implementação das políticas neoliberais ainda na ditadura e abertura democrática a partir de 1990 —, temos o caso argentino com uma dinâmica totalmente distinta — redemocratização nos anos 1980 e liberalização na década de 1970 e, novamente, nos anos de 1990.

Na Argentina de Alfonsín e no Brasil de Sarney, a década de 1980 foi marcada pela tensão entre as lógicas da estabilização econômica e da redemocratização. A lógica centrífuga da redemocratização envolveu a inclusão de novas classes políticas e a redefinição de atores sociais que demandavam maior justiça social. A lógica centrípeta da estabilização econômica demandou uma ação política centralizada e coordenada pelo governo central. Nos dois casos, as experiências heterodoxas de estabilização econômica foram frustradas em ambientes de grande conflito distributivo entre políticos e grupos sociais organizados que buscavam transferir os custos da estabilização e dos ajustes estruturais (SMITH, 1993). A literatura de Ciência Política define esse processo latino-americano de transição dual (SOLA, 1995).

Os resultados desses processos foram distintos nos dois países. No Brasil, a abertura política foi pautada pela grande expectativa de grupos sociais de interferir na estrutura de gastos do Estado e garantir espaço para suas demandas represadas no período autoritário.

Essa movimentação deu-se pela organização da sociedade civil em setores como os de saúde e educação e pela pressão das unidades subnacionais por maior participação política e reestruturação fiscal. Essa articulação de grupos e esferas de poder culminou em um processo constituinte em 1988 que instituiu a cidadania social, bem como a descentralização da carga tributária entre os entes federativos. Contudo, esta descentralização de poder que se somava à elevação das demandas sociais, ocorria ao mesmo tempo em que o Brasil vivia um momento de crise econômica, com redução do crescimento. A consequência disso foi a queda de arrecadação de impostos, conjugada com o aumento da demanda por gastos públicos (DALL'ACQUA e GUARDIA, 1995).

Na Argentina, nas décadas de 1980 e 1990, houve a convergência de um modelo econômico pautado por um forte financiamento externo e a deterioração das políticas sociais. Além do processo de financiamento externo, houve importantes mudanças de política econômica, implementadas pelo presidente Menem a partir de 1989, que incluíram a abertura de mercados, privatizações e a conversibilidade com taxa de câmbio fixa (BRESSER-PEREIRA, 2002). Com relação às políticas sociais argentinas, o grande destaque do período foi a atuação de organismos multilaterais de crédito como atores formadores de política (ROVERE, 2004).

No Chile, a década de 1980 foi marcada pelo aprofundamento da agenda neoliberal e pelo acirramento da crise do governo Pinochet. Período de recessão econômica causada pelo grande endividamento externo, no governo Pinochet, houve o aprofundamento do processo de abertura econômica e o fortalecimento das exportações como base para uma nova inserção econômica internacional do país. O processo de recuperação econômica foi alcançado no final do governo militar e se ampliou com a abertura democrática a partir de 1990 (ROJAS ARAVENA, 1997). Nesse período, o governo de coalizão democrática enfrentou uma situação bastante crítica nas políticas sociais, a redução de gastos nessa área somada ao arrocho de cerca de 8% nos salários médios implicou uma piora na distribuição de renda e qualidade de vida das famílias (FFRENCH-DAVIS, 2004).

## **2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E A AGENDA DE SAÚDE DO BANCO MUNDIAL**

Nos últimos 20 anos, processos de permanências e mudanças caracterizaram as reformas das redes de proteção social na América Latina. Em linhas gerais, Draibe (1997) argumenta que a manutenção de características conservadoras das políticas sociais convivem com a implementação de inovações institucionais importantes, como os processos de descentralização e participação. O quadro de dicotomias e ambiguidades verificado desde os anos 1980 tem raízes históricas profundas: antes dos anos 1970, construíram-se de forma imperfeita as bases do *Welfare State* na região em razão de dois conjuntos de motivos — os estruturais e os institucionais.

A autora entende por estruturais os processos socioeconômicos de acumulação, em função de mercados de trabalho pouco integrados e níveis baixos de assalariamento. O resultado desse processo foi a formação de sistemas conservadores de *Welfare State*, que tenderam a proteger as categorias sociais dotadas de maior poder de organização e de



excluir benefícios às populações mais pobres e marginalizadas. Em termos institucionais, esses sistemas apresentavam elevada centralização, débeis capacidades regulatórias e de implementação das políticas nos níveis subnacionais de governo, comportamento corporativista e fraca tradição participativa.

Para entender o quadro mais recente de mudanças, também se deve considerar a influência da oferta de ideias das agências internacionais nos países latino-americanos especialmente sobre as políticas de saúde. O início do século XX foi marcado pela difusão de duas correntes doutrinárias em saúde na América Latina: a corrente da saúde pública, que preconizava um modelo centralizado, profissionalizado e padronizado de organização dos serviços e das atividades técnicas, por meio das campanhas sanitárias, a partir das diretrizes da Oficina Sanitária Internacional (desde 1948, a Organização Pan-Americana da Saúde — OPAS) e a Fundação Rockefeller (Labra, 2001). A segunda corrente foi preconizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e é vinculada à proteção e recuperação da força de trabalho urbana, a partir do modelo alemão de seguro-doença.

A partir dessas correntes, quatro modelos de sistema de saúde despontaram no cenário mundial: o seguro-doença das caixas de pensões; o sistema estatal e universalista soviético adotado em Cuba após a Revolução de 1959; o Serviço Nacional de Saúde da Grã-Bretanha, criado em 1948 a partir do conceito de Seguridade Social; e os seguros de saúde privados e liberais norte-americanos, com proporção residual de serviços públicos (Labra, 2001). O Chile foi um caso destacado de implementação no início da década de 1950 do modelo inglês, que foi desmantelado na década de 1980 durante o governo Pinochet, sob a égide de que o melhor eixo organizador das relações sociais seria o mercado. No Brasil, em plena onda neoliberal, a reforma sanitária se concretiza nos trabalhos da Assembleia Constituinte de 1987, impulsionada por forças sociais progressistas que reivindicam a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo Labra (2001), o caso brasileiro e o chileno adotaram formatos institucionais parecidos, mas tomaram historicamente rumos diametralmente opostos.

Desde a década de 1970, há mudanças importantes que estão ocorrendo na oferta de modelos das agências internacionais para as políticas públicas de bem-estar social e de desenvolvimento econômico em países em desenvolvimento. Nos anos de 1970, o meio de difusão das ideias de agências e fóruns internacionais de discussão era a cooperação técnica e o diálogo político com representantes dos diversos países, a chamada “comunidade do desenvolvimento”. Nos anos de 1980, no contexto de crise da dívida externa e de propostas de ajuste estrutural, as ideias se disseminaram a partir de mecanismos de indução, especialmente os empréstimos condicionados à adoção de políticas econômicas liberalizantes. Nos anos de 1990, segundo Mattos (2001), emergiu um novo padrão de atuação das agências caracterizado pela retomada de diálogo entre as próprias agências internacionais e das agências com cada governo, em um quadro de práticas assimétricas que ainda persistiam, de crise do financiamento da “comunidade do desenvolvimento” e de mudança do conteúdo da agenda internacional do desenvolvimento de políticas públicas com o objetivo de reduzir a pobreza.

A comunidade epistêmica de agências internacionais na área de saúde foi formada basicamente por instituições de dois sistemas de organizações internacionais: as Nações Unidas — especificamente a Organização Mundial de Saúde (OMS) —, e as instituições

de Bretton Woods (BW) — especificamente o Banco Mundial. Nos anos de 1980, as agências de cooperação do sistema das Nações Unidas — OMS e UNICEF — perderam prestígio diante das agências de BW em função da dinâmica dos empréstimos mediante a adoção de políticas neoliberais nos países em desenvolvimento. Os anos de 1990 foram marcados pela proeminência do Banco Mundial no debate das políticas de saúde atrelada a uma estratégia de se diferenciar da instituição irmã FMI e a adesão ao mote de “combate à pobreza” em substituição da bandeira do desenvolvimento. O Banco Mundial apresentava-se como uma das agências com maior capacidade de responder à empreitada de propostas de modelos aos governos e aos demais parceiros da comunidade internacional em virtude de sua experiência mundial, de uma grande estrutura interna para produzir sugestões e de relevante capacidade de mobilização de recursos. Ao final da década de 1980, o Banco Mundial era um dos maiores provedores de recursos externos para a saúde (Mattos, 2001).

Da década de 1970 à década de 1990, o Banco Mundial passa por importantes mudanças no que tange ao conteúdo de políticas de saúde para os países da América Latina. A instituição ingressou no debate apresentando proposta de redução da responsabilidade dos governos no financiamento dos serviços de saúde, pois a melhora verificada nos indicadores estava mais relacionada ao impacto de mudanças tecnológicas do que a mudanças comportamentais causadas por políticas. O critério operacional de delimitação do que o governo deveria pagar seria a disposição da população em pagar pelo serviço. O Banco criticava os governos que viam a saúde como direito e que promoviam o acesso universal a todos os serviços, na medida em que atendiam principalmente os estratos médios da população. Difundiu-se o conceito de “má alocação” e recomendaram-se reformas descentralizadoras, que superariam o “gigantismo burocrático” das estruturas estatais centralizadas (Almeida, 2002). A UNICEF foi a instituição internacional que fez forte oposição às ideias do Banco Mundial, argumentando a partir de experiências exitosas de combate à mortalidade infantil. A política de utilização do soro caseiro, por exemplo, mostrou-se muito favorável entre termos de eficiência e envolveu real mudança de comportamento dos beneficiados (Mattos, 2001).

Em 1993 com o relatório *“Investing in Health”*, o Banco Mundial mudou algumas diretrizes, mas aprofundou outras. Houve uma moderação do discurso de antiuniversalização do serviço, considerando uma abrangência maior, mas condicionando as políticas focalizadas que garantissem o acesso aos pobres, com foco na família e coordenação de políticas públicas e educação da mulher. O Banco, mediante análise dos dados, reconheceu o erro no diagnóstico dos países pobres na década de 1980, ao defender a redução do gasto público em saúde. Nos anos 1990, admitiu-se que era preciso aumentar o gasto público com saúde e era desejável aumentar a ajuda internacional à saúde, ou seja, há intervenções altamente efetivas em termos de custo. Contudo, o banco aprofundou a concepção de que era preciso estender a lógica privada na atuação do setor público na área de saúde.

A ação do Estado deveria se restringir aos grupos sociais mais necessitados, mediante a provisão de uma cesta básica de serviços definida pela relação custo/efetividade. O setor público deveria competir com o setor privado a partir da expansão dos seguros de saúde; deveria haver uma divisão entre financiamento e provisão: financiamento por meio de impostos destinados a determinados fins e dinheiro deveria seguir o paciente e não ser alocado diretamente para as unidades prestadoras do serviço; o gerenciamento do sistema deveria ser fortemente descentralizado.

Os países que implementaram a receita do Banco Mundial de forma mais assertiva foram o México e a Colômbia. Santos e Ugá (2007) destacam também a Argentina, como um caso de crescimento do setor privado com finalidade de lucros, que se somou às Obras Sociales. O Brasil seguiu um caminho notadamente diferente na América Latina, com o Sistema Único de Saúde convivendo com uma estrutura pré-existente de planos e seguros privados.

### 3. POLÍTICAS DE SAÚDE NO BRASIL, ARGENTINA E CHILE

Diante do quadro abordado, houve mudanças importantes nas redes de proteção social do Brasil, da Argentina e do Chile. A partir da análise das políticas de saúde, podemos levantar hipóteses de como esse processo ocorreu, considerando as inter-relações de grupos sociais organizados, atores políticos subnacionais e o histórico conservador de institucionalização das políticas sociais na América Latina.

A análise das implementações das políticas de saúde na América Latina demonstra a existência de distintas modalidades de reforma dos sistemas. Alguns países foram paradigmáticos na implementação das recomendações internacionais. Conforme Almeida (2002), o Chile foi o caso mais radical ao adotar a privatização como cerne da reforma, combinando “seguros privados, competencia en el aseguramiento y segmentación de la estructura de financiamiento” (Almeida, 2002, p. 921). A Argentina, por sua vez, “es ejemplo de los intentos de introducir cambios en un sistema universal, también mixto, pero fuertemente segmentado y controlado por grupos corporativos, debido a la importancia de la seguridad social en su estructuración” (*idem*). O caso brasileiro tem uma forte influência do processo de redemocratização “(...) y es un intento de consolidar un sistema único de salud, público, universal y descentralizado, basado en la concepción de salud como derecho de ciudadanía y deber del Estado, aparentemente en una ruta contraria a la dinámica mundial” (Almeida, 2002, p. 921).

Apesar de Brasil e Argentina serem países federativos e o Chile um país unitário, nos três casos é possível observar a implementação de sistemas de saúde marcados pelos elementos indicados por Draibe (1997). Trata-se de sistemas de saúde altamente excludentes, heterogêneos e fragmentados, bastante resistentes à pretensão reguladora do aparelho estatal (BUSS e LABRA, 1995). Especificamente, o elemento corporativista ligado à atuação da representação da classe médica explica parcialmente essas características dos sistemas em momentos históricos distintos.

O Chile destaca-se na região por ter implementado, desde o século XIX, amplas e bem-sucedidas políticas de educação e saúde, que garantiram ao país índices sociais bastante elevados em relação a seus vizinhos. No início do século passado, o tema da saúde pública dividia o país em três correntes de interesses: a direita conservadora, que defendia um regime público de saúde preventiva para os miseráveis e desvalidos; o centro, que propugnava um modelo de assistência preventiva nos moldes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) voltado aos assalariados e separado da saúde pública; e as esquerdas, que defendiam um sistema único, público, integral e de qualidade (Labra, 2000). Em 1952, criou-se a base do Estado de Bem-Estar Social na Saúde, o Seguro Nacional de

Saúde, que foi fruto, entre outros fatores, da mobilização da sociedade civil e dos profissionais da saúde. No entanto, apesar da forte presença política da classe médica, o governo Pinochet implementou modificações privatistas: a criação de 27 superintendências regionais de saúde e o consequente esvaziamento do Ministério da Saúde; a municipalização da atenção básica; a criação do Fundo Nacional de Saúde; e a redução dos recursos públicos destinados à saúde. A área da saúde é emblemática do processo de destruição que o autoritarismo causou no quadro da “medicina socializante” da primeira metade do século XX, nas prerrogativas de cidadania e na articulação que havia entre estruturas estatais e grupos sociais organizados.

Em 1980, a Constituição imposta pelo regime ditatorial criou um sistema coordenado de saúde privada, de aderência voluntária e sustentado por subsídios governamentais. Apesar da prevalência da agenda neoliberal e o seu inegável impacto no sistema de saúde pública com o crescimento dos serviços privados, a memória da sociedade chilena de mobilização dos profissionais de saúde em direção à criação de um sistema público e universal ainda persiste. Os governos democráticos, por vezes, têm dificuldades contingenciais para buscar um modelo naqueles moldes, ainda que existam travas constitucionais deixadas pela ditadura, restrições orçamentárias e um debate público polarizado. Atualmente, um amplo modelo privado de serviços de saúde coexiste com um colchão mínimo de provisão desses serviços para a população de baixa renda.

Na Argentina, os serviços de saúde estiveram historicamente submetidos ao sistema político do país. O corporativismo, crescente no período peronista, centralizava essas políticas no Ministério do Trabalho e na Fundação María Eva Duarte de Perón. O resultado foi a institucionalização das Direcciones Generales que marcaram, nos 50 anos subsequentes, um sistema fragmentário, heterogêneo, capturado por grupos organizados e altamente descoordenado. Em 1949, a reforma constitucional incorporou os direitos sociais à Carta Magna, contudo sem explicitar como se daria o financiamento do sistema de serviços. Na década de 1950, a autodenominada Revolução Libertadora teve como principal estratégia o desmonte da estrutura de serviço público herdada do período anterior. A sucessão de governos civis e militares marcou contradições que se manifestaram num movimento pendular de transferência de serviços nacionais para as províncias pelos militares e o retorno para as esferas federais pelos civis nos débeis governos democráticos que se seguiram (ROVERE, 2004).

A forma descoordenada da descentralização administrativa nas províncias e seus resultados, a partir do final dos anos 1970, podem ser explicados pelos elementos históricos da área de saúde: escassa eficiência dos gastos, sobreposição de funções, baixa coordenação na regulação e nas fiscalizações. Nos últimos 20 anos, a Argentina continuou a carecer de um plano nacional de saúde que possa unificar a miríade de subsistemas desenvolvidos localmente e altamente excludentes.

[...] La Ley de Seguro Nacional de Salud se sanciona en 1988 bajo el número 23.661 pero la Ley nunca fue reglamentada. Lo cierto es que desde el abandono del Seguro Nacional de Salud en adelante nunca más se llevó a discusión el problema de la universalidad del sistema de salud en la Argentina. (ROVERE, 2004, p. 7.)

No Brasil, a concepção de cidadania regulada (SANTOS, 1987) está na base do processo de organização das políticas de saúde. Nas décadas de 1930 e 1940, a assistência médica era

prestada por uma previdência social incipiente. Caminhou-se de um “sanitarismo campanhista” (início do século XX até os anos 1960) para um “modelo médico-assistencial privatista” (a partir de meados dos anos de 1960 até a década de 1980) (BUSS e LABRA, 1995). Observa-se que o processo de redemocratização nos anos 1980 foi acompanhado pela formulação de um sistema público gratuito e universal de saúde, cuja implementação conviveu com o crescimento de uma vasta rede privada de serviços de saúde. O caso brasileiro apresenta um processo político-institucional descentralizador, no qual os municípios acumularam importantes atribuições na oferta dos serviços no processo de institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS).

O caso brasileiro diferencia-se dos casos argentino e chileno por conta da forte atuação, desde os anos de 1970, ainda no auge da ditadura, e, sobretudo no período de transição para o regime democrático, de um combativo movimento sanitarista. Embora não seja tão antigo quanto a militância pela saúde pública chilena, o sanitarismo brasileiro, surgido no início do século XX, foi um ator fundamental no processo de elaboração do capítulo sobre seguridade social da Constituição de 1988. Naquela oportunidade, os sanitaristas defenderam a criação de um sistema universal de saúde, público, gratuito e de qualidade, totalmente financiado por recursos públicos. Além disso, defendiam que a participação do setor privado no provimento de serviços se desse por regime de concessão e trabalharam ainda pela crescente descentralização dos serviços de saúde.

Apesar das conquistas constitucionais, esse grupo não foi totalmente bem-sucedido, pois a atuação dos interesses organizados das empresas de saúde privada fez constar da nova Constituição a temática da cobertura particular, com atuação complementar em todas as ações de saúde. Além disso, os sanitaristas não conseguiram fazer com que as fontes de recursos para o financiamento da saúde pública deixassem de ser majoritariamente federais, ainda que a concentração dos recursos em Brasília pudesse contribuir para a eventual redução da desigualdade da prestação dos serviços de saúde nos níveis subnacionais. Um breve balanço do período que se estende da promulgação da Carta até os dias de hoje mostra que houve avanço do SUS: descentralização crescente das fontes de recursos para a provisão dos serviços, melhoria de diversos indicadores de saúde e aumento da cobertura privada de saúde entre diversos segmentos da população. O país ampliou o acesso da população a serviços públicos de saúde, caracterizando-se assim uma política pública mais eficaz, eficiente e efetiva, ao mesmo tempo em que importantes parcelas da sociedade migraram para o sistema privado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos casos de Argentina, Brasil e Chile em relação à evolução recente das políticas públicas da área da saúde demonstra que, embora submetidos à agenda internacionalmente difundida pelo Banco Mundial e pelos demais organismos multilaterais em relação às políticas sociais e a despeito de elementos corporativistas comuns que marcaram o histórico desses sistemas, do contexto de crise econômica e mudança política, os três países trilharam caminhos distintos. E isso se deveu a diversos fatores, entre os quais destacamos:

a) legado institucional e político que cada nação trazia à época em que adotou as medidas preconizadas pelas instituições multilaterais foi um elemento fundamental para que a receita única difundida pelo Banco Mundial fosse adotada de maneiras distintas em cada país e, sobretudo, tivesse consequências bastante diferentes em cada contexto nacional, apontando para a questão da *path dependence* como um dado central para análises de políticas públicas em perspectiva comparativa. Mesmo num contexto comum de reformas orientadas para o mercado, nas quais o elemento da redefinição do papel do Estado e dos custos de seu funcionamento fosse muito relevante, os resultados alcançados nas políticas públicas de saúde foram significativamente distintos nos três casos analisados. Sob a nossa ótica, o caso brasileiro destaca-se como um caso de reforma incremental em um sistema de saúde com traços de mudanças e permanências. Em um contexto político e econômico no qual a descentralização das políticas sociais apresentou um duplo significado — democratização e eficiência —, a construção do sistema público de saúde foi marcada por um processo de negociação entre grupos sociais organizados e atores políticos subnacionais, porém ainda capitaneado pelas instâncias políticas do Governo Federal. Acreditamos que o caso argentino, a despeito de ser um país federativo como o Brasil (com relações federativas distintas), apresenta características próximas ao caso chileno no que tange ao histórico do sistema de saúde e seus impactos nos processos contemporâneos de reforma.

No caso chileno, houve historicamente importantes experiências socializantes de constituição de um amplo sistema nacional e gratuito de saúde, sustentado por grupos sociais organizados, e duramente combatido pelo governo autoritário. Tanto naquele caso quanto no caso da Argentina os movimentos de centralização e descentralização administrativa foram instrumentos de poder de governos democráticos e autoritários, respectivamente. O histórico de desmonte das estruturas públicas e gratuitas de serviços de saúde é um dos elementos que explica, por exemplo, a falta de regulamentação da Lei de Seguro Nacional de Saúde sancionada em 1988 na Argentina e a existência de um sistema altamente fragmentado e segmentado no Chile. A prevalência da pauta econômica neoliberal — implementada radicalmente na Argentina e no Chile — na agenda mais recente de descentralização das políticas de saúde também configura como um importante elemento desta hipótese de pesquisa que será investigada em trabalhos vindouros;

b) descentralização das políticas sociais e, especificamente, das políticas de saúde, teve distintos significados nos três países. No Brasil, o processo pode ser entendido como uma conquista do movimento sanitário, que tinha na pactuação entre os entes federativos e as populações locais para a formulação das políticas públicas de saúde uma de suas mais importantes bandeiras, ainda que se leve em conta que, hoje, as decisões estratégicas permanecem concentradas no Ministério da Saúde e a estados e municípios caibam tarefas muito mais voltadas à implementação de programas. No Chile, o processo de descentralização foi um experimento adotado durante a ditadura militar, e não carregou em si qualquer objetivo de ampliação dos canais de interlocução entre Estado e sociedade civil e aprimoramento de práticas democráticas, mas, antes, foi pautado pelo viés da eficácia e da competição, que se acreditava serem mais alcançáveis a nível local. Na Argentina, por outro lado, o processo de descentralização pareceu

sofrer, ao longo do século XX e mesmo no período mais específico dos últimos trinta anos, idas e vindas, não deixando de ter relações com a problemática maior do complexo modelo federalista daquele país;

c) diferentes formas de relações entre o Estado e os atores sociais existentes no setor da saúde também se destacaram em nossa análise. O Chile é o caso mais paradigmático de um movimento sanitarista forte, tradicional, politizado, reunindo parcela importante da classe médica, da intelectualidade e de setores populares. Tão forte a ponto de ter conseguido resistir à empreitada privatizante levada a cabo pelo governo militar e fazer renascerem, após o retorno à democracia, as suas principais bandeiras. A Argentina, por seu turno, é um caso em que as classes populares puderam ter acesso à saúde pública na medida em que estivessem inseridas nas teias corporativistas das relações com o Estado, ao mesmo tempo em que a classe médica, em sua maioria, pareceu comportar-se, ao longo do tempo, mais como um agente econômico do que como um ator político, contrariamente ao observado no Chile. O Brasil, neste contexto, surge como um caso intermediário entre os outros dois. Jamais logramos ter, em nosso país, um movimento sanitarista tão antigo e tão forte politicamente como o que teve o Chile, porém o sanitarismo brasileiro foi, sobretudo nos anos de 1970 e 1980, um ator político bastante influente, de fundamental importância para o redesenho de todo o sistema de saúde pública previsto pela Constituição de 1988 e de promoção social da saúde. Por outro lado, tivemos no Brasil um setor privado também muito forte, que conseguiu fazer prevalecer alguns de seus interesses na promulgação da nova Carta e que, nos últimos anos, experimentou formidável aumento na provisão de serviços de saúde à população, a partir inclusive das novas modalidades de relacionamento que passou a estabelecer com o Estado brasileiro, nos três níveis de governo.

Enfim, a reflexão esboçada nas páginas acima sugere que as políticas sociais, que se constituem hoje como uma importante face do desenvolvimento das nações, alcançam resultados distintos, mesmo que sofrendo forte influência de ideias difundidas pelas poderosas organizações multilaterais, por conta dos padrões institucionais, políticos e sociais prévios, característicos de cada país. Como vimos, este fator foi importante a ponto de o próprio Banco Mundial ter mudado, ao longo do tempo, determinadas características de sua agenda, na qual originalmente as políticas públicas, especialmente as da área social, estiveram sempre submetidas à racionalidade econômica em sentido mais amplo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Célia. Reforma de sistemas de servicios de salud y equidad en America Latina y el Caribe: algunas lecciones de los años 80 y 90. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 905-925, jul./ago. 2002.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Financiamento para o subdesenvolvimento: O Brasil e o segundo consenso de Washington*. BNDES, 2002.

BUSS, Paulo Marchiori e LABRA, Maria Eliana (Orgs.). *Sistemas de saúde, continuidades e mudanças: Argentina, Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos, México e Québec*. São Paulo: Hucitec, 1995.

- DALL'ACQUA, Fernando M.; GUARDIA, Eduardo R. *Análise do sistema orçamentário no Brasil*. São Paulo, FGV-SP, 1995. (Pesquisa apresentada ao Núcleo de Pesquisa e Projetos da EAESP-FGV).
- DRAIBE, Sonia. Uma nova institucionalidade das políticas sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reforma dos programas sociais. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 3-21, 1997.
- FFRENCH-DAVIS, Ricardo. *Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad: tres décadas de política económica en Chile*. 1. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2004.
- LABRA, Maria Eliana. Padrões de formulação de políticas de saúde no Chile no século XX. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, 2000.
- LABRA, Maria Eliana. Política e saúde no Chile e no Brasil. Contribuições para uma comparação. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 6, n. 2, p. 361-376, 2001.
- MATTOS, Rubens de Araújo. As agências internacionais e as políticas de saúde nos anos 90: um panorama geral da oferta de ideias. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 6, n. 2, p. 377-389, 2001.
- ROJAS ARAVENA, Francisco. Chile: mudança política e inserção internacional, 1964-1997. *Revista Brasileira de Política Internacional* [on-line], v. 40, n. 2, p. 49-75, 1997.
- ROVERE, Mario. La salud en la Argentina: alianzas y conflictos en la construcción de un sistema injusto. *Revista Electrónica La Esquina del Sur*, maio 2004. Disponível em: <<http://www.laesquinadelsur.com.ar/site/index.asp?Ed=7>> Acesso em: 1º jul. 2010
- SANTOS, Angela M. S. P.; UGÁ, M. A. D. Reformas do Estado, descentralização e políticas de saúde: uma análise comparada entre Argentina, Brasil, Colômbia e México. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 525-548, out. 2007.
- SANTOS, Wanderley G. Cidadania e Justiça. *As políticas sociais na ordem brasileira*. São Paulo: Campus, 1987.
- SMITH, William C. Estado, mercado e neoliberalismo na Argentina pós-transição: a experiência Menem. In: SOLA, L. (Org.). *Estado, mercado e democracia*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.
- SOLA, Lourdes. Estado, reforma fiscal e ordem monetária: qual Estado? In: SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda (Orgs.). *Lições da década de 80*. São Paulo: EDUSP, 1995. p. 29-74.



# O Cinema Documentário da América Latina dos Anos de 1960. Uma Breve Reflexão dos Principais Movimentos Cinematográficos do Novo Cinema da América Latina

Diogo Ivan Caroca Riquelme<sup>(\*)</sup>

**Resumo:** A historiografia da sociedade latino-americana dá especial importância às coincidências entre a política dos movimentos sociais e culturais. Entre as décadas de 1960 e 1970, surgiram novas formas de realização do Cinema Latino-Americano. Nosso objeto de pesquisa são os procedimentos retóricos e ideológicos utilizados por precursores dos principais manifestos da Cinematografia Latino-Americana. Realizamos, para tanto, entrevistas e leituras com a finalidade e objetivo de circunscrever as características singulares do que será o *Nuevo Cine Latino-Americano* — NCLA. Faremos uma análise reflexiva a partir do conceito de Cinema Moderno, visando não apenas compreender e comparar os momentos destes artistas em vida, mas lançar um olhar não exultante sobre os autores, reiterando a memória consagrada e mantida por seus protagonistas.

**Palavras-chave:** História, Política, Cinema.

**Abstract:** The historiography about Latin America's societies gave a special attention to the intertwined relations between political movements and cultural in the 1960's and 1970's. One of those points of entanglement is the cinematographic experiences made by the Latin-American cinema of those decades, especially the *Nuevo Cine Latino-Americano* (NCL). The main objective of this research is to analyze the rhetorical and ideological procedures used in the realization of this filmography through the reading of the principal manifests related to that Latin-America's particular branch of cinema. Having the same purpose in sight, the interviews of the NCL principal exponents will also be consulted. To understand this production, it will be conducted a reflexive analysis from the concept of "Modern Cinema" to not only compare the lives of these cinema-makers, but — differently from the encomiastic approach that has traditionally been done — to restate a consecrated memory that still is maintained by its own protagonists.

**Keywords:** History, Latin America, political and cinematographic.

---

(\*) Doutor pelo Departamento de Cinema do Instituto de Artes — UNICAMP. Integrante do Centro de Pesquisa de Documentário — CEPIDOC/UNICAMP. E-mail: <caroca@unicamp.br>. Recebido em 3.12.2010 e aceito em 20.6.2011.

## INTRODUÇÃO

A história serve de inspiração para as diferentes formas de representação. Após a Revolução Francesa e a difusão do Romantismo, ela foi sedimentada nas artes em geral e, com o advento do cinema, houve uma enorme popularização, que permitiu uma diversificação de sua representação muito mais abrangente.

Cabe esclarecer desde o início que um número muito elevado de filmes produzido mundialmente possui o referente histórico. Destacamos aqui especialmente o viés do cinema documentário latino-americano e sua relação com a agitação pré-revolucionária dos anos de 1960. O trabalho procura, portanto, abordar a produção cinematográfica que reflete a realidade do período, porém sob a ótica do autor, enquanto pessoa que se envolve socialmente com o que expressa em película. Não recorreremos à análise direta das obras fílmicas — a despeito de sua vital importância para estudos localizados na fronteira entre Cinema (como gênero documentário) e História (gênero político-social). Passamos a uma tentativa de visualizar o campo de atuação teórica e prática sobre o qual o diretor se debruça e cujo “produto” final será o filme ou o documentário.

Neste contexto histórico, os autores latino-americanos — reunidos em grupos ou individualmente — conceberam a atividade cinematográfica como frente de luta ao imperialismo norte-americano, o que pode ser mais importante ainda, também como fonte de (re)educação da consciência e da sensibilidade de si mesmos, bem como de seu povo e de toda uma geração.

De um lado, esses autores recorriam a representações de realidades sociais mais explícitas (ou seja, o oposto do que fazia, por exemplo, o cinema de massa hollywoodiano), enquanto de outro buscavam o experimentalismo entendido como prática social que não tem a intenção de entreter o público, porém de convergir para uma formação em favor de mudanças sociais e de uma “descolonização cultural” dos países em questão, notadamente abundantes de cultura e tradição próprias (sobretudo popular e indígena).

Glauber Rocha e Nelson Pereira do Santos (Brasil), Fernando Birri, Fernando Solanas e Octavio Getino (Argentina), Miguel Littin e Aldo Francia (Chile), Jorge Sanjinés e Jorge Ruiz (Bolívia), Mario Handler (Uruguai), Mauricio Walerstein e Román Chalbaud (Venezuela), Julio García Espinosa, Tomás Gutiérrez Alea e Santiago Álvarez Román (Cuba), entre tantos outros, seriam *cineastas políticos* do *Nuevo Cine Latino-Americano* — NCLA, que desenvolveram suas práticas de acordo com circunstâncias e condições estabelecidas pela história de cada país. Não por acaso, documentários, filmes e manifestos aparecem lado a lado em festivais, mostras e congressos, transformando-se em discussões das políticas governamentais — locais ou mundiais —, sendo a América Latina um dos continentes em que o cinema, por meio do NCLA, se engajou social e politicamente de maneira permanente (e isso sem abdicar da preocupação estética).

As tentativas de “descolonização cultural” se identificavam, na década de 1960, com a produção de vários cineastas que viriam a ter importância decisiva no NCLA. O posicionamento destes diretores, antes de tudo, pode ser entendido mediante seus manifestos que passam a constituir parte intrínseca do movimento artístico. Dentro de grandes conotações

de ativismo político para a transformação de uma sociedade melhor, e enquanto filmam suas produções, os principais cineastas lançaram suas diretrizes em manifestos como: “Hacia un tecer cine: Apuntes y experiencias para el desarrollo de un cine de liberación e el Tercer Mundo”, do grupo *Cine Liberación* (liderados por Fernando Solanas e Octavio Getino, na Argentina) e “Uma estética da fome” (de Glauber Rocha, no Brasil), ou o ensaio/manifesto “Por um cinema imperfeito” (de Julio Garcia-Espinosa, de Cuba) e mesmo propostas como “O cinema junto ao povo” (do Grupo Ukamau, na Bolívia).

Todas essas frentes de “ação” cinematográficas pretendiam expandir as práticas locais de realização. Havia, no entanto, um desafio maior, em última instância, comum a todos os autores da América Latina. Segundo Mariana Martins Villaça (2008), este era:

a criação de um novo cinema latino-americano que fosse esteticamente original, consolidasse uma identidade própria no panorama internacional e que tivesse como projeto subjacente a reflexão sobre os problemas peculiares à América Latina como o subdesenvolvimento, o abuso do poder, as grandes desigualdades sociais, o autoritarismo, a luta pela democracia e, tangenciando todas essas questões, o papel do intelectual e do artista nesse contexto. (VILLAÇA, 2008, p. 7.)

Este cinema viria ao encontro ao *zeitgeist* de novas vozes artísticas do período, representando um verbo novo e único — porque a expressão deste novo cinema exigia e já apresentava uma estética singular de traços regionais. Como afirmou Miguel Littin (1990):

(...) se expressara em uma fulgurante literatura, em uma música que resgatara na memória popular os acordes das canções liberada; em um novo cinema que encontrara nas confrontações sociais, nas imagens e no som que liberaram antigas ataduras estéticas e subordinadas a tecnológicas, empurrada a crescer pela força crescente de uma história que exigia ser narrada com urgência. (LITTIN, 1990, p. 85.)

A base comum desses cineastas estaria em suas origens, trabalhadas sobretudo no discurso cinematográfico, com referências estéticas do realismo social. Além das teorias de artes gerais, e essencialmente politizadas, as principais referências seriam o neorealismo italiano, a montagem soviética, o documentário inglês e a nova onda francesa.

Na prática, essa influência estética estaria diretamente relacionada com a questão política mundial, uma vez que, se analisados de perto, não existiam diferenças profundas entre os conflitos sociais que estavam acontecendo em toda a América Latina (desde os carvoeiros no Chile até os mineiros na Bolívia) e outros continentes menos desenvolvidos do período (a exemplo da África e da Ásia).

É fato que, no caso da América Latina, as tradições culturais encontravam pontos comuns que iam além da língua espanhola oficial em todos os países (obviamente, com exceção do Brasil). Além das políticas locais, que sofriam etapas semelhantes, os meios de comunicação, até então precários, e as perseguições políticas dificultavam os contatos entre os países, contribuindo para o cotidiano conturbado, a repressão ideológica e a escassez de fundos.

Segundo Rodrigues (2009), a revolução cubana — liderada por Che Guevara e Fidel Castro, na segunda metade da década de 1950 — representava a semente mais segura do

socialismo, revelando a esperança em forma de igualdade entre os países que formavam a América Latina. A influência do “sucesso revolucionário” de Cuba trazia o desejo de troca de experiências cinematográficas, alcançadas por esses jovens cineastas políticos latino-americanos, que também alimentavam tentativas de alianças artísticas. Estas começaram então a tomar forma e foram crescendo nos festivais de cinema independentes.

Algumas trajetórias isoladas pontuam e exemplificam o surgimento de um novo panorama cinematográfico no continente latino. No Uruguai, o cinema ganhou cada vez mais espaço desde a década de 1940, quando se desenvolveu no país uma estrutura equivalente às indústrias cinematográficas de grande porte, como viria a ocorrer com a Argentina e o Brasil na década de 1950.

Durante esses anos, foram realizadas inúmeras coproduções entre Uruguai e Argentina, para as quais se instalaram, neste primeiro país, laboratórios de revelação de película. Com este exemplo, é possível divisar a importância de um trabalho conjunto. Ainda de acordo com Rodrigues (2009),

(...) enquanto a produção na Argentina peronista se encontrava diretamente vinculada ao Estado, o Uruguai passou a ser uma alternativa próxima e neutra, na qual os custos eram mais baixos e não havia controle político sobre a produção. (RODRIGUES, 2009, p. 14.)

O resultado mais visível, em relação à expansão do cinema na América Latina, seriam o surgimento de novos cineclubes e cinematecas. No caso pioneiro do Uruguai:

(...) a Universidade da República contribuiu criando o Instituto de Cine Científico (ICUR), o que não só estimulou o consumo e contato com o cinema, como aumentou a qualidade dos filmes. Nesse contexto foram criados: o Festival de Cine Internacional Documental e Experimental de SODRE (Serviço Oficial de Difusão Radioelétrica), desde 1954; e o Primeiro Congresso de Cineastas Latino-americanos Independentes, organizado em 1958 pela mesma instituição. (RODRIGUES, 2009, p. 14.)

O importante é atentar para o fato de que, nos dois encontros, participaram nomes que viriam a se destacar como principais integrantes do Novo Cinema Latino, como o diretor de cinema Fernando Birri pela *Escuela Documental de Santa Fé*, na Argentina, e o diretor brasileiro Nelson Pereira do Santos, um dos precursores do Cinema Novo no país.

De um terreno neutro, a capital uruguaia — Montevidéu — veio a se tornar espaço promissor para que ocorresse uma das primeiras reuniões informais dos cineastas latino-americanos *em seu próprio continente*. Antes, encontros como estes só ocorriam em festivais estrangeiros como, por exemplo, em Cannes, Veneza ou Pesaro, na Europa.

Depois do Uruguai, vale lembrar que o Chile, por intermédio do Cine Club de Viña del Mar, dirigido pelo diretor Aldo Francia, foi responsável pelo festival que reuniu filmes e cineastas inovadores e da mesma estirpe. Nesse país, em especial, verificou-se a presença da delegação cubana, graças a acordos com a OEA (Organização dos Estados Americanos), uma vez que o governo chileno, como todos os governos da América Latina (com exceção do México), havia cortado relações diplomáticas com Havana.

Foi assim que o cinema documentário e experimental latino-americano mobilizou e reuniu atores, escritores, autores e realizadores em torno do processo de mudanças sintomáticas, frente ao momento que a América Latina estava atravessando.

Dito isso, a tentativa de se estabelecer uma determinada compreensão dos acontecimentos e da experiência cinematográfica, portanto, nos levou a fazer uma análise do desenvolvimento e da forma como se construiu o filme documentário, enfocando particularmente os aspectos históricos e o resgate da cultura regional, isto é, tratando o gênero documentário como fonte de documentação e meio de representação.

O cinema documentário é um testemunho da sociedade que o produziu e, assim sendo, uma fonte documental para a ciência histórica, por excelência. Enfatizamos que nenhuma produção cinematográfica está livre dos condicionamentos sociais de sua época, o que nos possibilita afirmar que *todo filme é passível de ser utilizado enquanto documento*.

No entanto, fazer uso científico de uma forma afirmativa de comunicação requer cuidados especiais. A forma como o filme reflete a sociedade não é, em hipótese alguma, direta, e jamais se apresenta de maneira organizada (*i. e.*, em circuitos lógicos e coerentes), mesmo que assim o aparente. Isso vai de encontro com o estudo aqui proposto: ao privilegiarmos os documentos escritos e a bibliografia existente acerca do tema, pretendemos pôr em destaque uma das inúmeras questões de interesse comum para uma geração de cineastas que fez, da atividade de reflexão, essencialmente, parte orgânica de seu fazer artístico.

Na maior parte destes cineastas, embora a capacidade (e generosidade, pode-se dizer) de explorar o gênero documental e os seus recursos expressivos mediante pesquisa sobre a problemática social já estivesse presente há muito tempo, a obra documental se consolidou a partir da década de 1960 no desenvolvimento das correntes estéticas, narrativas e temáticas originadas nas discussões de ideias advindas das escolas da Europa.

Para efeito de análise, retomamos as teorias e métodos de trabalhos desenvolvidos pelos documentaristas e autores do cinema latino-americano. Sabendo que autores e entrevistados conduziram o objetivo de recriar o cinema pelo olhar do que pode ser realidade ainda hoje, para o espectador (e também para o leitor) este cinema evoca uma memória complexa. Isto porque contém um imaginário que pode ser constatado na base da formação cultural compartilhada por gerações de argentinos, brasileiros, chilenos, cubanos, etc. Uma vez que viveram em consonância com suas várias influências, diversas manifestações e proclamações de independência cultural se mesclaram com manifestos e ideias nacionalistas transformadas em bandeiras de lutas, bem como de produção mais atualizada e criação de novas formas de expressão, especificamente a do cinema.

Dessa forma, pode-se afirmar que o “filme histórico”, como detentor de um discurso sobre o passado, coincide com a “História” (entendida como oficial) no que concerne à sua condição discursiva. Não é absurdo considerar que o cineasta, portanto, ao realizar um filme de gênero histórico, assume a posição de historiador, ainda que não carregue consigo o rigor metodológico do trabalho historiográfico.

O grande público, hoje em dia, tem mais acesso ao que chamamos de “História” por meio das *mídias visuais* do que pela via da leitura e do ensino nas escolas secundárias,

por exemplo. Essa é uma verdade incontestável no mundo contemporâneo. A imagem domina as esferas do cotidiano urbano, individual ou mesmo em grupos. Esse fato, em grande medida, se deve à existência e à popularização dos “filmes históricos”.

No entanto, tais filmes encontram uma grande reação negativa por parte do público “culto” — incluindo uma boa parcela dos historiadores —, que enxerga nessas produções apenas um meio de vulgarização desta História, o que não constitui, em sua totalidade, uma crítica verdadeira. É possível se posicionar contra essa postura sem nenhum temor, pois o historiador não deve menosprezar e muito menos ficar à margem desse processo de difusão do saber histórico por intermédio do cinema, visto que, no entender do autor deste trabalho, atualmente, também a televisão e as diversas mídias podem ser aproveitadas em seu enorme potencial (que pode ser documental ou didático), se aplicado ao ensino da História, a fim de contribuir para o desenvolvimento de uma leitura cinematográfica da história, por exemplo, por um viés eficiente e formador de conhecimento científico e de consciência histórica.

Mônica Almeida Kornis (1992) sustentou que somente a análise do documento respeitado enquanto fonte primária permite que a memória coletiva recupere sua própria história, propiciando ao historiador usá-lo cientificamente, ou seja, com pleno conhecimento de causa. Se tomarmos a ideia de que o documento escrito retrata uma história, por conseguinte o filme registraria a realidade. Lembramos que, já no início da década de 1920, surgiram indícios de que alguns historiadores passaram a reconhecer o cinema como fonte de conhecimento histórico.

Segundo Matuszewski (*apud* KORNIS, 1992), o filme era sempre visto como registro da realidade. Não entrando em detalhes, no momento, a respeito do debate da pesquisadora, a discussão propriamente metodológica em relação ao “cinema-história” passou a existir então mediante o ponto central da natureza da imagem como cinema. Tal relação pode se fortalecer também ao se concordar com o reconhecimento do valor do documentário que prevalece na discussão dos cineastas e teóricos da década de 1960. Kornis (1992), citando Marc Ferro (em seu artigo “O filme, uma contra-análise da sociedade?”), reafirma a expectativa histórica no documentário, visto a dedicação de Ferro visando demonstrar que o filme, ainda que não faça parte do chamado universo mental do historiador, é um documento que serve para analisar as sociedades.

Com os avanços tecnológicos e científicos alcançados desde o fim do milênio, em especial no domínio da comunicação, modificaram-se bastante os tipos de relações sociais empreendidas pela humanidade como um todo. Desta Nova Era, se esboça, com contornos ainda indefinidos, o cientista social enquanto realizador, o qual não pode se distanciar das ideologias da comunicação, sob o risco de ficar inteiramente fora da realidade do processo histórico em curso. Nesse sentido, assiste-se ao surgimento de uma necessidade histórica imperativa para as ciências que estudam o homem e as suas relações: sua modernização por meio da integração com os novos recursos da comunicação e, neste caso em particular, com o cinema.

Isso posto, o presente trabalho procura, por meio de artigos, livros, manifestos e escritos especializados no documentário, abordar o cinema também no contexto histórico geral, entendido pelos olhares que, comprometidos com a realidade, farão parte da elaboração

das análises e questionamentos que conduzem o *tempo* passado e presente. Atualizando as experiências de conteúdo no *tempo*, certamente pode-se resgatar parte da história dos anais da cultura do cinema latino-americano, ou seja, este material presta-se a esclarecer questões sobre o contexto histórico da época, assim como pode oferecer subsídios para projetos futuros. No fundo, também é impossível pensar no nosso passado histórico sem admitir a imagem cinematográfica como parte integral dos diversos pontos de vista bibliográficos, sejam eles anteriores ou contemporâneos.

## 1. O INÍCIO DA UTOPIA

É fato que, tendo como tema central o conteúdo político-social, diversos cineastas buscaram receitas possíveis para a representação da América Latina dentro da pluralidade de referências estéticas. Além dos próprios filmes, houve ainda uma vasta informação escrita capaz de detectar anseios comuns em suas tentativas de definição dos objetivos do NCLA. O esforço por responder à violenta realidade do continente, que se desnudava perante suas lentes, não se deteve quando os realizadores foram pressionados pelos acontecimentos políticos ou pela escassez de recursos. Ao contrário, este cinema (que é chamado num primeiro momento de cinema “político-militante”) se constituiu de um engajamento explícito: uma lógica de mensagem-interlocutor ininterrupta.

Contudo, a expressão “cinema político-social” melhor se encaixa na presente proposta de análise, uma vez que são pesquisadas as obras de denúncias sociais e de tomadas claras de posição — seja do próprio autor ou mesmo pela encomenda — isto é, as intenções puramente didáticas ou ainda de denúncias que, em um determinado aspecto social, passam a ser antipolíticas por excelência.

Pode-se dizer então que a trajetória da busca de um cinema próprio para as Américas Central e do Sul ganhou seu primeiro impulso no *Centro Sperimentale di Cinematografia di Roma*, na Itália, frequentado nos anos de 1950 por jovens como Julio García Espinosa, Tomás Gutiérrez Alea, Fernando Birri e outros cineastas latino-americanos, os quais compartilharam uma formação comum, cujos frutos se notaram *a priori* nas décadas de 1960 e de 1970.

Dentre as referências presentes nessa formação, destacavam-se: o neorealismo italiano, o cinema épico de Sergei Eisenstein e, em boa medida, o neossurrealismo de Luis Buñuel, a *nouvelle vague* francesa e o *free-cinema* inglês. As tendências estéticas presentes na produção europeia, aliadas à busca de afirmação da “latino-americanidade” — em termos políticos e culturais — resultaram numa eclética combinação que integrou a *forma* para a matéria-prima do que viria a ser o NCLA.

Este cinema nasceu como oportunidade de pôr em prática na América Latina uma proposta de trabalho de produção, métodos de realização e de experimentação de conhecimentos com recursos adquiridos por meio das experiências dos diversos autores que retornaram depois da referida estada em Roma, a partir de 1955 (sobretudo Fernando Birri, Tomás Gutiérrez Alea e Paul Leduc). Para o espectador comum, em sua maioria alheio à história do cinema dos anos de 1960 (como também ao cinema da América Latina), surgiram durante

esta década muitos artistas que passaram a tomar uma posição de resistência inovadora e integrativa do significado de realização e coprodução audiovisual. Nas palavras de Canclini (1997):

A partir da década de 1960 e começo de 1970 desenvolve-se na América do Sul uma integração solidária de encontros e discussões sobre as diversas temáticas da cultura e da sociedade que estava se constituindo na política mundial. Surge assim, o primeiro encontro de cineastas latino-americanos que se realizou em Viña del Mar, no Chile (1967), e logo em Medellín, na Colômbia (1968). A partir de então, constituem-se pontos de referência para uma nova forma de enfocar o cinema adotando uma moral social mais de acordo com os tempos, esquecendo o cinema de entretenimento alienante e começando a produzir um cinema de compromisso com a realidade latino-americana. (CANCLINI, 1997, p. 215.)

Aldo Francia, médico e cineasta chileno, foi o responsável por organizar o primeiro encontro e festival de cinema em Viña del Mar, supondo que apenas existiam manifestações dispersas, isto é, casos isolados do cinema social representados, por exemplo, pelos já existentes Cinema Novo Brasileiro, Escola Argentina de Santa Fé e pelo incipiente cinema revolucionário de Cuba. Francia confessa que, na ocasião, “desgraciadamente, ignorábamos quienes eran los cineastas del cine joven y el costo real de un evento de esta envergadura”. Tal encontro acabou por reunir os principais realizadores de filmes de diversos países latino-americanos, dando início ao que logo seria conhecido como Nuevo Cine Latino-Americano.

Se o problema do custo da realização de festivais já se fez superar pela própria iniciativa dos autores (espécie de bandeira de luta, já por si mesma), por seu lado, a produção fílmica também se beneficiou artisticamente por meio das superações tecnológicas pioneiras.

Percebeu-se que, para os autores do NCLA, o “novo” já era entrevisto não por meio de uma câmera ultramoderna, mas, antes de tudo, da própria consciência de vida nova — vida que muda e se transforma a cada momento — e da ética que todo cineasta e indivíduo traz em si. Dentro da contingência da novidade, a ética parece ser a única característica capaz de definir a tão ansiada forma “nova” (*i. e.*, original).

Entendendo que um filme novo nasce apenas de dentro para fora como um todo, o exemplo do que se considera novidade surgiu em meio a manifestações populares na Universidade no Chile, o Cine Nuevo y Experimental; Cine Independente, no México; no “Cine Nuevo”, no Uruguai; com sua Cinemateca de Tercer Mundo, no “Cine Documental” colombiano; no cinema de Margot Benacerraf, na Venezuela. Todos esses autores trabalharam a questão da cultura nacional visando à perspectiva de abertura democrática. Este condicionamento envolveu a questão econômica juntamente com a política, o que fez dos autores (e suas ideias e ações apresentadas também mediante textos) um fenômeno de importância internacional em seu nível de compromisso. A afirmação de Nichols (2005) sobre o documentário *social* se aplica nesta realidade fílmica latino-americana:

Os documentários de representação social proporcionam novas visões de um mundo comum, para que as exploremos e compreendamos. [...] A interpretação é uma questão de compreender como a forma ou organização do filme transmite significados e valores. (NICHOLS, 2005, p. 27.)



Dentro dessa nova dimensão, na qual o *Cinema Documentário* ganhou outra nomenclatura (e horizontes) — *Cinema Verdade*, *Cinema Direto* —, a montagem acabou também por se modificar. Esta se tornou mais fluída ao privilegiar o tempo do nascimento de pensamentos e ações; tornou-se menos expressiva e mais interna, ao respeitar a conjugação das movimentações de câmera diante de improvisos e imprevistos — sem, contudo, perder a noção de síntese, objetividade, ritmo, experimentação e criação artística.

Neste processo, estabeleceram-se as similaridades e as correspondências, no parentesco existente do formato e dos manifestos do “Cinema Urgente” de Santiago Alvarez (Cuba), “Fotos-documentários” de Fernando Birri (Argentina), o “Cinema Popular” de Nelson Pereira dos Santos (Brasil), “Cinema Novo” de Glauber Rocha, “Tercer Cine” de Fernando Solanas ou “Cine Imperfecto” de Julio Garcia Espinoza (Cuba). A cultura da imagem tornou-se a ferramenta por intermédio da qual artistas e escritores manifestaram suas ideias e falaram para o povo, propondo conteúdos reais e criando por meio da denúncia.

Não por acaso, surgiu igualmente uma literatura — em forma de manifestos, artigos, etc. — para representar os conteúdos filmados em palavras. Como apontou Avellar (1990), as metas de buscar a criação de uma própria linguagem, que fosse libertadora e estimulasse a reflexão e a crítica, que visassem atingir ao grande público e estimular a ideia de uma América Latina como sendo uma Grande Pátria são comumente encontradas em obras como os artigos *Teoria e Prática do Cinema Latino-Americano* (Glauber Rocha) e *Hacia un Tercer Cine* (Fernando Solanas).

Os manifestos como “A estética da fome” (Brasil), “O cinema de liberação” (Argentina), “O cinema junto ao povo” (Bolívia), “O cinema imperfeito” (Cuba) e “O novo cinema político” (Chile), ao final, se relacionaram diretamente como filmar e documentar, fazendo parte de grandes conotações de ativismo político enquanto atitudes semelhantes e coincidentes nos países da América do Sul.

Conhecer os diretores, correntes, movimentos, experiências que marcaram as décadas de 1960 e de 1970, é refletir sobre as diversas faces do novo cinema latino-americano, plural e diverso em suas escolhas políticas e artísticas, e perceber que isso traz uma nova tentativa de continuar construindo pontes de grandes dimensões geográficas e temporais, que continuaram contribuindo para a formação de milhares de novos olhares, ainda colonizados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVELLAR, José Carlos. A arte do inconsciente. In: *Nossa América*, São Paulo, p. 76-84, jul./ago. 1990.
- CANCLINI, Nestor G. *Consumidores e cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- KORNIS, Almeida Mônica. História e cinema: um debate metodológico. In: *Estúdios Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- LITTIN, Miguel. O cinema latino-americano e seu público. In: *Nossa América*, São Paulo, p. 85-87, jul./ago. 1990.

NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. São Paulo: Papirus, 2005.

RODRIGUES, Livia Fusco. *O envelhecimento precoce do novo cinema latino-Americano*. Trabalho de Conclusão de Curso Pós-Graduação em Crítica de Cinema São Paulo. Fundação Armando Álvares Penteado — FAAP. São Paulo, 2009.

VILLAÇA, Mariana Martins. *Os acontecimentos de 1968 e seu impacto na produção e circulação do novo cine latino-americano*. Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC, 2008.

## Projetos *Tuning* e *Tuning* América Latina: Afinando os Currículos às Competências

Maria Idati Eiró<sup>(\*)</sup>  
Afrânio Mendes Catani<sup>(\*\*)</sup>

**Resumo:** A convergência do ensino superior na União Europeia, por meio do acordo de Bolonha, é uma realidade. Neste acordo, está prevista uma reforma curricular universitária que se propõe a alinhar a formação ao mercado laboral. A forma como os países encontraram para redefinir seus currículos foi a união em torno do projeto *Tuning*. O objetivo do presente artigo é apresentar e discutir o projeto *Tuning* e seu correspondente latino-americano, sendo a principal conclusão que os Projetos *Tuning*, tanto na União Europeia quanto na América Latina, servem aos propósitos dos setores produtivos, encontrando respaldo nas estruturas capitalistas dos blocos econômicos em que estão inseridos.

**Palavras-chave:** Projeto *Tuning*, Projeto *Tuning* América Latina, Acordo de Bolonha, Ensino Superior

Abstract:

The convergence of higher education through the Bologna process, is a reality. The Bologna agreement states an academic curriculum oriented towards the market. Their curricula is redefined around the *Tuning* project. The aim of this article is to present and discuss the *Tuning* project and its corresponding in Latin America. The main conclusion is that they serve to the purposes of the productive sectors, finding support in the capitalist structures of the economic blocs in which they exists.

**Key-words:** *Tuning* Project, *Tuning Latin America* Project, Bologna agreement, Higher Education.

---

(\*) Doutora em Integração da América Latina/USP — Brasil. E-mail: <idati@usp.br>.

(\*\*) Professor Titular na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Professor no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM)-USP — Brasil. E-mail: <amcatani@usp.br>. Recebido em 4.3.2011 e aceito em 20.6.2011.

## INTRODUÇÃO

O Tratado de Bolonha, caracterizado como um acordo firmado por diversos países europeus em 1999 na cidade de Bolonha, Itália, para convergência dos sistemas de ensino superior do continente, tem como mola propulsora o aumento da competitividade econômica europeia no cenário mundial.

Neste contexto, os processos de produção aliam-se à formação profissional, sendo que a convergência tem seu foco, entre outras, na formação de mão de obra qualificada para as diversas frentes de trabalho existentes. Com o objetivo de elevar a competitividade educacional internacional, o conhecimento privilegiado é o conhecimento instrumental.

A formação universitária estrutura-se voltada para a busca dos resultados por meio da competitividade, em resposta aos anseios da lógica empresarial, do mercado e de seus clientes. Como explicam Catani e Oliveira (2002):

A lógica e as ações que presidem a desorganização da educação superior ocorrem na direção de tornar o trabalho acadêmico mais produtivo do ponto de vista dos interesses prevaletentes no mercado. Esta racionalidade econômica revela que a universidade e o trabalho acadêmico só possuem relevância econômica e social quando formam profissionais aptos às necessidades atuais do mercado de trabalho e quando pesquisam, geram ou potencializam os conhecimentos, as técnicas e os instrumentos de produção e serviços que possibilitam a ampliação do capital. (CATANI; OLIVEIRA, 2002, p. 24.)

LIMA (1997) complementa essa ideia ao declarar que:

Este modelo gerencial representa por referência básica o atendimento à lógica empresarial e ao mercado competitivo, adotando concepções instrumentais/funcionais de autonomia e de participação. O setor privado, através de dispositivos variados, constitui-se numa fonte de inspiração privilegiada e, nas suas versões mais puras, a fórmula apregoada para sua superação da crise de legitimidade aparece associando-a a uma imagem de moderna estação de serviços, funcionalmente adaptada às exigências do mercado dos seus clientes e consumidores. (LIMA, 1997, p. 38.)

Paralelamente à implantação de Bolonha e inseridas neste contexto, algumas universidades do bloco europeu fixaram pontos comuns de referência para currículos baseados em competências, com a finalidade de padronização e entendimentos comuns. Essas universidades devem trabalhar em conjunto os aspectos que gostariam de ver unificados, sobretudo, no que se refere ao aspecto pedagógico dos cursos universitários. Assim, nasceu o Projeto *Tuning*.

Universidades latino-americanas, por sua vez, apresentaram ao bloco europeu o projeto *Tuning* América Latina, procurando alinhar as propostas e ideais de trabalho com a União Europeia.

### 1. A FORMAÇÃO POR COMPETÊNCIA COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICA PARA O SETOR PRODUTIVO

*Tuning*, característico do novo modelo educacional de Bolonha, propõe-se a elaborar currículos baseados em competências e a determinar pontos de referência para as competências genéricas e específicas de cada disciplina de cada curso universitário.

Philippe Perrenoud define competência como a faculdade do indivíduo de mobilizar um conjunto de recursos (saberes, capacidades cognitivas, capacidades físicas, informações etc.) para solucionar de forma eficaz uma determinada situação (PERRENOUD, 2000). Para ele, competência compreende atributos de diferentes naturezas:

1. Atributo de conhecimento (saber saber) — trata-se do âmbito cognitivo do desempenho, ou seja, o saber prático e teórico;
2. Atributo de habilidade (saber fazer) — trata-se do âmbito operativo do desempenho, ou seja, saber fazer com eficiência;
3. Atributo de atitude (saber ser, querer fazer) — trata-se do âmbito afetivo e moral do desempenho, inclui traços de personalidade, caráter, valores e crenças, projetando profissionalmente, como envolvimento, comprometimento, ética, responsabilidade, disponibilidade e flexibilidade para a abertura a novas visões, empatia, cooperação e solidariedade.

Perrenoud (2000) caracteriza competência como a capacidade de transferir o que foi aprendido, de ter autonomia na aprendizagem e na resolução de problemas. Para o autor, o enfoque por competência é uma maneira de retomar uma problemática antiga, a de “transferência de conhecimentos”, e de empregá-la em uma prática requerida.

A mobilização exerce-se em situações complexas, que obrigam a estabelecer o problema antes de resolvê-lo, a determinar os conhecimentos pertinentes, a reorganizá-los em função da situação, a extrapolar ou preencher as lacunas. Entre conhecer a noção de juros e compreender a evolução da taxa hipotecária, há uma grande diferença. Os exercícios escolares clássicos permitem a consolidação da noção e dos algoritmos de cálculo. Eles não trabalham a transferência. Para ir nesse sentido, seria necessário colocar-se em situações complexas como obrigações, hipotecas, empréstimo, *leasing*. Não adianta colocar essas palavras nos dados de um problema de matemática para que essas noções sejam compreendidas, ainda menos para que a mobilização dos conhecimentos seja exercida. Entre saber o que é um vírus e proteger-se conscientemente das doenças virais, a diferença não é menor. Do mesmo modo que entre conhecer as leis da física e construir uma barca, fazer um modelo reduzido voar, isolar uma casa ou instalar corretamente um interruptor. (PERRENOUD, 1999, p. 16.)

Marchesi (2007) define competência como a capacidade de desenvolver-se em um determinado âmbito e de utilização dos conhecimentos necessários, com eficácia, nas atividades e tarefas a ele relacionadas. Ter competência para exercer uma ação ou executar uma tarefa é ter êxito na sua execução, de forma demonstrada e efetivada. Desta forma, a competência necessária deve ser demonstrada em ações.

Trabalhar com o conceito de competência necessariamente envolve a transferência e a mobilização de capacidades e conhecimentos em situações reais (Le Boterf, 2003). Para Rué (2009), “competência é a forma como uma pessoa expressa o conjunto do próprio conhecimento em uma situação concreta” (RUÉ, 2009, p. 25).

No projeto denominado *Definição e Seleção de Competências* (DeSeCo — *Definition and Selection of Competencies*), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico — OCDE (*Organisation for Economic Co-Operation and Development* — OECD, 2002), encarregado de definir e selecionar as competências consideradas essenciais para a vida das pessoas e ao bom funcionamento da sociedade, o termo competência é definido como a capacidade de responder às demandas complexas e levar a cabo tarefas diversas de forma adequada. Supõe uma combinação de habilidades práticas, conhecimentos, motivação, valores éticos, atitudes e outros componentes sociais e de comportamento que, conjuntamente, devem lograr uma ação eficaz. Disponível em: <<http://www.deseco.admin.ch/bfs/deseeco/en/index/02.html>>. A OCDE prevê uma definição de competência derivada da experiência cotidiana de cada indivíduo e ambiente de trabalho.

Muito embora Rué (2009) demonstre que o conceito está cercado de mal-entendidos e ainda encontra-se em construção, para muitos autores, competência relaciona-se tão somente ao sucesso profissional. O autor caracteriza o termo habilidade, “entendido instrumentalmente com relação ao posto de trabalho” (RUÉ, 2009, p. 29), proveniente de uma relação do homem com a máquina, e sua ampliação no novo contexto social da competência. Segundo Rué (2009), a associação do termo — e a conseqüente reserva a ele — aconteceu porque o conceito de competência no contexto educacional foi mediado por assessores de organismos internacionais (como a OCDE), e por autoridades políticas e administrativas, o que “o tornou suspeito” (RUÉ, 2009, p. 17).

Para Frigotto (2007), o desenvolvimento dos conceitos de competência e empregabilidade significa que “não há lugar para todos e o direito social e coletivo reduzem-se ao direito individual” (FRIGOTTO, 2007, p. 1.138). A valorização do conhecimento se dá também como parâmetro de ascendência ao poder.

Ramos (2002), por sua vez, discute que as transformações atuais no capitalismo produzem um deslocamento conceitual de qualificação para o de competência, sendo que esta última ganha gradativamente relevância frente à noção de qualificação. Enquanto a noção de qualificação surge no modelo fordista de produção, a noção de competência advém da sua crise, isto é, da renovação do modelo capitalista produtivo. Isto significa que a noção de competência pode ser vista como uma atualização do conceito de qualificação.

Ferretti (1999) também acredita na atualização dos termos, colocando o conceito como uma forma de o capital se reorganizar para obter uma valorização mais rápida. Frigotto (1989) escreve que a qualificação, diferentemente das competências, pressupõe uma ausência de regulações sociais. Aplicadas ao mundo do trabalho, as regulações sociais visam reconhecer o trabalhador como membro de um coletivo e não apenas um indivíduo com um contrato de trabalho (CASTEL, 1998).

Para Amaro (2008), a noção de competência em empresas, nas atividades gerenciais, tende a individualizar as relações e enfraquecer a dimensão de qualificação. As qualificações dos trabalhadores são questionadas e o mercado passa a exigir profissionais com maior iniciativa e que assumam mais responsabilidades. O termo competência aparece, portanto, para expressar as novas características requeridas do trabalhador: iniciativa, flexibilidade, cooperação, autonomia.

Quanto ao âmbito profissional, as competências podem se estabelecer em três níveis: competências básicas, genéricas e específicas. A competência básica mostra a capacidade

de colocar em prática de forma integrada, conhecimentos, habilidades, atitudes para encontrar situações e resolver problemas. Básica, porque deve estar ao alcance de todos os sujeitos implicados, ou seja, ao alcance de todos os alunos, independente das condições sociais, sexo ou qualquer outra característica, muito embora Rué (2009), por exemplo, entenda o termo básico como muito restritivo, com alusão à alfabetização, preferindo o termo *competência-chave* para as que aqui denominamos competências básicas. De toda forma, trata-se de capacidade mais do que de conteúdo e deve permitir que os indivíduos atuem de maneira responsável na realidade da vida cotidiana.

Nesta abordagem, para se definir uma competência como básica, é necessário que:

- contribua com a obtenção de resultados de alto valor pessoal e social;
- seja aplicável a uma ampla gama de contextos relevantes;
- seja benéfica para toda a população.

As competências genéricas são uma combinação de atributos que se referem a uma formação completa do conhecimento — o desenvolvimento de habilidades práticas e habilidades instrumentais e cognitivas para competir no mundo globalizado (DELORS, 1996).

As competências específicas dizem respeito a uma dada situação, usualmente vinculadas a uma prática profissional especializada, e se referem a habilidades próprias de cada perfil profissional e de suas especializações.

As competências profissionais são fruto de uma base estável. Esta base, se bem formada, possibilita que a competência profissional ou específica se desenvolva com mais facilidade. Todavia, se não existe uma base, ou se ela está pouco desenvolvida, será quase impossível chegar-se a uma meta, mesmo com o grande envolvimento de todos os participantes. Pode acontecer, por exemplo, de o aluno obter as notas necessárias para a sua aprovação nos exames e que seja oficialmente considerado qualificado para uma função. Se não tiver as bases necessárias, ele não será o funcionário competente que a empresa deseja, pelas competências básicas que lhe faltam. O que importa é “que as competências profissionais estejam completas e possam ser verificadas” (FRAILE e VERA, 2008, p. 10).

O exercício da competência passa por operações mentais complexas (esquemas de pensamento), que permitem determinar e realizar uma ação; as competências profissionais constroem-se em situações de trabalho — portanto, em situações práticas. Pode-se, por exemplo, conhecer técnicas ou regras de gestão contábil e não saber aplicá-las no momento oportuno, especialmente se as competências básicas não forem suficientemente sólidas. Ou seja, as competências são elas mesmas saberes ou atitudes e devem ser demonstradas por meio de situações práticas.

O sucesso de uma organização depende do desempenho humano, razão pela qual se desenvolve e se organiza numa forma de atuação sobre o comportamento, que se convencionou chamar de modelo de gestão de pessoas. Assim, gestão de pessoas é a maneira pela qual a empresa se organiza para gerenciar e orientar o comportamento humano no trabalho, definindo princípios, estratégias, políticas e práticas ou processos de gestão. Por meio desses mecanismos, implementa diretrizes e orienta os estilos de atuação dos gestores em sua relação com aqueles que nela trabalham (Dutra, 2001).

Picarelli Filho (1997) atribui vários fatores ao crescente interesse pelo tema “competência”:

- a) O crescimento do setor de serviços na economia e a conseqüente forte demanda por profissionais mais qualificados.
- b) A ascensão das empresas de alta tecnologia e de serviços especializados.
- c) A reestruturação de empresas, com a reorganização de estruturas hierárquicas rígidas e a implementação de sistemas mais flexíveis.

A ação profissional supõe que o indivíduo deva esmerar-se na construção das suas competências, identificando e construindo seus recursos cognitivos, treinando sua mobilização em situações de exigências profissionais e sendo possuidor de uma postura reflexiva e profissionalizante que o impulsiona a tornar-se condutor de sua formação

Para Rué (2009), as competências são de natureza complexa e englobam habilidades, conhecimentos e atitudes dos indivíduos, sem serem reduzidas a uma ou outra dessas características. É importante ressaltar também que competências não devem ser confundidas com aptidão ou inteligência, uma vez que podem ser desenvolvidas e construídas nos indivíduos.

Fleury e Fleury (2000) e Dutra (2001) desenvolveram uma proposta conceitual com a abordagem mais comportamental para a noção de competência nas organizações, em que os resultados estão atrelados ao desenvolvimento profissional e pessoal dos indivíduos. Para Dutra (2001), a competência está vinculada à capacidade de entrega do indivíduo, realizada a partir da aplicação do estoque de repertórios individuais e organizacionais.

O êxito das ações profissionais pode ser verificado por meio de:

- competências instrumentais: caracterizam-se como uma habilidade de comunicação, envolvendo a capacidade de expressar ideias de forma lógica e com clareza verbal. Supõem o uso de uma linguagem precisa, específica e concreta;
- competências transversais: é o desenvolvimento de processos que contribuam para que os indivíduos sejam progressivamente mais ativos, autônomos e colaborativos, considerando o meio social em que vivem. A transversalidade prevê que os conhecimentos sejam oriundos de várias esferas do saber, caracterizando-se inclusive, por atitudes de constante busca pelo aprimoramento e desenvolvimento intelectual<sup>(1)</sup>.

Essas competências podem ser desenvolvidas e aprimoradas. Isto significa que devem fazer parte dos currículos escolares, desde o ensino básico, culminando com as tarefas propostas às esferas profissionalizantes, em programas de ensino técnico.

Idealiza-se individualmente o desenvolvimento da carreira profissional para se atingir os objetivos organizacionais. Dessa forma, em uma esfera profissional, o desejo mercadológico fica incorporado ao desejo do indivíduo. Não se trata, portanto, de fazer sem consciência, mas sim, de fazer de forma a se auferir lucros, de se manter um nível de empregabilidade

(1) Disponível em: <<http://www.uva.es/>> Acesso em: 21 set. 2009, em: 13 ago. 2009.



e de se aprender conforme os interesses mercadológicos atuais. A ideia de competência ganha força, portanto, na capacidade de transformar tecnologia em produto com capacidade de consumo (Machado, 2009). E é aprimorada por meio de sua inserção nas estruturas curriculares dos cursos que formam para o mercado de trabalho. Esta inserção acontece por meio dos Projetos *Tuning*.

## 2. PROJETO *TUNING*

O Projeto *Tuning* teve início no ano de 2000 com o objetivo de formatar as estruturas educacionais superiores europeias propostas por Bolonha. Trata-se de um projeto que deve ser realizado e idealizado no interior das universidades e nelas testados, para posterior ampliação do conceito da convergência do ensino. *Tuning*, em termos musicais, significa afinar, ou seja, busca-se alinhar os ideários de Bolonha às propostas educacionais existentes nas universidades.

Em 2003, em Berlim, reiterou-se a necessidade de implementar ações com vistas a se “afinar” o Espaço Europeu do Ensino Superior ao Espaço Europeu de Investigação. Os ministros ali reunidos firmaram o compromisso de estabelecer até 2005 medidas relativas ao desenvolvimento de um Marco Europeu de Qualificações (EFQ), cuja linguagem é base para o Projeto *Tuning*.

O desenvolvimento do EFQ se baseia, essencialmente, em resultados do trabalho da Iniciativa Conjunta de Qualidade (JQI) e do Projeto *Tuning* (González; Wagenaar e Beneitone, 2004).

No âmbito universitário, *Tuning* permite o avanço da reforma curricular, acompanhado da possibilidade de se instaurar estruturas formativas baseadas em competências (Pena-Vega, 2009). A ideia principal está na reestruturação e revitalização dos currículos, principalmente no que se refere à qualidade das formações, tornando o aluno parte integrante e ativa do aprendizado.

Os países e universidades que integram os Projetos *Tuning* Europeu e *Tuning* América Latina podem ser conhecidos nos Anexos 1 e 2.

*Tuning* é um projeto iniciado por instituições de ensino superior da Europa e expandido para outras regiões, inclusive para a América Latina, que desenvolve pontos comuns de referência para currículos baseados em competências, subdivididos em diferentes áreas.

As competências descrevem os resultados da aprendizagem, aplicando-se tanto às competências específicas como às competências genéricas. Os resultados da aprendizagem especificam os requerimentos mínimos para se obter os créditos de Bolonha. Desta forma, a Pedagogia por Competências, nos Projetos *Tuning*, passa a ser uma referência para a elaboração e avaliação dos planos de estudo. Ela permite flexibilidade e autonomia na elaboração desses planos, mas, ao mesmo tempo, introduz parâmetros comuns de equivalência e de objetivos de cada plano (detalhes em: <<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Objectivos/Descritores+Dublin/>>).

Para Pallisera, Fullana, Planas e Valle (2010), este é um momento europeu de grandes possibilidades, inclusive pela maior flexibilidade na formulação das competências profissionais, na organização dos conteúdos e na reorientação das metodologias educativas sem o condicionamento a uma estrutura disciplinar rígida.

Vejamos um dos princípios constantes do *Diario Oficial de la Unión Europea* relativa a “*la creación del Marco Europeo de Cualificaciones para el aprendizaje permanente*”:

El desarrollo y el reconocimiento de los conocimientos, las destrezas y la competencia de los ciudadanos son esenciales para el desarrollo individual, la competitividad, el empleo, y la cohesión social de la Comunidad. Este desarrollo y reconocimiento deben facilitar la movilidad transnacional de los trabajadores y las personas en proceso de aprendizaje y contribuir a cubrir las necesidades de oferta y demanda en el mercado europeo de trabajo. Por consiguiente, conviene promover y mejorar el acceso de todos, incluidas las personas desfavorecidas, al aprendizaje permanente y la participación en el mismo, así como el reconocimiento y el uso de las cualificaciones a nivel nacional y comunitario. (*Diario Oficial de la Unión Europea*, 23 abr. 2008.)

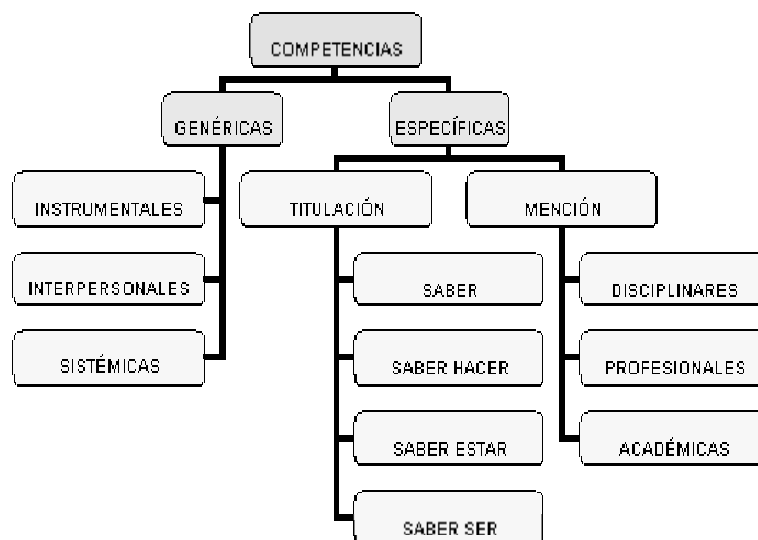
O Projeto *Tuning* é delineado em quatro grandes linhas:

- Linha 1: definição das competências acadêmicas genéricas para todas as graduações;
- Linha 2: definição das competências específicas para cada graduação (conhecimentos e destrezas);
- Linha 3: utilização do sistema europeu de créditos (ECTS) como estratégia de acumulação e transferência;
- Linha 4: definição dos métodos de ensino, aprendizagem e avaliação.

Desta forma, buscam-se pontos de convergência para o reconhecimento das titulações e a fixação de pontos de referência para uma fala e entendimentos comuns (Beneitone; Esquetini; González; Maletá; Siufi e Wagenaar, 2007). Em teoria, não se pretende restringir a autonomia do mundo acadêmico e dos especialistas de cada disciplina e, menos ainda, das autoridades acadêmicas locais e nacionais (ver: <[http://ec.europa.eu/education/policies/educ/Tuning/Tuning\\_es.html](http://ec.europa.eu/education/policies/educ/Tuning/Tuning_es.html)>), mas apenas ser referência.

Neste projeto, os diferentes tipos de competências representam uma combinação de atributos — que dizem respeito ao conhecimento e sua aplicação e às atitudes e responsabilidades — e descrevem os resultados de aprendizagem de um determinado programa de estudos. O objetivo é observar como os alunos serão capazes de se desenvolver ao término do processo educacional. Observemos a classificação das competências no Esquema *Tuning*.

FIGURA 1 — ESQUEMA *TUNING*: TIPOS DE COMPETÊNCIAS DO PROJETO *TUNING*



Fonte: <<http://www.uva.es/>> Acesso em: 21.set. 2009.

As competências genéricas são as que possuem elementos comuns a todas, ou pelo menos, à maioria das titulações e são essenciais aos indivíduos, independente da titulação escolhida. São atributos como capacidade de aprender, de tomar decisões, de elaborar projetos, destrezas administrativas. O projeto *Tuning* detalha de maneira mais específica as competências:

- **Competências Instrumentais:** habilidades de desempenho relacionadas com as capacidades cognitivas, metodológicas, tecnológicas;
- **Competências Interpessoais:** habilidades de desempenho relacionadas com a capacidade de um bom relacionamento social e cooperação;
- **Competências Sistêmicas:** habilidades de desempenho relacionadas à visão de conjunto e à capacidade de gerir um projeto na sua totalidade;
- **Competências Específicas:** habilidades vinculadas a uma titulação, o que requer identidade e consistência social e profissional ao perfil formativo.

A proposta é determinar pontos de referência para as competências genéricas e específicas de cada disciplina do ciclo universitário, graduação e mestrado, nas áreas: administração, educação, geologia, história, matemática, física e química. Outras áreas já estão sendo contempladas. Como as competências definidas descrevem os resultados desejados ao longo da aprendizagem, *Tuning* caracteriza-se, então, como uma mediação pedagógica focalizada nos resultados de aprendizagem e nos desempenhos de tarefas.

Como as competências propostas são tanto as específicas quanto as genéricas, elas são pontos de referência para a elaboração dos planos de estudos e, portanto, não podem ser rígidas. Mais de 100 instituições representativas dos países da União Europeia participaram da primeira fase do projeto (2000-2002), coordenado pelas universidades de Deusto

(Espanha) e Groningen (Países Baixos). Nessa primeira fase, foi dada especial ênfase às definições das ações:

1. competências genéricas;
2. competências disciplinares específicas;
3. o papel dos sistemas de créditos (sistema ECTS).

Na segunda fase (2003-2004), especial atenção foi dada aos “enfoques da aprendizagem, didáticos e da avaliação e na função da promoção da qualidade no processo educacional” (<[http://www.unideusto.org/tuningeu/images/stories/Publications/Tuning\\_A\\_Latina\\_Portu\\_1.pdf](http://www.unideusto.org/tuningeu/images/stories/Publications/Tuning_A_Latina_Portu_1.pdf)>, p. 329).

Na primeira fase, o *Tuning* europeu realizou um estudo envolvendo professores, profissionais e empregadores de cada uma das áreas de conhecimento. Foram 135 Universidades participantes. Os resultados deste estudo mostram, para os professores de todas as áreas, que a competência mais importante é a capacidade de análise e síntese ou a capacidade de aprender e a capacidade de resolver problemas. Entre os profissionais e empregadores, cujas opiniões se colocaram mais próximas entre si e mais distantes do que pensam os professores, dentre as competências genéricas, ambos destacaram a capacidade de aplicar os conhecimentos adquiridos (González; Wagenaar e Beneitone, 2004). Isto demonstra uma expectativa por parte dos empregadores em obterem egressos com conhecimentos práticos para aplicação específica em suas carreiras profissionais.

### **3. TUNING AMÉRICA LATINA: A APROXIMAÇÃO LATINO-AMERICANA À POLÍTICA EDUCACIONAL EUROPEIA**

Para determinar las implicancias del Proceso de Bolonia en la definición de las políticas públicas resulta vital considerar el Proyecto *Tuning* implementado en las universidades chilenas desde el año 2005. (ARGÜELLES, 2009, p. 252.)

Representantes da América Latina elaboraram um projeto similar ao *Tuning* Europa e o apresentaram à Comissão Europeia no final do mês de Outubro de 2003, com os mesmos pontos de referência, compreensão e confluência (González; Wagenaar e Beneitone, 2004) no ensino superior, de forma transnacional e transregional.

*Tuning* América Latina é financiado pela União Europeia com a proposta de realizar estudos comparativos das habilidades dos currículos de diversas áreas (Nobre, 2009).

O projeto que começou com 62 universidades, conta hoje com 190 instituições de 19 países da América Latina (NOBRE, 2009). As universidades participantes foram selecionadas pelos Ministérios de Educação, Conselhos de Educação Superior e/ou Conferências de Reitores de cada um dos países latino-americanos.

Em março de 2005, houve a realização de duas Reuniões na Argentina (Buenos Aires) e outra em agosto, no Brasil (Belo Horizonte). Em fevereiro de 2006, com um maior número de universidades participantes e a inclusão de novas áreas de conhecimento, ocorreu a primeira Reunião Geral do *Tuning* América Latina, na cidade de San José, Costa Rica.

Com isso, teve início uma nova fase do Projeto, cujos esforços se dirigiram ao estudo das Competências Específicas (González e Wagenaar, 2006).

A necessidade de se confrontar com diferentes crenças e culturas é um percurso imprescindível para assegurar uma formação completa e competitiva em nível educacional internacional. Dentre os princípios básicos observados no projeto *Tuning* América Latina, é essencial a preservação das identidades culturais regionais, a proteção das diversidades de cada país e a autonomia das universidades.

A proposta *Tuning* para América Latina é uma ideia intercontinental, com os seguintes objetivos, conforme assinalado em seu site: <<http://Tuning.unideusto.org/Tuningal/index.php?option=content&task=view&id=171&Itemid=199>>. **Negritos nossos:**

- Contribuir para o desenvolvimento de **titulações facilmente comparáveis e compreensíveis** de forma articulada em toda América Latina;
- Impulsionar, em escala latino-americana, **um importante nível de convergência** da educação superior em quatro áreas temáticas (Administração de Empresas, Ciências da Educação, História e Matemáticas) por meio das definições aceitas em comum, produto de resultados profissionais e de aprendizado;
- Desenvolver perfis profissionais em termos de **competências genéricas e relativas a cada área de estudos** incluindo destrezas, conhecimentos e conteúdo nas quatro áreas temáticas que são incluídas no projeto;
- Facilitar a **transparência nas estruturas educativas** e impulsionar a inovação através da comunicação de experiências e da identificação de boas práticas;
- Criar **redes** capazes de apresentar exemplos de práticas eficazes, estimular a inovação e a qualidade por meio da reflexão e do intercâmbio recíproco;
- Desenvolver e intercambiar informação relativa ao **desenvolvimento dos currículos** nas áreas selecionadas e criar uma estrutura curricular modelo expressa por pontos de referência para cada área, promovendo o reconhecimento e a integração latino-americana de titulações;
- Criar **pontes entre as universidades** e outras entidades apropriadas e qualificadas para produzir convergência nas áreas das disciplinas selecionadas.

*Tuning* América Latina tem quatro grandes linhas:

1. Competências (genéricas e específicas): a Pedagogia por Competências;
2. Formas de ensino, aprendizagem e avaliação: métodos de ensino e envolvimento em diferentes contextos de aprendizagem, tendo o aluno — e seu interesse pelo estudo — como protagonista principal deste processo;
3. Créditos acadêmicos: é a medida de aprendizagem e de equiparação das disciplinas entre os diversos países. Aqui é essencial a boa relação entre as várias universidades, como garantia de mobilidade estudantil e profissional, baseados na correspondência dos conteúdos disciplinares;
4. Qualidade dos programas.

Na página oficial do projeto *Tuning* América Latina <<http://Tuning.unideusto.org/Tuningal/>>, são apontadas as competências genéricas e as específicas para cada curso.

Conforme o *Tuning* América Latina, as Competências Genéricas da América Latina foram assim definidas (disponíveis em: <<http://Tuning.unideusto.org/Tuningal/index.php?option=content&task=view&id=217&Itemid=246>>): (a) Capacidade de abstração, análise e síntese; (b) Capacidade de aplicar os conhecimentos na prática; (c) Capacidade para organizar e administrar o tempo; (d) Conhecimentos sobre a área de estudo e sobre a profissão; (e) Responsabilidade social e compromisso com a cidadania; (f) Capacidade de comunicação oral e escrita; (g) Capacidade de comunicação em um segundo idioma; (h) Habilidades no uso das tecnologias da informação e comunicação; (i) Capacidade de investigação; (j) Capacidade de aprender e atualizar-se permanentemente; (k) Habilidades para buscar, processar e analisar informações procedentes de fontes diversas; (l) Capacidade crítica e autocrítica; (m) Capacidade para atuar em novas situações; (n) Capacidade criativa; (o) Capacidade para identificar e resolver problemas; (p) Capacidade para tomar decisões; (q) Capacidade de trabalho em equipe; (r) Habilidades interpessoais; (s) Capacidade de motivar e conduzir em direção a metas comuns; (t) Compromisso com a preservação do meio ambiente; (u) Compromisso com seu meio sociocultural; (v) Valoração e respeito pela diversidade e multiculturalidade; (w) Habilidade para trabalhar em contextos internacionais; (x) Habilidade para trabalhar de forma autônoma; (y) Capacidade para formular e gerir projetos; (z) Compromisso ético; (aa) Compromisso com a qualidade.

No sítio do *Tuning* América Latina, é possível observar as competências genéricas e as específicas fixadas para cada profissão.

Krawczyk (2008) acredita que há uma tentativa de integração universitária latino-americana e que ela segue os moldes da União Europeia, isto é, “de cima para baixo” (KRAWCZYK, 2008, p. 44). Pena-Vega (2009) explicita que, ao menos no México, onde o processo foi implementado de maneira hierárquica e sem discussão entre os principais envolvidos, os avanços acontecem de maneira lenta; ao contrário, nas universidades que promoveram debates e grupos de discussão, os processos encontram-se avançados e com o apoio da maioria dos setores.

No México, os esforços para se incorporar ao Processo de Bolonha se transformaram em um mecanismo duplo: de um lado a elitização das instituições educativas (as instituições de excelência, globalizadas) e, de outro, a massificação sem qualidade da maioria das Instituições de Ensino Superior, que devem ficar à margem do processo de globalização (PENA-VEGA, 2009). Isto se deve ao fato de muitas universidades oferecerem cursos rápidos, com o objetivo único de colocação do egresso no mercado de trabalho. Alguns alunos, os pertencentes à elite educacional, por outro lado, demonstram existir uma demanda por cursos de formação mais completa ou integral.

Na Venezuela, por influência do projeto *Tuning*, algumas universidades iniciaram suas estruturas curriculares com perfis acadêmico-profissionais baseados em competências (PENA-VEGA, 2009).

O Chile é o país na América Latina que mais incorporou em suas discussões a possibilidade de convergência educacional nos moldes de Bolonha. Existem propostas nacionais

de flexibilização curricular para transferências de créditos, de validação de títulos acadêmicos e uma expressiva atuação no projeto *Tuning* América Latina (Argüelles, 2009). Pey (2007), por meio do sítio oficial do Ministério de Educação do Chile — área Ensino Superior (MECESUP) — apresenta no Quadro 1 a situação do *Tuning* Chile comparado ao *Tuning* Europeu.

**QUADRO 1 — COMPARAÇÃO DO *TUNING* EUROPEU  
COM O *TUNING* CHILENO, SEGUNDO PEY**

<i>Tuning</i> PROCESSO EUROPEU	<i>Tuning</i> PROCESSO CHILENO
Declaração de Bolonha em 1999	Início das reformas curriculares em 1999
Processo <i>top-down</i> (de cima para baixo, sem discussões prévias entre os envolvidos)	Processo <i>bottom-up</i> (processo iniciado a partir das discussões com os envolvidos, a partir das bases)
ECTS (sistema de créditos) em implementação avançada	SCT-CHILE (sistema de créditos chileno) em implementação inicial
Mobilidade massiva	Mobilidade incipiente. Processo que interessa como modelo regional
Reuniões de Ministros de Educação e Comissão Europeia	Conselho de Vice-reitores Acadêmicos
Convergência do processo	Divergência quanto aos objetivos do processo

Fonte: <[www.uctemuco.cl/docencia/seminario/presentaciones/rpey.pdf](http://www.uctemuco.cl/docencia/seminario/presentaciones/rpey.pdf)> Acesso em: 23. nov. 2009.

O *Tuning* latino-americano aqui é denominado chileno, porque o Chile, posicionando-se ativamente perante as transformações educacionais propostas, conduziu o processo na reunião no México em 2007 (Pey, 2007).

No Chile, no que se refere ao processo com envolvimento das bases na sua formulação, os informes demonstram uma ativa participação de alunos, empregadores, docentes e funcionários nas definições das competências específicas desejadas por área de conhecimento (Pey, 2007).

O México apoia politicamente os acordos de Bolonha e participa no projeto *Tuning* América Latina sob a responsabilidade da Subsecretaria de Educação Superior da Secretaria de Educação Pública. Consciente das dificuldades de se formar um espaço comum de educação superior em bloco, o país cria um Consórcio de Universidades Mexicanas (CUMex) com o objetivo de sedimentar um espaço comum mexicano de educação superior, que se orienta desde o início com o objetivo de estabelecer fortes vínculos com o exterior (Pena-Vega, 2009).

Há uma expressa tentativa de envolvimento das bases e de tornar o *Tuning* América Latina um instrumento a favor da equivalência de diplomação e da facilitação da mobilidade estudantil e profissional.

É fundamental ressaltar que não existe um sistema de créditos na América Latina, muito embora a UNESCO tenha propostas curriculares para o continente, o que certamente se caracteriza como um fator de dificuldade para a validação de disciplinas entre as Instituições

de Ensino Superior (IES) e de títulos entre os países do bloco. Aliado a isso, há uma imensa variedade de nomenclatura das disciplinas<sup>(2)</sup> e uma não correspondência de ementas. Este é apenas um exemplo da dificuldade que a América Latina terá quando iniciar suas referências para a equivalência de títulos.

## CONCLUSÕES

O presente trabalho se volta para a laboralidade, pela sua característica como política de formação superior dos blocos econômicos. Os projetos *Tuning* surgem como proposta de colocar em prática a política educacional de Bolonha e seu ideário de formação por competências.

Indivíduos competentes são aqueles que logram êxito nas suas ações. Trabalhar com competências significa que elas, se bem desenvolvidas, permitirão aos indivíduos atingir determinada realização ou desempenho. No âmbito profissional, o bom desenvolvimento de uma base de formação possibilita que a competência profissional ou específica se desenvolva facilmente, com sucesso em suas ações e com uma adequada combinação de habilidades práticas, conhecimentos, motivação, atitudes e valores éticos.

*Tuning* AL foi concebido como um trabalho desenvolvido por IES latino-americanas que busca construir linguagens e mecanismos comuns aos sistemas de ensino superior. Ideologicamente, é um espaço de reflexão de pessoas comprometidas com a educação superior. Ele é coordenado pela Universidade de Deusto, na Espanha, e um dos objetivos é analisar as competências que se relacionam com cada área de formação profissional, o que demonstra a tentativa de aproximação do sistema educacional europeu com o latino-americano.

*Tuning* caracteriza-se como uma mediação pedagógica focalizada nos resultados de aprendizagem e nos desempenhos de tarefas. É uma proposta de ação educacional voltada para o bom desempenho, essencialmente dirigida ao setor produtivo.

Da forma como hoje está colocado, os projetos *Tuning* caracterizam-se como uma proposta de formar prioritariamente para o mercado de trabalho — mais do que para a unificação do bloco latino-americano. Como não existe um sistema de créditos na América Latina, há uma dificuldade para a validação de disciplinas entre as IES e de títulos entre os países do bloco.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARO, Rubens de Araújo. Da qualificação à competência: deslocamento conceitual e individualização do trabalhador. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 9, n. 7, p. 89-111, nov./dez. 2008.
- ARGÜELLES, Patricia. *El proceso de Bolonia en América Latina: caso Chile*. Institut de recherche et débat sur la gouvernance, 2009. In: <<http://www.institut-gouvernance.org/fr/analyse/fiche-analyse-435.html>> Acesso em: 3 fev. 2010.

(2) Conforme apontado pela Fundação Getúlio Vargas, no último Censo do MEC, em pesquisa referente a 71 cursos de pedagogia e 3.513 disciplinas no Brasil.



BENEITONE, Pablo; ESQUETINI, Cesar; GONZÁLEZ, Julia; MALETÁ, Maida; SIUFI, Gabriela; WAGENAAR, Robert. *Reflexões e perspectivas do ensino superior na América Latina*. Relatório Final — Proyecto *Tuning* América Latina 2004-2007. Bilbao: Universidad de Deusto, 2007.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira. *Educação Superior no Brasil — reestruturação e metamorfose das universidades públicas*. Petrópolis: Vozes, 2002.

DELORS, Jacques. La educación encierra un tesoro. In: *Informe a la UNESCO de la Comisión Internacional sobre la educación para el siglo XXI*. Madrid: UNESCO/Santillana, 1996.

DUTRA, Joel Souza (Org.). *Gestão por competências: um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas*. São Paulo: Gente, 2001.

FERRETTI, Celso João. Brasil: educação e formação profissional nos anos recentes: formação sindical em debate. In: *São Paulo: Núcleo Temático Educação do Trabalhador/Escola*. São Paulo, n. 2, 1999.

FLEURY, Afonso Carlos; FLEURY Maria Tereza Leme. *Estratégias empresariais e formação de competências*. São Paulo: Atlas, 2000.

FRAILE, Juan Antonio García; VERA, Carmen Sabán, *Un nuevo modelo de formación para el siglo XXI: la enseñanza basada en competencias*. Barcelona: Editorial Davinci, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, v. 28, n.100, p. 1.129-1.152, out. 2007.

\_\_\_\_\_. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: GOMEZ, Carlos M. (Org.). *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1989. p. 13-25.

GONZÁLEZ, Julia; WAGENAAR, Robert. *Tuning educational structures in Europe*. Informe Final. Projeto piloto, Fase 2, Universidades Deusto e Groningen. Bilbao: Editora da Universidade de Deusto, 2006.

GONZÁLEZ, Julia; WAGENAAR, Robert; BENEITONE, Pablo. *Tuning* América Latina, um projeto de las universidades. *Revista Iberoamericana de Educación*, n. 35, p. 151-164, may/ago. 2004.

KRAWCZYK, Nora Rut. As políticas de internacionalização das universidades no Brasil: o caso da regionalização no Mercosul. *Jornal de Políticas Educacionais*, n. 4, p. 41-52, jul./dez. 2008. Disponível em: <www.nupec.ufpr/JPE/n4\_5.pdf> Acesso em: 25 maio 2010.

LE BOTERF, Guy. *Desenvolvendo a competência dos profissionais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LIMA, Licínio C. O paradigma da educação contábil: perspectivas gerencialistas no ensino superior em Portugal. In: SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JR., João dos Reis (Orgs.). *Políticas públicas para a educação superior*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1997. p. 23-62.

MACHADO, Nilson José. *Educação: competência e qualidade*. São Paulo: Escrituras, 2009.

MARCHESI, Álvaro. *Competencias básicas en educación*. Madrid: Alianza, 2007.

NOBRE, Eloneid Felipe. *Reflexões e perspectivas do ensino de física na América Latina — um relato sobre o projeto alfa Tuning-América Latina*. XVIII Simpósio Nacional de Ensino de Física. Vitória, 2009. In: <<http://www.sbf1.sbfisica.org.br/eventos/snef/xviii/sys/resumos/T0017-1.pdf>> Acesso em: 23 jul. 2010.

PALLISERA, María; FULLAN, Judit; PLANAS, Anna e VALLE, Arantza Del (2010). Los cambios/retos que implica la enseñanza basada en competencias y orientaciones para responder a ellos.

*Revista Iberoamericana de educación*, n. 52(4). In: <<http://www.rieoei.org/deloslectores/3250Diaz.pdf>> Acesso em: 3 mar. 2011.

PENA-VEGA, Alfredo. *O processo de Bolonha no ensino superior da América Latina*. Observatório Internacional de Reformas da Universidade, 2009. Disponível em: <[http://www.gulbenkian.pt/media/files/agenda/eventos\\_2009/Futuro%20de%20Bolonha/TRADUCTION\\_PROCESSO\\_BOLONHA\\_FINAL-4.pdf](http://www.gulbenkian.pt/media/files/agenda/eventos_2009/Futuro%20de%20Bolonha/TRADUCTION_PROCESSO_BOLONHA_FINAL-4.pdf)> Acesso em: 2. dez. 2009.

PERRENOUD, Philippe. Construir competências é virar as costas aos saberes? *Pátio — Revista pedagógica*. Porto Alegre, n. 11, p. 15-19, nov. 1999.

\_\_\_\_\_. *Dez novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PEY, Rosana. *Informativo MECESUP2*, 23 mar. 2007 — 30 mar. 2007, n. 352, Chile, 2007. Disponível em: <[www.uctemuco.cl/docencia/seminario/presentaciones/rpey.pdf](http://www.uctemuco.cl/docencia/seminario/presentaciones/rpey.pdf)> Acesso em: 23 nov. 2009.

PICARELLI FILHO, Vicente. *Remuneração por habilidades e competências: preparando a organização para a era das empresas de conhecimento intensivo*. São Paulo: Atlas, 1997.

RAMOS, Marise Nogueira. A educação profissional pela pedagogia das competências: para além da superfície dos documentos oficiais. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, SP, v. 23, n. 80, p. 405-427, 2002.

RUÉ, Joan. A formação por meio de competências: possibilidades, limites e recursos. In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.). *Educação e competências: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2009. p. 15-76.

## SÍTIOS:

Projeto *Tuning* — Disponível em: <<http://Tuning.unideusto.org/Tuningal/>> Acesso em: 23 maio 2008.

DeSeCo — Definition and Selection of Competencies — OCDE. Disponível em: <<http://www.deseco.admin.ch/bfs/deseco/en/index/02.html>> Acesso em: 24 maio 2010.

Projeto *Tuning* — Pedagogia por competências. Disponível em: <<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Objectivos/Descritores+Dublin/>> Acesso em: 26 maio 2010.

Projeto *Tuning* — Políticas de Educação. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/education/policies/educ/Tuning/Tuning\\_es.html](http://ec.europa.eu/education/policies/educ/Tuning/Tuning_es.html)> Acesso em: 23 dez. 2009.

Projeto *Tuning* — Tipos de competências. Disponível em: <<http://www.uva.es/>> Acesso em: 21 set. 2009.

Projeto *Tuning* — objetivos. Disponível em: <<http://Tuning.unideusto.org/Tuningal/index.php?option=content&task=view&id=171&Itemid=199>> Acesso em: 23 maio 2008.

Projeto *Tuning* — Competências Genéricas da América Latina. Disponível em: <<http://Tuning.unideusto.org/Tuningal/index.php?option=content&task=view&id=217&Itemid=246>> Acesso em: 23 maio 2008.

Projeto *Tuning* Europeu — Países e Universidades participantes. Disponível em: <<http://www.unideusto.org/tuningeu/subject-areas.html>> Acesso em: 31 ago. 2011.

Projeto *Tuning* América Latina — Países e Universidades participantes. Disponível em: <<http://tuning.unideusto.org/tuningal/index.php?option=content&task=view&id=40&Itemid=64>> Acesso em: 31 ago. 2011.

Projeto *Tuning* — Reflexões e perspectivas do ensino superior na América Latina. Disponível em: <[http://www.unideusto.org/tuningeu/images/stories/Publications/Tuning\\_A\\_Latina\\_Portu\\_1.pdf](http://www.unideusto.org/tuningeu/images/stories/Publications/Tuning_A_Latina_Portu_1.pdf)> Acesso em: 31 ago. 2011.

## ANEXO 1 — UNIVERSIDADES PARTICIPANTES DO *TUNING* EUROPEU, POR PAÍS

### Alemanha

Fachhochschule Osnabrück  
Zwickau University of Applied Sciences  
Universität Göttingen  
Aachen University of Applied Sciences  
University of Dortmund  
Universität Heidelberg  
Universität Bochum  
Technische Universität Braunschweig  
Alice Salomon University of Applied Sciences  
Universität Hannover

### Áustria

Universität Innsbruck  
Vienna University of Technology  
Universität Wien  
Paedagogische Akademie des Bundes in Oberoesterreich  
Danube University Krems  
Universität Graz  
TUG Graz University of Technology  
Technische Universität Wien

### Bélgica

UFSIA Universiteit Antwerpen  
University of Liège  
Universiteit Gent  
Université Libre de Bruxelles (ULB)  
Arteveldehogeschool

### Bulgária

University of Rousse  
Plovdiv University

### Croácia

University of Zagreb

### Dinamarca

The Aarhus School of Business  
Aarhus Universitet  
The Danish University of Education  
Universitet Roskilde  
Technical University of Denmark  
The School of Nursing, University College Jutland  
University of Copenhagen

### Eslováquia

University of Economics, Bratislava  
Comenius University

### Eslovênia

University of Ljubljana

### Espanha

Universidad de Salamanca  
Universidad Complutense de Madrid  
Universitat de Barcelona  
University of Deusto  
Universitat de Valencia  
Universidad de Cantabria  
Universidad Autónoma de Madrid  
Universidad de Zaragoza  
Universidad de Granada

### Estônia

University of Tartu

### Finlândia

University of Helsinki  
University of Oulu  
University of Jyväskylä  
University of Turku  
University of Tampere  
Helsingin Yliopisto

<b>França</b>	University of Limerick
Ecole Supérieure de Commerce de Lille	Waterford Institute of Technology
CPE Lyon	Dublin City University
Université de Marne la Vallée	<b>Islândia</b>
Université des Sciences et Technologies de Lille	University of Iceland
Université Paris X Nanterre	Itália
ENS Lettres et Sciences Humaines	Università degli Studi di Pavia
Université Pierre Mendès France	Università di Bologna
Université Paris IX Dauphine	Università degli Studi Roma Tre
Université de Nice Sophia Antipolis	Università degli Studi di Genova
Université Pierre et Marie Curie, Paris VI	Università degli Studi di Roma “La Sapienza”
<b>Grécia</b>	Università degli Studi di Padova
Panepistimion Patron	Università degli Studi di Pisa
Athens University of Economics and Business	ECTS Counsellor
Aristotle University of Thessaloniki	Università di Padova
University of Peleponnese	University of Trieste
University of Crete	<b>Kosovo</b>
<b>Holanda</b>	University of Prishtina
Tilburg University	<b>Latvia</b>
University of Amsterdam	University of Latvia
Vrije Universiteit Amsterdam	<b>Lituânia</b>
Rijksuniversiteit Groningen	Vilnius University
Katholieke Universiteit Nijmegen	<b>Malta</b>
Hanzehogeschool Groningen	University of Malta
University of Nijmegen	<b>Macedônia</b>
<b>Hungria</b>	Sts. Cyril and Methodius University
Eötvös Loránd Tudományegyetem	<b>Noruega</b>
Eötvös Loránd University	Norwegian School of Economics and Business Administration
Semmelweis University	University of Bergen
<b>Irlanda</b>	University of Oslo
Trinity College Dublin	University of Tromsø
University College Cork — National University of Ireland	Agder University College
National University of Ireland, Galway	<b>Polônia</b>
University College Cork	Jagiellonian University
	University of Nicholas Copernicus
	Medical University Lublin

### **Portugal**

Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão

Universidade de Évora

Universidade Aberta

Universidade de Coimbra

Universidade do Porto

Universidade de Aveiro

### **Reino Unido**

Loughborough University

University of Strathclyde

University of Edinburgh

Imperial College of Science, Technology and Medicine

University of Bristol

London Metropolitan University

University of Wales Swansea

University of Westminster

University of Southampton

Imperial College London

University of Bath

### **República Tcheca**

Charles University of Prague

Fonte: <<http://www.unideusto.org/tuningeu/subject-areas.html>> Acesso em 31 ago. 2011.

Mendel University of Agriculture and Forestry Brno

### **Romênia**

Alexandru Ioan Cuza University

University of Bucharest

### **Sérvia e Montenegro**

University of Novi Sad

### **Suécia**

University of Umea

Lund University

Göteborg University

University of Uppsala

Chalmers University of Technology

### **Suíça**

University of Fribourg

University of Lausanne

### **Ucrânia**

Odessa State Economics University

Bogomolets Medical University

National Technical University Kharkiv Polytechnic Institute

## **ANEXO 2 – UNIVERSIDADES PARTICIPANTES DO *TUNING* AMÉRICA LATINA, POR PAÍS**

### **Argentina**

Universidad de Belgrano

Universidad Nacional de Cuyo

Universidad Nacional de La Plata

Universidad de San Andrés

Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires

Universidad de Buenos Aires

Universidad Nacional de Córdoba

### **Bolívia**

Universidad Privada Santa Cruz de la Sierra

Universidad Núr

Universidad Mayor de San Simón

### **Brasil**

Universidade Estadual de Londrina — UEL

Universidade Federal de Pernambuco — UFPE

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Universidade de Brasília

Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo

Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP

Universidade Federal de Minas Gerais —  
UFMG

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Universidade Federal do Ceará

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Universidade Federal de Ouro Preto

Universidade Federal do Pará

Pontifícia Universidade Católica do Rio de  
Janeiro — PUC/RJ

Universidade Federal de Santa Catarina

Universidade Federal de Uberlândia

Universidade de Caxias do Sul — UCS

Universidade Federal da Bahia — UFBA

Universidade Federal de São Paulo

Universidade de São Paulo

#### **Chile**

Universidad de Talca

Universidad Católica de Valparaíso

Universidad Católica de Chile

Universidad Metropolitana de Ciencias de la  
Educación

Universidad de Chile

#### **Colômbia**

EAFIT

Universidad del Norte

Pontifícia Universidad Javeriana

Universidad Nacional

Universidad de Antioquia

#### **Costa Rica**

Universidad de Costa Rica

Universidad Nacional

#### **Cuba**

Centros Rectores — Universidad de La Habana

#### **Equador**

Universidad Tecnológica Equinoccial

Universidad de Guayaquil

Pontifícia Universidad Católica del Ecuador

Universidad de las Américas

#### **El Salvador**

Universidad Centroamericana “José Simeón  
Cañas”

Universidad de El Salvador

#### **Guatemala**

Universidad de San Carlos de Guatemala

Universidad Rafael Landívar

#### **Honduras**

Universidad Nacional Autónoma de Honduras

Universidad Pedagógica Nacional

#### **México**

Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores  
de Monterrey

Universidad de Guanajuato

Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo

Benemérita Universidad Autónoma de Puebla

Universidad Autónoma de Yucatán

Universidad Autónoma Metropolitana

Universidad de Colima

#### **Nicarágua**

Universidad Politécnica de Nicaragua (UPOLI)

Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua  
— Managua

#### **Panamá**

Universidad Santa María la Antigua

Universidad de Panamá

#### **Paraguai**

Universidad Nacional de Asunción

#### **Peru**

Universidad del Pacífico

Universidad Peruana Unión

Universidad Nacional Mayor de San Marcos  
(UNMSM)

Universidad Nacional de Ingenierías

República Dominicana

Universidad APEC

Universidad Iberoamericana UNIBE

Instituto Tecnológico de Santo Domingo

Universidad Autónoma de Santo Domingo

**Uruguai**

Universidad de La República

**Venezuela**

Universidad Católica Andrés Bello

Universidad Simón Rodríguez

Universidad Central de Venezuela

Universidad de Carabobo

Fonte: <<http://tuning.unideusto.org/tuningal/index.php?option=content&task=view&id=40&Itemid=64>>  
Acesso em: 31 ago. 2011.

# Los Sistemas de Relaciones Laborales. Análisis desde el Cono Sur de América Latina

Jorge Notaro<sup>(\*)</sup>

**Resumen:** El objetivo de este documento es construir un marco teórico metodológico para el análisis de los Sistemas de Relaciones Laborales teniendo en cuenta las particularidades de la región. Incluye el perfil del sistema y sus interrelaciones con el contexto social, económico y político.

**Palabras clave:** Metodología, Relaciones laborales, Negociación colectiva.

**Abstract:** The purpose of this document is to build a methodology for the analysis of the Labor Relations Systems considering the specificity of the region. It includes the system profile and its interactions with the social, economic and political context.

**Key words:** methodology, labor relations, collective bargaining.

---

(\*) Professor e Pesquisador — Facultad de Ciencias Económicas y de Administración – UDeLaR, Uruguay. *E-mail:* <jnotaro@netgate.com.uy>. Jorge Notaro WEB: <www.jorgenotaro.com>. Recebido em 24.8.2010 e aceito em 15.4.2011.



## INTRODUCCIÓN

El objetivo de este documento es construir un marco teórico metodológico para el análisis de los Sistemas de Relaciones Laborales (SRLL) de los países del Cono Sur de América Latina, lo que comprende identificar sus características y los procesos de cambio. Se definen las categorías básicas y los indicadores que las miden, se presentan distintos enfoques y se explicitan hipótesis sobre las interrelaciones entre las categorías. Algunas conclusiones de la bibliografía revisada que se refieren a otras coordenadas históricas se convierten en hipótesis de investigación para los países del Cono Sur de América Latina a principios del siglo XXI, sobre su eventual vigencia en cada país y para la región. Las referencias a casos cumplen el papel de ejemplos que ilustran las consideraciones más generales sin adjudicarles una función de verificación de las hipótesis. El objeto de estudio se define en el Glosario elaborado por la OIT como (traducción propia):

Las relaciones individuales y colectivas entre trabajadores y empleadores en el trabajo y surgidas del trabajo, así como las relaciones entre los representantes de trabajadores y empleadores en el nivel de una actividad económica o en el nivel nacional, y su interacción con el Estado. Estas relaciones abarcan aspectos legales, económicos, sociológicos y fisiológicos e incluyen los siguientes temas: selección, contrato, localización, capacitación, disciplina, ascenso, despido, finalización del contrato, salarios, horas extras, bonos, participación en las utilidades, educación, salud, seguridad, recreación, vivienda, duración del trabajo, descanso, vacaciones y seguros de desempleo, enfermedad, accidentes, maternidad, vejez e incapacidad. (ARRIGO & CASALE, 2005, p. 163).

Este artículo se limita a los aspectos macrosociales considerando los actores colectivos y el derecho colectivo, la macroeconomía y el sistema político. Se tienen en cuenta las especificidades de los países del Cono Sur de América Latina desde la segunda mitad del siglo XX, es decir: (I) la inestabilidad política que se manifestó en períodos de dictaduras que se alternaron con períodos de democracia, y en estos últimos, cambios de partidos de gobierno que se tradujeron en las políticas públicas; (II) la inestabilidad económica que se manifestó en períodos de crecimiento que se alternaron con profundas crisis; (III) los cambios en la estructura social por la sustitución de importaciones que desarrolló la clase obrera urbana, la migración rural-urbana que alimentó un sector informal, la participación del Estado que desarrolló la burocracia y las medidas de apertura, liberalización y desregulación de la década de los noventa que resultaron en la contracción de la actividad industrial, el cierre de numerosos grandes establecimientos, la reducción del número de obreros y el aumento del trabajo no registrado.

Se presentan las principales características del enfoque y los componentes del SRLL. Las interacciones del SRLL con el contexto social, económico y político se abordan desde dos ángulos complementarios, los del contexto sobre el SRLL que se consideran condicionantes y los del SRLL sobre el contexto que se llaman impactos o resultados.

### 1. PREMISAS METODOLÓGICAS

Las cinco corrientes que constituyen las principales fuentes de este artículo son los trabajos de Dunlop (1958) y los posteriores en colaboración con Kerr, Harbison y Myers

(1960, 1971); la conocida como de las “opciones estratégicas de los actores” (Kochan, Mc Kersie y Cappelli 1983), Kochan y Katz (1988), Kochan y Piore (1990); Kochan, Katz y Mc Kersie (1993), Kochan, Locke y Piore, eds. (1995); los autores que incorporan el análisis de las relaciones de poder entre los actores y de estos con el sistema político, como Hyman (1989) y Touraine (1987, a y b); el pensamiento latinoamericano canalizado en la Asociación Latinoamericana de Sociología del Trabajo que produjo un *Tratado latinoamericano de sociología del trabajo* (de la Garza [coord.], 2000), presentó su producción en seis congresos y la difundió con la *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*; finalmente, los aportes de la OIT sobre América Latina (OIT 1962, 1978 y 1981); Cardoso y Gindin, (2009) y el MERCOSUR (RELASUR, 1995). Sin perjuicio de la incorporación de aportes de otros autores en diversas oportunidades.

Los SRRL están asociados al capitalismo ya que suponen que la relación capital-trabajo es la más importante y se justifica como objeto de estudio. Si los trabajadores fueran esclavos o, por el contrario, dueños de los medios de producción que utilizan, las categorías serían otras. Surgieron con la industrialización, convocan a las organizaciones de trabajadores y de empleadores y canalizan el conflicto capital-trabajo. En América Latina a principios del siglo XXI esta definición comprende lo que de la Garza (2010) define como “trabajo clásico”, quedando fuera el “trabajo no clásico” definido como “trabajos inmateriales o bien simbólicos objetivados”. La construcción de las identidades en el trabajo no clásico, así como las formas de relacionamiento entre los eventuales actores, requieren abordar otro campo de investigación para lograr una perspectiva completa del mundo del trabajo contemporáneo en los países latinoamericanos.

La categoría proceso social orienta este enfoque en tres aspectos. En primer lugar, la búsqueda de las interrelaciones entre los diversos aspectos que estudian las ciencias sociales. Fue uno de los objetivos del informe de OIT (1981: v-vi) sobre las relaciones de trabajo en América Latina: También Hyman (1989) enfatizó sobre la inexistencia de un desarrollo autónomo de los SRRL y la importancia de las interrelaciones entre los diversos niveles y elementos de la formación social, “capitales nacionales e internacionales y sus diversas fracciones; el Estado y la sociedad civil; relaciones materiales e ideológicas” (HYMAN, 1989, p. 138).

En los países latinoamericanos y los del Cono Sur como parte de estos, es necesario investigar las relaciones con los cambios políticos, económicos y sociales. Cardoso y Gindin (2009) subrayan que los sistemas de relaciones laborales en Argentina, Brasil y México, sin desconocer las diferencias históricas entre los tres países, estuvieron estrechamente ligados al papel del Estado para dar forma a la naturaleza, el ámbito y la dirección del desarrollo social, económico y político.

En los trabajos de la OIT hay una permanente referencia a los cambios en el contexto económico y político, analizando sus interrelaciones con las relaciones laborales. En los últimos años se ha prestado particular atención a los cambios resultantes de los modelos de desarrollo económico, de las dictaduras y el posterior retorno a la democracia, de las crisis económicas y de las políticas de liberalización y apertura (OIT, 1987, p. 7-21; RELASUR, 1995, p. 17-24; Cardoso y Gindin, 2009, p. 1-13). Entre los impactos, una preocupación

central ha sido identificar un sistema de relaciones laborales que estimulara la inversión, el crecimiento y el empleo (OIT 1987: 1).

Un segundo aspecto derivado de la categoría proceso social es la dimensión temporal. El objeto de estudio de las ciencias sociales está en permanente cambio, por lo que una relación entre variables que se cumplía hasta ayer en un país o región podría no cumplirse en otros países y regiones en ese momento así como puede no cumplirse hoy en alguno de los países o regiones. La historicidad de los SRLL que refleja las particularidades de los países “en desarrollo” ha sido reconocida por las principales corrientes surgidas en los Estados Unidos, que identifica las diferencias en el tiempo y entre países (Kerr, Dunlop, Harbison y Myers, 1971). El enfoque de las “opciones estratégicas” analiza los cambios inducidos por la estructura del PBI y el empleo, las políticas del Presidente Reagan y las estrategias empresariales en sus planes de negocios con repercusiones en las relaciones laborales (Kochan, McKersie y Cappelli, 1983).

En tercer lugar, las especificidades de un lugar durante cierto período se comprenden en un contexto más abstracto y permanente. Se trata de relacionar los planos generales con los concretos y específicos. En un plano general, las relaciones sociales de producción capitalistas implican un antagonismo estructural de intereses entre capital y trabajo que requieren investigar la dinámica de la acumulación de capital, la naturaleza de la clase trabajadora y las formas cambiantes de intervención del Estado en las relaciones entre trabajo y capital (Hyman, 1989). Pero también es necesario tener en cuenta los aspectos particulares (traducción propia):

El estado de las “relaciones industriales” o de la lucha de clase no puede simplemente deducirse de una caracterización general de la coyuntura económica y política, pero tampoco puede entenderse si no se relaciona con este contexto. Es necesario tener en cuenta la especificidad de las *instituciones y los procesos de mediación* que son en ciertos aspectos peculiares en cada nación, actividad económica, empresa y lugar de trabajo; y cuyos efectos pueden variar en el tiempo (HYMAN, 1989, p. 135).

En cualquier instante de su desarrollo, se considera que un sistema de relaciones industriales está compuesto por ciertos actores, ciertos contextos, una ideología que los mantiene unidos y un cuerpo de normas creadas para dirigir a los actores en el lugar y comunidad de trabajo. (DUNLOP, 1958, p. 19\_).

Se excluye el componente de “ideología”, se considera que los actores inciden con sus estrategias en la modificación de los SRLL aceptando que (traducción propia):

un modelo más realista de las relaciones industriales debe reconocer en primer lugar el papel activo de la administración en dar forma a las relaciones industriales (un punto de vista opuesto al tradicional de reacción frente a las presiones sindicales) y en segundo lugar, los diferentes niveles de la toma de decisiones en las relaciones entre las organizaciones de empresas, trabajadores y gobierno y sus efectos independientes en los resultados de las relaciones industriales. Esta es la razón por la que creemos que el concepto de estrategia, o de opción estratégica, puede ayudar a agregar un componente más dinámico a la teoría de sistemas y ayudar a explicar algunos de los cambios en las relaciones industriales en los Estados Unidos. (KOCHAN, MC KERSIE y CAPPELLI 1983, p. 7-8).

Es poco frecuente el análisis de las relaciones de poder entre los actores y de estos con el sistema político. Una excepción es el informe de OIT sobre Uruguay, que define los objetivos de los SRRL y analiza las características del uruguayo (OIT, 1987: 2-5 y 23-41) señalando que:

Una comprensión adecuada de la dinámica de un sistema de relaciones de trabajo supone conocer ante todo la manera como el mismo se fue creando y los factores que determinaron su formación. El sistema refleja los valores y características de un país, tal como fueron descritos en el capítulo anterior, pero también responde a sus propios elementos intrínsecos y en particular a las acciones y actitudes de sus actores. El primero de dichos elementos intrínsecos es, sin duda, la política seguida por el Gobierno con respecto al desenvolvimiento de las relaciones de trabajo. (OIT, 1987, p. 23).

Esta definición incluye la dimensión temporal, las particularidades del sistema y su cambio en relación con el contexto, el papel de los actores incluyendo al Gobierno y sus estrategias.

Como parte del contexto y condicionantes del perfil de los Sistemas y de sus cambios se tiene en cuenta la situación económica, la estructura social y el sistema político. Se incluyen las relaciones de poder en la empresa y con relación al sistema político como condicionantes del SRRL y como resultado, en aspectos que trascienden al SRRL como las políticas económicas y la participación de los actores sociales en el sistema político. Con un enfoque similar, Godio y Villarroel (2007) se proponen “Recrear el concepto de Sistema de Relaciones Laborales desde una perspectiva histórica, que contextualice la acción de los Actores Sociales y los productos de su interacción en el actual marco político, económico y social” (GODIO y VILLARROEL, 2007, p. 1).

## **2. EL PERFIL DEL SISTEMA**

En los países del Cono Sur de América Latina se pueden diferenciar dos situaciones políticas que imprimen sus características en los SRRL, la democracia y la dictadura. En lo que sigue se consideran perfiles de Sistemas en contextos democráticos. Se considera que el SRRL tiene cuatro componentes: los actores, los escenarios, el grado en que se combinan cooperación y participación y confrontación y conflicto y las relaciones de poder. Se consideran “actores” a las organizaciones que representan a los trabajadores o a los empresarios y al Estado. Los “escenarios” comprenden a las instituciones (ámbitos u organismos), a los procedimientos (o formas) de relación de los actores, a las normas legales que definen sus funciones y competencias y a los temas que se discuten (contenidos).

## **3. LOS ACTORES. CARACTERÍSTICAS Y ESTRATEGIAS**

El trabajo como actividad humana contribuye a la generación de bienes y servicios y es el punto de partida para la construcción de clases y actores sociales (de la Garza, 2010). Para los trabajadores asalariados así como para los empleadores es necesario diferenciar en el análisis la clase social, definida como los grupos de personas que participan de la

actividad económica como vendedores o compradores de capacidad de trabajar, de los actores sociales que se generan cuando las personas toman conciencia de su condición, se organizan, explicitan reivindicaciones, tienen capacidad para adoptar medidas de lucha y su representatividad es reconocida por los demás actores.

La constitución de los actores, así como sus opciones estratégicas, están condicionadas por la estructura social, la situación económica y el sistema político. Una primera aproximación es tener en cuenta la importancia relativa de la relación capital-trabajo en el total de ocupados y su evolución con relación a los trabajadores por cuenta propia urbanos y productores familiares rurales. En América Latina el gobierno tiene un papel central como regulador de la negociación colectiva y la huelga, y el poder judicial en la aplicación de las leyes (Cardoso y Gindin, 2009).

Para las organizaciones de trabajadores y de empleadores se tiene en cuenta: a) la cobertura o representatividad según el número de trabajadores o de empresas afiliadas con relación al total de ocupados o de empresas; en los empleadores, también la importancia en el PBI; b) su capacidad de convocatoria; c) los fines y las competencias; d) las corrientes de opinión interna.

En las estrategias es necesario analizar los objetivos económicos y políticos; los más visibles son las aspiraciones de los trabajadores de aumentar el salario real y de los empresarios de aumentar la rentabilidad. Pero también se proponen objetivos en las relaciones de poder, dentro de la empresa y con relación al sistema político.

Se puede hipotetizar que en las organizaciones sindicales las diferencias tienen un fundamento principalmente político y en las organizaciones empresariales responden a fundamentos principalmente económicos.

Los trabajadores asalariados se organizan de distintas formas y en el SRLL se consideran los sindicatos como expresión de sus intereses y puntos de vista; entre otras organizaciones puede mencionarse las cooperativas, las cajas de auxilio, las policlínicas, los comedores populares, las instituciones culturales y deportivas o los partidos políticos.

Para las organizaciones de empresarios la base social potencial tiene afinidades económicas que resultan de la estructura de la producción y su destino, como agroindustria de exportación o importadores, agro o industria, producción o intermediación financiera, empresas nacionales y transnacionales, de distintos tamaños, dirigidas al mercado interno o al externo, en actividades tradicionales o innovadoras. Esta heterogeneidad dificulta la toma de decisiones del conjunto de las organizaciones empresariales. Las diferencias se manifiestan cuando se relacionan con el sistema político y se expresan en las reivindicaciones sobre el nivel del tipo de cambio, de la tasa de interés, la protección del mercado interno o la promoción de las exportaciones.

El análisis de la estrategia de los actores empresariales en América Latina debe diferenciar dos planos, el de las relaciones laborales y el de la política económica, cuyos impactos pueden tener distinto signo compensando uno los del otro. En el primero se puede hipotetizar que la orientación predominante trata de mantener la subordinación de los trabajadores y reducir los costos de mano de obra. En el segundo los objetivos son

conservar la propiedad y dar viabilidad a la empresa, aumentar la capacidad de decisión y los campos de acción del empresario. La convergencia de ambos confluye hacia una mayor seguridad y rentabilidad.

En las negociaciones salariales se pueden observar diferencias entre empresas y organizaciones, que resultan de las estrategias globales como, por ejemplo, reducir los costos laborales por hora o aumentar la productividad. Los países de mayor grado de desarrollo son ejemplos de salarios altos por unidad de trabajo que no implican pérdida de competitividad, porque están acompañados por inversiones que incorporan cambios tecnológicos. La reducción del costo unitario (costo de mano de obra por unidad de producto) puede resultar de un mayor nivel de actividad con igual costo de mano de obra o de un nivel de actividad que se reduce en menor ritmo que el costo de mano de obra.

#### 4. LOS ESCENARIOS

Los “escenarios” comprenden a quiénes, cómo y qué negocian. Por el papel de la legislación se diferencian los autónomos, los heterónomos delimitados por las normas jurídicas, es decir, “la regulación estatal de las relaciones que se entretienen en torno al factor trabajo” (RELASUR 1995, p. 25) y los mixtos, que incluyen los dos anteriores en forma parcial en distintos aspectos. Según la forma de participación se pueden diferenciar cuatro tipos:

- a) Los fundacionales para la negociación colectiva.
- b) La participación de las organizaciones de trabajadores y empresarios en organismos oficiales. (OIT, 1981, p. 137-160; OIT, 1987, p. 91-92; RELASUR, 1995, p. 115-120).
- c) La participación de los trabajadores en órganos de la empresa. (OIT, 1981, p. 99-117; OIT, 1987, p. 91-92; RELASUR, 1995, p. 121-124).
- d) Desde fines del siglo XX, el Diálogo Social y como resultados exitoso del mismo, la concertación y los Pactos (OIT, 1981, p. 83-97; OIT, 1987, p. 73-100). Comprende diversos ámbitos de encuentro y debate, otros actores que se suman a los del tripartismo y nuevos contenidos que abordan aspectos políticos y económicos.

En los dos puntos siguientes se analizarán los fundacionales y el Diálogo Social.

#### 5. LOS ESCENARIOS FUNDACIONALES

Se crearon con el objetivo de canalizar el conflicto entre los actores colectivos por la fijación de salarios (Cardoso y Gindin, 2009, p. 17-20 y p. 37-43). La Unión Europea adoptó la Convención de OIT n. 154 (1981) que promueve la negociación colectiva voluntaria y libre adaptada a las características de cada país (Arrigo y Casale, 2005, p. 53).

En la agenda se incluye la negociación colectiva, sus protagonistas, los procedimientos, el nivel y las materias negociadas, la estructura y niveles de articulación, así como los derivados de las cuestiones de encuadramiento de la representación sindical y empresarial.

En un nivel micro se analizan las técnicas aplicadas a la gestión de la negociación colectiva: visualización del conflicto, organización de reuniones, técnicas de negociación y formas de comunicación interna (OIT, 1981, p. 83-99; OIT, 1987, p. 73-86; RELASUR, 1995, p. 70-94; CARDOSO y GINDIN, 2009, p. 15-36; GODIO y VILLARROEL, 2007).

Por la participación del Estado, se transforman de bi en tripartitos; de acuerdo al grado de centralización los actores pueden ser nacionales, sectoriales, regionales, de empresa o de establecimiento; las actividades urbanas, las rurales y el servicio doméstico tienen tratamientos distintos; por sector institucional se diferencian el privado y el público (OIT, 1987, p. 147-160).

Se consideran “contenidos” a los problemas o temas que abordan los actores y, si se logran acuerdos, se implementan como convenios o contratos colectivos. Tienen como componente principal los criterios de fijación de salarios y en los últimos tiempos la temática se diversificó en distinto grado según los países y los períodos para dar una respuesta adecuada a los cambios en el contexto.

Los cambios de ritmo de variación de los precios internos y del tipo de cambio, así como los diversos grados de apertura de la economía y de credibilidad de las políticas gubernamentales, se transforman en un problema complejo para las empresas que no quieren perder competitividad por aumento de sus costos de mano de obra y para los trabajadores que no pueden aceptar el deterioro de su salario real.

Es necesario investigar los procedimientos para la fijación de salarios, las condiciones de trabajo, los conflictos y los procedimientos de prevención y resolución. En Argentina, Brasil y México, la fuerte regulación de los sistemas de relaciones laborales transforma a los salarios y otros ingresos en el centro de las negociaciones colectivas (Cardoso y Gindin, 2009, p. 53). Se incorporan como nuevos contenidos la flexibilización y la organización del trabajo durante la década de los años noventa, las condiciones de trabajo de las mujeres y las tercerizaciones o subcontrataciones (CARDOSO y GINDIN, 2009, p. 53-58).

Como hipótesis se pueden considerar las conclusiones de Osaki (2003), según quien las diferencias de los contenidos entre distintos países se explican principalmente por los marcos jurídico-institucionales, las políticas públicas y el contexto económico (traducción propia): “La globalización y el cambio tecnológico afectan la importancia del empleo y la competitividad como temas importantes para los actores sociales, pero la forma en que los abordan está altamente condicionada por los factores señalados anteriormente” (OZAKI, 2003, p. 2).

## 6. EL DIÁLOGO SOCIAL

El “Diálogo Social” tiene diversas definiciones. En la Unión Europea (traducción propia):

diálogo social es la expresión utilizada para describir los procedimientos de consulta entre los actores socios a nivel europeo. Incluye la discusión, las acciones conjuntas y en algunas oportunidades negociaciones entre los actores europeos socios y

discusiones entre estos y las instituciones de la Unión Europea. La principal innovación de este concepto es considerar que las organizaciones de trabajadores y de empresarios son socios, a lo que se hace referencia con la expresión “social partners” (ARRIGO y CASALE, 2005, p. 235).

Para la OIT “el diálogo social incluye a la negociación colectiva, a los mecanismos de información y consulta — institucionalizados o no — a los medios participativos y voluntarios de solución de conflictos del trabajo, a la participación — orgánica o inorgánica, en la empresa o en instancias sectoriales y nacionales —, y a la concertación social, incluidos los pactos sociales o acuerdos marco, sean bi o tripartitos” (Diálogo social. Concepto y experiencias. Glosario de la Unión Europea. En: <[http://europa.eu/scadplus/glossary/social\\_dialogue\\_es.htm](http://europa.eu/scadplus/glossary/social_dialogue_es.htm)>). La OIT<sup>(1)</sup> también ha llamado la atención sobre la necesidad de incorporar al Diálogo Social a los actores que no están comprendidos en la relación salarial, ampliando la base social para lograr una mejor representación, promoviendo la superación de las dificultades de organización con programas de fortalecimiento de los actores tradicionales del tripartismo o nuevos. El primer objetivo de las políticas públicas puede ser contribuir a la organización y expresión independientes de los mismos, ayudando a su constitución como actores.

Como condición necesaria es imprescindible considerar que se puede llegar a acuerdos a pesar de los intereses y puntos de vista distintos. Es necesaria la disposición a escuchar de modo que los discursos se entrelacen para que se identifiquen los puntos de acuerdo y de desacuerdo, su importancia relativa y los posibles caminos superadores.

Las interrogantes centrales para los países del Cono Sur se refieren a identificar los escenarios para el Diálogo Social, los actores convocados, los contenidos analizados, los resultados obtenidos y su explicación. En la Unión Europea se espera que el diálogo social contribuya a promover la competitividad y la solidaridad, así como el equilibrio entre flexibilidad y seguridad. ¿Se han logrado estos resultados en los países del Cono Sur de América Latina?

En el MERCOSUR la Declaración Sociolaboral<sup>(2)</sup> incluye el Diálogo Social entre los derechos y en la primera Memoria elaborada en el 2001, su promoción se priorizó junto con otros cuatro derechos. Como principal cambio de los últimos años se percibe la incorporación de nuevos actores a escenarios de diálogo para el diseño y ejecución de políticas de empleo y sería oportuno evaluar la experiencia.

## 7. LA COMBINACIÓN DE CONFRONTACIÓN Y COOPERACIÓN

La OIT define el conflicto como desacuerdos que generan medidas de lucha y lo diferencia de la disputa que resulta de la incapacidad de llegar a acuerdos (ARRIGO y CASALE, 2005, p. 53)<sup>(3)</sup>. Se plantea como alternativa para caracterizar la negociación

(1) Conferencia Internacional de Ginebra de 1996.

(2) Aprobada por los Presidentes el 10 de diciembre de 1998.

(3) **Industrial conflict.** Disagreement between labour and management expressed through behaviour such as sabotage, absenteeism and strikes. These specific actions can be distinguished according to their form (organized or unorganized)



colectiva, el conflicto distributivo o el énfasis en resolver problemas que permitan mejoras para ambas partes.

Se puede considerar que el conflicto se genera cuando cada parte pone énfasis en su enfoque e intereses particulares y se combina en diversos grados con la cooperación/participación, entendida como la disposición a tener en cuenta el enfoque y los intereses de la otra parte con el fin de lograr acuerdos.

Las experiencias de cooperación/participación y de confrontación/reivindicación, así como la relación de poder entre los actores, se combinan en diversos grados a través del tiempo, en los distintos países y en cada rama de actividad o empresa. Se supone que el conflicto está implícito en las relaciones laborales y que al mismo tiempo pueden existir objetivos comunes de las partes (KOCHAN y KATZ, 1988); el carácter de las relaciones dependerá de la interacción de las estrategias de los actores.

Algunos autores consideran que el mayor grado de cooperación implica una mayor calidad de las relaciones laborales. Para Blanchard y Philippon (2004) la calidad de las relaciones laborales es una definición más general de la calidad del diálogo de los sindicatos tienen con las empresas. Le atribuyen gran importancia para la “velocidad de aprendizaje” de los sindicatos lo que a su vez contribuye, en los países en que los salarios se fijan por negociaciones colectivas, a reducir el desempleo. Construyen dos medidas de la calidad de las relaciones laborales, la primera basada en las huelgas en los años sesenta y la otra en la percepción de los administradores de empresas en los noventa.

Concluyen que “Mostramos que los países con peores relaciones laborales han experimentado mayor y más prolongado desempleo. Mostramos que el efecto permanece aun después de controlado por las instituciones del mercado de trabajo” (BLANCHARD y PHILIPPON, 2004, p. 2). Este enfoque desconoce el conflicto entre capital y trabajo, así como no considera necesario analizar la rapidez de aprendizaje de la administración de las empresas. Probablemente la crisis comenzada en 2008 requiera una revisión de la metodología y las conclusiones.

En América Latina la agenda de investigación incluyó los tipos y causas de los conflictos, el marco jurídico; los procesos de mediación institucional incluyendo la conciliación, el arbitraje y los tribunales de trabajo. Como medidas de lucha se tienen en cuenta la huelga y el cierre patronal (OIT, 1981, p. 161-263; OIT, 1987, p. 121-143; RELASUR, 1995, p. 95-114). Se describe la interacción entre los actores en los procesos de negociación que incluyen conflictos y medidas de lucha (confrontación) y acuerdos (cooperación) en distinto grado y de diversas formas. Se intenta explicarlos en función de las condicionantes contextuales y sus opciones estratégicas. El punto de partida son las demandas y las ofertas de las partes, sucedidos por contraofertas, las medidas de lucha, los procedimientos de resolución de conflictos (conciliación, mediación, arbitraje, negociación), los resultados (costos económicos, sindicalización, grado en que se logran los objetivos) y la evaluación de los actores *a posteriori*.

---

and to the party involved. **Industrial dispute.** Disagreement between labour and management arising from the inability of both parties to resolve their differences. An industrial dispute may result in conflicts such as a strike. The subject matter of a particular dispute may determine whether the dispute is within the scope of industrial legislation and the jurisdiction of a third party (e.g. an industrial tribunal) empowered to assist the parties in resolving the issue(s) concerned by conciliation, mediation and/or arbitration. *See Arbitration; Conciliation; Mediation.*

La conflictividad se puede considerar creciente según el grado de utilización de medidas de fuerza por alguna o ambas partes, como los paros y huelgas por parte las organizaciones sindicales, o el *lockout* y los despidos por parte de las organizaciones de empleadores. En algunas ocasiones se pone en marcha una espiral de acciones como los piquetes y las ocupaciones, reprimidos por la intervención policial, a veces con heridos y muertos, lo que origina nuevas movilizaciones contra la represión y nuevos enfrentamientos. El origen de la trasgresión es siempre difícil de identificar y se vuelve casi irrelevante, frente a los costos en vidas humanas y los nuevos caminos que profundizan la confrontación.

Como indicador cualitativo de diversos grados de conflictividad cabe mencionar, en primer lugar, la utilización de la violencia. Por ejemplo, la represión ejercida sobre trabajadores en huelga por la policía, el sistema judicial, grupos contratados por la patronal o una combinación de estos. Los asesinatos de Sacco y Vanzetti o de los ocho mártires de Chicago son los casos más conocidos pero no los únicos.

También los trabajadores en conflicto pueden utilizar la violencia para reprimir a los que no acatan la medida o contra la patronal; en Argentina y Uruguay durante la segunda mitad de la década de los años sesenta se registraron acciones armadas de apoyo a trabajadores en conflicto, como por ejemplo la toma de una empresa para leer una proclama o el secuestro de dueños de empresas en huelga.

Otro indicador cualitativo es la ocupación de la empresa, que los empresarios consideran un atentado al derecho de propiedad y los trabajadores la implementan como extensión del derecho de huelga. Un grado más es la puesta en marcha de las actividades por parte de los trabajadores. Por último, los indicadores cuantitativos utilizados por la OIT, en sus estadísticas de trabajo, son las horas de trabajo y el PBI perdidos por las interrupciones de actividades por medidas de lucha de las organizaciones sindicales.

## 8. LAS RELACIONES DE PODER ENTRE LOS ACTORES

Se percibe dentro de la empresa así como con relación al sistema político. Hyman (1989) analiza las relaciones de poder en la empresa, su relación con el papel del Estado y las alternativas estratégicas de las organizaciones sindicales. Señala que "... la desigualdad en el trabajo tiene una dimensión *política*, que está íntimamente conectada a su dimensión económica. ¿Las relaciones de trabajo *deben* ser autoritarias y antidemocráticas? ¿Son utópicas las aspiraciones de democracia industrial?" (HYMAN, 1989, p. 15 — traducción propia). Analiza la intervención del Estado y su incidencia en las relaciones de poder en el lugar de trabajo, así como el grado en que los trabajadores organizados pueden lograr mejores resultados por la presión o por la concertación con el Estado en la sociedad capitalista, así como el grado en que la debilidad económica de los trabajadores puede ser reducida por la legislación (Hyman, 1989).

Para lograr establecer las profundas implicancias del proceso que condujo a la degradación de las condiciones laborales es necesario comprender el espacio de trabajo como un campo de lucha, de dominación y resistencia, donde se conjugan, en un mismo movimiento, prácticas y representaciones en torno al trabajo (DROLAS, LENGUITA y MONTES, 2007, p. 7).

Las estrategias empresariales de reorganización del trabajo “contribuyen a crear una representación simbólica que proyecta un trabajador aislado de toda construcción colectiva” (DROLAS, LENGUITA y MONTES, 2007, p. 7). Consideran que:

en ningún caso el profundo debilitamiento del mundo obrero se explica por motivos que se reducen únicamente a la dimensión económica, se justifica también por transformaciones importantes en las imágenes que se elaboran de ese mundo, en las formas en que se entablan las relaciones entre los trabajadores, con las empresas y con sus organismos de representación (DROLAS, LENGUITA y MONTES, 2007, p. 8).

Finalmente destacan la interrelación entre la dimensión económica y la política:

Así pues, las relaciones laborales constituyen un campo donde se ponen en juego dos órdenes de problemas: por un lado la lucha por los recursos, es decir la disputa en torno al salario — la determinación del plusvalor —. Por otra parte, en el campo laboral también se entabla la lucha por el establecimiento de las condiciones de trabajo en función de la organización de la producción, los ritmos y la productividad entre otros temas. Pero esta lucha que llevan adelante los diferentes sujetos que participan de las relaciones laborales también se dirime en el plano político, es decir en la capacidad que poseen los sujetos de imponer a los otros una visión, una lectura en torno a lo considerado adecuado, posible y deseado. Es por ello que resulta fundamental interpretar los acontecimientos sociales no como hechos, sino como producciones sociales, donde el poder actúa por medio de las condiciones objetivas y subjetivas de producción”. La agenda en el plano microsociedad definido por la empresa incluye la organización del trabajo, las políticas de recursos humanos, las calificaciones, las condiciones y medio ambiente de trabajo, las políticas de calidad total, el teletrabajo, como aspectos de las relaciones de poder. (DROLAS, LENGUITA y MONTES, 2007, p. 10)

Las condicionantes económicas inciden sobre las opciones estratégicas (traducción propia):

Aunque en este trabajo se subrayan los efectos de las estrategias empresariales, en diferentes condiciones ambientales tanto las estrategias de organizaciones de trabajadores como las del gobierno podrían servir como catalizadores del cambio. El argumento teórico desarrollado aquí puede ser válido para estos otros actores. (KOCHAN, MCKERSIE & CAPPELLI, 1983, p. 19).

La probabilidad de las organizaciones sindicales de incidir en el proceso de toma de decisiones estratégicas de las empresas aumenta cuando la tasa de afiliación es alta y la negociación centralizada (Kochan, McKersie & Cappelli, 1983), así como cuando mejora la situación económica, condicionantes que permiten negociar desde mejores posiciones de poder, tratar de lograr una mayor participación en las decisiones de la empresa o en el lugar de trabajo (Kochan, McKersie & Cappelli, 1983).

## 9. LAS PRINCIPALES CONDICIONANTES

La pregunta central es: ¿Cómo se explica el perfil de los SRRL en determinadas coordenadas de espacio y tiempo? Se puede desagregar en: ¿Cuáles son los criterios para

identificar el origen, la permanencia y el cambio? La hipótesis es que las respuestas se pueden buscar en las interrelaciones con el contexto que modifica los componentes del sistema así como las relaciones entre ellos. Se consideran partes del contexto y condicionantes del SRLL a la situación económica, la estructura social y el sistema político, incluyendo en este los aspectos jurídico-institucionales. Se incluyen las relaciones de poder en la empresa y con relación al sistema político.

el impacto del empleo y el cambio de su composición sobre las instituciones laborales no puede desdeñarse, ya que amplían su cobertura en sentido estricto. Pero la restitución de la vigencia de las instituciones laborales no se origina en ese impacto sino que fue sostenida en primer lugar políticamente y, en segundo lugar, socialmente, según un decurso temporal claramente perceptible (SENÉN, TRAJTENBERG y MEDWICK, 2010, p. 215).

**Económicas** — Se destacan tres aspectos económicos que impactan sobre el SRLL en los países del Cono Sur de América Latina y definen líneas de investigación.

En primer lugar, la globalización y la apertura de las economías en un período de cambio tecnológico acelerado. Las ventajas comparativas que permitieron exportar a los países del Cono Sur durante la mayor parte del siglo veinte por la mano de obra relativamente barata para el nivel de calificación están doblemente jaqueadas: en los nuevos bienes y servicios, por las biotecnologías, la microelectrónica y la informática; en los bienes y servicios tradicionales, por el menor costo de mano de obra de la oferta competitiva de China e India. Es imprescindible invertir e incorporar tecnología, reducir costos, aumentar la calidad, diversificar la producción y los mercados.

En su exposición en el VI Congreso de ALAST realizado en abril de 2010, Novick (2010) destacó que el contexto internacional genera mayores incertidumbres y fluctuaciones, lo que exige a las empresas el permanente aumento de competitividad en el largo plazo y flexibilidad en la coyuntura.

Incide en aspectos jurídicos institucionales y “... la legislación laboral se ha ido abriendo a nuevas corrientes doctrinarias. El debate entre garantismo clásico, flexibilidad laboral y posiciones intermedias perdura, a veces con encono” (RELASUR, 1995, p. 26).

En segundo lugar, la integración regional de países con dimensiones económicas y situaciones muy distintas. En 2010, el PBI de Brasil se estimó en 1.823 miles de millones de dólares; Argentina, con 354.2 miles de millones, es la quinta parte de Brasil pero casi el doble que Chile y más de nueve veces Uruguay, con 41.8 (Área de Coyuntura IECON 2010, p. 31-43). Pero Brasil tiene el menor PBI por habitante, el mayor porcentaje de empleo informal urbano y el mayor porcentaje de población por debajo de la línea de pobreza. Con relación a los SRLL se subraya que:

Los países de la región involucrados en el proceso de integración son tributarios de modelos de relaciones laborales y de ordenamientos jurídicos del trabajo que resultan singulares a cada Estado, pese a compartir algunos rasgos afines y comunes... Pese a esta diferenciación, corresponde señalar que el proceso integrador constituye un ámbito fértil para la configuración de un contexto regional con características propias,

diferenciables de los escenarios nacionales, lo que comienza a visualizarse a través del desarrollo de propuestas y acciones comunes y conjuntas de los actores sociales. (ROSENBAUM, 2000, p. 9).

En tercer lugar, la situación y la política macroeconómica. En el transcurso de la década de los años noventa se percibió una progresiva debilidad de las organizaciones sindicales en todos los países del Cono Sur. Por una parte, es el reflejo de los cambios en la composición del producto y el empleo, con la pérdida de importancia relativa de la actividad industrial, el cierre o reducción de las grandes empresas y el aumento de los servicios prestados por empresas de pequeña escala (AOYAMA y CASTELLS, 2002). Por otra, es consecuencia de la retracción del Estado.

## 10. SOCIALES

### *LOS ACTORES*

No existen actores sociales que puedan ser definidos por una sola dimensión y que sean representados por las fuerzas políticas. Todos los actores sociales son a la vez segmentados, multidimensionales y heterónomos. El análisis tiene entonces que desplazarse hacia el estudio del sistema político porque no existen clases u otras categorías integradas y fundamentales, que puedan ser estudiadas en sí, fuera de las intervenciones del poder político. (TOURAINÉ, 1987b, p. 84).

Los cambios en el mercado de trabajo y los actores generan nuevos problemas para los SRRL. Para los ocupados en empleos atípicos, por informalidad o precariedad, o para los trabajadores por cuenta propia o del servicio doméstico, organizarse y tener representación es casi imposible. Para las empresas micro y pequeñas, negociar es difícil y caro y cuando existen negociaciones sectoriales, quedan representadas de hecho por las empresas grandes, sin que se manifiesten los matices de problemas e intereses, constituyendo un factor adicional de estímulo a la informalidad o al trabajo “en negro”.

### *LAS ESTRATEGIAS*

La reestructura de la producción y el comercio, con actividades que se expanden y otras que se contraen, modifica las oportunidades de empleo: las nuevas no coinciden con las viejas, por empresa, rama, calificación o región. En la empresa y a nivel de sectores será necesario enfrentar el desempleo que se incrementa en determinadas actividades, regiones o calificaciones, negociar las reducciones de personal, orientar su reinserción y las compensaciones. Se vuelve imprescindible una negociación a nivel de cada empresa para operar a favor del aumento de la competitividad y la generación de empleo. Los programas de capacitación para adquirir las nuevas calificaciones que demanda el cambio tecnológico adquieren un carácter prioritario.

El contexto económico enfrenta a los actores a nuevas opciones y se requiere que los actores sociales tengan vocación de negociación, así como una jerarquización de lo que quieren lograr y lo que pueden ceder. Pueden continuar con las prácticas anteriores centrando las

negociaciones y los conflictos en el salario, buscando comprimirlo por parte de la empresa para responder a las nuevas exigencias de competitividad o tratando de aumentarlo por parte de los trabajadores para evitar el deterioro o mejorar su poder de compra<sup>(4)</sup>. Una segunda posibilidad es la búsqueda de una respuesta nueva que exige a ambas partes una perspectiva diferente.

## POLÍTICAS

Se analiza cómo condiciona el sistema político a los actores sociales, tanto en su estructura y desarrollo como en sus estrategias. En parte se ha visto con el papel del Estado en el Sistema. No se puede afirmar, a priori, que la militancia o la definición partidaria de los dirigentes empresariales o sindicales impida o limite su independencia como dirigentes de una organización que expresa determinado punto de vista e intereses. Se requiere investigación empírica.

Por otra parte, no se podría negar que las definiciones partidarias de los dirigentes son el resultado de un sistema de valores que condicionan sus puntos de vista en su actividad en las organizaciones, desde las reivindicaciones y las medidas de lucha, hasta los criterios para valorar éxitos y fracasos. Ejemplos muy claros fueron las medidas de lucha empresariales contra el gobierno de Salvador Allende en Chile, el paro de las organizaciones agropecuarias contra el gobierno de Cristina F. de Kirchner en la Argentina o la huelga general de la central sindical uruguaya contra el golpe de estado en 1973.

La inclusión social y política de la clase trabajadora en América Latina se ha instrumentado principalmente por la regulación del mercado de trabajo como parte del desarrollo industrial de sustitución de importaciones (Cardoso y Gindin, 2009). Se señala a Argentina, Brasil, México, Perú y Venezuela como casos típicos de simbiosis entre desarrollo y control del Estado sobre las fuerzas sociales emergentes impulsadas por el proceso.

A fines de la década de los ochenta, Touraine (1987b) diferencia tres situaciones en la relación Estado-sindicatos:

En primer lugar, el sindicalismo sin organización independiente como es el caso brasileño, y en gran parte el mexicano. En segundo lugar, los países de central sindical única que son, en particular, Uruguay, Chile, Venezuela y Bolivia. En tercer lugar los países con pluralismo sindical paralelo al pluralismo político, lo que es el caso de Colombia, Perú y en parte, Ecuador. ¿Cómo se explican tales diferencias? No por las ideas de los sindicalistas o por la influencias de ciertos partidos políticos, sino más bien por la naturaleza del sistema político mismo. En México y Brasil existe un Estado fuertemente intervencionista — incluso antes del período de dictadura militar en Brasil — que incorpora a los sindicatos como a los empresarios en su proyecto de transformación de la sociedad. Tal fue también el caso de Argentina en el período de Perón (1945-1955) (TOURAINÉ, 1987b, p. 206).

(4) Algunos empresarios agregan la persecución y algunos sindicatos la confrontación. Cabe preguntarse cuál es el origen del proceso y cómo se retroalimentan las decisiones, qué importancia relativa tienen y cómo condicionan la viabilidad de la mayor cooperación.

Con el retorno a la democracia de los países del Cono Sur, el Programa Regional del Empleo para América Latina y el Caribe (PREALC) de OIT analizó la viabilidad y el papel de la concertación de políticas de empleo e ingresos entre los actores sociales y los gobiernos, considerando que era un instrumento de consolidación de la democracia (PREALC, 1988). A principios del siglo XXI Cardoso y Gindin (2009, p. 40) concluyen que el nuevo contexto económico y político ayudó a fortalecer la posición de los sindicatos en las negociaciones en Argentina y Brasil.

## 11. LOS PRINCIPALES IMPACTOS

Los componentes del perfil del SRLL impactan sobre el contexto económico, social y político; las características de los actores, de los escenarios, del grado de cooperación y confrontación así como de las relaciones de poder se proyectan más allá del sistema. La interrogante central es: ¿contribuye a una estrategia de crecimiento con aumento de competitividad, de empleo de calidad y de salarios?

Los resultados económicos para los trabajadores se miden en términos de empleo y salarios; para las empresas, en términos de competitividad, rentabilidad y clima de inversión. En el plano social, de acuerdo al nacimiento, desarrollo, fortalecimiento o desaparición de los actores. Los resultados políticos, por los cambios en la distribución de poder entre los actores en la empresa y por la relación con el sistema político. Un problema clásico es la relación entre los objetivos económicos y los políticos, las estrategias que los consideran complementarios y las que los consideran contradictorios, y la opción se refleja en los diversos grados de combinación de cooperación y confrontación.

### ECONÓMICOS

En este contexto, las instituciones de las Relaciones Laborales, como mecanismo de inclusión, ayudaron a pavimentar el camino para el proceso de desarrollo económico basado en el modelo ISI y promovido por Estados variados, autoritarios, populistas y democráticos (CARDOSO y GINDIN, 2009, p. 1 — traducción propia).

Se subrayó que:

Si los dos factores clave del desarrollo — empleadores y trabajadores — carecen de motivación necesaria, es indudable que no se alcanzarán las tasas de capitalización e inversiones necesarias, ni tampoco la expansión del mercado interno, la cooperación y las mejoras de la productividad que caracterizan un desarrollo acelerado. Por otra parte, no es posible concebir una coordinación adecuada entre las múltiples operaciones que se realizan en una empresa sin que haya entendimiento entre la administración y el personal. Tampoco es factible prever un desarrollo efectivo a nivel macroeconómico, sin que exista una voluntad común de llevarlo adelante, un cierto consenso sobre las estrategias que se han de seguir y un entendimiento claro sobre la justa distribución de sus beneficios (OIT, 1987, p. 1).

Se establece que el SRLL debe cumplir cuatro cometidos: fijar las condiciones sustantivas de trabajo, regular las relaciones entre los interlocutores, resolver el conflicto social y promover la participación y la cooperación.

El desarrollo de las relaciones laborales en América Latina se fundamenta como condición de la generación de empleo y se explica por la transformación productiva que:

implica el surgimiento de una nueva empresa, donde se generan mayores necesidades y oportunidades de colaboración entre empresarios y trabajadores, se abren nuevos espacios de diálogo y negociación y se redefinen algunos aspectos de las políticas laborales (OIT, 2003, p. 35).

Los impactos de las estrategias sindicales en América Latina fueron analizados por varios autores y editados por Kuhn y Márquez (2005). En el sector privado analizaron la relación entre el grado de competencia y la tasa de afiliación sindical en la industria manufacturera de Brasil, Perú y Uruguay, tratando de probar la hipótesis de que uno de los principales motivos de la afiliación es lograr una transferencia de rentas desde los propietarios de las empresas y los consumidores; el supuesto implícito es que sin los sindicatos no habría transferencias de rentas en el sentido contrario y se desconocen las relaciones entre tipo de cambio, precios y salarios en ese proceso. En el sector público se analizaron las organizaciones de los maestros en Argentina y Perú.

Las preguntas orientadoras son: ¿qué resultados impuso el contexto y cuál fue el papel de las opciones estratégicas de los actores así como de sus interrelaciones? Se trata de identificar el margen de libertad que dispusieron y cómo lo utilizaron, cómo eligieron y por qué.

## SOCIALES

Los SRLL que logran canalizar los conflictos promoviendo una cultura de cooperación se han convertido en un poderoso instrumento para la reestructura de las empresas que buscan una mayor competitividad (Ozaki, 2003).

Una estrategia dirigida al aumento de la competitividad y la productividad

“debe considerar la formulación de normas laborales y contratos colectivos que tengan como objetivo propiciar la mayor estabilidad a los trabajadores, inversiones en las personas y sistemas de remuneración que promuevan la productividad y la calidad, como por ejemplo: adicionales por desempeño, por méritos, además de obedecer a criterios de justicia salarial” (CACCIAMALI, 2002, p. 18).

Las empresas que perciben la necesidad de aumentar la competitividad tienen que poner en marcha cambios tecnológicos y en la organización del trabajo. Como problema de relaciones laborales la pregunta es: ¿los cambios se procesan con el sindicato, sin el sindicato o contra el sindicato? La experiencia muestra ejemplos de las tres situaciones.

Para la empresa, la estrategia de negocios implica un enfoque de las relaciones laborales, distintas políticas de personal y respuestas a las reivindicaciones. Por ejemplo, una estrategia exportadora con inversión y cambio técnico requiere trabajadores de mayor calificación,



polifuncionales, actividad continua etc. Como contrapartida será necesario mejorar el acceso a la información, crear organismos de cooperación, estimular la productividad, acceder a fórmulas de seguridad en el empleo. Se reflejará en la mayor importancia a la administración de Recursos Humanos y Relaciones Laborales, en general, por la creación de una gerencia. La clave es la forma en que se toman las decisiones que afectan a los trabajadores, así como los procedimientos de consulta y negociación.

Se abren nuevas opciones para las estrategias sindicales: aceptar los cambios o rechazarlos en bloque aumentando la conflictividad; manejar la opción empleo-ingresos; aceptar costos presentes negociando beneficios futuros. Los cambios en la organización y las condiciones de trabajo que reclaman las nuevas tecnologías pueden tener como consecuencia aumentar las dificultades de sindicalización, poniendo frente a un dilema a la acción sindical (Martín Artiles, 1994). Esta a su vez se enmarca en objetivos de corto plazo, económicos, o de mediano y largo plazo, políticos. En esta segunda opción, los objetivos políticos pueden inscribirse en una estrategia electoral o insurreccional.

Los puntos de vista de la administración de la empresa y de los trabajadores son contradictorios, en la medida que tienen objetivos económicos prioritarios distintos, pero no antagónicos, ya que se pueden lograr simultáneamente. La búsqueda de una mayor competitividad por la reducción de los salarios reales o la búsqueda de mayores niveles de salarios por el aumento de precios, son soluciones conflictivas. Del mismo modo son conflictivos el ajuste por la reducción del número de ocupados o la aspiración sindical de mantener sin cambios los puestos, las tareas y las calificaciones. Las remuneraciones variables pueden resolver estos conflictos, motivan un mejor desempeño, comparten los resultados de la empresa y flexibilizan el costo de mano de obra. El problema es más complejo en la consideración de los objetivos políticos.

Se puede investigar tres formas de relación de los actores sociales con el Estado en las políticas públicas:

- a) Demandar acciones al sistema político que les reporten beneficios y descarguen los costos sobre otros sectores de la sociedad. Se trata de incidir en el ejercicio del poder, modificar la acción del gobierno o generar costos políticos. Predominantemente las reivindicaciones sindicales contribuyen a la redistribución del ingreso y las empresariales a la concentración.
- b) Cuando existen los escenarios adecuados para el Diálogo Social, los actores pueden contribuir en el diseño identificando problemas y puntos de vista sobre las posibles soluciones, así como en la ejecución y el control de las acciones.
- c) Diseñar e implementar acciones con autonomía, que predominantemente se acuerdan en convenios colectivos. Requiere un marco jurídico que lo valide.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGHION, Philippe; ALGAN, Yann; CAHUC, Pierre. *Can policy interact with Culture? Minimum wages and the Quality of Labor Relations*. Washington: [World Bank] 2008.

AOYAMA, Yuko; CASTELLS, Manuel. Estudio empírico de la sociedad de la información. Composición del empleo en los países del G7 de 1920 a 2000. In: *Revista Internacional del Trabajo*, v. 121, n. 1-2, 2002.

ARRIGO, Gianni; CASALE, Giuseppe (editores generales). *Glossary of labour, law and industrial relations (with special reference to the European Union)*. Ginebra: ILO, 2005.

BLANCHARD, Olivier; PHILIPPON, Thomas. *The quality of labor relations and unemployment, MIT Department of Economics Working Paper 04-25, 2004*. Disponible en: <<http://ssrn.com/abstract=559203>> or <[doi:10.2139/ssrn.559203](https://doi.org/10.2139/ssrn.559203)> Acceso en: 1º jul. 2010.

BRAVERMAN, Harry. *Trabajo y capital monopolista*. La degradación del trabajo en el siglo XX, Nuestro Tiempo, México, 1987.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Liberalización del comercio y desafíos para implementar los principios y derechos fundamentales del trabajo en América Latina. In: CACCIAMALI, Banko, C.; KON, A. *Los desafíos de la política social en América Latina*. Caracas, 2002.

CARDOSO, Adalberto; GINDIN, Julián. *Industrial relations and collective bargaining: Argentina, Brazil and Mexico compared*. Ginebra: ILO, 2009.

DE LA GARZA, Enrique. Fin del trabajo o trabajo sin fin. In: DE LA GARZA, E. (Coord.). *Tratado latinoamericano de sociología del trabajo*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2000, p. 755-774.

\_\_\_\_\_. *Exposición en la mesa redonda "Antiguos y nuevos trabajos: ¿Hacia un concepto ampliado de trabajo?"*. VI Congreso de ALAST, abr., México, 2010.

DROLAS, Ana; LENGUITA, Paula; MONTES CATÓ, Juan (Comps.). *Relaciones de poder y trabajo: las formas contemporáneas de explotación*, Buenos Aires: Poder y Trabajo Editores, 2007.

DUNLOP, John Thomas. *Industrial relations systems*. Nueva York: Henry Holt, 1958.

GARCÍA, Norberto E. *Productividad, competitividad y empleo: un enfoque estratégico*, 2002. Disponible en: <[www.consortio.org/CIES](http://www.consortio.org/CIES)> Acceso en: 1º jul. 2010.

GODIO, Julio; VILLARROEL, Amalia. *Curso de relaciones laborales*. Buenos Aires: Universidad de Lomas de Zamora, 2007.

\_\_\_\_\_. Post Scriptum a el industrialismo y el hombre industrial. In: *Revista Internacional del Trabajo*, v. 83, n. 6, Ginebra, 1971.

KOCHAN, Thomas; KATZ, Harry. *Collective bargaining and industrial relations*. Nueva York: Irwin, Homewood Ill, 1988.

KOCHAN, Thomas; KATZ, Harry; MACKERSIE, Robert. *La transformación de las relaciones laborales en los Estados Unidos*, MTSS. España, 1993.

KOCHAN, Thomas; LOCKE, Richard; PIORE, Michael. (Eds.). *Employment relations in a changing world economy*. Cambridge: MIT Press, 1995.

KOCHAN, Thomas; MACKERSIE, Robert; CAPPELLI, Peter. *Strategic choice and Industrial Relations Theory and Practice*, SSP WP n. 1506-83, 1983.

KOCHAN, Thomas; PIORE, Michael. *Proposal for comparative research on industrial relations and human resource policy and practice*. Reunión de expertos, OCDE, París, 1990.

KUHN, Peter; MÁRQUEZ, Gustavo. *What difference do Unions make?*, Washington: BID, 2005.

MARTÍN ARTILES, A. *Flexibilidad y relaciones laborales*. Estrategias empresariales y acción sindical. Universidad Autónoma de Barcelona, 1994.

NOVICK, Marta. Globalización, el mundo del trabajo y el empleo. La experiencia latinoamericana. Exposición en la mesa redonda. *La globalización y sus consecuencias sobre el trabajo en América Latina*. VI Congreso de ALAST, 2010.

OIT. *Algunos aspectos de las relaciones de trabajo en América*. Ginebra, 1962.

\_\_\_\_\_. *Las relaciones colectivas de trabajo en América Latina*. Ginebra, 1981.

\_\_\_\_\_. *Relaciones de trabajo en el Uruguay*. Serie Relaciones de Trabajo 66, Ginebra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Políticas de empleo en Chile y América Latina*. Seminario en honor de Víctor E. Tokman, OIT, Santiago, 2003.

MARTÍNEZ MARTÍN, Rafael; PRIOR RUIZ, Juan Carlos (Coords.) *El trabajo en el siglo XXI*. Granada: Editorial Comares, 2005.

OZAKI, Muneto. *Negotiating job protection in the age of globalization*. Ginebra: ILO, 2003.

RELASUR. *Las relaciones laborales en el Cono Sur*. Estudio comparado. Madrid: OIT-MTSS, 1995.

ROSENBAUMRIMOLO, Jorge. *Negociación colectiva sobre formación en el MERCOSUR*. Montevideo: OIT/CINTERFOR, 2000.

SENÉN, Cecilia; TRAJTEMBERG, David; MEDWID, Bárbara. *La determinación del nivel de negociación colectiva en la Argentina. ¿Una vuelta hacia la centralización?* Ponencia presentada en el VI Congreso de ALAST, México, abr. 2010.

\_\_\_\_\_. *Actores sociales y sistemas políticos en América Latina*. Santiago: PREALC, 1987b.

## Resenha

### Simón Bolívar e as Questões Essenciais da América Latina

Alexandre Ganan de Brites Figueiredo<sup>(\*)</sup>

Dentre os protagonistas da Revolução de Independência, Simón Bolívar foi o mais importante, não tanto por ter comandado exércitos nas guerras pela emancipação quanto pelo fato de a obra que legou permanecer uma referência para o pensamento latino-americano. Ao longo de sua carreira de político e militar, desde a missão diplomática que chefiou em nome da Junta de Caracas, criada após a deposição do vice-rei espanhol em abril de 1810, até sua morte, quando navegava pelo rio Magdalena rumo ao exílio, em 1830, Bolívar produziu uma obra vasta e complexa. Manuel Pérez Vila, organizador do volume dedicado a Bolívar pela Biblioteca Ayacucho, refere-se a mais de 10 mil documentos dentre projetos constitucionais, manifestos, decretos, cartas, discursos etc. (BOLÍVAR, 2009, p. XXIX), produzidos ao longo de 20 anos.

Nascido em 24 de julho de 1783, filho de uma das famílias mais ricas das colônias espanholas, até os 20 anos Bolívar teve uma vida comum a seu grupo social. Após uma viagem pela Espanha, casa-se em Caracas em 1802, ficando viúvo poucos meses depois. Sob o impacto da morte prematura da esposa, decide voltar à Europa. Nessa segunda viagem, Bolívar travará contato profundo com as ideias da Revolução Francesa e reencontrará seu antigo professor, Simón Rodríguez, ao lado de quem conhecerá a França e a Itália. Encontrar-se-á com Alexander von Humboldt (de quem ouvirá que a América estava madura para a independência, faltando apenas o homem que a liderasse) e assistirá às comemorações pela coroação de Napoleão. Em Roma, aos 24 anos, ele faz o famoso e mítico juramento de libertar sua pátria do domínio colonial. Retorna à Venezuela em 1807 e já se envolve em clubes literários que eram um pretexto de reunião para os que conspiravam pela independência.

Quando é criada a Junta de Caracas, Bolívar é nomeado chefe de missão diplomática destinada a obter apoio dos ingleses à causa. Não obtém sucesso, mas traz de volta à América Francisco de Miranda, principal figura da Primeira República, cuja independência é proclamada em 5 de julho de 1810. Com a derrota dessa primeira experiência, em 1812, Bolívar vai à Cartagena e se alista nas forças defensoras da Nova Granada, então também

---

(\*) Mestre em Integração da América Latina pelo PROLAM-USP. E-mail: <figueiredosp@yahoo.com.br>.

no caminho da independência. Recebe uma pequena tropa e, contrariando ordens recebidas, inicia uma campanha para libertar o Rio Magdalena que culminará com a invasão da Venezuela e a tomada de Caracas, fazendo nascer a Segunda República em agosto de 1813. Cairá novamente ante as armas espanholas, de Pablo Morillo, e as forças dos *llaneros* de José Tomás Boves, rumando para mais um exílio. Em 1815, está na Jamaica, onde escreve sua Carta Profética. De lá, parte para o Haiti, onde recebe o apoio do presidente Alexandre Petión.

Com 250 homens (entre eles, vários exilados venezuelanos), Bolívar retorna à Venezuela, ocupando a região de Angostura e recrutando indígenas e escravos para o exército libertador. A aliança com José Antonio Páez, novo líder dos *llaneros*, lhe traz o apoio que faltava no interior do país e dá uma base social clara para seu exército. Em fevereiro de 1819, é realizado o Congresso de Angostura, que funda a Terceira República. Com o apoio de Páez, Bolívar comanda a expedição que liberta a Nova Granada naquele mesmo ano. Consegue que os congressos aprovem a unificação com a Venezuela, criando a Grande Colômbia, sendo eleito presidente e tendo o granadino Francisco de Paula Santander como vice. Em abril de 1821, entra novamente em Caracas, após a derrota dos espanhóis em Carabobo.

Em maio de 1822, encontra-se com José de San Martín, na cidade Guayaquil. A reunião, envolta em mistério, teve como resultado a partida de San Martín para o exílio. Assim, em 1823, Bolívar deixa a presidência a cargo de Santander e parte para libertar o Peru, para onde já havia enviado Antonio José de Sucre, o preferido entre seus generais. Em 1824, Bolívar vence a Batalha de Junin e Sucre derrota definitivamente os espanhóis em Ayacucho, no dia 9 de dezembro. O Alto Peru recebe o nome de Bolívia, em homenagem ao Libertador, e se torna uma república independente. O projeto de Constituição da Bolívia, prevendo uma presidência vitalícia e um Senado hereditário, trará para Bolívar a pecha de defensor de uma monarquia sem rei, que alimentará a oposição a seus planos. No mesmo ano, Bolívar convida os estados hispano-americanos para a formação de uma confederação, em um congresso que aconteceria no Panamá, em 1826. Porém, existe oposição a seus planos entre os países convidados (Chile e as Províncias Unidas do Rio da Prata se recusaram) e no interior da Grande Colômbia, prestes a se consumir em guerras civis por conta das rivalidades provocadas pelos localismos. A tendência à desintegração prevalece e cresce a oposição a Bolívar, vítima de um atentado que quase o levou à morte em 1827. Sucre será assassinado em 1830 e, no mesmo ano, a Grande Colômbia se divide em Venezuela, Colômbia e Equador. Bolívar morre em dezembro de 1830, quando navegava rumo ao exílio<sup>(1)</sup>.

A independência não foi o que ele desejava, mas seu pensamento continua uma referência porque as questões que formulou ainda continuam presentes. Zea (1980) afirma que a formulação de questões essenciais foi o grande mérito intelectual de Bolívar. O Libertador entende que a base de qualquer projeto político deve ser a definição do homem americano. Na Carta Profética (ou Carta da Jamaica), ele apresenta a América como um objeto imenso, variado e desconhecido, do qual pouco realmente se sabe. Essa ignorância quanto à realidade

(1) Para referências biográficas de Bolívar: BUSHNELL, David. *Simón Bolívar, proyecto de América*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2007. GONZÁLEZ, Afonso Rumazo. *Simón Bolívar*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2006. MADARIAGA, Salvador de. *Bolívar*. México: Editorial Hermes, 1951. MASSUR, Gerhard. *Simón Bolívar*. Cidade do México: Grijalbo, 1960. OSPINA, William. *En busca de Bolívar*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2010.

própria teria gerado instituições falhas que levaram às derrotas ante os espanhóis. Avalia Bolívar que os americanos são muito mais um composto de África e América que uma emanção da Europa, devendo, por isso, encontrar na sua própria realidade as bases de seu direito.

Após questionar quem é o americano, Bolívar indaga o porquê de a realidade ser assim e as possibilidades de mudança. Terra conquistada em uma guerra brutal e educada sob o despotismo, poderia a América pensar em um futuro independente sob a forma republicana? Bolívar acredita que sim e aponta a difusão da educação e a prática da virtude como os caminhos para atingir esse futuro de liberdade, que seria, em sua visão, um exemplo para toda a humanidade. Por fim, enfeixando as questões que o orientaram no seu exercício de viver e pensar a América, Bolívar se pergunta sobre a possibilidade de integração em liberdade, de construção de uma confederação de estados livres que, mais que unificar a América, seria o baluarte para o restabelecimento do “equilíbrio do universo” (impossibilitado pelo colonialismo) e a unificação de todos os países do mundo em uma comunidade cujo objetivo seria a manutenção da paz e da liberdade. Tais questões (a identidade, a construção das instituições republicanas e a integração) permanecem ainda hoje em discussão e, por isso, Bolívar consegue ser não apenas um personagem histórico heróico, que jaz em “impressionante túmulo de lucubraciones, ficciones e incluso consejas, poco menos que imposible de remover” (DAMAS, 1969, p. 39), mas também uma referência atual para o pensamento latino-americano.

#### FRAGMENTOS DA OBRA DE BOLÍVAR

Es una idea grandiosa pretender formar de todo el Mundo Nuevo una sola nación con un solo vínculo que ligue sus partes entre sí y con el todo. Ya que tiene un origen, una lengua, unas costumbres y una religión, debería, por consiguiente, tener un solo Gobierno que confederase los diferentes estados que hayan de formarse; mas no es posible, porque climas remotos, situaciones diversas, intereses opuestos, caracteres desemejantes, dividen a la América. ¡Qué bello sería que el istmo de Panamá fuese para nosotros lo que el de corinto para los griegos! ojalá que algún día tengamos la fortuna de instalar allí un augusto congreso de los representantes de las repúblicas, reinos e imperios a tratar y discutir sobre los altos intereses de la paz y de la guerra, con las naciones de las otras partes del mundo. Esta especie de corporación podrá tener lugar en alguna época dichosa de nuestra regeneración. (Carta de Jamaica. BOLÍVAR, 2009, p. 84)

Nosotros ni aun conservamos los vestigios de lo que fue en otro tiempo; no somos europeos, no somos indios, sino una especie media entre los aborígenes y los españoles. Americanos por nacimiento y europeos por derechos, nos hallamos en el conflicto de disputar a los naturales los títulos de posesión y de mantenernos en el país que nos vio nacer, contra la oposición de los invasores; así nuestro caso es el más extraordinario y complicado [...] Tengamos presente que nuestro pueblo no es el europeo, ni el americano del Norte, que más bien es un compuesto de África y de América, que una emanación de la Europa; pues que hasta la España misma deja de ser europea por su sangre africana, por sus instituciones y por su carácter. Es imposible asignar

con propiedad a qué familia humana pertenecemos. la mayor parte del indígena se há aniquilado, el europeo se ha mezclado con el americano y con el africano, y éste se ha mezclado con el indio y con el europeo. Nacidos todos del seno de una misma madre, nuestros padres, diferentes en origen y en sangre, son extranjeros. (Discurso de Angostura. BOLÍVAR, 2009, p. 123)

¿Cómo, después de haber roto todas las trabas de nuestra antigua opresión, podemos hacer la obra maravillosa de evitar que los restos de nuestros duros hierros no se cambien en armas liberticidas? Las reliquias de la dominación española permanecerán largo tiempo antes que lleguemos a anonadarlas; el contagio del despotismo ha impregnado nuestra atmósfera, y ni el fuego de la guerra, ni el específico de nuestras saludables leyes han purificado el aire que respiramos. Nuestras manos ya están libres y todavía nuestros corazones padecen de las dolencias de la servidumbre [...] un gobierno republicano ha sido, es y debe ser el de Venezuela; sus bases deben ser la soberanía del pueblo: la división de los poderes, la libertad civil, la proscripción de la esclavitud, la abolición de la monarquía y de los privilegios. (*Discurso de Angostura*. BOLÍVAR, 2009, p. 130-131)

Después de quince años de sacrificios consagrados a la libertad de América por obtener el sistema de garantías que, en paz y guerra, sea el escudo de nuestro nuevo destino, es tiempo ya de que los intereses y las relaciones que unen entre sí a las repúblicas americanas, antes colónias españolas, tengan una base fundamental que eternice, si es posible, la duración de estos gobiernos. Entablar aquel sistema y consolidar el poder de este gran cuerpo político, pertenece al ejercicio de una autoridad sublime que dirija la política de nuestros gobiernos cuyo influjo mantenga la uniformidad de sus principios, y cuyo nombre sólo calme nuestras tempestades. (Convocatoria del Congreso de Panamá. BOLÍVAR, 2009, p. 211)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLÍVAR, Simón. *Doctrina del libertador*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2009.

DAMAS, Germán Carrera. *Culto a Bolívar: esbozo para un estudio de la historia de las ideas en Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1969.

ZEA, Leopoldo. *Simón Bolívar, integración en libertad*. México: Edicol, 1980.